

JHULIELLI DA ROCHA

**MODOS DE VIDA, SISTEMAS ALIMENTARES E  
TRANSFORMAÇÕES: OS CAIÇARAS DE BARBADOS,  
PARANÁ, BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Nutrição, no Curso de Pós-Graduação em Nutrição, Setor de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Soares Leite

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rocha, Jhulielli da  
Modos de Vida, Sistemas Alimentares e  
Transformações: Os Caiçaras de Barbados, Paraná,  
Brasil / Jhulielli da Rocha ; orientador, Mauricio  
Soares Leite, 2017.  
258 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde,  
Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Florianópolis,  
2017.

Inclui referências.

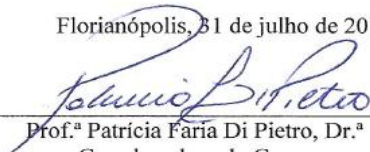
1. Nutrição. 2. Sistemas Alimentares. 3. Caiçaras.  
4. Modos de vida específicos. 5. Segurança Alimentar  
e Nutricional. I. Leite, Mauricio Soares. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em Nutrição. III. Título.

Jhulielli da Rocha

**MODOS DE VIDA, SISTEMAS ALIMENTARES E  
TRANSFORMAÇÕES: OS CAIÇARAS DE BARBADOS,  
PARANÁ, BRASIL.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de mestre  
e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em  
Nutrição

Florianópolis, 31 de julho de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Patrícia Faria Di Pietro, Dr.<sup>a</sup>  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Maurício Soares Leite, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Natália Hanazaki, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Cristine Garcia Gabriel, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Janaina das Neves, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina



Dedico este trabalho às famílias de Barbados, que mesmo diante de tantas dificuldades seguem lutando pelos seus direitos.



## AGRADECIMENTOS

Este espaço é pouco para expressar o quanto sou agradecida pelo apoio de cada pessoa que contribuiu com a construção deste trabalho. Mas, quero dizer que minhas palavras são sinceras e carregadas de amor e gratidão.

Primeiramente agradeço a Deus, que na sua infinita bondade intercedeu por mim em cada passo desta caminhada.

Aos meus pais Jucélia de Jesus Ribas Rocha e Altair Simões da Rocha por terem me proporcionado uma base sólida, estabelecida com muito amor, dedicação e compreensão, a partir da qual pude trilhar o meu caminho. Ao meu namorado Leandro Duarte dos Santos, que esteve do meu lado durante todo este processo me auxiliando com muito carinho e dedicação, e me tranquilizando nos momentos difíceis. Ao meu irmão, Diego, minha cunhada Kelem e o meu sobrinho Cauê, pelo companheirismo e incentivo. Às minhas madrinhas Maristela e Maria Célia e as minhas tias Zoraide, Eneida e Márcia, pelas orações e carinho.

Ao meu orientador Professor Dr. Maurício Soares Leite, pelo ser humano incrível que é. Por ter conduzido brilhantemente o processo de orientação, com tamanha compreensão, sensibilidade e inteligência. E, por ter aberto meus olhos para novos horizontes, o que me proporcionou evoluir como profissional e principalmente como pessoa.

À família que me hospedou e me recebeu de braços abertos em Barbados, e fez eu me sentir parte dela durante os dias que estive em campo, não tenho palavras para expressar o meu carinho por cada um de vocês. Ao presidente da associação de moradores de Barbados e a sua esposa que me apoiaram e me ajudaram sempre que precisei. A todas as famílias da comunidade com quem compartilhei conversas e momentos inesquecíveis, que ficarão para sempre guardados na minha memória. Agradeço às famílias que me receberam com todo carinho no Saco do Morro, Ilha do Valadares e na Barra do Superagui.

Ao MOPEAR por ter me recebido e acreditado na seriedade do meu trabalho, expresso aqui minha admiração e respeito pela luta do grupo. Aos professores Roberto Martins, Letícia Ayumi Duarte, Marcelo Varela, Douglas Antunes e Luciana Borges que também contribuíram com o meu processo de aprendizado, aprecio muito a dedicação e comprometimento de cada um de vocês.

À UFSC pela estrutura disponibilizada. A CAPES pela bolsa de estudos. Ao PPGN pelo auxílio financeiro para a realização da primeira

etapa do trabalho de campo. Ao corpo docente, ao secretário Vinicius Ferreira e a todos os funcionários do PPGN. À professora Natália Hanazaki do departamento de ecologia que possibilitou a minha participação na disciplina de Etnoecologia, e sempre esteve disponível quando precisei.

Às minhas amigas Thaíse de Souza, Carolina Bassa, Emanuelle Manenti, Janaína Manenti e Elizangela Camargo das quais sempre recebi todo o apoio, e com quem pude contar. Aos meus colegas de mestrado.

Obrigada a todos!



*Sólo le pido a Dios  
Que el futuro no me sea indiferente  
Desahuciado está el que tiene que marchar  
A vivir una cultura diferente*

*Sólo le pido a Dios  
Que la guerra no me sea indiferente  
Es un monstruo grande y pisa fuerte  
Toda la pobre inocencia de la gente*

*(LEÓN GIECO)*



## RESUMO

**Introdução:** Os caiçaras habitam o norte do litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, e podem ser considerados como Povos e Comunidades Tradicionais (PCT). Estas populações historicamente dependeram dos recursos naturais (terrestres e marinhos) para sobreviver. Nas últimas décadas intensas transformações vêm afetando seus modos de vida e refletindo nas condições de saúde e nutrição deste grupo.

**Objetivo:** Diante deste contexto, o objetivo do estudo foi descrever o sistema alimentar da população caiçara de Barbados - comunidade localizada no município de Guaraqueçaba, e que se insere dentro dos limites do Parque Nacional do Superagui (PNS) desde 1997, uma das diversas Unidades de Conservação (UC) existentes nesta região - uma vez que o conhecimento e a documentação dos sistemas locais de produção e acesso aos alimentos, bem como dos valores e conhecimentos que os permeiam, constitui um elemento fundamental para a compreensão dos impactos das mudanças nos modos de vida desta população.

**Metodologia:** A coleta dos dados foi realizada no decorrer de três meses de trabalho de campo, dividido em duas etapas. Neste período foi realizado um levantamento etnográfico, utilizando-se a observação participante e entrevistas diretas/indiretas. Para a coleta dos dados de consumo alimentar foi utilizado o Recordatório Alimentar de 24 horas que contou com a participação de 13 unidades domésticas (UD) na primeira etapa e 11 UD na segunda. A análise dos dados foi qualitativa e quantitativa.

**Resultados:** Os resultados apontam que as transformações a que os caiçaras desta região vêm sendo submetidos impactaram nos meios de produção, aquisição e consumo dos alimentos e refletiram diretamente nos seus modos de vida. Os moradores de Barbados apontam o PARNA como sendo o principal causador de tais mudanças, pois as proibições associadas a este tipo de UC desconsideraram: o fato destas populações já serem habitantes desta área muito antes da criação do Parque; seu amplo corpo de conhecimentos e forma de interação com este ambiente, o qual pode ser útil para a conservação do local; e seus modos de vida específicos, que são reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. E inviabilizaram a reprodução de práticas tradicionais, como por exemplo o cultivo de roças, a realização dos mutirões para a plantação, a construção do cerco fixo, entre outros, deixando os caiçaras desta região em uma situação de franca vulnerabilidade econômica, cultural, emocional e social, bem como alimentar e nutricional ao priva-los do

Direito Humano a uma Alimentação Adequada (DHAA), aumentando assim o nível de insegurança alimentar e nutricional.

**Conclusões:** Os resultados apontam para a necessidade do reconhecimento, por parte do Estado e dos órgãos ambientais, das especificidades destas populações e a importância da reprodução de seus modos de vida. Neste sentido a recategorização do PARNA para Reserva Extrativista (RESEX) - o que possibilitaria conservar a cultura desta população e também a natureza; a participação ativa deste grupo na tomada de decisões sobre o plano de manejo; e a elaboração de acordos de pesca entre os pescadores artesanais desta região e os órgãos ambientais, podem ser assinaladas como possíveis medidas a serem tomadas para mitigar os impactos negativos das transformações sob os modos de vida dos caiçaras de Barbados.

Palavras-chave: Caiçaras. Barbados. Transformações. Sistemas alimentares. Legislação ambiental. Modos de vida específicos.

## ABSTRACT

**Introduction:** The caiçaras inhabit the northern coast of Paraná, São Paulo and Rio de Janeiro, and included in the category of Peoples and Traditional Communities (PCT). These populations are historically dependent on natural resources (terrestrial and marine) to survive. In recent decades intense changes have been affecting their livelihoods and reflecting on the health and nutrition conditions of this population.

**Objective:** In this context, the objective of this study was to describe the food system of the population of Barbados - a community located in the municipality of Guaraqueçaba, which is inserted within the limits of the National Park of the Superagui (PNS), one of several Protect Areas (PA) in this region - since knowledge and documentation of local food production and access systems, as well as the values and knowledge that permeate them, is a key element in understanding the impacts of these changes on livelihoods of this population.

**Methodology:** Data collection was carried out during three months of fieldwork, divided into two stages. During this period an ethnographic survey was carried out, using participant observation and direct/indirect interviews. For the collection of food consumption data, the 24-hour food recall was used which was attended by 13 domestic units in the first stage and 11 domestic units in the second. Data analysis was qualitative and quantitative.

**Results:** The results indicate that the transformations to which the caiçaras of this region have been subjected have impacted on the means of production, acquisition and consumption of food and reflected directly on their way of life. The residents of Barbados point out the PNS as the main cause of such changes, since the prohibitions associated with this type of PA disregarded: the fact that these populations were already inhabitants of this area long before the creation of the Park; Its ample body of knowledge and form of interaction with this environment, which can be useful for the conservation of the place; And their specific ways of life, which are recognized by the 1988 Federal Constitution. They made it impossible to reproduce traditional practices, leaving the caiçaras of this region in a situation of frank economic, cultural, emotional and social vulnerability, as well as food and nutritional. By depriving them of the Human Right to Adequate Food, thus increasing the level of food and nutritional insecurity.

**Conclusions:** The results indicate the need for recognition by the State and environmental agencies of the specificities of these populations and the importance of reproducing their ways of life. In this sense, the

reclassification of PARNA to Extractive Reserve - what would make it possible to conserve the culture of this population and also the nature; The active participation of this population in the decision making on the management plan; And the drawing up of fisheries agreements between artisanal fishermen in the region and environmental agencies, can be identified as possible measures to be taken to mitigate the impact of the transformations under the ways of life of Barbados caiçaras.

Key-words: Caiçaras. Barbados. Transformations. Food systems.  
Environmental legislation. Specific ways of life.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA....	37
FIGURA 2 - A) ENCONTRO SOBRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PROVOCADOS PELOS PARQUES NACIONAIS EM TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES CAIÇARAS E PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NO PARANÁ. B) FORMATURA CURSO DE OPERADORES DE DIREITOS ÉTNICOS E COLETIVOS.....	72
FIGURA 3 - ÁREA DO SAMBAQUI. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.....	75
FIGURA 4 - PIRÂMIDE ETÁRIA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.....	77
FIGURA 5 - OCUPAÇÃO DOS MORADORES DE BARBADOS COM IDADE SUPERIOR A 18 ANOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.....	79
FIGURA 6 - RENDA FAMILIAR DAS UD. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.....	80
FIGURA 7 - VIA DE ACESSO AO HOSPITAL. GUARAQUEÇABA, PARANÁ, BRASIL .....	85
FIGURA 8 - ETAPAS DO CULTIVO DA ROÇA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	104
FIGURA 9 - CASA DE FARINHA. COMUNIDADE DA COLÔNIA, PARANÁ, BRASIL. ....	106
FIGURA 10 - PRODUÇÃO DA FARINHA EM ABRIL DE 2017. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.....	106
FIGURA 11 - REALIZAÇÃO DE MUTIRÃO PARA PLANTAÇÃO DE MANDIOCA EM DUAS ROÇAS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.....	108
FIGURA 12 - “TERREIROS” DE DUAS CASAS DA COMUNIDADE. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	111
FIGURA 13 - HORTAS DA COMUNIDADE. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	114

FIGURA 14 - OCUPAÇÃO DOS HOMENS COM MAIS DE 18 ANOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	116
FIGURA 15 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES VOLTADAS PARA A PESCA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	120
FIGURA 16 - RENDA MÉDIA FAMILIAR. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	122
FIGURA 17 - OBSERVAÇÃO DA MARÉ. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	133
FIGURA 18 - CANOA A REMO DE FIBRA (EM CONTRUÇÃO) E DE MADEIRA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	134
FIGURA 19 - UNIDADE DOMICILIAR QUE VENDE MEL E A CAIXA DE ABELHA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	147
FIGURA 20 - “MISTURAS” PARA O CAFÉ. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	159
FIGURA 21 - TÉCNICA UTILIZADA PARA SECAR O PEIXE E A CAÇA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	173
FIGURA 22 – FLUXOGRAMA DAS DUAS ETAPAS DA COLETA DOS DADOS DE CONSUMO ALIMENTAR .....	173
FIGURA 23 - VARIEDADE DE PESCADOS DA DIETA DURANTE A PRIMEIRA E SEGUNDA ETAPA DE COLETA DE DADOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	194
FIGURA 24 - CONTRIBUIÇÃO DA PESCA PARA A OFERTA DE PROTEÍNA ANIMAL NAS DUAS ETAPAS DE COLETA DE DADOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.....	199
FIGURA 25 - PERCENTUAL DE REFEIÇÕES EM QUE O PESCADO FOI PROVENIENTE DE DOAÇÃO NAS DUAS ETAPAS DA COLETA DE DADOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	200



## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - DISPONIBILIDADE DE ESPÉCIES DE PESCADOS DE ACORDO COM A ÉPOCA DO ANO. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.....	125
TABELA 2 - ITENS ALIMENTARES CONSUMIDOS DURANTE A PRIMEIRA E SEGUNDA ETAPA DO TRABALHO DE CAMPO. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.....	190
TABELA 3 - ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA RELATADOS NOS INQUÉRITOS ALIMENTARES DAS DUAS ETAPAS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	203
TABELA 4 - ALIMENTOS OFERTADOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DA COMUNIDADE. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.....	218



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA .....	42
QUADRO 2 - ESTUDOS REALIZADOS COM POPULAÇÕES CAIÇARAS QUE DOCUMENTARAM O USO DE ESPÉCIES VEGETAIS. ....	93
QUADRO 3 - PLANTAS ALIMENTÍCIAS CULTIVADAS NAS ROÇAS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	103
QUADRO 4 - PLANTAS FRUTÍFERAS CULTIVADAS NOS QUINTAIS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	109
QUADRO 5 - PLANTAS CULTIVADAS NAS HORTAS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	112
QUADRO 6 - ANIMAIS DE CAÇA CITADOS NAS ENTREVISTAS ABERTAS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	141
QUADRO 7 - PEIXES EVITADOS E PROIBIDOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	174
QUADRO 8 – PRINCIPAIS ALIMENTOS ADQUIRIDOS PELAS UNIDADES DOMÉSTICAS NOS COMÉRCIOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL. ....	208



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	- Área de Proteção Ambiental
ARIE	- Área de Relevante Interesse Ecológico
BR	- Brasil
CAOP-DC	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPSH	- Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CHO	- Carboidrato
CNPQ	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico
CONSEA	- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e e nutricional
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
DCNT	- Doenças Crônicas não Transmissíveis
DHAA	- Direito Humano a Alimentação Adequada
ESEC	- Estação Ecológica
FAO	- Food and Agriculture Organization United Nations
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da
IFPR	- Instituto Federal do Paraná
INSS	- Instituto Nacional de Segurança Social
IPARDES	- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN	- Instituto Patrimônio Artístico Nacional
Kcal	- Quilocalorias
Kg	- Quilogramas
Km	- Quilômetros
LOSAN	- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MOPEAR	- Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
MPPR	- Ministério Público do Paraná
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PARLATINO	- Parlamento Latino Americano e Caribenho
PCT	- Povos e Comunidades Tradicionais
PDS	- Sistema de Distribuição Pública
PDS	- Sistema de Distribuição Pública
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNS	- Parque Nacional do Superagui
PPGN	- Programa de Pós-Graduação em Nutrição
PR	- Paraná
PRONACAMPO	- Programa Educacional de Educação do Campo
PSS	- Processo Seletivo Simplificado

RA 24 h	- Recordatório alimentar 24 horas
REBIO	- Reserva biológica
RESEX	- Reserva extrativista
RJ	- Rio de Janeiro
RPPN	- Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
SC	- Santa Catarina
SETI	- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SISNAMA	- Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	- São Paulo
SPVS	- Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e educação
TACO	- Tabela Brasileira de Composição dos Alimentos
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFO	- Teoria do Forrageio Ótimo
UC	- Unidade de Conservação
UD	- Unidade doméstica
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para Educação
USP	- Universidade de São Paulo





## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	29
1.1 A ABORDAGEM DA ECOLOGIA HUMANA .....	31
1.2 OBJETIVOS.....	34
1.2.1 Objetivo geral .....	34
1.2.2 Objetivos específicos.....	34
1.3 HIPÓTESE .....	35
1.4 ESTRUTURA GERAL DO DOCUMENTO .....	35
2 MÉTODOS .....	37
2.1 ÁREA DE ESTUDO .....	37
2.1.1 Guaraqueçaba: um mosaico de unidades de conservação.....	38
2.2 CARACTERIZAÇÃO E INSERÇÃO DO ESTUDO .....	44
2.2.1 Pré-campo.....	44
2.2.2 Etapas do trabalho de campo .....	45
2.3 MÉTODO ETNOGRÁFICO.....	46
2.3.1 Observação participante .....	47
2.3.2 Entrevistas diretas e indiretas .....	48
2.3.3 Recordatório alimentar de 24 horas (RA 24 h).....	49
2.4 ANÁLISE DOS DADOS .....	51
2.5 DEVOLUTIVAS PARA A COMUNIDADE .....	54
2.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO .....	54
2.7 ASPECTOS ÉTICOS .....	55
3 POPULAÇÃO .....	57
3.1 OS CAIÇARAS: UM POUCO DA HISTÓRIA .....	57
3.1.1 Subsistência caiçara.....	58

3.1.2 Transformações .....	61
3.2 OS CAIÇARAS DE BARBADOS: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	64
3.2.1. A luta pelo direito de reexistir .....	69
3.2.2 Caiçaras ou pescadores artesanais?.....	73
3.3 ASPECTOS GERAIS DE BARBADOS.....	74
3.3.1 Educação.....	82
3.3.2 Saúde .....	84
3.4 CONCLUSÕES .....	86
4 SUBSISTÊNCIA .....	89
4.1 AGRICULTURA.....	91
4.1.1 Roças .....	95
4.1.2. Expressões culturais na agricultura.....	105
4.1.3 Flores e frutos: os “terreiros” de Barbados.....	109
4.1.4. Hortas.....	112
4.2 PESCA.....	114
4.2.1 Aspectos gerais .....	115
4.2.2 Sazonalidade de “ganho” e de espécies .....	121
4.2.3 A pesca além do que se pode ver.....	131
4.2.4 Tipos de embarcações.....	133
4.2.5 Redução dos recursos pesqueiros .....	135
4.2.6 As leis que restringem a pesca.....	136
4.3 CAÇA.....	138
4.4 COLETA .....	145
4.4.1 APICULTURA.....	146
4.5 CRIAÇÃO DE ANIMAIS .....	147

4.6 TURISMO .....	148
4.7 OUTRAS FONTES DE RENDA: FUNCIONALISMO PÚBLICO, BENEFÍCIOS SOCIAIS E APOSENTADORIA ...	151
4.7.1 Cargos públicos .....	151
4.7.2 Aposentadorias .....	152
4.7.3 Programas Sociais .....	153
4.8 CONCLUSÕES.....	154
5 PRÁTICAS ALIMENTARES .....	157
5.1 ALIMENTAÇÃO NA ROTINA CAIÇARA.....	158
5.2 A ARTICULAÇÃO DA COMUNIDADE COM OS MERCADOS DA REGIÃO.....	162
5.3 “DOAR”, UM DENOMINADOR COMUM ENTRE OS MORADORES DE BARBADOS.....	165
5.4 O VALOR ATRIBUÍDO AOS ALIMENTOS .....	167
5.4.1 Peixes: preferências e tabus.....	168
5.4.2 Valorização de outros alimentos .....	175
5.5 A ALIMENTAÇÃO EM FASES ESPECÍFICAS DA VIDA .....	176
5.5.1 Alimentação e enfermidade.....	177
5.5.2 Alimentação durante a gestação, amamentação e no período da “dieta” .....	179
5.5.3 Recaída do “desmamo” .....	181
5.6 ALIMENTAÇÃO NAS FESTIVIDADES.....	182
5.7 O QUE O PARQUE TIROU: UMA DISCUSSÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS .....	184
5.8 CONCLUSÕES.....	185
6 CONSUMO ALIMENTAR .....	187

6.1 ASPECTOS GERAIS .....	187
6.2 DIVERSIDADE DE ITENS DA DIETA .....	189
6.3 NUTRIÇÃO CAIÇARA.....	196
6.3.1 Recursos locais .....	197
6.3.2 Aquisição comercial .....	207
6.4 DESLOCALIZAÇÃO DO SISTEMA ALIMENTAR E TRANSIÇÃO ALIMENTAR.....	209
6.5 UMA DISCUSSÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS CAIÇARAS DE BARBADOS .....	215
6.6 CONCLUSÕES .....	221
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	225
7.1 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	230
REFERÊNCIAS .....	231
APÊNDICE 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....	252
APÊNDICE 2: GUIA PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....	255
APÊNDICE 3: GUIA DE ENTREVISTA PARA O RECORDATÓRIO ALIMENTAR 24 HORAS .....	257

## 1 INTRODUÇÃO

Caiçara é o nome atribuído às comunidades tradicionais que residem em áreas ocupadas principalmente pelo bioma da Mata Atlântica, no litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (DIEGUES, 1998; ADAMS, 2000). Esta população se formou após a colonização do Brasil, a partir da mescla entre indígenas, europeus e africanos (ADAMS, 2000).

Historicamente, os caiçaras dependeram dos recursos naturais (marinhos e terrestres) para a viver (BEGOSSI, 2006). Conforme descrito por Adams (2000), por muito tempo a agricultura itinerante foi a principal fonte de alimentos desta população, atualmente é a pesca, e em algumas comunidades o turismo que ocupa esta posição (NAKAMURA; HANAZAKI, 2016; NORA, 2017). Esta dependência fez com que este grupo desenvolvesse uma estreita relação com o meio ambiente (MUSSOLINI, 1980; COELHO, 2014), o que lhes forneceu um amplo conhecimento sobre a biodiversidade florestal e marinha do bioma da Mata Atlântica (ADAMS, 2000). Por sua vez, estes modos de vida, em suas nuances locais, constituem um inestimável corpo de conhecimentos sobre o ambiente e a biodiversidade local, indissociáveis da própria identidade caiçara e cuja legitimidade é reconhecida pela Constituição de 1988.

Nas últimas décadas, esta população vem sendo submetida a intensas transformações geradas por diversos fatores como: a chegada do turismo, a intensificação da pesca comercial, a urbanização do litoral, as inovações tecnológicas, a criação de Unidades de Conservação - que se sobrepõem a seus territórios -, as legislações ambientais, entre outras (BEGOSSI; RICHERSON, 1993; BEGOSSI; FIGUEIREDO, 1995; ADAMS, 2000; BEGOSSI, 2006; GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

No que se refere a criação de Unidades de Conservação (UC), vale destacar que o primeiro parque nacional instituído no Brasil foi em 1937, o qual seguiu o modelo americano. Após esta data, diversos tipos de Unidades de Conservação foram sendo criadas sob os mesmos moldes. Neste quesito, Guaraqueçaba merece destaque. Este município se insere dentro do bioma da Mata Atlântica, o qual é considerado um dos 35 *hotspots*<sup>1</sup> mundiais para a conservação da biodiversidade. Segundo

---

<sup>1</sup> Hotspots são lugares biologicamente ricos, e profundamente ameaçados. Para serem considerados como tal, estes locais devem ter pelo menos 1.500 plantas vasculares como endemias - o que quer dizer, ele deve ter uma alta porcentagem

Zanoni et al. (2000), esta porção do litoral brasileiro contém ecossistemas de grande biodiversidade e relativa fragilidade em razão das suas características climáticas e geomorfológicas. Estes atributos fizeram de Guaraqueçaba foco de proteção ambiental e transformaram seu território em um mosaico de Unidades de Conservação (COELHO, 2014).

O Parque Nacional do Superagui (PNS) está entre as diversas Unidades de Conservação existentes nesta região, criado no ano de 1989 e expandido em 1997. O Parque ocupa uma área de aproximadamente 34.000 ha e abrange diversas comunidades que são habitadas por povos e comunidades tradicionais (PCT)<sup>2</sup> que - de acordo com registros históricos (BOUTIN, [19??]; SCHERER, 1988) - já residiam nestes locais muito antes da criação do parque.

Porém, este fato não foi considerado no momento da criação desta unidade, categorizada como UC de proteção Integral, o que significa que não é permitida a residência de seres humanos, ou a realização de qualquer atividade que envolva o manejo da Mata Atlântica dentro dos limites do Parque Nacional (PARNA). De acordo com Baird e Leslie (2013) este tipo de UC gera perturbação e agitação para as famílias que residem nesta área e podem afetar negativamente o bem-estar das pessoas locais, ao restringir seu acesso às paisagens que anteriormente utilizavam como fonte de recursos. Esta afirmativa pode ser considerada como verdadeira em relação a comunidade caiçara de Barbados, neste local as restrições impostas pelo parque resultaram em mudanças de caráter social, econômico e cultural na vida dos moradores que habitam esta região e impactaram nas suas condições de saúde e nutrição, aumentando os níveis de insegurança alimentar.

Neste sentido, é possível dizer que o órgão ambiental responsável pela criação dessa UC desconsiderou os direitos desta população, que já eram reconhecidos legalmente na Constituição Federal de 1988 e na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

---

de plantas que não podem ser encontradas em outro lugar do planeta e também deve ter no mínimo 30% da sua vegetação original.

<sup>2</sup> De acordo com a legislação brasileira, povos e comunidades tradicionais são: "... grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (BRASIL, 2007).

Diante deste contexto, o objetivo deste estudo foi descrever detalhadamente o sistema alimentar da população caiçara da comunidade de Barbados. A perspectiva fundamental aqui é a de que os modos de vida caiçaras se encontram francamente ameaçados pelos intensos processos de transformações socioeconômicas, ambientais e legais que estas populações vêm enfrentando ao longo destas últimas décadas, e que isto inevitavelmente reflete em suas condições de alimentação e nutrição.

Considerando que os sistemas alimentares de populações tradicionais oferecem informações importantes para a compreensão de diversas dimensões da cultura, meio ambiente e saúde (KÜHNLEIN et al., 2011), o conhecimento e a documentação dos sistemas locais de produção e acesso aos alimentos dos caiçaras de Barbados, bem como dos valores e conhecimentos que os permeiam, constitui um elemento fundamental para a compreensão dos impactos das mudanças citadas acima sob seus modos de vida, e em especial em sua dimensão alimentar. Neste estudo utilizou-se a abordagem da ecologia humana para a caracterização do sistema alimentar; descrita com mais detalhes no próximo item.

## 1.1 A ABORDAGEM DA ECOLOGIA HUMANA

O campo científico da ecologia humana é de grande interesse quando se trabalha com populações tradicionais. Esse tipo de estudo é importante devido à contribuição que os conceitos em ecologia fornecem para o entendimento dos processos entre as populações humanas e seu ambiente. No Brasil, nas últimas décadas, alguns estudiosos como Antônio Diegues, Alpina Begossi, Natália Hanazaki e Cristina Adams vêm desenvolvendo pesquisas que seguem nesta direção. Os achados destes estudos podem ser utilizados para embasar as discussões acerca da importância da utilização dos recursos naturais para a subsistência dos caiçaras (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; BEGOSSI, 2006).

A compreensão das dinâmicas sociais, que também podem ser entendidas por meio de uma análise detalhada das formas locais de produção, distribuição, processamento e consumo de alimentos, entre outros aspectos ligados à alimentação, pode indicar o quanto esta população depende dos recursos naturais para sobreviver, e também reflete como as transformações a que estes grupos estão sendo submetidos afetam seus padrões alimentares (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; ESTADES, 2003; BEGOSSI et al., 2004; MACCORD; BEGOSSI, 2006). Conforme descrito por Pelto, Pelto e Messer (1989:35), aspectos dos

sistemas ecológicos e econômicos das populações afetam a utilização dos alimentos e os padrões nutricionais. A alimentação e um amplo conjunto de aspectos a ela relacionados vêm sendo, pelo menos desde a década de 70, analisada sob um enfoque sistêmico, que busca compreender as relações entre o homem e seus alimentos a partir de seus sistemas alimentares (PELTO; PELTO; MESSER, 1989). Para Morel et al. (2016) este tipo de estudo pode constituir uma ferramenta de estudo da cultura porque, segundo os autores (MOREL et al., 2016: 181):

a maneira como as sociedades organizam seus sistemas alimentares diz respeito a escolhas, que expressam características e diferenciações entre grupos e seus membros. Desta forma, tudo que os homens comem, assim como a qualidade e quantidade, dependem da posição que ocupam no mundo social.

Segundo Canesqui e Garcia o conceito de sistema alimentar recebe definições e atribuições diversas, mas a definição utilizada neste estudo será a proposta por Peltó, Peltó e Messer (1989), nesta abordagem, de uma perspectiva ecológica dos sistemas alimentares, o que inclui todas as atividades, instituições sociais, entrada e saída de materiais e conhecimentos culturais dentro de um grupo social, que está envolvido com a produção, distribuição e consumo de alimentos. Esta definição holística está claramente relacionada com o modelo ecológico. Os diferentes componentes físicos e ações sociais que estão relacionados com o alimento são vistos como constituindo um sistema interativo e interdependente (PELTO; PELTO; MESSER, 1989).

## 1.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

A Segurança Alimentar e Nutricional, se baseia na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Ela é orientada por dois princípios: O Direito Humano a Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar (CONSEA b, 2014).

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é um direito fundamental e está descrito no art. 25º da Declaração Universal



dos Direitos Humanos de 1948 e incluído na Constituição Federal, passando a figurar como direito social no seu artigo 6º (CONSEA b, 2014). Este direito é constituído por duas dimensões: o direito de estar livre da fome e o direito à alimentação adequada, e o seu cumprimento é de extrema importância para a fruição de todos os direitos humanos. Os principais conceitos empregados na definição de Direito Humano à Alimentação Adequada são disponibilidade de alimentos, adequação, acessibilidade e estabilidade do acesso a alimentos produzidos e consumidos de forma soberana, sustentável, digna e emancipatória (CONSEA d, 2017).

A soberania alimentar está relacionada com o direito que os povos têm de definirem com autonomia o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Garantindo assim o livre arbítrio dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, sobre sua cultura e sobre os bens da natureza (CONSEA c, 2017).

Desta forma é possível dizer que o DHAA e a Soberania Alimentar são princípios cruciais para a garantia deste direito fundamental que é a segurança alimentar e nutricional e para isto é necessário a realização de ações políticas intersetoriais de garantia de acesso à terra urbana e rural e território, de garantia de acesso aos bens da natureza, incluindo as sementes, de garantia de acesso à água para consumo e produção de alimentos entre outros (CONSEA c, 2017).

Neste contexto a sociedade civil organizada, que atua no campo da Segurança Alimentar e Nutricional, propôs a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN[1], o qual foi instituído por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei nº 11.346, em 2006 com o objetivo primordial de garantir o DHAA, para todos os indivíduos que se encontram no Brasil, através da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN (art. 1ª e 3ª da LOSAN), cujo instrumento é o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANASAN (CONSEA c, 2017).

Vale aqui ressaltar que distintos segmentos populacionais, grupos e indivíduos apresentam demandas diferentes para a garantia da SAN, os resultados de um estudo realizado em uma área rural da Bahia ilustram esta situação (PEREIRA DA SILVA et al., 2017). Nesta pesquisa foi identificada uma elevada prevalência de insegurança alimentar para toda a população, porém entre as comunidades quilombolas esta prevalência foi maior, apesar destas pertencerem a mesma área de abrangência das outras comunidades (PEREIRA DA SILVA et al., 2017). Desta forma, a adoção de ações e a elaboração de políticas públicas para

garantir a SAN devem considerar a dimensão de gênero, raça, geração e etnia.

A garantia do DHAA é um dever do Estado, e essa obrigação se desdobra em quatro dimensões: obrigação de respeitar, obrigação de proteger, obrigação de prover e obrigação de promover (CONSEA b, 2017). No que se refere a última dimensão é possível dizer que a obrigação de promover inclui, dentre outras medidas, o acesso a territórios tradicionais. Porém, a atuação do estado perante a população caiçara do litoral do Paraná vem sendo contrária a este e os demais princípios, ao considerar que o governo criou o Parque Nacional do Superagui (PNS), uma UC de proteção integral, em uma área que já era habitada por populações tradicionais que dependiam deste ambiente para sobreviver e seguir reproduzindo seus modos de vida, deixando esta população em uma situação de franca vulnerabilidade. Segundo Hanazaki et al. (2013) este tipo situação ameaça a resiliência dos meios de subsistência caiçara e podem apresentar implicações futuras para a segurança alimentar e nutricional das populações que residem nestas áreas.

Estudos indicam que populações tradicionais de outras regiões do Brasil e do mundo também vêm sofrendo este tipo de impacto em decorrência das legislações ambientais (NEEF et al, 2003; NASI, TABER, VAN VLIET, 2011; BAIRD; LESLIE, 2013; HANAZAKI et al., 2013; NAKAMURA; HANAZAKI, 2016).

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

- Caracterizar o sistema alimentar da população caiçara de Barbados, localizada no município de Guaraqueçaba, Paraná, com especial atenção para as transformações sobre os seus modos de vida.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever o perfil socioeconômico da população;
- Identificar as condições de vida das famílias desta região;
- Descrever as estratégias de subsistência locais;

- Identificar o impacto das transformações sobre os modos de vida dos caiçaras de Barbados;
- Analisar o consumo alimentar da população;

### 1.3 HIPÓTESE

As transformações a que os caiçaras de Barbados vêm sendo submetidos, principalmente no que se refere às restrições de acesso aos recursos naturais associadas com a criação do Parque Nacional do Superagui, tem impactado nos modos de vida, condições de saúde e nutrição desta população.

### 1.4 ESTRUTURA GERAL DO DOCUMENTO

O documento está estruturado em sete capítulos. O primeiro capítulo já apresentado foi introdutório, no qual consta uma contextualização da problemática, a justificativa e os objetivos (geral e específicos) do trabalho. Este item traz componentes para que o leitor possa compreender o direcionamento do estudo proposto.

O segundo capítulo é referente aos métodos empregados para a realização da pesquisa. Ele está segmentado em sete itens principais e seus respectivos subitens, os quais situam o leitor em relação: ao local de estudo, à caracterização da pesquisa, as etapas do trabalho (campo e pré-campo), técnicas e instrumentos utilizados para a coleta dos dados, a análise dos dados, limitações do estudo e também traz informações sobre as questões éticas que foram consideradas durante todo o processo da pesquisa. Por fim, são apresentadas as pretensões de devolutivas para a comunidade.

O terceiro capítulo é denominado de População. Este tópico está fragmentado em três partes principais seguidas por subitens. A discussão parte de uma descrição ampla sobre os aspectos históricos dos caiçaras de todo o Brasil, seguindo para uma análise do contexto atual dos caiçaras de Guaraqueçaba e finalizando com uma descrição mais específica sobre as condições socioeconômicas dos caiçaras de Barbados - subsidiada pelas informações coletadas durante o trabalho de campo.

O quarto capítulo é o de Subsistência, no qual será feita uma descrição de todas as atividades destinadas à geração de recursos e acesso aos alimentos desenvolvidas na comunidade de Barbados, trazendo nuances dos impactos que as transformações exerceram sobre estas

práticas. Este componente é composto por oito itens que estão fracionados em subitens.

O quinto capítulo está dividido em seis partes e fornece informações sobre as práticas alimentares dos caiçaras de Barbados, contemplando uma discussão sobre a alimentação no dia a dia desta população com detalhes dos hábitos, preferências, proibições, tabus, entre outros aspectos relacionados com o consumo de alimentos.

O sexto capítulo é referente ao consumo de alimentos da população do estudo e aborda uma discussão que vai além da avaliação da adequação de consumo alimentar – em termos de Kcal e proteína – ou de alimentos que são prejudiciais à saúde. O objetivo deste tópico é abordar determinantes mais amplos - que envolvem aspectos sociais, culturais e econômicos - das condições de saúde e nutrição deste grupo.

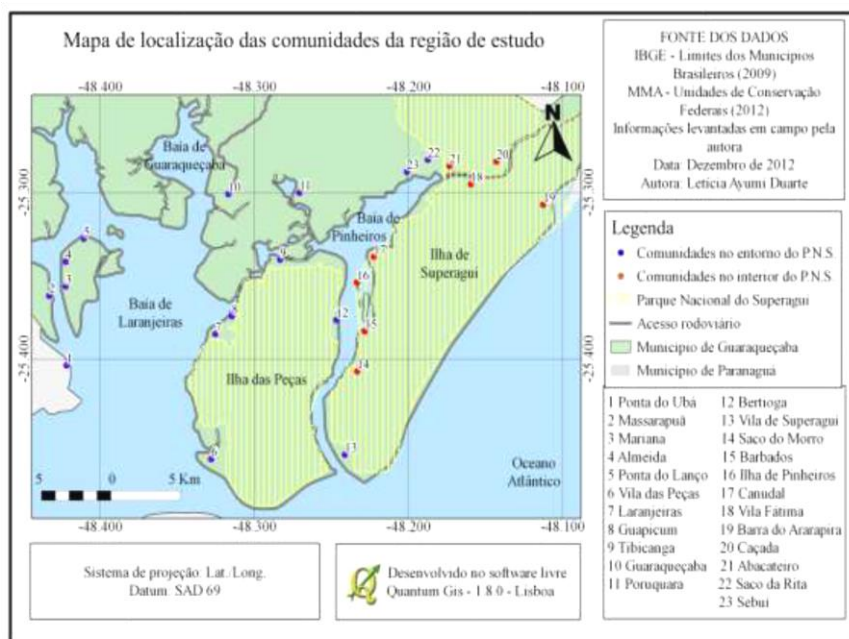
A sétima sessão corresponde às conclusões, seguida pelas referências apêndices e anexos.

## 2 MÉTODOS

### 2.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi desenvolvido no município de Guaraqueçaba, localizado na mesorregião Metropolitana de Curitiba, microrregião de Paranaguá (IBGE, 2010). Entre regiões continentais e insulares, Guaraqueçaba abrange uma área total de 2.020,090 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). O local é formado por uma extensa área de mangue, enseadas – como as de Saquinho, Itaqui e Benito – e pequenas baías, que são denominadas como: baía de Pinheiros e Laranjeiras. Estas baías abrangem: a Ilha Rasa, Ilha das Peças, Ilha de Pinheiros e Ilha do Superagui (COELHO, 2014). Nestas ilhas existem comunidades rurais, e de acordo com dados do censo de 2010 (IBGE, 2010), a maior parte da população de Guaraqueçaba reside nestes locais (65,91%, ou 5.188 habitantes). O mapa da figura 1 ilustra a localização das comunidades rurais do município.

FIGURA 1 - COMUNIDADES RURAIS DE GUARAQUEÇABA.



FONTE: Duarte (2013).

A Ilha do Superagui é composta por seis vilas: Barra do Superagui, Barra da Ararapira, Canudal, Vila Fátima, Saco do Morro e Barbados (COELHO 2014). Barbados foi a comunidade escolhida para a realização da pesquisa, devido ao fato de já terem sido desenvolvidos estudos sobre o conflito existente entre a comunidade e os órgãos ambientais neste local (DUARTE, 2013; COELHO, 2014), o que possibilita a construção de uma visão mais aprofundada sob a ótica de diferentes áreas de conhecimento, dos impactos do PNS sobre a vida dos caiçaras deste local e, desta forma, reforça a necessidade da execução de medidas que possam mitigar estes impactos. Esta também foi a comunidade indicada pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras do litoral do Paraná (MOPEAR).

Barbados está dividida em três áreas povoadas, denominadas como Sambaqui, Saco do Barbado e Ponta do Morro; e algumas partes não povoadas chamadas de Rio Real e Caçadas – que ficam em uma área de mata fechada – a primeira depois do Sambaqui e a segunda entre o Saco do Barbado e a Ponta do Morro. Para se deslocar entre estes locais, a população utiliza a trilha e o mar. Entre o Sambaqui e o Saco do Barbado o deslocamento normalmente é feito pela trilha, mas a locomoção pela trilha entre o Sambaqui ou o Saco de Barbados e a Ponta do Morro é pouco utilizada, em decorrência das condições precárias que o caminho se encontra. Nesta situação, a canoa a remo acaba sendo o meio de transporte mais utilizado.

De acordo com Coelho (2014), residiam 20 famílias em Barbados no ano de 2013. Com base nos dados coletados durante o mês de outubro de 2016, na primeira etapa do trabalho de campo, este número caiu para 17, correspondendo a 57 habitantes.

Devido ao fato do território de Guaraqueçaba ser totalmente composto pelo bioma Mata Atlântica, que é considerado um dos 35 *hotspots* mundiais de biodiversidade, esta região se tornou foco de conservação ambiental. Este município apresenta 98,76% do seu território coberto por UC de diversas categorias (DENDARDIN et al., 2009). Neste contexto, a comunidade de Barbados está inserida dentro dos limites do Parque Nacional do Superagui, que corresponde a uma das várias UC existentes na região. No próximo item será feita uma descrição das UC de Guaraqueçaba.

### **2.1.1 Guaraqueçaba: um mosaico de unidades de conservação**

A Mata Atlântica abrange cerca de 7% do território mundial, e concentra nesta área mais de 50% da biodiversidade do planeta, sendo

considerada um dos 35 *hotspots*<sup>3</sup> mundiais de biodiversidade (ZANONI et al., 2000; GORENFLO et al., 2012).

No Brasil, este bioma se estende pela face leste do país, cobrindo uma faixa de 1.085.000 quilômetros (Km), o que corresponde a aproximadamente 1% do território nacional. No ano de 2012 restavam apenas 8,5 % de remanescentes florestais da Mata Atlântica com mais de 100 ha do que existia originalmente (PINTO et al., 2012).

De acordo com o mapa da área de aplicação da lei 11.428<sup>4</sup> de 2006 (BRASIL, 2006), o município de Guaraqueçaba, localizado no litoral norte do Paraná, está inserido dentro do bioma Mata Atlântica.

Conforme descrito por Zanoni et al. (2000), esta porção do litoral brasileiro contém ecossistemas de grande biodiversidade e relativa fragilidade em razão das suas características climáticas e geomorfológicas, o que faz com que esta área seja protegida por diversos instrumentos legais, como o Código Florestal, Lei da Mata Atlântica e demais leis federais e estaduais sobre o uso do solo e das florestas (ZANONI et al., 2000).

A Estação Ecológica de Guaraqueçaba (ESEC) - criada pelo Decreto nº 87.222, de 31 de maio de 1982 -, e o Conselho de Desenvolvimento Territorial do litoral do Paraná de 1984, foram atuações do governo que objetivaram cumprir a Lei N° 6.938<sup>5</sup>, de 31 de agosto de 1981 - que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Estas ações foram realizadas com o intuito de impedir o processo de ocupação desordenado do litoral paranaense, que teve início no final dos anos 1960. Este fato foi consequência de uma série de intervenções dos poderes públicos que haviam estimulado o desenvolvimento de atividades agroflorestais no litoral do Paraná (ZANONI et al., 2000; KASSEBOEHMER, 2007). Com o passar dos anos, foram surgindo

---

<sup>3</sup> *Hotspots* são lugares biologicamente ricos, e profundamente ameaçados. Para serem considerados como tal, estes locais devem ter pelo menos 1.500 plantas vasculares como endemias - o que quer dizer, ele deve ter uma alta porcentagem de plantas que não podem ser encontradas em outro lugar do planeta e também deve ter no mínimo 30% da sua vegetação original.

<sup>4</sup> A Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006 dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências (BRASIL, 2006).

<sup>5</sup> A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981).

novas áreas de proteção ambiental, o que resultou na formação de um mosaico de UC no município de Guaraqueçaba (COELHO, 2014).

Na década de 1980, além da ESEC, foram criadas mais três unidades de conservação. A primeira foi a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba<sup>6</sup>, desenvolvida no ano de 1985 - esta UC figura como a maior unidade presente no município -, seguida pela criação da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) das Ilhas de Pinheiros e Pinheirinho, e do Parque Nacional do Superagui (PARNA)<sup>7</sup>, criado no ano de 1989 e ampliado em 1997<sup>8</sup> (IPARDES, 2001; COELHO, 2014).

A partir da década de 1990 também foram criadas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)<sup>9</sup>. A primeira foi a Reserva Natural Salto Morato, no ano de 1994, pertencente à Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. A segunda foi a Reserva Ecológica do Sebuí, vizinha ao PARNA e de propriedade da Gaia Operadora de Ecoturismo S/C Ltda. No ano de 2007, foram criadas as RPPN's Serra do Itaqui e Serra do Itaqui I, propriedades da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). E no ano de 2012, foi criada a Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus (KASSEBOEHMER, 2007; COELHO, 2014).

No ano de 2000, a partir da instituição da Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000), que é o conjunto de UC federais, estaduais e municipais. Para executar as ações definidas pelo SNUC, foi instituído no dia 28 de agosto de 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) pela Lei 11.516 (BRASIL, 2007) - vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integrante do Sistema

---

<sup>6</sup> Esta APA possui uma das maiores áreas representativas da Floresta Atlântica da região sul do Brasil e hoje reconhecida pela UNESCO como pertencente à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (ZANONI et al., 2000).

<sup>7</sup> No ano de 1999, o Parque Nacional do Superagui recebeu da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) o título de Sítio do Patrimônio Natural.

<sup>8</sup> Com a ampliação do PARNA no ano de 1997 as comunidades de Saco do Morro, Barbados, Vila Fátima, Canudal, Barra do Ararapira (que ficam na Ilha do Superagui), Caçadas e abacaxiiri, que ficam na parte continental e a pequena Ilha de Pinheiros foram anexadas como território da Unidade de conservação (KASSEBOEHMER, 2007).

<sup>9</sup>RPPN É uma unidade de conservação (UC) de domínio privado, gravada com perpetuidade na matrícula do imóvel, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. A criação desta UC não afeta a titularidade do imóvel (ICMBio).



Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Esta instituição tem poder para propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC citadas acima e todas as demais que são instituídas pela União (BRASIL, 2007).

Além do ICMBio, também existem algumas Organizações não Governamentais (ONG) conservacionistas e preservacionistas que atuam na região de Guaraqueçaba. Conforme descrito por Kasseboehmer (2007), esta atuação teve início a partir dos anos de 1980 e é um apoio para a instituição gestora. As ONG realizam projetos com o foco na educação ambiental e medidas de conscientização, o que deveria possibilitar a construção de um vínculo mais próximo com os moradores locais (KASSEBOEHMER, 2007).

As áreas naturais protegidas são classificadas em: Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável – nestes locais é permitida a permanência de moradores e a interferência humana, desde de que isto não traga riscos para a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos biológicos -, e Unidades de Conservação de Proteção Integral - nestas áreas é proibida qualquer ação humana direta e, também, que pessoas residam nestes locais. De acordo com os órgãos ambientais, estas medidas são tomadas com o intuito de garantir a manutenção de ecossistemas livres de modificações causadas pelos seres humanos (BRASIL, 2000).

As áreas de uso sustentável são classificadas em: Áreas de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural e Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Já as áreas de proteção integral correspondem às Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre (BRASIL, 2000). Os tipos de Unidades de Conservação existentes em Guaraqueçaba estão listados no quadro 1.

**QUADRO 1 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA**

<b>Nome da UC</b>	<b>Categoria (SNUC)</b>	<b>Ato e data de criação</b>	<b>Área (ha)</b>
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Proteção integral	Decreto 87.222/1982 no	13.638,90
APA de Guaraqueçaba (Federal)	Uso sustentável	Decreto 90.883/1985 no	291.498,00
Parque Nacional do Superagui (PARNA)	Proteção integral	Decreto 97.688/1989 no Lei 9.513/1997	34.254,00
APA estadual de Guaraqueçaba	Uso sustentável	Decreto nº 1228/1992	191.595,50
RPPN Salto Morato	Uso sustentável	Portaria nº 132/94 – N	2.340
RPPN Reserva Ecológica de Sebuí	Uso sustentável	Portaria nº 99/1999 - N	400,78

Nome da UC	Categoria (SNUC)	Ato e data de criação	Área (ha)
RPPN Serra do Itaqui	Uso sustentável	Portaria nº 157/2007	3.526
RPPN Serra do Itaqui I	Uso sustentável	Portaria nº 160/ 2007	392
Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus	Uso sustentável	Decreto s/nº de 05 de junho de 2012	34.179

FONTE: Adaptado de Domingues (2004).

As restrições quanto ao uso do território impostas às comunidades destes locais geram conflitos, pois estas proibições impactaram negativamente nos modos de vida das populações que habitam e dependem dos recursos naturais destes locais para sobreviver. Atualmente, os moradores de Barbados e das comunidades que se inserem dentro dos limites do PNS ou as que estão próximas a este, reivindicam a recategorização do PARNA para Reserva Extrativista (RESEX)<sup>10</sup>. As RESEX são espaços territoriais protegidos que objetivam proteger os meios de vida e a cultura de populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. Este tipo de UC pertence ao domínio do poder público, mas é gerenciada por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável e também por representantes das populações tradicionais residentes na área, por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

<sup>10</sup> As Reservas Extrativistas foram introduzidas pela Lei 9.985/00, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por sua vez regulado pelo Decreto nº 4.340/02. Elas são criadas por lei e administradas pelo órgão ambiental correspondente: se lei federal, a responsabilidade será do Instituto Chico Mendes (ICMBio); se lei estadual ou municipal, será responsabilidade do órgão ambiental do estado ou município.

Sendo este conselho que aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista (Unidades de Conservação do Brasil, [S.D.]). Desta forma, a participação da população local poderá ser ativa, garantindo os seus direitos de uso dos recursos locais.

## 2.2 CARACTERIZAÇÃO E INSERÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo transversal, quali-quantitativo, tipo censo, desenvolvido na Comunidade de Barbados, município de Guaraqueçaba, Paraná (PR). O objetivo da investigação foi caracterizar o sistema alimentar da população local, com base nos dados coletados durante a pesquisa. Vale ressaltar que a definição de sistema alimentar utilizada neste trabalho foi a proposta por Pelto, Goodman, Dufour (1981), o qual descreve que o termo sistema alimentar pode indicar todas as atividades, instituições sociais, entrada e saída de materiais e conhecimentos culturais - dentro de um grupo social - que está envolvido com a produção, distribuição e consumo de alimentos.

A coleta de dados foi dividida em duas etapas, a primeira teve duração de dois meses, com início no segundo semestre do ano de 2016, e a segunda teve duração de aproximadamente um mês, e foi realizada no primeiro semestre de 2017. Durante o primeiro semestre de 2016, também foi realizado um pré-campo. Nos próximos itens, serão descritas com mais detalhes cada uma destas etapas.

### 2.2.1 Pré-campo

Com o intuito de apresentar a proposta da pesquisa e de obter autorização para a sua realização, considerando o direito à consulta dos PCT, disponível no artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (OIT, 2011), foram realizadas duas viagens de pré-campo para a região do estudo. A primeira viagem ocorreu no mês de abril de 2016, para Barbados, com duração de três dias. Neste momento, foi estabelecido o contato inicial entre a pesquisadora, os moradores locais, o presidente da associação dos moradores e alguns integrantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MOPEAR). Após esta viagem foram realizados contato via e-mail e telefone com os representantes da comunidade e do movimento até que foi definida uma data para a apresentação do projeto.

A segunda viagem foi realizada pela pesquisadora, em conjunto com o professor Maurício Soares Leite (orientador do projeto), no mês de junho de 2016. Neste momento, o destino foi a comunidade da Barra do

Superagui e Varadouro, – ambas localizadas na região de Guaraqueçaba. O projeto de pesquisa foi apresentado durante a reunião mensal do MOPEAR, que ocorreu no Varadouro, situação em que vários membros do movimento estavam presentes e puderam esclarecer suas dúvidas e também opinar sobre a relevância da pesquisa e sua contribuição para a população de estudo. A decisão em relação ao local ocorreu apenas após a reunião, e a assinatura da autorização para a realização da pesquisa foi emitida no dia 17 de julho pelo presidente da associação de moradores de Barbados.

A coleta de dados no campo iniciou no mês de setembro de 2016, após a emissão da autorização para a realização da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Vale aqui destacar a importância deste contato inicial com a população do estudo, que se refletiu em uma relação de confiança entre estes indivíduos e a pesquisadora no decorrer de todo trabalho.

Diante deste contexto, o direito e a importância destas populações serem previamente consultadas são evidentes, para que desta forma possam atuar como sujeitos de direito.

### **2.2.2 Etapas do trabalho de campo**

A primeira etapa do trabalho de campo ocorreu no segundo semestre de 2016, com início no mês de setembro e duração de dois meses (durante o final do inverno e início da primavera). A segunda etapa iniciou no mês de abril de 2017, e durou aproximadamente um mês (contemplou o início do outono).

Durante as duas etapas da coleta de dados, a pesquisadora ficou hospedada na residência de uma família da comunidade, nesta unidade doméstica (UD) viviam quatro pessoas, o casal e dois filhos. É importante ressaltar que durante a permanência em campo foram realizadas viagens para outras comunidades (Guaraqueçaba, Barra do Superagui, Tibicanga, Colônia, Paranaguá) e em algumas ocasiões a pesquisadora passou a noite nestes locais, na casa de parentes da família onde estava hospedada.

Durante os primeiros dias de trabalho de campo, a pesquisadora informou aos moradores de Barbados, especialmente às mulheres, o objetivo da pesquisa e a importância da sua permanência na comunidade.

Ao longo dos quase três meses de coleta de dados em campo, desenvolveu-se uma pesquisa etnográfica utilizando a técnica da observação participante, a aplicação de entrevistas diretas (semiestruturadas) e informais, e também a realização do inquérito

alimentar se utilizando o Recordatório Alimentar de 24 horas (RA 24h). Abaixo será realizada uma descrição detalhada destas técnicas.

### 2.3 MÉTODO ETNOGRÁFICO

O termo etnografia é originário da palavra grega *ethno* que significa nação, povo, e *graphein* que no português quer dizer escrever. Este método é, por excelência, utilizado pela antropologia, e atualmente também é empregado em outros campos do saber como a sociologia, história e comunicação social.

Considerando a complexidade que é descrever um sistema alimentar, o método etnográfico foi o escolhido para este propósito, pois de acordo com Peirano (1995: 135), “a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada”, pelo fato, de que, ao se observar o objeto de estudo com a perspectiva etnográfica, é possível desafiar os conceitos estabelecidos no confronto que tange a teoria e o senso comum do pesquisador.

Para Geertz (1978: 20):

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho desbotado, cheio de elipses, incoerências emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.

Conforme descrito por Malinowski (1978: 374): “Há, porém, um ponto de vista mais profundo e ainda mais importante do que o desejo de experimentar uma variedade de modos de vida humano: o desejo de transformar tal conhecimento em sabedoria...”

O método etnográfico também é amplamente utilizado por permitir a construção de um relacionamento intensivo e de longo prazo com os informantes, o que possibilita a construção de uma relação familiar entre o pesquisador e o objeto de estudo (PELTO; PELTO; MESSER, 1989).

A prática etnográfica envolve várias técnicas e processos, nesta pesquisa as técnicas utilizadas foram: a observação participante, aplicação de entrevistas diretas (semiestruturadas) e indiretas e a realização de inquéritos alimentares. Estas técnicas serão descritas na continuidade do texto.

### 2.3.1 Observação participante

Durante os três meses de permanência em campo, a técnica da observação participante foi aplicada, e consiste em examinar todo o tipo de evento dentro de um contexto determinado. Segundo Clifford (1998: 33):

A observação participante serve como uma fórmula para o contínuo vai vêm entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. Acontecimentos singulares, assim, adquirem uma significação mais profunda ou geral, regras estruturais, e assim por diante.

Durante a realização do trabalho de campo, as observações ocorreram tanto na comunidade como em idas às comunidades próximas, em atividades habituais e esporádicas dos moradores de Barbados. A pesquisadora esteve em contato, principalmente, com as mulheres do local.

Entre as diversas atividades vivenciadas durante este tempo, é possível destacar os trabalhos desenvolvidos na roça, a preparação das refeições, limpeza de peixes e de camarão, retirada de ostras e mariscos no mangue, limpeza da casa e do “terreiro”, participação em celebrações da igreja Católica e da Congregação Cristã do Brasil, visita na escola de Barbados e da comunidade de Tibicanga, visitas à Guaraqueçaba, Barra do Superagui e Colônia, auxílio na organização e participação de festas de aniversário, festa de dia das crianças, acompanhamento na atividade de pesca, registro diário durante quatro semanas dos alimentos ofertados na alimentação escolar, estabelecimento de diálogos informais com várias pessoas, desde crianças até idosos, etc.

Vale aqui ressaltar que, em decorrência da localização da casa da família que a pesquisadora ficou hospedada, a maior parte das observações foram referentes ao cotidiano das quatro famílias que residem no Saco do Barbado. Diante desta situação teve-se o cuidado de realizar a triangulação dos dados<sup>11</sup>, objetivando certificar se as

---

<sup>11</sup> A “triangulação de dados” refere-se à recolha de dados recorrendo a diferentes fontes (DUARTE, 2009).

observações feitas nestas UD se repetiam nas outras residências da comunidade (Sambaqui e Ponta do Morro).

Para o registro das observações foi utilizado um diário de campo, neste a pesquisadora anotava diariamente todos os acontecimentos observados no cotidiano da comunidade - frases soltas, comportamentos curiosos e imprevistos, técnicas desconhecidas, entre outros - bem como o contexto no qual foi realizada a coleta destes dados. Com o passar do tempo, identificou-se a necessidade de utilizar uma caderneta de campo, pois a depender do dia, em decorrência do envolvimento em outras atividades, a pesquisadora não conseguia parar durante o decorrer deste para escrever as observações de forma detalhada, então anotava os pontos observados para serem desenvolvidos com mais detalhes no período noturno, isto ajudava a não perder informações importantes. Em alguns momentos específicos, além das anotações, diante da anuência dos participantes, foram utilizados outros instrumentos para o registro dos dados, como gravador de áudio e a câmara fotográfica.

### **2.3.2 Entrevistas diretas e indiretas**

Os dados socioeconômicos sobre as embarcações e a disponibilidade de plantas nas roças, quintais e hortas foram coletados a partir da realização de uma entrevista semiestruturada, durante o mês de outubro de 2016. Durante a segunda etapa do campo, com exceção do questionamento sobre a renda monetária, o restante das perguntas não foram repetidas. Das dezessete famílias residentes na comunidade, quatorze responderam a esta entrevista, e três não concordaram em participar. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado junto ao comitê de ética em pesquisas com seres humanos da UFSC (TCLE) (Apêndice 1).

As entrevistas normalmente eram agendadas com a mulher da casa, no dia anterior a entrevista, conforme a disponibilidade de cada UD. Em algumas residências, mais de uma pessoa respondeu aos questionamentos. Com exceção de uma casa, a aplicação da entrevista convergiu com o dia do início da coleta dos dados de consumo alimentar. Em média, foram realizadas três entrevistas ao dia, distribuídas entre o período matutino e vespertino, com duração de 40 minutos até 4 horas.

A entrevista semiestruturada foi guiada por um questionário (Apêndice 2) composto por perguntas abertas e fechadas, elaborado pela pesquisadora. A princípio, houve uma tentativa de seguir uma ordem dos questionamentos, mas isso nem sempre foi possível, neste caso a ordem



das perguntas foi provisoriamente determinada, de acordo com o ritmo da conversa.

A pesquisadora foi a responsável pela condução do diálogo. No início da conversa foram fornecidas todas as informações sobre a pesquisa e o TCLE, também foram esclarecidas dúvidas, e realizada a leitura do termo para que, desta forma, a família pudesse decidir em participar ou não do estudo. Somente após a autorização, por parte do participante, que se iniciou a aplicação da entrevista.

Além das entrevistas diretas semiestruturadas, foram realizadas entrevistas informais constantemente. Antes da ida a campo foram definidos os pontos relevantes a serem investigados, dos quais eram realizadas leituras frequentes durante o trabalho em campo, para que todos os temas fossem devidamente abordados. As conversas informais estabelecidas com diversos moradores da comunidade eram guiadas, em partes, por estes assuntos, considerando desde crianças até idosos, e também com atores de outras comunidades da região e de diferentes localidades.

Estas conversas possibilitaram uma melhor compreensão de fatos observados durante o campo, sendo essencial para a pesquisa. Este tipo de técnica faz com que o entrevistado tenha uma participação ativa, e que a relação entre entrevistador e entrevistado não apresente um caráter hierárquico.

### **2.3.3 Recordatório alimentar de 24 horas (RA 24 h)**

Levando em consideração o tempo disponível para a realização do trabalho de campo, o que inviabilizava a pesagem de todos os alimentos consumidos pela UD durante seis dias, o método de escolha para a coleta dos dados de consumo alimentar foi RA 24 h. Este método é frequentemente utilizado para a avaliação da ingestão de indivíduos, podendo também ser aplicado a grupos populacionais, sendo considerado um padrão ouro para este tipo de avaliação.

A utilização do RA 24 h possibilita a quantificação de todos os alimentos e bebidas ingeridos no período anterior à entrevista, que podem ser as 24 horas precedentes, ou mais comumente, o dia anterior (FISBERG et al., 2005). No caso do estudo em questão, foram consideradas todas as refeições realizadas no dia anterior à coleta dos dados.

A aplicação deste instrumento foi baseada na metodologia utilizada por Murrieta, Dufour e Siqueira (1999), em estudo realizado com populações caboclas, com devidas adaptações. Para a aplicação do

RA 24 h, utilizou-se um questionário semiestruturado (APÊNDICE 3), o qual, além de abordar informações sobre o horário das refeições, nome e quantidade dos alimentos/preparações consumidas, e número de pessoas participantes das refeições na unidade doméstica, também contemplava informações qualitativas, referentes ao modo de preparo e origem dos alimentos.

Para a coleta dos dados de consumo alimentar, o entrevistado era preferencialmente o responsável pela preparação da refeição, função normalmente desenvolvida pela mulher, com exceção de um domicílio, no qual quem exercia esta função era um homem que morava sozinho. Em alguns momentos, a entrevista foi respondida por mais de uma pessoa. Sempre que possível, a coleta de dados do consumo alimentar foi realizada na cozinha, local onde as refeições eram preparadas e consumidas, o que auxiliava no estímulo da memória do respondente, facilitando assim a descrição dos alimentos.

No início da entrevista, a pesquisadora forneceu explicações sobre o método e o motivo pelo qual aqueles dados seriam coletados. Em seguida, os entrevistados eram questionados sobre todos os alimentos consumidos e as refeições preparadas e realizadas pelos moradores da UD, nas últimas 24 horas, contemplando o registro de todas as informações já descritas acima. Nos casos em que o respondente apresentou dúvidas sobre o consumo de algum integrante da família, este indivíduo foi posteriormente questionado, pois alimentos consumidos fora do domicílio também foram considerados e calculados juntamente com o consumo total da casa. Os alimentos consumidos por visitantes foram descontados.

No final de cada entrevista, a pesquisadora retomava a lista de alimentos citados com o intuito de checar se o entrevistado havia esquecido de relatar algum alimento, e também questionava sobre a ingestão de doces, bolachas, e farinha de mandioca, os quais eram frequentemente esquecidos.

Para auxiliar na quantificação das porções dos alimentos, houve situações em que se utilizou utensílios disponíveis na residência. Em alguns casos também foi realizada a pesagem dos alimentos crus (pré-preparo). Para esta atividade utilizou-se uma balança digital, com precisão de 0,001 quilogramas (kg) e capacidade de 10 Kg, da marca *Plenna*.

As entrevistas eram agendadas com um dia de antecedência. A primeira visita teve duração média de 1 hora e 30 minutos, pois conforme descrito no item 2.3.2, além dos de consumo, neste dia também foi aplicada a entrevista semi-estruturada. No restante dos dias, o tempo

desprendido para a aplicação do RA 24h foi reduzido, com duração de aproximadamente 40 minutos.

Durante a primeira etapa de trabalho de campo, a coleta dos dados de consumo alimentar foi realizada apenas durante o segundo mês de permanência da pesquisadora na comunidade. No decorrer dos primeiros 30 dias, iniciou-se um cuidadoso levantamento etnográfico das práticas alimentares e econômicas da população local, o que possibilitou o desenvolvimento de uma familiaridade com os alimentos normalmente consumidos, receitas e utensílios utilizados, horários das refeições, formas de aquisição de alimentos, entre outros. A obtenção destas informações, anterior à aplicação do instrumento, subsidiou um registro mais fidedigno do consumo, e também uma melhor compreensão dos ‘canais’ de circulação de alimentos entre eles. A segunda etapa da aplicação do inquérito alimentar ocorreu durante os meses de abril/maio de 2017, utilizando-se a mesma metodologia. O fato da pesquisadora já estar familiarizada com os moradores do local tornou esta etapa mais fácil, tanto na relação entre as partes (pesquisador e nativo) como para o registro do consumo dos alimentos.

Nas duas etapas, as avaliações do consumo alimentar foram realizadas no domicílio da família, em três dias não consecutivos – dois dias de semana e um de final de semana - totalizando a aplicação de seis RA de 24 h em cada UD, buscando contemplar as variações de consumo entre os diferentes dias da semana.

Ainda com o intuito de identificar as variações no consumo alimentar decorrentes das alterações cíclicas na produção e aquisição dos alimentos que ocorrem ao longo do ano, os questionários foram aplicados em duas estações -primavera e outono. Mas, vale aqui ressaltar que, como reflexo da restrição de tempo para o desenvolvimento da pesquisa, as variações de consumo alimentar no inverno e verão não foram observadas. Com base nos dados coletados durante o estudo etnográfico, foi possível identificar que existe uma diferença significativa e marcante na utilização dos recursos naturais nas diferentes épocas do ano, o que pode refletir - diretamente e indiretamente - no consumo alimentar da população. Sendo assim, não é possível generalizar os dados coletados durante os meses de trabalho de campo para todo o ano.

## 2.4 ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com Geertz (1989), a análise dos dados corresponde à terceira etapa da pesquisa etnográfica, a qual ele denomina como *being*

*here*, momento em que o pesquisador volta para sua casa e transfere todas as observações para o papel.

Uma questão importante a ser considerada no que se refere a esta etapa do estudo em questão, é o fato de que a unidade de análise utilizada não foi o indivíduo - como é de costume em estudos na área da nutrição -, mas sim a UD, uma vez que o lar é o *locus* de muitas decisões (PELTO; PELTO; MESSER, 1989). Na maioria das sociedades, a família tem um papel privilegiado como principal local de produção e reprodução econômica, social e biológica, das populações (PELTO; PELTO; MESSER, 1989; MURRIETA, 1998). De acordo com Pelto, Pelto e Messer (1989:48, 49), é preciso que os pesquisadores percebam que as famílias normalmente contêm os mais importantes fatores micro ambientais que afetam condições individuais, sendo esta uma característica relevante da antropologia nutricional. Este tipo de análise também é considerada a mais adequada quando se trata de populações não industriais, se comparada à análise de nível individual, que normalmente é aplicada em sociedades industriais (DUFOUR; TEUFEL, 1995).

A partir da análise dos dados coletados durante a observação participante, aplicação das entrevistas diretas semi-estruturadas e indiretas, e do inquérito alimentar, foi realizada uma análise e descrição quali-quantitativa do sistema alimentar da comunidade de Barbados.

Os dados coletados com a técnica da observação participante, parte das entrevistas diretas e entrevistas informais, foram descritos qualitativamente, já os dados coletados a partir da aplicação do RA 24h e parte das entrevistas semi-estruturadas, foram descritos qualitativamente e também expressos quantitativamente. As informações dos dados socioeconômicas foram tabulados e processadas no programa Microsoft Excel 2010 e posteriormente analisadas utilizando-se a estatística descritiva. Parte destas informações foram expressas em gráficos e tabelas.

Como a metodologia desta pesquisa não contemplou a coleta de amostras das espécies vegetais e animais relatadas nas entrevistas diretas e indiretas, para posterior análise, a classificação científica das espécies foi realizada a partir dos dados de estudos realizados anteriormente em comunidades caiçaras da região de Guaraqueçaba, São Paulo e Rio de Janeiro - as quais também residem em áreas predominantemente ocupadas pelo bioma da mata atlântica - e que desenvolveram este tipo de análise. Porém, é importante ressaltar que mesmo diante das semelhanças existem diferenças entre estas regiões, o que pode ter resultado em erros na classificação das espécies. As espécies que não

foram identificadas nestes estudos foram classificadas utilizando-se literaturas taxonômicas.

Em relação aos dados de consumo alimentar, todos os alimentos consumidos pela população, relatados no RA 24h, durante outono e primavera, foram listados, o que possibilitou a descrição qualitativa dos itens alimentares em termos de diversidade.

Também foi realizada a quantificação do consumo de quilocalorias (Kcal), proteína e carboidratos (CHO) de cada uma das UD com o intuito de identificar a contribuição de cada fonte alimentar na oferta de energia e macronutrientes (proteína e carboidrato). Para esta etapa, primeiramente realizou-se a transformação de medida caseira para gramas, dos alimentos que não haviam sido pesados, utilizando-se a “Tabela para a Avaliação do Consumo Alimentar com Medidas Caseiras” de Pinheiro et al. (2008). Para a quantificação da quantidade de proteína, carboidrato e energia, utilizou-se principalmente a Tabela Brasileira de Composição dos Alimentos da Unicamp (TACO, 2004), nos casos em que não foi possível identificar os alimentos nesta fonte, foram utilizadas outras tabelas (IBGE, 1999; FRANCO, 2005; USP, 2008). Os alimentos que não constavam nestas fontes foram substituídos por itens similares, esta situação foi mais frequente em relação aos pescados.

Os alimentos consumidos foram categorizados, a princípio, em dois grupos: obtidos em mercados e recurso local, estes grupos foram divididos em subgrupos. Com o intuito de se obter informações mais específicas sobre a fonte dos alimentos a categoria mercados foi subdividida em: Venda da Comunidade, Guaraqueçaba, Bertiooga, Barra do Superagui, Almeida, Paranaguá e Curitiba. Já a categoria recurso local foi dividida em: Agricultura, Pesca, Caça e Coleta. Além desta divisão, os alimentos também foram categorizados em proteína vegetal ou animal, e provenientes ou não de doação. Esta categorização possibilitou a identificação da fonte de cada item alimentar. Após a inserção dos alimentos nos grupos, foi realizada a quantificação (expressa por porcentagem) - utilizando-se o Microsoft Excel 2010 - da contribuição de cada fonte alimentar na oferta de quilocalorias, carboidrato e proteína. Esta análise possibilitou identificar a relevância de cada fonte para a subsistência dos caiçaras de Barbados, não apenas em relação a questões nutricionais, mas da mesma forma que proposto por Murrieta (1998), investigando a interação e o fluxo de alimentos, de indivíduos e unidades domésticas com sistemas socioeconômicos e políticos mais abrangentes.

## 2.5 DEVOLUTIVAS PARA A COMUNIDADE

1. Será disponibilizada uma cópia desta dissertação para o presidente da associação de moradores de Barbados e para o MOPEAR;
2. Os moradores da comunidade serão convidados a participar de uma reunião com a pesquisadora, prevista para o mês de setembro de 2017, onde os principais resultados serão expostos e discutidos com a comunidade; as possibilidades de incorporação dos resultados e das discussões realizadas na pesquisa aos movimentos locais pelos direitos nativos serão debatidas.
3. Serão elaborados resumos executivos destinados à Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e ICMBio, nos quais serão descritos os principais resultados do estudo.

## 2.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

- Uma limitação marcante deste estudo é o fato da coleta dos dados não ter sido realizada em todas as estações do ano, o que, em alguns momentos restringiu a discussão devido às variações associadas à sazonalidade e a impossibilidade de generalização dos dados para todas as épocas do ano;
- Não foram coletadas amostras das plantas e peixes para posterior identificação em laboratório. Neste caso, a classificação científica das espécies citadas nas entrevistas foi realizada a partir dos dados disponíveis em outros estudos que foram desenvolvidos em comunidades caiçara da região do estudo, de São Paulo e Rio de Janeiro - considerando que estes também habitam áreas ocupadas pelo bioma da Mata Atlântica, o que deve resultar na semelhança das espécies – e que tiveram o cuidado metodológico de realizar a coleta e identificação dos materiais vegetais e animais;
- As limitações associadas ao próprio método do Recordatório Alimentar de 24 horas que envolve a memória do respondente, dificuldade para estimar porções, omissão de itens consumidos;
- A dificuldade que os participantes apresentaram para estimar alimentos consumidos fora da UD;
- Em sua natureza etnográfica, os achados do estudo não podem ser diretamente extrapolados para outros contextos, no entanto, entendemos que também por sua natureza a pesquisa busca justamente as especificidades e nuances locais. É que a descrição, análise e compreensão aprofundadas deste contexto etnográfico específico subsidiará importantes discussões acerca da realidade caiçara em outros locais.

## 2.7 ASPECTOS ÉTICOS

Levando em consideração a importância do direito à consulta dos PCT, defendida na Convenção 169 da OIT, no artigo 6º (OIT, 2011), conforme descrito no item 2.2.1, antes do início do trabalho de campo na comunidade de Barbados, foram realizadas duas viagens para a região da pesquisa. O objetivo do pré-campo foi estabelecer relações iniciais com os moradores da comunidade, apresentar o projeto de pesquisa e desta forma obter a autorização, por parte dos moradores do local e do MOPEAR, para o desenvolvimento do estudo.

A coleta de dados respeitou todas as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos que compõe a Resolução nº 196/96 (BRASIL, 1996).

Além da obtenção da autorização por parte dos moradores de Barbados e do MOPEAR, antes do início da coleta de dados, o projeto também foi qualificado junto ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição (PPGN) e autorizado pelo CEPESH da UFSC sob o protocolo nº 1.692.221.

A anuência da comunidade não dispensou a obtenção do TCLE, conforme estabelecido na Resolução nº 466 de 2012 - Consentimento livre e esclarecido - anuência do participante da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após a pesquisadora esclarecer de forma completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta poderia acarretar (BRASIL, 1996).

No início do trabalho de campo, a pesquisadora informou a todas as famílias da comunidade o motivo da sua permanência no local. No momento em que a coleta de dados foi realizada diretamente com um integrante da UD, este também recebeu explicações sobre o TCLE, e posterior leitura do mesmo. Após o fornecimento de todas as informações, e o esclarecimento das dúvidas, o indivíduo que seria entrevistado optava por participar ou não da pesquisa. Os que aceitavam assinaram o TCLE, houve um caso em que o entrevistado era analfabeto, nesta situação seu filho recebeu todas as informações e assinou.

Com o intuito de evitar ao máximo qualquer tipo de inconveniente e desconforto aos participantes, a pesquisadora teve como prioridade o estabelecimento de relações amistosas e respeitadas com os residentes do local, respeitando integralmente os valores e costumes da comunidade. O nome das pessoas entrevistadas e os dados coletados

foram tratados de forma sigilosa com o intuito manter a privacidade dos participantes; os nomes descritos no decorrer deste trabalho são fictícios.



### 3 POPULAÇÃO

Neste capítulo será realizada uma descrição dos caiçaras. Em princípio, serão abordados os aspectos históricos gerais desta população, contemplando os caiçaras do Paraná (PR), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Sequentemente, considerando as especificidades existentes dentro deste segmento populacional, a discussão se voltará para os caiçaras da região de Guaraqueçaba (PR). E, por fim, serão expostas informações coletadas durante o trabalho de campo sobre os caiçaras da comunidade de Barbados (PR).

O objetivo deste capítulo é proporcionar ao leitor um entendimento geral da história desta população, à luz das transformações que vem afetando seus modos de vida.

#### 3.1 OS CAIÇARAS: UM POUCO DA HISTÓRIA

A palavra *caá-içara* é originária do vocabulário Tupi-Guarani (SAMPAIO, 1901) e significa a estacada, o tapume, a trincheira, o cercado, nomes que se referem às armadilhas utilizadas para a captura de peixes. Com o passar do tempo este termo foi adquirindo diferentes significados, sempre relacionados com a praia e os moradores do litoral (ADAMS, 2000); atualmente caiçara é o nome atribuído às comunidades tradicionais do litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (DIEGUES, 1998).

De acordo com Ribeiro (1995: 19), a população brasileira surgiu:

“... da confluência, do entrelaçamento e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo...”.

A formação deste “povo novo” se deu ao longo do litoral brasileiro, após o descobrimento do Brasil, pois por muito tempo o litoral foi praticamente a única área de povoamento (ADAMS, 2000). De acordo

com Mussolini (1980: 219 e 220), mesmo diante da extensão do litoral brasileiro é possível observar elementos culturais e sociais comuns a toda população que habita esta região. Isto ocorreu porque as influências que contribuíram para a formação da base cultural destas populações foram as mesmas.

As “novas populações” tiveram com característica sociocultural de adaptação ao meio, o qual, em grande parte, reflete traços da cultura indígena, e formaram uma cultura voltada para a terra (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Mesmo diante das semelhanças existentes entre estas populações, também existem diversas variantes locais (DIEGUES; ARRUDA, 2001:28).

Para alguns autores, as aberturas estabelecidas entre os grandes ciclos econômicos da época do Brasil colônia, foram responsáveis pela formação das comunidades caiçaras. O que se fortaleceu quando as atividades voltadas para a exportação entraram em declínio (DIEGUES, 1979; MOURÃO, 1971).

Devido ao pouco contato estabelecido entre os caiçaras e as áreas urbanas até meados do século XX, eles desenvolveram um tipo de vida relativamente autônomo, no qual estabeleceram uma relação de dependência e intimidade com o seu habitat, o que resultou em um aproveitamento intensivo dos recursos naturais durante muito tempo (MUSSOLINI, 1980). No próximo item, será realizada uma breve descrição de aspectos da subsistência desta população desde a sua formação.

Vale aqui ressaltar que desde a colonização, com base na perspectiva europeia, os povos indígenas vêm tendo seus direitos territoriais negados e são vistos como ocupando estes locais de forma não efetiva.

### **3.1.1 Subsistência caiçara**

Devido ao caráter predominantemente agrícola da nossa colonização, as terras litorâneas que possibilitaram o desenvolvimento desta atividade (com solo fértil e posição estratégica para o transporte) foram as mais habitadas. Desta forma, nestes locais houve a formação de aglomerados grandes e médios com pequenos núcleos populacionais ao seu redor (MUSSOLINI, 1980; ADAMS, 2000).

Em princípio, estes núcleos mantinham relações, em maior ou menor intensidade, com cidades - como por exemplo a cidade de Paranaguá, Parati, Iguape, Ubatuba e Santos - localizadas próximas às comunidades, que se formaram para atender as demandas da economia da

época e foram de grande importância durante a história colonial. Estas cidades praticavam atividades voltadas para a exportação, já as comunidades rurais produziam itens agrícolas (farinha de mandioca, peixe, café, etc.) enviando-os aos núcleos maiores parte de sua pequena produção destinada ao comércio (ADAMS, 2000; DIEGUES; ARRUDA, 2001). A partir de 1887, houve a decadência destes centros econômicos, há registros de que o motivo principal foi o fim da escravatura. Neste momento muitos agricultores abandonaram suas terras e mudaram para o planalto, os que permaneceram no local limitaram suas culturas. A produção, em especial agrícola, passou a ser praticamente toda voltada para a subsistência das famílias (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Mesmo após o declínio destes núcleos comerciais, as populações dos bairros rurais (autossuficientes) não se tornaram totalmente isoladas. Elas seguiram mantendo ligações com os centros urbanos pelas relações políticas, religiosas e econômicas. Além de fornecer insumos para manter a unidade doméstica, os grupos caçaras também produziam um pequeno excedente que servia como moeda de troca para a aquisição de bens externos, não produzidos nas comunidades rurais, como: sal, pólvora, etc. (MARCILIO, 1986; ADAMS, 2000). Algumas destas comunidades tinham dificuldade para se comunicar com os centros urbanos e com as demais comunidades rurais, em decorrência dos obstáculos existentes no caminho entre elas. O fato das ‘canoas de voga’ serem o principal meio de transporte de pessoas e mercadorias até as primeiras décadas do século XX, dificultava o transporte, mantendo essas comunidades isoladas (MUSSOLINI, 1980; DIEGUES; ARRUDA, 2001).

O tipo de plantio desenvolvido por esta população era a agricultura itinerante de subsistência, prática herdada dos indígenas (ADAMS, 2000). Esta técnica baseia-se no corte e posterior queima de trechos da floresta, formando clareiras, onde era feito o cultivo por poucos anos, alternando com o repouso da terra por vários, o que possibilitava a reconstrução da floresta e reposição do húmus fertilizador (MARCILIO, 1986; ADAMS, 2000). Esse tipo de agricultura, também conhecida como roça de toco, era a principal fonte de alimentos destes grupos, sendo complementada pela caça, pesca e coleta (MUSSOLINI, 1980; ADAMS, 2000; DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Alguns autores apontam para a implementação das leis ambientais, a queda do preço dos produtos agrícolas, e o acesso desta população a novas tecnologias (como o barco a motor e o cerco flutuante), como fatores que estimularam o desenvolvimento da pesca e fizeram com que esta atividade ocupasse o lugar da agricultura, e se tornasse a

atividade econômica mais importante para grande parte desta população (ADAMS, 2000; BEGOSSI, 2006).

Alguns trabalhos identificam os caiçaras como pescadores que realizam atividades agrícolas de forma acessória, possuindo todo um universo voltado para o mar, sendo considerados por alguns autores como pescador-lavrador (ADAMS, 2000). Essa questão tem sido palco de discussões, pois há autores que julgam ser muito difícil classificar o pescador-lavrador como um agricultor que pesca, ou um pescador que planta, já que cada uma destas atividades requer conhecimentos específicos - o lavrador domina os conhecimentos da terra e dos fenômenos naturais relacionados com a plantação, já o pescador domina as técnicas e detém conhecimentos do mar - sendo ambas atividades da mesma intensidade e regularidade (SILVA, 1989).

Alguns pesquisadores consideram que a realização das atividades da terra em conjunto com a exploração do mar é o que garantiu, e em algumas comunidades ainda garante, a subsistência dos caiçaras. Devido a questões de sazonalidade, os produtos provenientes da agricultura preenchem o vácuo deixado pela escassez do pescado em algumas épocas do ano (ADAMS, 2000). Para Begossi (1999; 2011) foi através do consumo e da venda de mandioca e peixe, que os caiçaras têm se mantido como habitantes da costa da Mata Atlântica, desde a vinda dos portugueses ao Brasil. Atualmente, além da pesca, o turismo também é uma atividade econômica importante para parte significativa desta população (BEGOSSI, 2006). Em estudo realizado na Ilha do Araújo e Ponta Negra, em Paraty, local onde vivem populações caiçaras, as autoras observaram que a subsistência das famílias que residem nestes locais depende tanto de atividades que geram alimentos, como das atividades que geram renda através do turismo (GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

A mesma realidade foi encontrada nas comunidades da Ilha do Cardoso, litoral de São Paulo (MIRANDA; HANAZAKI, 2008) e na Ponta do Almada, em Ubatuba, (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996), onde a atividade da pesca se intercala com o turismo. Na temporada, muitos dos moradores da Ponta do Almada se dedicam a este tipo de atividade, trabalhando como caseiros, alugando casas, atuando como guias etc. (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; BEGOSSI, 2006). De acordo com Hanazaki et al. (2013), a diversidade de atividades de subsistência e a flexibilidade que as famílias têm ao lidar com crises econômicas e ambientais aumentam as chances destas comunidades estarem em segurança alimentar (HANAZAKI et al., 2013; GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

Diante deste contexto, é possível perceber que desde de seu estabelecimento os caiçaras vêm sendo impactados por transformações, mas nas últimas décadas elas estão se intensificando e afetando, de forma significativa, os meios de subsistência, e conseqüentemente os modos de vida desta população. A criação de Unidades de Conservação; construção das primeiras estradas de rodagem que ligaram o litoral ao planalto - resultando no fluxo migratório, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro - com a construção da Rio Santos; aumento da especulação imobiliária; inovações tecnológicas, urbanização, etc., são alguns dos fatores que motivaram estas transformações (ADAMS, 2000; DIEGUES; ARRUDA, 2001; BEGOSSI, 2006). No próximo item esta discussão será aprofundada.

### **3.1.2 Transformações**

Desde do período de colonização, os caiçaras vêm sofrendo constantes transformações de caráter social, cultural e econômico. No princípio, estas transformações ocorriam lentamente e eram resultado da alternância entre os períodos de prosperidade - em que outras atividades econômicas eram oferecidas e suas atividades tradicionais eram abandonadas em favor daquelas - e períodos de estagnação - momento em que o caiçara normalmente retornava para a área rural e voltava a realizar suas atividades tradicionais - a fim de garantir sua subsistência (ADAMS, 2000).

Nas últimas décadas estas transformações passaram a ocorrer de forma acelerada, com a implementação de UC, a chegada do turismo, intensificação da pesca comercial, urbanização do litoral, pesca embarcada, chegada do barco a motor, entre outras (BEGOSSI; LEITÃO-FILHO; RICHEISON, 1993; BEGOSSI; FIGUEIREDO, 1995; ADAMS, 2000; GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

Em São Paulo as transformações passaram a ocorrer de forma mais intensa a partir da metade do século XX, com a abertura das estradas de acesso ao litoral norte do Estado (ADAMS, 2000). Diegues (1983) relata que por volta da década de 1950 as atividades predominantemente agrícolas foram substituídas pela pesca. Em Barbados esta transição parece ter ocorrido um pouco mais tarde, na década de 1980, como resultado da criação do Parque Nacional do Superagui (PARNA), que é citado como o principal motivo das mudanças percebidas pela população local nas últimas décadas. Situação semelhante foi observada na Ponta do Almada (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996).

Mesmo com as modificações nas atividades de subsistência, os caiçaras da comunidade da Ponta do Almada ainda apresentam uma forte dependência dos recursos naturais (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996), fato que também foi observado em estudo realizado em comunidades caiçaras de Paraty (GIRALDI; HANAZAKI, 2014) e na comunidade de Barbados no litoral do Paraná (COELHO, 2014).

Modificações significativas na pesca também foram observadas por Lopes e Begossi (2008) em estudo realizado na comunidade do Puruba (litoral de São Paulo), onde ocorreu uma diminuição da quantidade de peixes capturados diariamente e anualmente, além de uma diminuição na riqueza de espécies. Os autores apontam que o avanço da especulação imobiliária cooperou com a formação deste cenário. Neste local, após serem privados da posse das praias, os caiçaras foram obrigados a trabalhar como caseiros, pedreiros e se mudar para lugares distantes do mar, onde se tornou mais difícil manter a prática das atividades pesqueiras (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

O turismo em massa é outro fator que vem contribuindo para a descaracterização da cultura caiçara, pois durante os meses de verão, grande parte da população caiçara abandona suas atividades regulares para prestar serviços (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; DIEGUES; ARRUDA, 2001). De acordo com Hanazaki, Leitão-Filho e Begossi (1996) o aumento das atividades relacionadas com o turismo na comunidade da Ponta do Almada é reflexo da implantação do Parque Estadual da Serra do Mar, cujo limite se encontra na comunidade (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996).

Em Barbados, a implementação de UC também refletiu em um pequeno aumento de atividades voltadas para o turismo, porém, neste local o fluxo de turistas ainda é baixo, normalmente estes são provenientes da Barra do Superagui - comunidade próxima de Barbados que apresenta uma melhor estrutura para a recepção de turistas - e permanecem por um curto período de tempo na comunidade (DUARTE, 2013).

A implementação de áreas naturais protegidas em grande parte do território, onde os caiçaras habitam, e as leis ambientalistas, afetaram significativamente estas populações e seguem sendo responsáveis pelas transformações nos seus modos de vida. Essas leis que defendem a proteção da biodiversidade não consideraram a estreita relação existente entre estas sociedades e o espaço que habitam (do qual eles são dependentes para sobreviver) (BEGOSSI; SALIVONCHYK; SILVANO, 2014; COELHO, 2014) e a contribuição destes na construção e conservação deste ambiente (BARRETO-FILHO, 2006; BALÉE, 2008).

Pesquisas identificaram evidências que comprovam que as transformações primárias da paisagem ocorreram em diversas regiões do mundo com características bastante diferentes. Estas modificações são resultado de ações antropogênicas originadas na indigeneidade (maneiras tradicionais de conhecimento do mundo, imersas em culturas de pequena escala.) Tal fato torna estas paisagens inseparáveis das culturas – indígenas. Neste sentido Filho (2006; 118) destaca “que a biodiversidade que encontramos hoje nesses ambientes seria o resultado de complexas interações históricas entre forças físicas biológicas e sociais”. Balée (2008) também aponta que ao invés destas modificações terem causado degradação, elas resultaram no enriquecimento de espécies e em melhorias ambientais. Estudos realizados com populações caiçaras também apontam nesta direção (HANAZAKI; PERONI, 2002; PERONI, 2004; SANCHES, 2011).

Conforme descrito acima estes aspectos não são considerados pelos gerenciadores da UC, os quais limitam a realização de atividades tradicionais desenvolvidas pelos caiçaras, como a agricultura itinerante, caça, pesca e extrativismo, o que resultou e segue refletindo no aumento da migração desta população para as áreas urbanas, além de gerar conflitos entre a população e os administradores dessas unidades (BEGOSSI; FIGUEIREDO, 1995; DIEGUES; ARRUDA, 2001; BEGOSSI et al., 2004; BEGOSSI, 2010; COELHO, 2014).

Estes tipos de conflitos já deveriam ter sido solucionados considerando que desde do ano de 1962, durante a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais (Seattle/1962), já se reconhecia a possibilidade de existirem áreas que deveriam ser consideradas como exceção da regra geral de ampla proteção legal. Tal suposição foi comprovada com o passar dos anos, quando os gerenciadores da conservação da natureza se depararam com o problema da ocupação humana e utilização dos recursos em áreas protegidas. Porém, medidas efetivas para a solução desta problemática não foram tomadas, os dados apontam que a tentativa foi de implementar as áreas protegidas a um baixo custo social (BARRETO-FILHO, 2006).

Nas comunidades caiçaras de Guaraqueçaba, que se encontram dentro dos limites do PARNA, conflitos entre os gestores do parque e a população local também são constantes, o que é resultado da falta de diálogo entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - órgão ambiental responsável pela administração do Parque - e as comunidades da região (DUARTE, 2013; COELHO, 2014). Outro exemplo que ilustra esta situação é a

interferência que as UC da região de Trindade, Rio de Janeiro, têm sobre a pesca artesanal (BEGOSSE, 2011).

Além de impactar de diversas maneiras (como será possível observar no decorrer deste trabalho) tais transformações levaram à expulsão de parte da população caiçara para as cidades e ao aumento da participação destes em atividades ligadas ao comércio, como uma forma de adaptação (ADAMS, 2000).

Desde do ano de 1962, durante a na I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais (Seattle/1962), já se reconhecia a possibilidade de existirem áreas que deveriam ser consideradas como exceção da regra geral de ampla proteção legal, o que foi comprovado com o passar dos anos quando os gerenciadores da conservação da natureza se depararam com o problema da ocupação humana e utilização dos recursos em áreas protegidas. Mas medidas efetivas para a solução desta problemática não foram tomadas, os dados apontam que a tentativa foi de implementar as áreas protegidas a um baixo custo social (BARRETO-FILHO, 2006).

Diante deste cenário, os órgãos governamentais e pesquisadores têm se interessado cada vez mais por esta população (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Algumas organizações não-governamentais e institutos de pesquisa apoiam os caiçaras pela permanência em seus territórios. Esta causa também resultou na criação de associações de moradores e de movimentos que passaram a lutar por seus direitos – conforme será descrito no item 1.2.1 - iniciando um processo de reafirmação da identidade cultural caiçara, que foi desconsiderada durante décadas em detrimento dos interesses da elite urbana (DIEGUES; ARRUDA, 2001; DIEGUES, 2004; COELHO, 2014).

### 3.2 OS CAIÇARAS DE BARBADOS: ASPECTOS HISTÓRICOS

O processo de colonização na região de Guaraqueçaba teve início após alguns colonos portugueses, que estavam em busca de índios para escravizar nesta região, terem encontrado ouro nos rios Ribeira, Açungui e Serra Negra. Este fato marcou o início das atividades de mineração no Brasil. Porém, o ciclo do ouro foi curto no litoral do Paraná e entrou em decadência após o descobrimento de ouro em Minas Gerais (SCHERER, 1988; SPVS, 2000).

Nesta mesma época, no ano de 1614, Pedro Cubas – filho de Brás Cubas (fidalgo e explorador português) - deu a Diogo de Unhatte -



tabelião da ouvidoria de São Vicente - a sesmaria<sup>12</sup> denominada Paranaguá, localizada entre os rios Ararapira e Superagui, atual município de Guaraqueçaba. Após algum tempo, estas terras passaram a pertencer à Companhia de Jesus, que tinha se estabelecido em Paranaguá. Com a expulsão dos jesuítas retornou ao Estado, e pertenceu a diversos proprietários ao longo dos anos (SCHERER, 1988; SPVS, 2000).

No século XVIII, o crescimento das atividades agrícolas levou à utilização da mão de obra escrava, o que possibilitou o crescimento das fazendas que comercializavam madeira e produtos agrícolas na região desta sesmaria (SPVS, 2000).

Em 1838 foi construída a Capela do Bom Jesus dos Perdões neste local. A qual atraiu habitantes ao seu redor formando assim um povoado, que no ano de 1854 foi elevado a freguesia, o que lhe garantia alguns direitos e privilégios. Em 1880 a freguesia se tornou Vila que foi extinta no ano de 1938, e anexada como Distrito ao Município de Paranaguá. Somente em 1947 o local se tornou um município autônomo, denominado de Guaraqueçaba (SPVS, 2000).

Durante este processo, em meados do século XIX o Paraná elevou-se a categoria de Estado, o que foi um incentivo para a vinda de imigrantes de diversos países da Europa. Parte destes imigrantes se instalaram em Superagui, que faz parte do município de Guaraqueçaba. Neste sentido, o suíço Charles Perret-Gentil -cônsul geral da confederação suíça - merece destaque (BOUTIN, [19??]; SPVS, 2000).

No ano de 1852, este homem adquiriu uma área de 35.000 ha, que até então era propriedade do casal de ingleses David e Jacinthe Stevenson e formou a Colônia do Superagui. A princípio, a colônia contava com o auxílio de agências brasileiras e europeias para o alistamento e transporte de imigrantes (COELHO,2014). Em 1854, Charles Perret Gentil enviou uma carta ao Presidente da província do Paraná. No documento há registros de que neste ano a colônia era formada por 13 famílias de colonos e 53 famílias de homens da terra<sup>13</sup> (BOUTIN, [19??]).

---

<sup>12</sup> Concessão condicional de terras realizada em nome do rei. Tal concessão garantia ao beneficiário o domínio útil da terra, porém este domínio estava condicionado ao fundamento do cultivo que, se não observado, acarretaria a anulação da doação que voltava ao domínio real e poderia ser concedida, novamente, em sesmaria a um terceiro sesmeiro (VARELLA, 2005).

<sup>13</sup> Este termo refere-se aos brasileiros que já residiam no local antes da chegada dos colonos.

A colônia apresentava características de uma empresa e operava no “Sistema Superagui”<sup>14</sup>, inspirado nos moldes europeus. O principal investimento foi destinado ao cultivo de café, cana de açúcar, arroz, mandioca, fumo, feijão, milho, banana, extração de madeiras e legumes. Além das plantações, também existia neste local alguns engenhos e maquinários que possibilitavam a produção de açúcar, aguardente, café, fumo, cana, vinho, tijolos, serragens e a farinha de mandioca (BOUTIN, [19??]; VON BEHR, 1998).

Há registros de que mesmo diante de algumas dificuldades a colônia prosperou (BOUTIN, [19??]; VON BEHR, 1998; COELHO, 2014). No ano de 1879 ela possuía 150 casas. Porém, no final do século XIX iniciou-se um processo de decadência. Os registros apontam uma queda da população da colônia entre o final do século XIX e início do século XX, pois no último censo realizado por Willian Michaud<sup>15</sup> –

---

<sup>14</sup> Em relatório enviado ao vice-presidente da província, José Antonio Vaz de Carvalho em 1857, Perret-Gentil descreve o Sistema Superagui: De acordo com esse sistema, inspirado nos moldes europeus, a Colônia tinha objetivos e preceitos similares ao de uma empresa, da qual Perret-Gentil seria o diretor. Alguns terrenos foram comprados por imigrantes de várias nacionalidades, e os brasileiros que já residiam nessas terras deveriam pagar um aluguel a Perret-Gentil para ocupá-las até conseguirem o *aforamento perpétuo*, e ter os mesmos direitos sobre a terra que possuíam os colonos – havia uma clara hierarquia entre imigrantes e brasileiros na Colônia. Os colonos participavam de um sistema de venda das terras, no qual os Produtos produzidos os pertenceriam e, sua única obrigação com o dono da Colônia era de lhe dar preferência na venda de alguns produtos (café, cana-de-açúcar), além da dívida adquirida pela compra do lote de terra (COELHO, 2014).

<sup>15</sup> Vale aqui ressaltar a importância de Willian Michaud, que se reflete até os dias de hoje. Michaud era um colono suíço que veio para o Brasil com 20 anos de idade. Entre os anos de 1852 e 1954 ele chegou em Superagui, onde realizou feitos que contribuíram de forma significativa para a formação do local (BOUTIN, [19??]; SCHERER, 1988). Além de trabalhar para garantir a subsistência da família, este imigrante também desempenhou diversas funções que beneficiaram toda a Colônia do Superagui, desenvolvendo atividades como professor, juiz de paz e carteiro. Willian Michaud também marcou a história pelos seus desenhos e pinturas – arte que aprendeu sozinho, pois não havia frequentado nenhuma escola de arte na Suíça - (BOUTIN, [19??]; SCHERER, 1988).

Vários moradores de Barbados relatam apresentar algum grau de parentesco com o suíço, outras ainda carregam seu sobrenome. Na comunidade, é possível acessar as ruínas da casa onde este homem vivia com sua família. Os habitantes do lugar se referem a ele com muito orgulho, e além de manter antigas

colono suíço residente em Superagui - consta que no distrito viviam 1480 “almas”, já no senso de 1920, o número de habitantes indicou a permanência de apenas 125 pessoas no local (BOUTIN, [19?]; SCHERER, 1988).

Os documentos que registram a história da região não apresentam um consenso em relação aos motivos que resultaram nesta situação. Acredita-se que a falta de apoio do governo brasileiro; o “isolamento geográfico” da região; os saques ocorridos por ocasião da Revolução Federalista entre os anos de 1893 e 1895; o agravamento da crise econômica com a migração em massa e com o deslocamento do foco da produção agrícola para o norte do Paraná - que ocorreu após a construção da Serra da Graciosa de 1854 a 1873; e a construção da estrada de ferro Paranaguá - Curitiba - tenham contribuído de forma significativa para tal cenário (VON BEHR, 1998; LOPES, 2009; DUARTE, 2013). A ocorrência destes fatos foram deixando Guaraqueçaba mais “isolada” (DUARTE, 2013).

Na época da decadência o que mantinha as famílias que seguiam residindo na região eram as plantações de banana. Mas, com o passar do tempo a alta produção desta cultura tornou o solo pobre. O que resultou no detrimento da qualidade da banana produzida e conseqüentemente na perda da concorrência com a banana paulista, marcando assim o final das exportações desta cultura no ano de 1941, e estimulando mais uma vez a migração de parte da população (BOUTIN, [19?]; PIERRI et al., 2006; BORSATTO et al., 2007).

Os pequenos agricultores, comerciantes e demais trabalhadores que permaneceram no local passaram a buscar outras atividades, e nos anos 1950 surgiram as primeiras fábricas de palmito, o que diminuiu o uso da terra para a agricultura (SPVS, 2000).

A abertura da rodovia que liga Guaraqueçaba a Antonina, a PR-405<sup>16</sup>, no ano de 1979, em conjunto com o incentivo do governo que liberou créditos subsidiados e reduziu impostos para o cultivo de café, palmito e criação de búfalos, estimulou um novo processo de imigração na região de Guaraqueçaba. Nesta circunstância ocorreu um desmatamento significativo das florestas de planícies, o que gerou a degradação e a acelerada descaracterização ambiental da região. Tal fato também contribuiu para o empobrecimento gradual da população que ali

---

lembrança, ainda apresentam características que os remete ao tempo da Colônia utilizando expressões do tipo *vosmecê* ou *mecê*.

<sup>16</sup> Denominada *Rodovia Deputado Miguel Bufara*, de acordo com a Lei Estadual 7.198 de 13/09/1979.

morava secularmente, já que o lucro com a execução destas atividades ficou restrito a poucos (SPVS, 2000; ZANONI et al., 2000).

Neste cenário, algumas empresas se estabeleceram no local. Entre elas, a Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná merece destaque. No ano de 1954, esta companhia chegou à região e adquiriu lotes na ilha das Peças e na ilha do Superagui (BAZZO, 2010), iniciando suas atividades na década de 1980. A princípio a empresa se apresentou de forma positiva, e com o objetivo de ganhar a confiança da população local oferecia emprego para os moradores. Em um primeiro momento, a companhia se dedicou à criação de búfalos, mas há evidências que demonstram que o seu real interesse era a construção de um empreendimento imobiliário (MUNIZ, 2008). Um morador de Barbados, que trabalhou na construção de cercas para esta empresa, ainda relata que na verdade o principal objetivo da Agropastoril era a exploração de minérios, a fala dele ilustra esta afirmação:

“ Olhe, na realidade ele era bom, porque eles deram emprego pra bastante gente, deram serviço pra muita gente aqui, pra bastante gente. Só que a intenção deles, que eles entraram nessa ilha aqui com parte de criar búfalo e produzir alguma coisa, não foi uma intenção pra [...], foi uma intenção pra tirar minério, porque essa ilha que você tá aqui tem muito minério e tirou memo tirou barbaridade!” (Carlos, 65 anos).

Esta empresa permaneceu no local até o ano de 1985, quando a Ilha do Superagui foi registrada no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná (COELHO, 2014).

As consequências indesejadas, resultantes da ação de incentivo do governo federal, foram reconhecidas apenas nos anos 80. Preocupado com os impactos que esta ação causou, como o desmatamento da Mata Atlântica em larga escala, o governo iniciou um trabalho voltado para a conservação ambiental e a criação de UC. Neste sentido, como estratégia para retomar o controle de áreas e valorizar o patrimônio natural existente em Guaraqueçaba, a região foi tomada por UC (ZANONI et al., 2000; SPVS, 2000). E foi esta situação que levou à criação do PARNA, conforme será descrito no próximo item.

### 3.2.1. A luta pelo direito de reexistir

As consequências indesejadas, resultantes da ação de incentivo do governo federal, foram reconhecidas apenas nos anos 80. Diante deste contexto (SÓLA-PEREZ, 2012; DUARTE, 2013) e acompanhando a tendência conservacionista que tomava todo o mundo, o governo iniciou um trabalho voltado para a conservação ambiental e a criação de UCs. Neste sentido, como estratégia para retomar o controle de áreas e valorizar o patrimônio natural existente em Guaraqueçaba, a região foi ocupada por diversos tipos de UCs (ZANONI et al., 2000; SPVS, 2000). E foi esta situação que resultou na criação do PNS, no ano de 1989, e expandido no ano de 1997, quando Barbados passou a figurar como Unidade de Conservação de Proteção Integral (ICMBio, [s.d.]).

De acordo com relatos dos caiçaras de Barbados, diante desta situação vários indivíduos que residiam na comunidade, foram gradativamente migrando para outros locais, principalmente para a Ilha do Valadares (Paranaguá), em busca de melhores condições de vida, pois as proibições inviabilizaram os meios de subsistência até então desenvolvidos por esta população. Esta situação é vista de forma negativa, os casos de pessoas que mudaram para Paranaguá e ficaram expostos à violência, poluição e condições precárias de trabalho são frequentemente citadas pelos moradores da comunidade. As quais são confirmados pelos indivíduos que protagonizaram esta situação. Durante o trabalho de campo foi possível entrar em contato com alguns destes autores, e de forma geral, as opiniões destes convergem com os relatos dos locais de Barbados. Eles também expressam vontade de retornar para a comunidade.

Os indivíduos que permaneceram em Barbados foram obrigados a se adaptar às regras impostas pelo PARNA. A agricultura, que até então era principal atividade de subsistência, foi sendo substituída pela pesca. Os moradores da comunidade não podiam mais construir canoas com as madeiras do local – mesmo sendo este o principal meio de transporte -, e tampouco casas. A princípio, algumas pessoas resistiram as restrições e seguiram realizando suas atividades habituais, mas foram penalizadas com multas e, em alguns casos, presas. Mais detalhes sobre este tipo de situação e dos impactos da criação do parque sobre os meios de subsistência desta população serão descritos no capítulo dois.

Por muitos anos a população local ficou submissa às leis ambientais e seus executores (gestores das Unidades de Conservação e policiais) não tinham outra opção a não ser aderir às suas recomendações, sem direito à participação. Eles literalmente “sofriam calados” todas as

repressões às quais eram submetidos. Com o passar do tempo foram se adaptando conforme suas possibilidades, sem receber o apoio do governo. A fala de um morador da região proveniente de Santa Catarina, mas que vive no local há mais de quarenta anos – e já se considera, e é visto pelos demais, como um local – ilustra esta situação:

“...quando eu cheguei aqui o povo era bastante, bastante, avexado, se você chegava aqui nessas casas que tem por aí, eles fechavam a porta e ficavam olhando pela frecha assim com medo, não mandavam entrar, medo porque não tinham costume com o povo, tinham medo das polícia também que começaram de andança aí. Hoje, hoje são o que são aqui, todo mundo dado, perderam aquele medo” (Carlos, 65 anos).

Apenas no ano de 2008, alguns pescadores artesanais da Vila do Superagui começaram a procurar estratégias de luta contra a opressão dos órgãos ambientais e se articularam com a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais<sup>17</sup>. Neste momento, eles solicitaram o auxílio para o auto mapeamento das comunidades da região, e a partir desta ação – a qual durou oito meses e resultou no fascículo número 16 dos mapas da Cartografia Social, denominado: Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil “Pescadores Artesanais da Vila do Superagui” - ocorreu a construção da identidade coletiva e do auto- reconhecimento destes pescadores enquanto comunidade tradicional, e como pescadores e pescadoras artesanais.

Este mapa baseia-se na auto-identificação e no conhecimento local, trazendo informações sobre as práticas de sobrevivência, formas de organização, locais de conflito e reivindicações de direitos (ALMEIDA et al., 2010). Segundo André Viana, assessor jurídico do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais (CAOP-DC), iniciativas como a cartografia social fazem com que a comunidade "renasça para o Direito” e que os moradores passem de

---

<sup>17</sup> A Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais surgiu para promover a articulação dos povos tradicionais do estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, trazendo a união entre grupos que passam por conflitos semelhantes.

objeto da história a sujeitos ativos na construção de suas caminhadas (MPPR, 2010).

Desta forma, os pescadores desta região passaram a se organizar politicamente em um movimento denominado como Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR), e iniciar uma luta “na terra e no mar” pela manutenção de seus territórios e pelo direito à reprodução dos seus modos de vida (SOUZA et al., 2014). Direitos estes que são garantidos pela Constituição Federal de 1988 nos artigos 215, 216 e 221, pelo decreto 6040, que Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e pela Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (lei supralegal).

Desde então o movimento vem se articulando com outros grupos de PCT, e recebendo apoio do “Núcleo de Defesa de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais”<sup>18</sup>, da defensoria pública, entre outros. Este movimento efetuou ações como o “Encontro sobre a violação de direitos humanos provocados pelos Parques Nacionais em territórios de comunidades caiçaras e pescadores e pescadoras artesanais no Paraná” realizado na Barra do Superagui no ano de 2013, que foi elaborado com o intuito de deter o plano de manejo do PARNA, elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) sem a participação da população local. Tal ato feriu o direito à consulta dos PCT garantido pela OIT 169 no artigo de número 10. Esta ação contribuiu significativamente para a interdição do plano de manejo, sendo esta uma das maiores conquistas do movimento. E também realizando cursos como o de “Operadores de Direitos Étnicos e Coletivos”, do qual representantes do MOPEAR participaram no ano de 2016, entre outros.

---

<sup>18</sup> O Núcleo de Defesa de Direitos de Povos e Comunidades tradicionais foi criado oficialmente no ano de 2016, e tem como objetivo promover ações relacionadas às demandas dos povos e comunidades tradicionais do sul do Brasil. Vale aqui ressaltar que antes da criação oficial do núcleo, pesquisadores vinculados ao Instituto Federal do Paraná (IFPR), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) já atuavam junto a estes segmentos populacionais.

FIGURA 2 - A) ENCONTRO SOBRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PROVOCADOS PELOS PARQUES NACIONAIS EM TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES CAIÇARAS E PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NO PARANÁ. B) FORMATURA CURSO DE OPERADORES DE DIREITOS ÉTNICOS E COLETIVOS.



FONTE: Autores desconhecidos (2013; 2016).

No momento, o principal objetivo do movimento é conseguir a recategorização do PARNA (UC de proteção integral) para Reserva extrativista (RESEX). O grupo pretende oficializar este pedido junto ao ICMBio no mês de setembro de 2017 e no momento está trabalhando na elaboração do documento de solicitação da recategorização do parque. Desta forma, a área continuaria sendo uma unidade de conservação, contemplando a manutenção da mata atlântica, e também possibilitaria a proteção dos modos de vida específicos dos caiçaras desta região.

Segundo Nora et al. (2017), este tipo de organização política dos pescadores artesanais não é uma prática comum em outras comunidades caiçaras. Os resultados de um estudo realizado na Praia Grande (RJ) indicaram que os pescadores do local não apresentam uma organização sólida, e que as conexões em nível local foram impactadas negativamente por agentes externos (agentes governamentais). Da mesma forma que em Barbados, a população deste local apresentou uma relação conflituosa com os gerenciadores da Unidade de Conservação (NORA et al., 2017). Estudos realizados na Ásia também apontam para a existência de conflitos entre as populações tradicionais que habitam áreas ocupadas por UC e o governo (NEPAL, 2002; NEEF; ONCHAN; SCHWARZMEIER, 2003).

Desde a criação das UC as comunidades insulares da região de Guaraqueçaba têm sido foco de várias pesquisas. A princípio os estudos das ciências naturais, com um olhar mais voltado ao conservacionismo/



preservacionismo, foram os mais realizados na região, mas diante das dificuldades encontradas pelos moradores locais, após as restrições de manejo impostas pelo PARNA, os estudos com caráter sociológico e antropológico foram tomando este lugar. Entre estes trabalhos é possível destacar: Rothen (2003); Schiocchet (2005); Rocha (2005); Pierri et al. (2006), Bazzo (2010); Martins (2005); Duarte (2013); Coelho (2014) e Rainho (2015).

### **3.2.2 Caiçaras ou pescadores artesanais?**

Esta discussão é relativamente recente, e tomou força após a formação de um grupo, composto por moradores de Barbados e de outras comunidades de Guaraqueçaba, denominado Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MOPEAR), diante dos desdobramentos políticos que auxiliam na luta por seus direitos.

Durante o trabalho de campo foi possível observar que alguns moradores de Barbados se autoidentificam como caiçaras, outros como pescadores, pescadores artesanais, alguns de ambas as formas, e também há os que se reconhecem como caipiras, ou ainda pescadores do sítio. Outros estudos desenvolvidos em comunidades caiçaras de Guaraqueçaba também identificaram este perfil (RAINHO, 2015).

No trabalho de Duarte (2013) realizado em Barbados (PR), a autora descreve que existem moradores deste local que se reconhecem como caipiras. De acordo com Rainho (2015), o termo pescador foi o mais utilizado entre os moradores da Barra da Ararapira (PR) do que o termo caiçara, devido ao fato destes se autoidentificarem como uma comunidade de pescadores e pescadoras, o que mostra que para estas pessoas pescar vai além da profissão, e caracteriza um modo de vida. Para Coelho (2014), ser caiçara ou ser pescador artesanal implica em questões políticas e envolve o diálogo com o outro, neste sentido Rainho (2015) descreve que o termo caiçara é utilizado pela população da Barra da Ararapira (PR) apenas na comunicação com pessoas da cidade.

Diante deste contexto, tanto o termo caiçara, como pescadores artesanais serão utilizados nas discussões que seguem ao longo de todo o trabalho, já que os moradores de Barbados se auto-reconhecem como tais.

Conforme descrito por Duarte (2013:53):

“... se a autoidentificação justifica-se como preceito básico para uma leitura mais condizente com a realidade social destes grupos apenas a partir

do discurso dos próprios envolvidos será possível tentar captar o real sentido da identidade local”.

### 3.3 ASPECTOS GERAIS DE BARBADOS

A comunidade de Barbados é composta por três áreas povoadas, denominadas Sambaqui, Saco de Barbados e Ponta do Morro. Nestes locais estão concentradas as 24 casas existentes na comunidade. Atualmente, apenas 16 delas estão ocupadas permanentemente, duas estão em processo de construção, cinco são de antigos moradores - que seguem frequentando a comunidade -, e uma pertence a turista que esporadicamente visita o local. Ainda não existe energia elétrica na comunidade, sendo esta uma queixa frequente entre os moradores do local. De acordo com relatos do presidente da associação de moradores, já faz alguns anos que eles estão lutando por este direito, que agora depende apenas da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) realizar a ligação, porque os órgãos ambientais já autorizaram. A população de Barbados aguarda ansiosa e um tanto descrente, por este momento.

A área mais povoada é o Sambaqui, onde estão localizadas 65% das residências. Além das casas, é neste local que se encontra o trapiche - principal ponto para a chegada de turistas -, a igreja católica, a cozinha comunitária, o campo de futebol, a pousada, as três vendas existentes na comunidade e os restaurantes.

FIGURA 3 - ÁREA DO SAMBAQUI. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

No saco de Barbados existem quatro casas (15%), todas ocupadas por famílias que residem no local, e a escola de ensino fundamental. Na ponta do morro também há quatro casas (15%), mas apenas duas delas estão ocupadas por residentes fixos; das duas restantes, uma pertence a moradores antigos - que frequentemente visitam o local e relatam ter planos de retornar para Barbados - e a outra é propriedade de um turista.

Em setembro de 2016, viviam em Barbados 57 pessoas, distribuídas em 17 famílias e 16 casas. Todos os residentes da comunidade eram “filhos de Barbados”<sup>19</sup> ou seja, naturais do local, ou “filhos de comunidades próximas” da região de Guaraqueçaba e Paranaguá. Todas as famílias que residiam em Barbados apresentavam algum grau de parentesco entre si. Vale aqui ressaltar que a expressão “filho” utilizada pelos moradores vai além do sentido de nascer em um determinado lugar, ela carrega consigo a bagagem histórica da família, cheia de significados que expressam a relação complexa destes com o território (DUARTE, 2013).

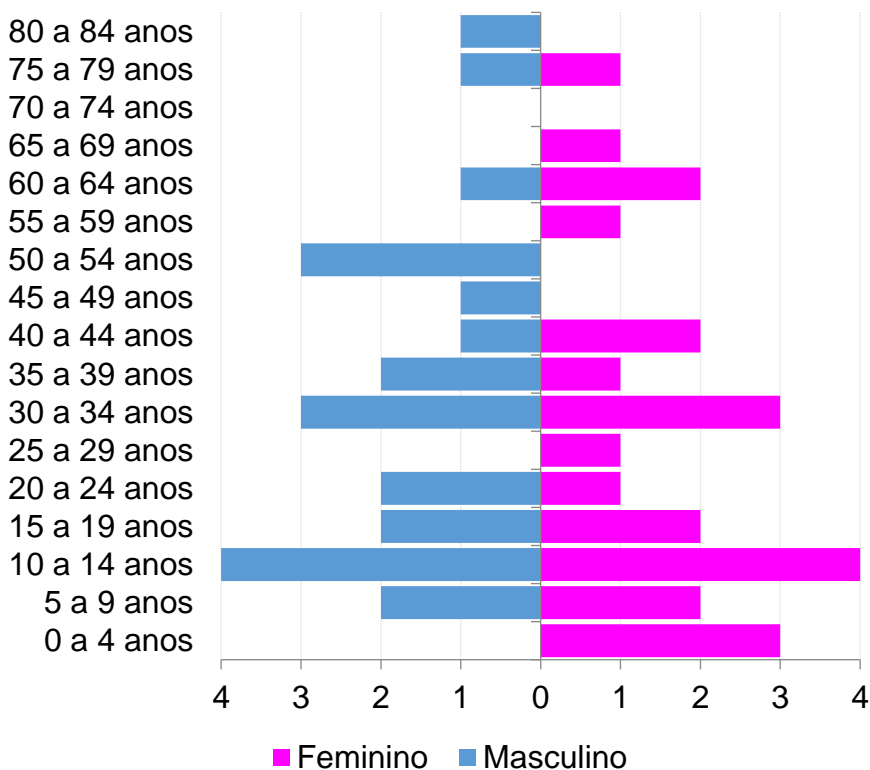
<sup>19</sup> Expressão utilizada pelos moradores para dizer que foram nascidos no local.

No seguimento do texto, tomando como base os dados coletados a partir da aplicação de um questionário socioeconômico no mês de outubro de 2016, serão descritos mais alguns aspectos gerais da comunidade de Barbados. Nesta etapa, foram visitadas 14 das 16 residências da comunidade, o que resultou na coleta de informações de 47 indivíduos.

As unidades domésticas normalmente são formadas pelo casal e os filhos mais novos. Algumas casas fogem desta regra, sendo possível identificar indivíduos vivendo sozinhos ou anciãos e filhos recém-casados vivendo com os pais. O número de moradores por domicílio foi de no mínimo um e no máximo sete, com uma média de quatro.

A idade dos 47 participantes variou de 2 meses até 84 anos. Os adultos com idade entre 20 e 64 anos correspondem a mais da metade da população de Barbados (51%), seguidos pelas crianças (0 meses a 14 anos) que compõem 26%. Os idosos (mais que 65 anos) juntamente com os adolescentes (15 aos 19 anos) representam 24% desta população (8,5% e 15% respectivamente), sendo estas categorias as menos expressivas. Na figura 4 é possível visualizar a divisão etária da população de Barbados.

FIGURA 4 - PIRÂMIDE ETÁRIA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2016).

No que tange à religião, foram identificados apenas católicos e evangélicos. O catolicismo é a religião que predomina, com 31 seguidores. Os evangélicos representam 34% e se dividem em diferentes doutrinas (Igreja Batista, Congregação Cristã do Brasil, Igreja Mundial, etc.). Até o momento só existe instalação física da igreja católica na comunidade, mas os evangélicos frequentemente se reúnem nos domicílios para fazer cultos. Esporadicamente, surgiam comentários sobre práticas que as pessoas deixaram de realizar em decorrência das restrições impostas pelas igrejas evangélicas, como por exemplo: o baile de fandango e a participação de homens e mulheres em torneios de futebol.

Há relatos de que a legalização dos casamentos é mais frequente entre os evangélicos, do que entre católicos. Este perfil pode ser atribuído ao fato da igreja evangélica estabelecer pré-requisitos para que seus fiéis sejam batizados na doutrina, sendo o casamento perante a lei, uma das exigências. Em Barbados, mesmo com a predominância de católicos, a quantidade de casados foi superior ao número de “amasiados”, correspondendo a 34% e 17% respectivamente. Os solteiros foram a maioria (45%) e os viúvos e divorciados corresponderam a 4% da população.

No que se refere à ocupação profissional, ser pescador artesanal é um denominador comum entre os moradores de Barbados. Mesmo nos casos em que esta atividade não é declarada como principal, em algum momento ela acaba por se inserir na vida dos indivíduos da comunidade.

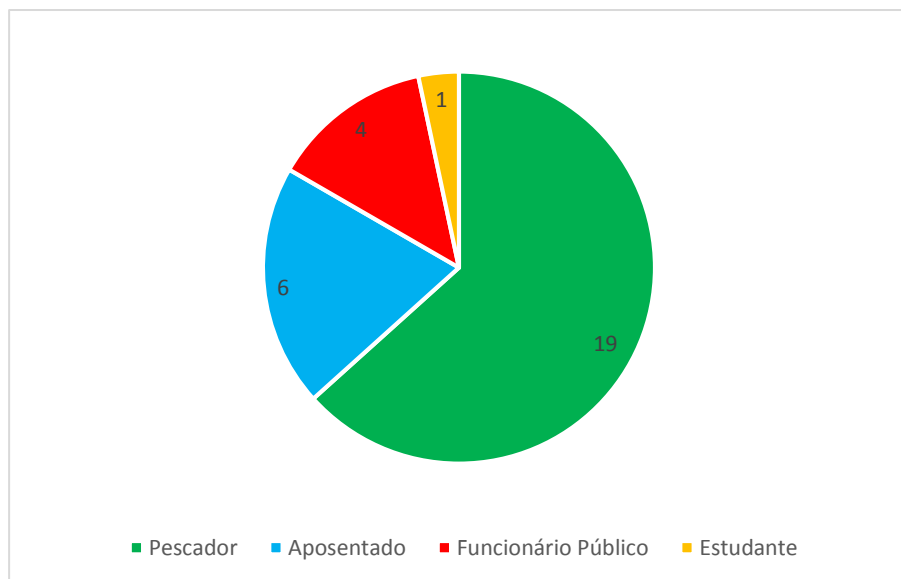
Entre os moradores de Barbados, com idade superior a 18 anos, 63,3% são pescadores, 20,0 % aposentados, 13,3% funcionários públicos (auxiliar de serviços gerais, professora, agente de saúde e condutor de transporte público), e 3,4% estudantes (FIGURA 5). Vale ressaltar que na comunidade de estudo a maioria das mulheres relataram cuidar da casa, mas estas também desenvolvem atividades voltadas para a pesca, e se reconhecem como pescadoras, o que fez com que elas fossem incluídas nesta categoria. Com exceção da categoria de estudante - que teve apenas uma representante nesta faixa etária - o restante das categorias foi composta por indivíduos de ambos os sexos. Os resultados de um estudo realizado na comunidade da Ponta do Almada, indicaram que a maior parte dos homens também se dedicavam para a atividade da pesca (76%) (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000). Pesquisa realizada na Ilha do Cardoso também apontou que a maioria da população deste local (45%) indicou a pesca como sendo a sua principal atividade ocupação, que foi seguida pelo turismo (31%), atividades domésticas (29%) e do cumprimento das atribuições de cargo público (6%) (MIRANDA; HANAZAKI, 2011).

O perfil encontrado entre os moradores de Barbados difere de outras comunidades caiçara do litoral de SP e RJ, onde as atividades voltadas ao turismo ocupam uma posição de destaque (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; MACCORD; BEGOSSI, 2006; GIRALDI; HANAZAKI, 2014). Na comunidade da Ponta do Almada, por exemplo, o percentual de habitantes, homens e mulheres, que se dedicavam a esta atividade foi de 64% (HANAZAKI et al., 2000) em comunidades da região de Paraty este número também foi elevado (HANAZAKI et al, 2013).

Os aposentados relatam que conseguiram este benefício como lavradores, pelo fato desta ter sido a principal profissão dos residentes de

Barbados antes da implantação do PARNA, e na sua maioria, como pescadores. Atualmente, as atividades voltadas para a terra são desenvolvidas apenas de forma secundária por uma parcela da população.

FIGURA 5 - OCUPAÇÃO DOS MORADORES DE BARBADOS COM IDADE SUPERIOR A 18 ANOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



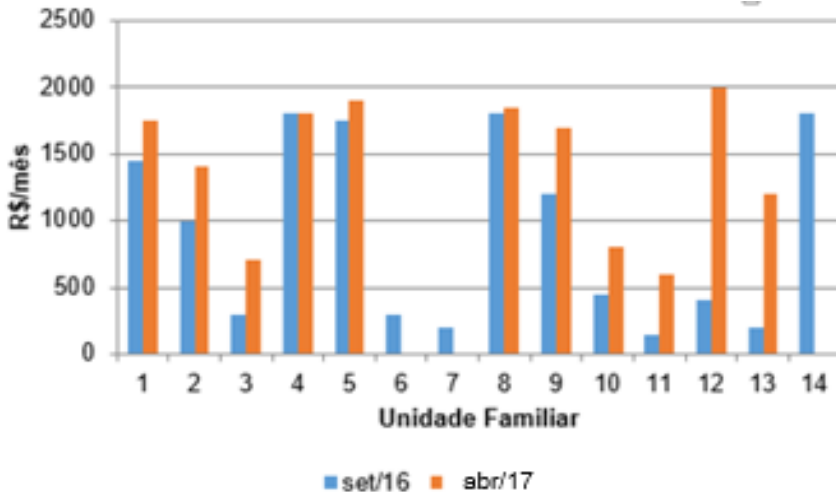
FONTE: O autor (2017).

Dentre estas ocupações, tomando como referência o mês de setembro, as famílias compostas por integrantes aposentados apresentaram as melhores rendas, seguida pelos funcionários públicos e pescadores. Para a última categoria, a renda domiciliar relatada no mês de setembro foi um pouco maior do que a metade de um salário mínimo<sup>20</sup>, não ultrapassando o valor de 450 reais. Frequentemente os moradores do local relatam as dificuldades financeiras enfrentadas nesta época do ano, quando os retornos com as atividades voltadas para a pesca são baixos e a possibilidade de ganhos monetários por outras fontes são restritas. Durante a segunda etapa do trabalho de campo, o “ganho” proveniente da pescaria foi, em média, o dobro do relatado no mês de setembro, o que

<sup>20</sup> O salário mínimo no ano de 2016 era de R\$ 880,00.

reflete a melhora das condições de pesca. A renda média mensal dos pescadores de Barbados durante a época de “ganho” foi de R\$ 1018,00 e se assemelhou com a renda dos pescadores da Praia Grande (RJ), que foi de R\$ 910,66 ( $\pm 255,85$ ) (NORA et al., 2017). Na figura 6, é possível visualizar a renda de cada unidade familiar, nos dois períodos de coleta dos dados. Vale ressaltar que os benefícios recebidos do governo não foram considerados para este cálculo e que os dados dos domicílios seis, sete e quatorze só estão descritos para o mês de setembro de 2016 porque estas unidades não participaram da segunda etapa do estudo.

FIGURA 6 - RENDA FAMILIAR DAS UD. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

A variação da renda de pescadores ao longo do ano também foi identificada em outros estudos. De acordo com Begossi (2006), este fato é resultado da diferença de captura de pescado ao longo do ano, que é afetada por condições ambientais e não segue o mesmo padrão entre as comunidades caiçaras. Em trabalho realizado na Ilha do Araújo, a renda média mensal foi levemente maior durante o inverno US \$ 577 comparada com o verão US \$ 542 (GIRALDI; HANAZAKI, 2014), o



que se difere do que foi encontrado em Barbados onde o “ganho” é melhor no verão, o que é atribuído às espécies capturadas (caranguejo e camarão branco) e sua maior disponibilidade.

O acesso a auxílios do governo federal (Bolsa Família e Programa Estrelas do Mar<sup>21</sup>) desempenha um papel importante para a subsistência das famílias que têm na pesca a principal fonte de renda. Em Barbados, sete das quatorze famílias entrevistadas, recebiam o Bolsa Família, ganhando entre 89 e 470 reais por mês. Estas mesmas famílias ganhavam da prefeitura uma cesta básica acompanhada de um kit de higiene como pagamento pelo trabalho que algumas mulheres realizavam no Programa Estrelas do Mar, o qual não teve continuidade no ano de 2017. Nos meses de fevereiro e março, o seguro defeso também contribuiu com o aumento da renda, porém vale destacar que nestes meses as famílias tiveram o Bolsa Família suspenso ou significativamente reduzido.

Estudo realizado em comunidades caiçara da região de Paraty identificou que o recolhimento de invertebrados marinhos, a extração de produtos florestais não madeireiros (PFNM), e a fabricação de artesanato também eram muitas vezes fonte de renda suplementar não mencionadas como principais atividades de subsistência (HANAZAKI et al, 2013). Em Barbados foi possível observar que a elaboração de artesanato fornecia renda suplementar para uma UD da comunidade, e a comercialização de ostras recolhidas no mangue e na pedra fornecia renda suplementar para algumas famílias, já a extração de produtos florestais para a comercialização não foi observada neste local.

Dos 14 domicílios entrevistados, apenas uma mulher que vive sozinha não tinha embarcação própria, todos os demais tinham pelo menos um barco a motor, diferente do que foi observado na comunidade de Ponta do Almada, onde apenas uma pessoa tinha barco motor (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996). Esta diferença pode ser resultado do grande intervalo de tempo entre a realização dos estudos.

---

<sup>21</sup> Estrelas do Mar é um Programa de Educação Ambiental, com proposta de atuação em 19 comunidades insulares (bairros marítimos). Pioneiro no município de Guaraqueçaba, e tem como objetivo mobilizar 300 (trezentas) mulheres pescadoras para a limpeza e despoluição da orla marítima de Guaraqueçaba, realizando a limpeza das praias, trilhas, caminhos e coleta seletiva, bem como promover a inclusão social e a geração de renda com ações de educação ambiental formal e informal.

Em relação a construção das casas, atualmente é possível observar uma tendência maior para edificações em alvenaria, mas de modo geral ainda são as casas de madeira mescladas com pequenas partes em alvenaria que predominaram. Construir não foi uma atividade citada como primária pelos moradores de Barbados, mas, durante o trabalho de campo, foi comum observar os homens construindo suas casas e auxiliando os parentes e amigos, quando não estavam pescando ou desenvolvendo atividades primárias. Há relatos da realização de mutirões na comunidade para a realização deste tipo de função.

Todas as casas apresentam amplos “terreiros”<sup>22</sup>, e a maior parte delas estão localizadas perto da baía. Os locais onde estão as embarcações são denominados pelos moradores de “portos”. Das 14 famílias entrevistadas, 13 delas tinham embarcações e as deixavam no porto.

A maioria dos quintais são compostos por árvores frutíferas, hortas, diversas plantas ornamentais, plantas medicinais, etc., e serão descritos com mais detalhes no capítulo dois. Frequentemente, as famílias se reúnem nestes locais para conversar.

### 3.3.1 Educação

Na comunidade de Barbados existe uma escola municipal, onde são ministradas aulas do 1º ao 5º ano (ensino fundamental I), no período da manhã, e aulas para adultos da educação especial no período da noite.

Após o 5º ano, os alunos passam a frequentar a escola de ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e, ensino médio (1º ao 3º ano), localizada na comunidade do Tibicanga<sup>23</sup>. O meio de transporte utilizado para se chegar à escola é a lancha escolar disponibilizada pela prefeitura, que deveria operar duas vezes ao dia - levando os alunos do ensino médio pela manhã, e do ensino fundamental pela tarde - mas na prática isso não acontece. Durante o segundo semestre de 2016, período correspondente a primeira etapa do trabalho de campo, a lancha estava realizando o trajeto apenas uma vez ao dia, isso significa que os alunos iam para a escola somente em dias alternados. Na segunda etapa do trabalho de campo, esta situação já havia sido resolvida, após diversas reclamações dos pais e de uma denúncia feita pelo MOPEAR. Porém, neste período foi possível escutar relatos da frequência com que se tem problemas mecânicos na lancha, o que impossibilita o transporte. Durante o período do campo as

<sup>22</sup> Forma que os moradores do local se referem aos quintais.

<sup>23</sup> Comunidade insular localizada na região de Guaraqueçaba, localizada a aproximadamente 20 minutos de Barbados.

crianças e adolescentes chegaram a faltar por aproximadamente quinze dias consecutivos em decorrência deste tipo de problema. Este tipo de situação prejudica de forma significativa os alunos e compromete o aprendizado.

As queixas dos pais da comunidade sobre esta situação são frequentes, e vão além das dificuldades com o transporte escolar. A estrutura física, a alimentação escolar e as faltas frequência dos funcionários são outros motivos de descontentamento e refletem as péssimas condições de educação as quais os estudantes de Barbados estão submetidos.

Alguns exemplos serão destacados para ilustrar este quadro. Na escola da comunidade de Barbados tem apenas um banheiro que é compartilhado entre os meninos e as meninas, no qual não existe pia para a lavagem das mãos; não há uma área para a alimentação; independente do ano de estudo os alunos se reúnem todos na mesma sala. Em relação a alimentação escolar, os alimentos industrializados praticamente compõem o cardápio na sua totalidade, os alunos não recebem frutas e verduras, a oferta de alimentos fonte proteína é baixa e se restringe a embutidos, carne moída e empanados. No que tange a frequência dos funcionários, as faltas dos professores da comunidade do Tibicanga são frequentes, além dos alunos não participarem das aulas diariamente, nos dias em que eles podem ir, acabam não tendo todas as aulas em decorrência da falta de professores. A merendeira da escola de Barbados também se ausentava com frequência. Este tipo de situação foi observada diversas vezes durante o trabalho de campo, e é apenas uma parte dos problemas enfrentados pelos pais e alunos da comunidade.

Diante das dificuldades relatadas acima é comum que alguns pais expressem vontade de mandar seus filhos para viver com familiares em Paranaguá e Superagui, onde estes podem ter melhores condições de estudo. Foi possível identificar este tipo de situação durante a segunda etapa do campo, quando a família de uma adolescente decidiu deixá-la vivendo com a tia em Superagui para que pudesse terminar os estudos em um local que possibilitasse o acesso diário à escola. Na comunidade da Colônia há uma situação semelhante, mas neste caso o que motivou a mudança foram as dificuldades diárias enfrentadas para o embarque da adolescente na lancha escolar, que diariamente tinha que se molhar para conseguir chegar até o barco, já que nesta comunidade o ICMBio não permitiu a construção de um trapiche para o embarque.

O baixo grau de escolaridade identificado entre os moradores de Barbados pode, em partes, ser atribuído a estes fatores. Grande parte da população com idade superior a 5 anos (70%) não terminou ou ainda está

cursando o ensino fundamental, este mesmo perfil foi identificado entre os moradores da Praia Grande (RJ), onde (72,7%) apresentaram o ensino fundamental incompleto (NORA et al., 2017). Somente 2,5% (1) da amostra finalizou o ensino médio e, 10 % não o completaram. Duas mulheres apresentam o ensino superior completo (5%), ambas desenvolveram os estudos na área da educação e lecionam, ou já lecionaram, em escolas da região. Os analfabetos correspondem a 7,5% da população, e restringem-se a pessoas com idade superior a 60 anos. É comum indivíduos com idade acima de 30 anos terem estudado até a 4<sup>o</sup> série. Os resultados de um estudo realizado com comunidades caiçaras localizadas na região de Paraty a maior parte da população (72,7%) também apresentou ensino fundamental incompleto (NORA et al., 2017).

A relação entre um nível educacional mais elevado e a possibilidade de se alcançar um cargo público é frequentemente mencionada pelos moradores da comunidade, e apontada como o principal estímulo para dar seguimento aos estudos.

Vale aqui ressaltar a necessidade de uma educação voltada para a realidade desta população, alguns moradores percebem a importância de que sejam realizadas mudanças no currículo das escolas, já que as principais atividades de subsistência desenvolvidas por esta população são voltadas à utilização dos recursos naturais locais. E, é com o intuito de capacitar profissionais para atuar nas escolas do campo, dando prioridade para os que vivem nas comunidades, que foi criado o curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em ciências da natureza, ofertado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) campus litoral. Este curso é de caráter especial e faz parte do Programa Educacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) 2012 (EDUCAÇÃO do campo, [S.D.]).

### **3.3.2 Saúde**

Da mesma forma que a educação, a saúde também apresenta condições precárias em Barbados e na região de Guaraqueçaba como um todo. Na comunidade não existe um lugar de atendimento para a saúde, ou equipamentos básicos (termômetro, aparelho para aferir a pressão e diabetes, etc.), disponibilizados pela prefeitura. Durante a primeira etapa do trabalho de campo apenas uma pessoa da comunidade atuava como agente de saúde, porém, no primeiro semestre de 2017, nem o serviço deste profissional estava disponível em decorrência do vencimento do contrato e da crise política do município.

Como reflexo deste cenário, diante de qualquer problema de saúde, os moradores de Barbados precisam se locomover até Guaraqueçaba. Esta viagem dura aproximadamente 45 minutos na canoa motor e 25 minutos com a lancha. A prefeitura disponibiliza uma lancha para ser utilizada na saúde, que de acordo com relatos, quando acionada leva muito tempo para dar assistência. Desta forma, é comum que os moradores se desloquem utilizando barcos particulares, ou em casos mais graves - com o intuito de se chegar mais rápido – paguem o transporte para uma pessoa com lancha. Durante o trabalho de campo, este tipo de situação ocorreu diversas vezes, com diferentes pessoas e por motivos distintos.

O atendimento médico em Guaraqueçaba é realizado na Unidade de Saúde (US) e também no hospital da cidade. Estes locais contam com o atendimento de clínicos gerais. Já a disponibilidade de consultas com especialistas é restrita, quando há esta opção. As coletas de sangue para exames são realizadas apenas uma vez ao mês. Nos casos em que é necessário a realização de cirurgias, os pacientes são encaminhados para Paranaguá ou Curitiba pois o hospital não tem estrutura física e profissional para este tipo de função. O acesso até o hospital de Guaraqueçaba é feito por uma via não pavimentada com péssimas condições de circulação para pedestres (Figura 7)

FIGURA 7 - VIA DE ACESSO AO HOSPITAL. GUARAQUEÇABA, PARANÁ, BRASIL



FONTE: O autor (2016).

Vale aqui ressaltar uma queixa frequentemente feita pelos moradores da comunidade, que foi constatada durante o trabalho de campo, as letras utilizadas nas receitas, por alguns médicos de Guaraqueçaba, são ilegíveis. Foi possível presenciar mais de uma vez situações em que as pessoas não conseguiam compreender o que estava escrito na receita, e, como consequência, não sabiam o que precisavam comprar e de qual forma/quantidade utilizar o medicamento.

Nos casos em que a doença é conhecida pelos locais ou não é considerada grave, o tratamento normalmente é feito a partir do uso de terapias locais, compostas principalmente por ervas medicinais que são ensinadas por moradoras mais idosas, em especial por uma senhora que reside na comunidade e que é referência neste assunto. Outra forma de tratamento comum entre os moradores da comunidade é a automedicação, fazendo-se uso de alopáticos que foram receitados anteriormente e não foram utilizados. A doação de medicamentos antibióticos e anti-inflamatórios entre os vizinhos e familiares é frequente.

Para o tratamento odontológico, a comunidade conta com assistência gratuita de dentistas voluntários que participam do Projeto Barco Sorriso<sup>24</sup> (FEILER, [S.D.]). Os atendimentos são feitos de uma a duas vezes ao ano e são muito valorizados pela população, já que para conseguir este tipo de atendimento em Guaraqueçaba, além do deslocamento, é necessário esperar por muito tempo.

### 3.4 CONCLUSÕES

Com base no que foi descrito no decorrer deste capítulo é possível observar que os caiçaras apresentam uma estreita relação com o meio em que habitam, o que reflete diretamente na formação de um modo de vida específico. Os estudos demonstram que historicamente estas populações dependeram dos recursos naturais (provenientes da terra e do mar) para sobreviver. Este fato foi observado em Barbados, onde a maior parte dos moradores residentes na comunidade atualmente dependem da pesca para sobreviver, posição que era ocupada pela agricultura antes da criação do PARNA.

Porém, a relevância do acesso a estes recursos para a reprodução desses modos de vida não foi considerado quando foi instituído o Parque Nacional do Superagui - criado no ano de 1989 e ampliado em 1997. Esta

---

<sup>24</sup> Realização de atendimento odontológico de forma voluntária às pessoas que residem em regiões de difícil acesso no litoral do Paraná.

Unidade de conservação se insere na categoria de proteção integral, a qual prioriza a conservação da biodiversidade e objetiva a retirada de seres humanos das áreas a serem conservadas, sem considerar que os ambientes (foco de conservação) são indissociáveis às culturas (BARRETO-FILHO, 2006). De acordo com Balée (2008:11) “Paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria, incluindo matérias vivas”.

Além dos impactos negativos das restrições à realização de práticas tradicionais associadas com o PARNÁ, os resultados deste estudo também apontam o quanto estas populações são negligenciadas pelo Poder Público, no que tange a oferta de direitos básicos como: saúde e educação. O que os coloca em uma situação de franca vulnerabilidade. E a junção destes impactos resultam na formação de uma sociedade marginalizada.

Diante deste contexto no ano de 2008 este grupo se organizou em um movimento de pescadores e pescadoras artesanais (MOPEAR) com o intuito de se fortalecer politicamente e ganhar voz na reivindicação por seus direitos. Atualmente o principal objetivo do grupo é a recategorização do PARQUE para RESEX, o que deve garantir o direito da “participação”, “consulta”, “acordo” e “ consentimento” deste grupo na tomada de decisões relacionadas com os territórios que estes dependem para seguir reproduzindo seus sistemas de uso e manejo.

Neste sentido esta ação possibilitaria atingir o imperativo de proteção da biodiversidade e sócio- diversidade, estabelecendo uma via de mão dupla entre ambas. Para Barreto-Filho (2006: 122) “ não se pode dissociar um processo do outro, sob pena de não os compreender adequadamente”. Ações do governo direcionadas ao provimento dos direitos básicos (saúde, educação, justiça, alimentação, energia elétrica) também devem ser realizadas, considerando que este é um **dever** do Estado Brasileiro.





## 4 SUBSISTÊNCIA

Os caiçaras habitam áreas cobertas pela Floresta Atlântica e historicamente vêm desenvolvendo atividades de subsistência que se relacionam com utilização dos recursos naturais da terra e do mar destes ambientes (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009). Esta relação fez com que estas populações adquirissem um profundo conhecimento e uma alta interação com os recursos naturais utilizados para sua subsistência (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; BEGOSSI, 2006; HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009), que de acordo com Miranda e Hanazaki (2008), são conhecimentos, práticas e crenças próprios e intimamente relacionados a processos adaptativos, envolvendo as relações entre os seres vivos e seu ambiente.

Nas últimas décadas as atividades de subsistência praticadas pelos caiçaras vêm sofrendo intensas transformações (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003). De acordo com Begossi (2006), desde dos anos 50, houve uma tendência desta população diminuir a realização de atividades da terra (agricultura) e se voltar para o mar (pesca), e mais recentemente algumas comunidades estão intensificando as atividades relacionadas com o turismo, o que tem refletido em uma diminuição da pesca (ADAMS, 2000). Atualmente, a pesca e o turismo são as principais atividades econômicas praticadas por comunidades caiçaras do litoral de São Paulo e Rio de Janeiro (BEGOSSI, 2006).

São vários os fatores responsáveis por estas mudanças, entre eles é possível destacar as políticas de conservação da natureza, o intenso processo de urbanização, a intensificação do turismo e a especulação imobiliária (ADAMS, 2000; BEGOSSI, 2006; HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009).

Hanazaki, Alves e Begossi (2009) pontuam que tais mudanças têm influenciado a relação dos caiçaras com a biodiversidade, estabelecendo novos relacionamentos entre esta população e os recursos naturais (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000, 2003; MACCORD; BEGOSSI, 2006). Para Hanazaki e Begossi (2000; 2003), estas mudanças podem afetar os padrões de sustentabilidade local e representam um risco ao uso do tradicional sistema alimentar, resultando em impactos bioculturais que se traduzem no abandono de modos de produção local, perda de autonomia, perda de conhecimentos, perdas genéticas e diminuição da qualidade nutricional da dieta (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; BAZZO, 2010; RAINHO, 2015).

A proibição do cultivo de roças de mandioca imposta por algumas categorias de UC pode ser citada como um exemplo da forma que tais mudanças afetam a vida destas populações (BEGOSSI, 2006). Esta restrição resulta em todos os impactos bioculturais citados acima, já que o cultivo da mandioca e a preparação da farinha envolvem um corpo de conhecimentos específicos e apresentam significados que vão muito além das questões econômicas e nutricionais, conforme será possível observar no item 2.1.2.1 deste capítulo.

Entre os moradores de Barbados, a criação PARNA é citada como a principal causa das mudanças nas atividades de subsistência vivenciadas por estes nas últimas décadas. De forma geral, esta população refere que as transformações impactaram negativamente seus modos de vida. As narrativas de alguns moradores da comunidade ilustram este cenário:

“ O parque foi pior, porque daí todo mundo largou das coisa, como fala a minha mãe assim, que o negócio do parque deixou o povo vadio, ninguém mais entra no mato pra fazer as coisa porque tinha aquele medo! ” (Maria, 66 anos).

“ O pior do parque foi da restrição né, que tá sendo, um foi que foi proibir roça, o povo sobrevivia de roça e proibiu, o outro foi esse tipo de pesca, essas rede que tinha de pescaria que a gente pescava pra sobrevivência e hoje retiraram, não pode mais, então todas essas coisas tá sendo” (Lucas, 60 anos).

Situação semelhante foi descrita por MacCord e Begossi (2006) na Praia do Puruba (SP) onde as leis e restrições ambientais impostas pela criação do Parque Estadual da Serra do Mar - criado no ano de 1977- forçaram os residentes deste local a desenvolver novos hábitos ou encontrar formas de substituir os já existentes para se adequar às normas do Parque. Os habitantes de Ponta Negra e Ilha do Araújo (RJ), também foram afetados com as restrições para utilização dos recursos após o estabelecimento de áreas protegidas nestes locais (GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

Com base nos relatos dos moradores de Barbados, é possível dizer que estas mudanças levaram a alterações nos padrões de alocação de tempo, diversidade da fauna e flora, e da dieta, perda de conhecimentos, entre outros.

Diante deste contexto, o objetivo do capítulo é apresentar uma descrição detalhada das atividades de subsistência desenvolvidas pelos moradores de Barbados, trazendo nuances do impacto das transformações sobre seus modos de vida e, da capacidade de resiliência<sup>25</sup> e flexibilidade desta população. Segundo Adams, Murrieta e Neves (2006) estas também são características essenciais de camponeses que vivem as margens dos rios (ribeirinhos e cablocos). Segundo Hanazaki et al. (2013) a sustentabilidade dos meios de subsistência depende não só de manter ativos de recursos naturais, mas também sobre a capacidade de lidar e recuperar de choques e stresses.

#### 4.1 AGRICULTURA

A agricultura, baseada principalmente no cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), foi por muito tempo a principal atividade de subsistência desenvolvida pelos caiçaras. Nesta época, a pesca era praticada como uma atividade secundária (FRANÇA, 1954; MUSSOLINI, 1980; ADAMS, 2000; DIEGUES, 2000).

Há registros de que este perfil foi se modificando a partir da primeira metade do século XX, momento em que a pesca passou a ganhar importância econômica para esta população (DIEGUES, 1983; ADAMS, 2000). Alguns autores destacam a competição de preços com produtos agrícolas produzidos no interior do estado de São Paulo, como um dos motivos que estimulou tal mudança (DIEGUES, 1983). Os moradores da comunidade relatam que esta transição teve início há aproximadamente 20 anos e indicam a criação do Parque como sendo a principal causa da mutação de enfoque da agricultura para a pesca.

Este grupo reconhece que atualmente o acesso a bens materiais (roupas, sapatos, cobertores, materiais de construção, etc.) é mais fácil, mas em contraposição eles destacam a “fartura de alimentos” que se tinha quando a agricultura era a principal atividade de subsistência. Além disso, o dia a dia do trabalho do lavrador é lembrado com muita saudade pelos moradores mais idosos, que na sua maioria, concordam que atualmente as coisas são mais fáceis, em alguns aspectos, mas seguem afirmando que antigamente a vida era muito melhor. Uma senhora foi questionada se sentia falta de alguma coisa do passado, quando a agricultura era a principal atividade desenvolvida na comunidade, e ela referiu que:

---

<sup>25</sup> A resiliência, como propriedade de sistemas socioecológicos, está relacionada a capacidade que tais sistemas têm de se adaptar e lidar com perturbações (NORA et al., 2017).

“Ah eu acho falta em muita coisa mulher, nem fale. Até, às vezes eu fico por aí, cabeça baixo, pensando aí, numa hora dessa a gente não tava em casa de varde, a gente tava vindo da roça, nós plantava, limpava, roçava, o ano inteiro. Essa época aí já tava se preparando pra colher o arroz” (Julia, 63 anos).

Os relatos dos mais idosos que residem no Saco do Mamanguá (RJ), se assemelham a este (GARROTE, 2004). Além de associar o passado com a ideia de fartura, os moradores apontam frequentemente as mudanças de valores que vêm vivenciando, este tipo de observação também foi realizada pelos caiçaras da Barra do Ararapira (PR) (RAINHO, 2015).

De acordo com Peroni e Hanazaki (2002) e Peroni (2004), a legislação ambiental, que restringe o uso de áreas cultivadas e não se adequam a realidade de manejo dos caiçaras, é um fator limitante para a continuidade da agricultura de subsistência praticada por esta população, o que faz da agricultura uma atividade residual e com continuidade incerta. Este fato coloca em risco a diversidade de espécies cultivadas há gerações, e também o amplo conhecimento deste grupo em relação ao uso das espécies vegetais (ROSSATO; LEITÃO FILHO; BEGOSSI, 1999; HANAZAKI et al., 2000; PERONI; HANAZAKI, 2002).

Mesmo diante da diminuição da atividade agrícola desenvolvida pelos caiçaras nas últimas décadas, estudos mostram que eles ainda apresentam um amplo conhecimento e dependência das plantas (ROSSATO; LEITÃO FILHO; BEGOSSI, 1999; GARROTE, 2004; MIRANDA; HANAZAKI, 2008; GIRALDI; HANAZAKI, 2014). Este saber é constituído a partir de seus modos de vida, que refletem a interação destes com o ambiente (MIRANDA; HANAZAKI, 2008). Estudo realizado entre comunidades das Ilhas do Cardoso (litoral norte de São Paulo) e de Florianópolis, Santa Catarina (SC), identificou que os moradores da primeira comunidade demonstraram um conhecimento mais amplo das plantas do que os da segunda, o que para os autores, reflete a ligação mais intensa destes com os recursos naturais (MIRANDA; HANAZAKI, 2008).

No quadro 2, estão listados alguns estudos que foram realizados com caiçaras e que objetivaram documentar as espécies vegetais conhecidas e utilizadas por esta população.

QUADRO 2 - ESTUDOS REALIZADOS COM POPULAÇÕES CAIÇARAS QUE DOCUMENTARAM O USO DE ESPÉCIES VEGETAIS.

Estudo	Comunidades	Número total de espécies	Alimentares	Medicinais	Construção	Outros
Hanazaki; Leitão-Filho e Begossi (1996)	Ponta do Almada (SP).	152	32	76	53	9
Lima (1996)	Guaraqueçaba (PR)	480	125	-	119	169
Peroni; Martins ; Ando (1999)	Ariri (SP)	15*	15**	-	-	-
Rossato; Leitão-Filho; Begossi (1999)	Praia do Puruba (SP), Sertão do Puruba (SP), Casa de Farinha (SP), Picinguaba (SP) e Ilha Vitória (SP).	276	96	143	93	-
Hanazaki et al. (2000)	Ponta do Almada (SP).	152	39	76	54	
Hanazaki et al. (2000)	Camburí (SP).	162	48	68	64	
Garrote (2004)	Saco do Mamanguá (RJ).	347	105	41		199
Araújo (2007)	Ilha do Bonete (SP).	121	59	39	26	58

Miranda e Hanazaki (2008)	Pereirinha-Itacuruçá (SP).	124	-	-	-	-
Miranda e Hanazaki (2008)	Cambriú-Foles (SP).	86	-	-	-	-
Miranda et al., (2011)	Ilha do Cardoso (SP).	180	66	82	71	-
Giraldi (2012)	Ponta Negra (RJ).	-	107	-	-	
Giraldi (2012)	Ilha do Araújo (RJ).	-	104	-	-	

\*Espécies cultivadas na roça.

\*\*No estudo não foi indicada a finalidade de cada planta, mas todas são comumente utilizadas para a alimentação.

\*\*\*Algumas espécies estão presentes em mais de uma categoria.

FONTE: O autor, 2017

Vale aqui ressaltar que determinados estudos categorizaram as plantas em grupos que a tabela não contempla, como: artesanato, decoração, etc. (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; ROSSATO; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1999). Neste caso, as plantas foram consideradas na categoria outros. As espécies citadas incluem plantas selvagens, que são coletadas principalmente na Floresta Atlântica, e plantas cultivadas em roças e jardins (ROSSATO; LEITÃO FILHO; BEGOSSI, 1999; BEGOSSI et al., 2000).

As principais espécies citadas na categoria da alimentação foram a banana e a mandioca (ROSSATO; LEITÃO FILHO; BEGOSSI, 1999; HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; HANAZAKI et al., 2000). Em Barbados, estas plantas também estão entre as mais cultivadas, o que pode ser observado no quadro 3 e 4, isto demonstra a importância destas espécies como recurso natural para estas populações.

As mulheres de Barbados, quando comparadas aos homens, parecem conhecer mais sobre as plantas com fins alimentares e medicinais. Este perfil também foi encontrado em comunidades do litoral

norte de São Paulo (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; HANAZAKI et al., 2000). Para Hanazaki et al. (2000), o fato das atividades agrícolas serem frequentemente realizadas por mulheres pode explicar seu maior conhecimento sobre plantas comestíveis, já que os homens se dedicam mais às atividades de pesca.

Nas próximas sessões, serão descritas as principais formas de cultivo observadas em Barbados. Para facilitar a compreensão, elas foram divididas em três grupos: as roças, normalmente localizadas no morro de Barbados; os quintais - onde há uma grande quantidade de árvores frutíferas e plantas medicinais; e as hortas - de onde provém os temperos e alguns chás – constituídas em uma parte do quintal. Também será realizada uma discussão sobre os mutirões e a fabricação de farinha, que foram, e ainda são, aspectos importantes dos modos de vida caiçara.

#### **4.1.1 Roças**

Os moradores de Barbados frequentemente referem-se ao local onde vivem como sendo o sítio e se auto identificam com este lugar, com expressões do tipo “a gente aqui do sítio”, “a vida aqui no sítio é diferente”, “o jeito do povo daqui do sítio ver as coisas não é igual lá da cidade” ou “a comida aqui do sítio é mais saudável”, entre outras. O que demonstra a relação deles.

Esta identidade reflete a ligação dos caiçaras de Barbados com o ambiente que habitam, sendo este o espaço de suas práticas sociais e culturais. Isso se deve ao fato da agricultura, sustentada principalmente pelas roças, ter sido por muito tempo a principal atividade de subsistência desenvolvida por esta população. Estudo realizado na Barra da Arapira, (PR), mostrou que os moradores deste local também utilizam o sítio como uma identidade (RAINHO, 2015).

Desta forma, considerando a importância das roças para os caiçaras de Barbados, a partir de relatos dos moradores e das observações realizadas durante o trabalho de campo, será feita uma descrição das roças – como eram antes da criação do PARNA, “no tempo de primeiro”<sup>26</sup>, após a mesma, e atualmente - e de algumas práticas relacionadas com esta atividade que também foram afetadas diante das proibições.

A compreensão de todo o processo proporcionará um melhor entendimento da transição que aconteceu entre a agricultura e pesca, e de seus impactos sobre os modos de vida desta população. A partir desta

---

<sup>26</sup> Expressão utilizada pelos moradores da comunidade para se referir a algo que aconteceu no passado.

descrição, também será possível observar que mesmo diante das restrições, os caiçaras de Barbados não abandonaram integralmente a prática do cultivo de roças e se adaptaram na medida do possível. Tal fato reflete a importância destes espaços, não somente no que tange questões econômicas e nutricionais, mas também na esfera cultural, emocional e social.

#### 4.1.1.1 As roças do “tempo de primeiro”

Há relatos de que até a criação do PARNA todas as famílias de Barbados possuíam roças. Durante o trabalho de campo a pesquisadora teve acesso a um mapa elaborado pela prefeitura de Guaraqueçaba em 1980 – no qual é possível observar o nome do proprietário, a área e a localização das roças neste período. Vale aqui ressaltar que este documento mostra que antes da criação do Parque estas famílias já realizavam atividades voltadas para a agricultura e dependiam dos alimentos produzidos nas roças para sobreviver, tal fato não foi considerado quando as restrições referentes a utilização dos recursos naturais foram impostas para estas populações, os deixando em uma situação de vulnerabilidade social, biológica e cultural.

Segundo as informações do mapa elaborado pela prefeitura de Guaraqueçaba no ano de 1980 as roças se concentravam em um só local, denominado pelos moradores de Barbados como Pedra Branca. O tipo de técnica praticada era a roça de corte e queima, também descrita na literatura como roça itinerante, de toco e coivara<sup>27</sup>. Os moradores que vivenciaram esta época relatam que o acesso à área cultivada podia ser feito por terra (caminhando pela trilha) ou pelo mar (utilizando-se a canoa a remo), sendo esta a opção mais utilizada.

Os relatos indicam que nesta época todos os membros da família trabalhavam juntos na realização de atividades da terra

As atividades na roça eram desenvolvidas diariamente e contavam com a participação de todos os membros da família. As crianças desde muito cedo acompanhavam seus pais a estes locais e com aproximadamente sete anos começavam a auxiliar na execução das atividades, o que até hoje é visto de forma positiva pela população. Tanto os mais idosos, que trabalharam desde da infância até a proibição, como

---

<sup>27</sup> Este tipo de agricultura envolve alguns poucos anos de cultivo, alternados com vários anos de pousio, e inclui a agricultura de desmatamento e queimada. Este tipo de cultivo foi adotado pelas populações caiçaras devido à sua herança indígena.



os mais novos, que viveram esta atividade por um curto período, lembram deste tempo com carinho. Durante as entrevistas informais realizadas com os moradores da comunidade foi possível presenciar vários momentos em que estes se emocionavam ao narrar as lembranças vivenciadas nesta época. Isto demonstra que, além destas pessoas apresentarem conhecimentos sobre as espécies e técnicas utilizadas para plantar, conforme já observado em outros estudos (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; GARROTE, 2004; GIRALDI; HANAZAKI, 2014), elas também guardam recordações de um modo de vida específico, que é carregado de significados. O relato de uma moradora caracteriza esta afirmativa:

“Ih, mas era tão bom menina, eu ajudava minha mãe, com dez ano já trabalhava que nem um grande, fazia de um tudo, mas era tão bom. A gente levava café, fazia um fogo do lado da roça, ou no rancho, e comia lá mesmo, tudo eles comendo junto, coisa bonita de se ver, meu, que saudade daquele tempo. Agora que tá dando pra planta os mais novo não querem saber do trabalho pesado, que pena...” (Anabel, 41 anos).

Os mais antigos ressaltam que eram lavradores e não pescadores, e frequentemente comparam as duas atividades, dizendo que o agricultor tira da terra, mas devolve para ela ao plantar novamente, já o pescador só tira do mar.

“... igual a minha mãe fala, o pescador é vadio, ele só tira do mar e não devolve pra ele, já o trabalho do lavrador não, o lavrador trabalhava tudo dia, de manhãzinha até de tarde, ele tirava da terra, mas devolvia pra ela, esse sim é trabalho bonito que dá força pra pessoa” (Maria, 66 anos).

Em Barbados, a mandioca foi citada como a principal espécie que era cultivada, sendo destinada para a produção da farinha e do biju<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> O biju (ou beiju), normalmente é preparado a partir da massa da mandioca, ralada e peneirada, rica em celulose, material com que se faz a farinha de mandioca juntamente com a goma da mandiquera. A farinha é distribuída em uma fina camada sobre o forno, e retirada após adquirir consistência sólida, normalmente adiciona-se o coco do indaiá. Este é o tipo mais comum, mas

Além da mandioca, o feijão, o café, a cana de açúcar, o milho, a batata doce, a abóbora, a melancia e a uva foram apontadas como espécies cultivadas. Na Ponta do Almada (SP) e na Barra da Ararapira (PR) a mandioca, plantada nas roças, também era utilizada para a produção de farinha, e dela se retirava a "mandiquera"<sup>29</sup> para fazer o biju (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; RAINHO, 2015).

Os moradores mais idosos frequentemente lembram do “tempo da fartura”, expressão que também foi utilizada pelos moradores do Saco do Mamanguá (RJ) ao relatar sobre o tempo em que plantavam roça (GARROTE, 2004). Estes ainda ressaltam a boa qualidade dos alimentos que eram cultivados e consumidos nesta época. Dizem que não precisavam comprar os “pacotinhos” da venda, e que os recursos locais supriam quase todas as necessidades alimentares. A produção era tanta que algumas famílias vendiam, doavam, e, em alguns casos, o excedente até estragava. A fala de um morador do local ilustra esta situação:

“... de primeiro era tudo de “fartura” e agora não, têm até fartura eu não digo, mas de coisa que a gente já não se agrada dele de cume. A fruta de primeiro você comia coisa boa, coisa natural, melancia, abóbora, milho, feijão, arroz, batata, pepino. O que, pra você cume, tudo tinha e não era assim, mais agora não, agora é só embaixo de remédio, de veneno, de injeção, de coisa de adubo, de primeiro não precisava negócio de adubo pras planta. Ahhh a carne era melhor antes, tuda vida, agora você compra um quilo de carne aí, pesou um quilo é carne você vem de lá, tira do pacote põe dentro de uma vasilha... aí depois você vai tirar, tudo tá em água, esse frango comprado aí, esse que não se fala de uma vez, de primeiro era galinha caipira, tinha assim no terreiro pra matar, pra comer...” (Julia, 63 anos).

---

existem diferentes formas de preparar este alimento como na panela de cuscuz, na folha da bananeira, etc.

<sup>29</sup> Mandiquera é a água que sai da mandioca quando ela está na prensa. Desta água se retira uma goma com a qual se faz o biju.

#### 4.1.1.2. As roças após a criação do Parque Nacional do Superagui (PARNA)

Com a criação do Parque Nacional do Superagui (PARNA), no ano de 1989, e mais intensivamente após o ano de 1997 - quando os limites do parque foram ampliados e a comunidade de Barbados passou a figurar como unidade de proteção integral - as roças foram desaparecendo. Conforme descrito por Hanazaki (2001), em São Paulo Bagre (SP), desde 1980, a atividade agrícola também vem sofrendo um declínio como resultado das restrições impostas pela legislação florestal.

Entre os moradores de Barbados e de comunidades vizinhas - que também se inserem dentro dos limites do parque - há diversos relatos das dificuldades que eles enfrentaram após a criação do PARNA. Os indivíduos que seguiram desenvolvendo atividades agrícolas nestes locais foram multados e/ou presos. Há um caso que me foi relatado em diversas ocasiões, e que além de indignação também gera tristeza à população, pois nesta situação um homem que residia na comunidade vizinha a Barbados - denominada Colônia<sup>30</sup> - foi penalizado economicamente (multa) e moralmente (prisão), falecendo no ano de 2016 por problemas cardíacos, que segundo familiares e amigos foi ocasionado pelas inúmeras dificuldades que ele enfrentou após as penalizações dos Órgãos Ambientais. O relato da esposa deste senhor ilustra esta situação:

“ Quando o doutor perguntou o que tinha causado o problema no coração do [...], eu ia falar pra ele que quem matou o meu marido foi a [...], daí ela ia ver, mas daí num quis falar, ele já morreu. Ela vinha aqui direto, ficava falando as coisa pra ele, tudo mês ele tinha que ir lá pra aquele prédio de Paranaguá, leva o dinheirinho pra pagar a multa, o véio sofreu muito, ih coitado, como sofreu, e a gente também, tudo por causa dessa proibição” (Silvia, 74 anos).

Segundo a filha deste senhor, a agricultura era a principal atividade econômica e meio de sustento da família, sendo inviabilizada diante das proibições, ela relata que: “o que estava plantado foi tudo comido pelos bichos, pelo macaco, enquanto a gente ficou sem ter o que

---

<sup>30</sup> Conhecida também como Saco do Morro, esta comunidade está localizada entre a Barra do Superagui e Barbados. Atualmente, neste local vivem apenas duas famílias.

comer”. Este fato aconteceu há aproximadamente 15 anos. Em São Paulo Bagre (SP), também são apontados alguns casos de agricultores que foram multados pela polícia florestal (HANAZAKI, 2001).

São diversas as histórias contadas pelos moradores da região que se assemelham a esta, e que serviram de exemplos para disseminar o medo entre os moradores da região, fazendo com que as famílias parassem ou diminuíssem significativamente as atividades agrícolas. Os que seguiram com esta prática passaram a plantar pequenas áreas, em locais de difícil acesso e de forma sigilosa. Estes cuidados eram tomados devido ao receio destas áreas serem identificadas e os responsáveis punidos. Os moradores da praia do Puruba (SP) enfrentaram dificuldades semelhantes após a criação do Parque Estadual da Serra do Mar, e abandonaram o cultivo da mandioca em decorrência das restrições ambientais (MAC CORD; BEGOSSI, 2006).

Como reflexo das proibições, o povo de Barbados passou por uma importante transição econômica, cultural e social. A agricultura, que até então era a principal atividade desenvolvida pelos moradores do local, foi gradativamente substituída pela pesca. A pesca, que era uma atividade secundária destinada a complementação da dieta, e que esporadicamente gerava renda, passou a ser a principal atividade econômica. Neste contexto, o peixe, além de ser utilizado, de forma direta, para a subsistência das famílias, se tornou a principal fonte de renda. A partir da renda gerada com a venda do pescado, as famílias passaram a adquirir alimentos vendidos nos mercados, os mesmos alimentos que, antes do PARNA, eram provenientes das plantações. Desta forma, as relações com o mercado local, de Paranaguá e principalmente de Guaraqueçaba, se intensificaram. Os caiçaras da que habitavam a área ocupada pela Estação Ecológica de Juréia-Itatins sofreram restrições semelhantes a população do estudo (SANCHES, 2004).

Com base nos relatos dos moradores de Barbados, é possível dizer que as proibições também resultaram na perda de algumas espécies cultivadas. Neste quesito, a mais citada é a mandioca. Estudos realizados em comunidades caiçaras do litoral de São Paulo e no Rio de Janeiro também apontam a perda de variedades desta espécie. Este fato é visto pelos autores como o resultado da proibição das roças pelas agências governamentais (BEGOSSI; HANAZAKI; PERONI, 2000; PERONI; HANAZAKI, 2002; GARROTE, 2004). De acordo com Peroni e Hanazaki (2002), a perda da diversidade é um indicativo da necessidade do desenvolvimento de estratégias e políticas para a manutenção da diversidade e do conhecimento ligado à comunidade caiçara.

#### 4.1.1.3. As roças de hoje

Desde o ano de 2015, os moradores de Barbados estão voltando a cultivar roças em proporções um pouco maiores do que as que foram mantidas de forma sigilosa, mas significativamente menores do que as que eram cultivadas no passado. Esta retomada do direito de cultivar nas terras em que vivem está pautada pela legislação, na Constituição Federal de 1988, na Convenção n° 169 da OIT (1989), e pelo decreto 6040 de 2007, o que é de conhecimento de alguns moradores que vivem na comunidade. Todas estas leis são constituídas – totalmente ou em partes - por artigos que garantem o direito destes povos às terras ou territórios ocupados e utilizados de alguma forma por estes. Conforme descrito no artigo 15, parágrafo 1° da Convenção n° 169 da OIT:

Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.

Segundo Pereira da Silva et al. (2017) o ambiente rural é favorável para a produção de alimentos de forma social, econômica e ambientalmente sustentável, o que favorece o acesso regular e permanente aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes, este fato reforça a importância desta retomada da plantação das roças na região do estudo.

No ano de 2016, 11 das 17 famílias residentes em Barbados eram donas de roças, que correspondiam a áreas de diversos tamanhos. Em estudo realizado no Saco do Mamanguá (RJ) (GARROTE, 2004), o número de roças cultivadas se assemelha ao observado em Barbados. Neste local, entre os dezenove grupos familiares estudados, onze ainda possuíam roça. Em Barbados, as plantações são realizadas principalmente no morro e perto dos quintais. No Saco do Mamanguá (RJ), também foram identificadas roças plantadas em continuidade com os quintais e nos morros (GARROTE, 2004).

O tipo de roça realizada pelos moradores de Barbados segue sendo a roça de corte e queima, prática descrita como tradicionalmente utilizada por esta população (ADAMS, 2000; DIEGUES; ARRUDA, 2001). A realização de cada etapa para a formação da roça envolve um

corpo de conhecimentos específicos que foram sendo transmitidos de geração em geração, e seguem sendo utilizados até os dias de hoje.

Além dos moradores do local contarem com as notícias do rádio para obterem informações sobre a previsão do tempo, eles também se baseiam nas fases da lua para desenvolver tal atividade. O modo como se planta a rama de mandioca segue sendo aquele ensinado pelos pais e avós dos que plantam hoje, mesmo que na televisão programas ensinem outras formas de se praticar tal atividade. Isto mostra que, se por um lado estas pessoas estão em contato com a tecnologia e utilizam (em algum nível) produtos industrializados, por outro, elas seguem mantendo as práticas e conhecimentos que foram adquiridos com seus ancestrais, a partir do contato com o ambiente em que cresceram, o que reflete um modo de vida específico. É possível identificar uma ínfima parte deste conhecimento nas narrativas de um morador de Barbados. Ele disse:

“ Você plantando ela três dia depois da (lua) nova, ela leva 3 dia pra ela germinar, então dentro de 3 dia, com mais 3 ele faz 6, com mais 1 dá 7 então ela cresce na fase da lua, quando entro para quarto crescente ela germinou, então ela vai crescer ali naquela fraqueza da lua, ela vai vindo, vai vindo...” (José, 64 anos).

“ Agora, se hoje é dia de lua de quarto, não presta planta nada, mais nada, nada, nada. Que nem, você planta uma banana, uma muda de banana, ela vem e vem rápido, mas num dá nada” (José, 64 anos).

Outros estudos realizados na região de Guaraqueçaba também identificaram uma associação entre a utilização de aparatos modernos e a manutenção de saberes tradicionais pelas populações que habitam este local (CUNHA, 2007; RAINHO, 2015). De acordo com Peroni e Hanazaki (2002), este tipo de conhecimento pode ser útil para a conservação da Floresta Atlântica e a sua perda pode impactar negativamente na conservação de espécies.

O maior interesse por plantar roças parece ser por parte dos idosos, porém, durante o trabalho de campo foi possível observar que os mais jovens, incluindo as crianças, têm conhecimentos das etapas que envolvem o plantio, das espécies plantadas, e auxiliam seus pais e avós na execução destas atividades. Este tipo de ocasião também foi observada por Garrote (2004) no Saco do Mamangá (RJ).

A mandioca segue sendo a principal espécie cultivada em Barbados, o que também foi identificado na Ilha do Bonete (SP), na Ponta do Almada (SP) e em comunidades caiçara da região de Paraty (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; ARAÚJO, 2007. HANAZAKI et al., 2013), porém neste local não há mais relatos do cultivo da mandioca brava, diferente do que foi observado na comunidade de Ponta Negra (RJ), onde 44% das famílias seguiam produzindo a mandioca brava, sendo esta uma atividade importante para a população local ao apresentar um significado social por fortalecer as relações através das redes de intercâmbio comunitário (HANAZAKI et al, 2013).

Além da mandioca, mais 12 espécies utilizadas para a alimentação foram citadas durante as entrevistas (QUADRO 3), entre elas está a batata doce, o feijão, o milho, a cana de açúcar, a melancia, o pepino, a abóbora, o cará, o inhame e o arroz, porém o cultivo destas espécies ocorre em menor escala. O mesmo perfil foi observado em comunidades caiçara da região de Paraty (HANAZAKI et al, 2013). De acordo com Sunderland (2011) manter a diversidade dentro dos sistemas agrícolas traz benefícios nutricionais e de subsistência de diversos sistemas de produção, sendo esta uma maneira de se alcançar a segurança alimentar.

QUADRO 3 - PLANTAS ALIMENTÍCIAS CULTIVADAS NAS ROÇAS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.

NOMES	NOME CIENTÍFICO	Nº DE ROÇAS QUE CONTÊM AS PLANTAS
ABÓBORA	<i>Cucurbita</i> spp.	8
MANDIOCA	<i>Manioht esculenta</i> Crantz	9
ARROZ	<i>Oryza sativa</i> L.	2
BANANA	<i>Musa seção musa</i>	4
BATATA DOCE	<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam.	8
CANA DE AÇÚCAR	<i>Saccharum officinarum</i> L.	6
CARÁ	<i>Dioscorea alata</i> L.	7
FEIJÃO	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	5
INHAME	<i>Colocasia esculenta</i> (L.) Schott	5
LARANJA	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	1
MELANCIA	<i>Citrullus Lanatus</i> (Thunb.)	3

MILHO	<i>Zea mays</i> L.	2
PEPINO	<i>Cucumis sativus</i> L.	2
TAIA (Taioba)	<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (L.) Schott	5

\*Como não foi realizada a coleta das plantas as identificações das espécies são prováveis.

FONTE: O autor (2017).

Atualmente, as plantas colhidas da roça são destinadas principalmente para o consumo da família e doadas. No caso da mandioca, grande parte é utilizada para a produção da farinha de mandioca. A venda dos produtos agrícolas não é comum, mas durante o trabalho de campo foi possível observar em dois momentos a sua comercialização (pepino e cará), destinada a moradores de outras comunidades da região. Na figura 8 estão expressas imagens realizadas durante o trabalho de campo de etapas que envolvem o cultivo das roças.

FIGURA 8 - ETAPAS DO CULTIVO DA ROÇA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).



## 4.1.2. Expressões culturais na agricultura

### 4.1.2.1. As fábricas de farinha

Os relatos dos moradores de Barbados ilustram a redução significativa da fabricação de farinha de mandioca após a criação do PARNA, como reflexo da proibição do cultivo das roças de mandioca. Apenas as famílias que resistiram às proibições e seguiram plantando, em pequenas áreas, conseguiam manter a produção deste alimento.

Como reflexo da retomada das plantações de mandioca, a fabricação de farinha vem aumentando gradativamente nos últimos três anos em Barbados. Doze famílias da comunidade relataram terem produzido ou auxiliado na produção de farinha durante este período.

Esta atividade normalmente é desenvolvida nas casas da farinha. Os moradores de Barbados relatam o uso de três casas, duas delas estão localizadas na comunidade, e pertencem às famílias de Barbados, e a terceira fica na comunidade da Colônia, e também é propriedade de uma família que reside em Barbados. Conforme relatos desta moradora, os equipamentos utilizados para a produção disponíveis nesta casa foram construídos por gerações anteriores a de seus pais, e são utilizados há mais de 100 anos. Ela refere que no ano de 2015 realizou uma reforma no local, que estava inutilizável. Após os reparos a casa foi empregue na produção de farinha, no mesmo ano e também no mês de maio de 2017.

Em Barbados, duas famílias da comunidade relataram terem produzido farinha no mês de agosto de 2016. Durante a segunda etapa do trabalho de campo, no mês de abril de 2017, também foi possível acompanhar a realização desta atividade, que foi realizada em conjunto por dois núcleos familiares. Nesta situação, a produção durou quase dois dias e contou com a participação de homens, mulheres, crianças e jovens. A mandioca era proveniente de outra comunidade caiçara, que também faz parte do município de Guaraqueçaba, mas não se insere nos limites do Parque.

Em estudo realizado em comunidades caiçaras da região de Paraty observou-se que apenas uma pequena proporção de famílias seguem produzindo farinha de mandioca em decorrência das dificuldades para seguir cultivando esta espécie, especialmente após a década de 1980 devido as restrições impostas pelas regulamentações ambientais. Este tipo de restrição também fez com que outras atividades coletivas quase desaparecessem (PERONI; HANAZAKI, 2002).

FIGURA 9 - CASA DE FARINHA. COMUNIDADE DA COLÔNIA,  
PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

As casas de farinha pertencem a famílias específicas, mas podem ser utilizadas por todos da comunidade. Como pagamento pela utilização da estrutura, os proprietários recebem uma parte da produção, o restante fica com o produtor, que normalmente ainda divide a sua parte com vizinhos e parentes. A atividade comumente é desenvolvida durante os meses frios.

FIGURA 10 - PRODUÇÃO DA FARINHA EM ABRIL DE 2017.  
BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

#### 4.1.2.2. Os mutirões

Os mutirões “do tempo de primeiro” são lembrados de forma saudosa pelos idosos e indivíduos de meia idade. Eles relatam que era “trabalho para todo um dia”, que todos os moradores da comunidade participavam e que era “muito bom”. O dono da roça oferecia café da manhã, almoço e jantar, e pela noite para relaxar depois de um dia de trabalho pesado, era servida a cataia<sup>31</sup> e feito o fandango<sup>32</sup>, momento que todos se divertiam ao som da viola.

O café da manhã e almoço eram preparados e servidos no rancho de madeira, normalmente construído ao lado da roça. O jantar e o fandango eram oferecidos na casa da família que pedia o serviço. Os moradores de Barbados relatam que ofertar comida, bebida e o baile de fandango, era a forma de se pagar o serviço de todos os “camaradas”<sup>33</sup> que haviam contribuído na plantação.

Como as roças eram grandes, as atividades eram divididas. Pela manhã os homens faziam as covas, enquanto as mulheres preparavam as refeições e cortavam as ramas. No período da tarde os homens seguiam fazendo as covas e as mulheres semeavam e plantavam. Este tipo de divisão também foi identificado nos relatos sobre a roça na comunidade da Barra da Arapira (PR) (RAINHO, 2015).

Alguns moradores apontam que o último mutirão realizado na comunidade, dentro destes padrões, foi há aproximadamente 15 anos, na roça de uma família que segue residindo na comunidade. O casal lembra destes dias com emoção. A inviabilização desta prática durante muitos anos foi resultado das punições efetivadas pelos órgãos ambientais.

É relevante destacar que mutirões para atividades em outras esferas seguiram presentes entre os moradores de Barbados, e caracterizam um modo de vida específico. Alguns exemplos são a limpeza das trilhas, construção de pontes, calçadas, trapiches, etc. Nestas ações muitas vezes há a oferta de refeições para os participantes, que

---

<sup>31</sup> A Cataia, também conhecida como uísque caiçara é uma bebida muito popular no Litoral Norte do Estado do Paraná e no Vale do Ribeira, Litoral Sul de São Paulo. É preparada à base da folha de uma erva medicinal com o mesmo nome, curtida em cachaça.

<sup>32</sup> Estilo musical caracterizado pela sua dança. O Fandango Caiçara foi registrado como Patrimônio Cultural do Brasil no ano de 2012, desde então é protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>33</sup> Palavra utilizada pelos moradores de Barbados para se referir aos amigos que ajudam na realização de alguma atividade.

seguem sendo preparadas pelas mulheres. Durante o trabalho de campo foram realizados quatro mutirões para a realização de serviços comunitários.

Como reflexo do retorno da plantação das roças, conforme descrito no item 2.1.1.3, e acima disto do auto-reconhecimento desta população como indivíduos de direito, a prática do mutirão vem sendo retomada pelos moradores da comunidade. Segundo relatos, no ano de 2015 foi realizado um mutirão para a plantação de mandioca na roça da mesma família em que o último mutirão havia sido realizado, e em 2016 este número subiu para quatro. Cabe aqui ressaltar que muitas coisas mudaram quando se compara os mutirões realizados atualmente com os que eram praticados no passado.

Atualmente, as roças são menores e como consequência os trabalhos são realizados apenas durante um período do dia; o número de participantes é menor; tanto o fandango como a cataia já não são mais oferecidos ao final do mutirão, o que em partes pode ser resultado da conversão de muitos moradores das comunidades da região para a igreja evangélica, que proíbe esta prática e também o consumo de bebida alcoólica.

FIGURA 11 - REALIZAÇÃO DE MUTIRÃO PARA PLANTAÇÃO DE MANDIOCA EM DUAS ROÇAS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

### 4.1.3 Flores e frutos: os “terreiros” de Barbados

Os quintais são sistemas complexos, que servem como ferramentas de produção, experimentação e diversidade de cultivos, formados a partir da interação dos que habitam aquele local com o ambiente, ao longo do tempo, a partir das suas necessidades e escolhas. Estes locais se tornam um domínio espacial e afetivo feminino (MURRIETA, 1998; GARROTE, 2004).

Segundo Garrote (2004), eles apresentam três principais estratos: o herbáceo, o arbustivo e o arbóreo. Andando pelos “terreiros” ou quintais das casas de Barbados é possível observar esta divisão e uma ampla quantidade de árvores frutíferas e plantas (ornamentais e com fins medicinais). Ter plantas no quintal é uma característica comum aos moradores da comunidade.

Entre as 14 famílias entrevistadas, apenas duas (14%) relataram não cultivar espécies de árvores frutíferas neste local. As espécies mais citadas foram o abacate (*Persea americana* Mill.) 86%, a banana (*Musa seção musa*) 78%, a goiaba (*Psidium guajava* L.) 71%, laranja (*Citrus sinensis* (L.) Osbeck) 86%, o limão (*Citrus* sp.) 71% e a ameixa (*Eriobotrya japônica* (Thunb.) Lindl.) 78%. No quadro 4, estão listadas as espécies de árvores frutíferas e a frequência com que foram relatadas durante as entrevistas.

QUADRO 4 - PLANTAS FRUTÍFERAS CULTIVADAS NOS QUINTAIS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.

NOME	NOME CIENTIFICO	Nº DE QUINTAIS QUE CONTÊM A PLANTA
ABACATE	<i>Persea americana</i> Mill.	12
ABACAXI	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.	4
ABIL	<i>Pouteria caimito</i> Radlk.	4
AMEIXA	<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl.	11
AMORA	<i>Morus nigra</i> L.	2
ARAÇÁ	<i>Psidium cattleianum</i> Sabine	2
BANANA	<i>Musa seção musa</i>	11
CAMBUCÁ	<i>Plinia edulis</i> (Vell.) Sobral	2
CARAMBOL A	<i>Averrhoa carambola</i> L.	1

NOME	NOME CIENTIFICO	Nº DE QUINTAIS QUE CONTÊM A PLANTA
CONDENSA	<i>Annona Glabra L.</i>	2
GOIABA	<i>Psidium guajava L.</i>	10
GRUAMIXA MA	<i>Eugenia brasiliensis (Lam.)</i>	7
GUAPÊ	<i>Syzygium jambolanum (L.) Skells</i>	6
JABUTICABA	<i>Myrciaria sp.</i>	7
JAMBO	<i>Syzygium jambos (L.) Alston</i>	4
LARANJA	<i>Citrus sinensis (L.) Osbeck</i>	12
LIMÃO	<i>Citrus sp.</i>	10
MAÇÃ	<i>Malus sp.</i>	1
MAMÃO	<i>Carica papaya L</i>	8
MANGA	<i>Mangifera indica L.</i>	4
MARACUJÁ	<i>Passiflora edulis Sims</i>	7
MORANGO	<i>Fragaria spp.</i>	2
PALMITO	<i>Euterpe edulis Mart.</i>	2
PESSÊGO	<i>Prunus pérsica (L.) Batsch</i>	5
PITANGA	<i>Eugenia uniflora L.</i>	2
UVA	<i>Vitis vinífera L.</i>	3
UVAIA	<i>Eugenia sp.</i>	1

\*Como não foi realizada a coleta das plantas as identificações das espécies são prováveis.

FONTE: O autor (2017).

Para algumas espécies como: a laranja, o limão, o mamão e a banana, foram relatadas mais do que uma variedade. Entre estas a banana merece destaque, pois foram citadas seis variedades: banana da terra, banana branca, banana caturra, banana ouro, banana maçã e banana cinza. A preferência por cada uma destas variedades muda de acordo com o objetivo da preparação para consumo, pois elas apresentam características específicas.

A palmeira real (*Archantophoenix cunninghamiana (H.Wendl.)*) e a palmeira jussara (*Euterpe edulis Mart.*) não foram citadas na maioria das residências, mas ao andar pelos “terreiros” da comunidade, e durante

as entrevistas informais, foi possível observar que os moradores de Barbados têm o hábito de cultivar estas espécies. Frequentemente é possível identificar uma palmeira ao redor das casas. Em uma pesquisa realizada com comunidades ribeirinhas da região amazônica, também foi observado que algumas famílias fazem gestão de palmeiras nas suas roças ou perto de suas casas, o que aumenta a disponibilidade dos recursos desta planta em áreas de fácil acesso. De acordo com os autores deste estudo, a prática de gerir estas espécies não é intensiva, mas pode estar associada com a construção de jardins utilizáveis e permanentes (BEGOSSI; HANAZAKI; PERONI, 2000).

Não há relatos da venda de plantas que são cultivadas nos quintais. Em estudo realizado em comunidades ribeirinhas da região de Mamirauá e Amanã (interior do Amazonas), a única espécie cultivada nos quintais que apresentava valor comercial para a população foi a banana (SILVA et al., 2017).

Segundo Murrieta (1998): “Os quintais desempenham papéis concomitantes de experimentação agrícola e mapeamento emocional, onde as plantas e verduras demarcam discretamente os espaços de circulação física, principalmente, feminina”.

FIGURA 12 - “TERREIROS” DE DUAS CASAS DA COMUNIDADE. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

Os resultados de um estudo realizado no Sri Lanka demonstram que os quintais fornecem segurança alimentar a grande parcela da população rural do país, além de manter inúmeros ecossistemas. Diante da relevância destes espaços para a população, o governo do Sri Lanka vem desenvolvendo diversos programas que inclui os quintais como componente chave para apoiar a segurança alimentar e nutricional, objetivando aumentar a autosuficiência das famílias na produção dos vegetais (MATTSSON; OSTWALD; NISSANKA, 2017). Estudo realizado na região de Paraty também relacionou o cultivo de plantas alimentícias nos quintais com o aumento da segurança alimentar da população (GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

#### 4.1.4. Hortas

Cultivar hortas também é uma prática comumente realizada pelas mulheres de Barbados, 86% (14) dos domicílios que fizeram parte da amostra tinham horta. O cultivo normalmente é feito no quintal, em um espaço cercado e preparado para esta finalidade. Há casos em que as plantas são mantidas dentro de antigas canoas de madeira. As espécies cultivadas nestes espaços estão descritas no quadro 5.

QUADRO 5 - PLANTAS CULTIVADAS NAS HORTAS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.

NOME	NOME CIENTÍFICO	Nº DE HORTAS QUE CONTÊM A PLANTA
ABÓBORA	<i>Cucurbita</i> spp.	2
ACELGA	<i>Beta vulgaris</i> var. cicla	1
AGRIÃO	<i>Nasturtium officinale</i> W.T.Aiton	1
AIPIM	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	1
ALFACE	<i>Lactuca sativa</i> L.	11
ALFAVACA	<i>Ocimum</i> sp.	8
ALMEIRÃO	<i>Cichorium intybus</i>	1
BATATA DOCE	<i>Ipomoea batatas</i> (L). Lam	2
CANA DE AÇÚCAR	<i>Saccharum officinarum</i> L.	1
CEBOLINHA	<i>Allium fistulosum</i> L.	11



NOME	NOME CIENTIFICO	Nº DE HORTAS QUE CONTÊM A PLANTA
CENOURA	<i>Daucus carota</i> L.	3
CHUCHU	<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Swartz	3
COUVE	<i>Brassica oleracea</i> L.	2
HORTELÃ	<i>Mentha</i> spp.	2
INGÁ	<i>Inga</i> spp.	1
INHAME	<i>Colocasia esculenta</i> (L.) Schott	1
MORANGO	<i>Fragaria</i> spp.	1
PEPINO	<i>Cucumis sativus</i> L.	1
PIMENTA	<i>Capsicum</i> sp.	4
PIMENTÃO	<i>Capsicum anuum</i> L.	3
POEJO	<i>Mentha pulegium</i> L.	1
REPOLHO	<i>Brassica oleracea</i> (L.) Mill	1
SALSINHA	<i>Petroselinum sativum</i> Hoffm.	6
TAIA	<i>Xanthosama sagittifolium</i> (L.) Schott	2
TOMATE	<i>Lycopersicon esculentum</i> Mill	5
VAGEM	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	1

\*Como não foi realizada a coleta das plantas as identificações das espécies são prováveis.

FONTE: O autor (2017).

Em estudo realizado com famílias que residem em comunidades rurais no Brasil identificou-se que as mulheres são as principais responsáveis pela obtenção de alimentos produzidos localmente para o autoconsumo (MENACHE et al., 2008), o que também foi observado na comunidade de Barbados. Da mesma forma que acontece com as árvores frutíferas, flores e folhagens, as plantas que compõem a horta também são trocadas e doadas entre as mulheres da comunidade, e de comunidades vizinhas. O que não é possível adquirir na comunidade, normalmente é comprado na forma de sementes nos comércios da região.

FIGURA 13 - HORTAS DA COMUNIDADE. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

#### 4.2 PESCA

Da mesma forma que ocorreu com as outras atividades de subsistência, a implantação do PARNÁ gerou impactos sobre a atividade pesqueira. A pesca, que até então era realizada de forma complementar, passou a ser a principal atividade de subsistência dos moradores de Barbados, o que resultou na adaptação e aquisição de novos saberes voltados para o mar. O relato de um morador ilustra esta situação:

“ Eu sou de observar as coisas, é, coisa que eu sei na minha vida que eu aprendi, nunca ninguém me ensinou, num, num, tive estudo também, que, que, o ensino também não ensina certas coisas pra você, se você não aprender, o entendimento do alto e da natureza, você não aprende pelo estudo” (José, 64 anos). ”

No decorrer do texto será possível identificar aspectos que ilustram a consistência deste conhecimento, que não é considerado pelo

Estado na hora da tomada de decisões sobre o manejo dos recursos naturais, disponíveis no ambiente habitado pelos caiçaras. Tal fato impacta diretamente na realização da pesca, ou acima disto, nos modos de vida desta população, já que a pesca é mais do que simplesmente um trabalho e envolve aspectos sociais, culturais, emocionais e biológicos, que caracterizam um modo de vida (TRIMBLE; JOHNSON, 2013).

Desta forma, será realizada uma descrição sobre a pesca na comunidade de Barbados nesta sessão, trazendo nuances deste processo.

#### **4.2.1 Aspectos gerais**

Atualmente, a pesca artesanal<sup>34</sup> é a principal atividade de subsistência e geradora de renda desenvolvida pelos moradores de Barbados. Entre as 14 famílias entrevistadas, 75% (16) dos homens com idade superior a 18 anos são pescadores, 12,5% (2) funcionários públicos e 12,5% (2) aposentados (FIGURA 14). Este perfil também foi encontrado por Hanazaki e Begossi (2003) na comunidade de São Paulo Bagre (SP) e por Miranda e Hanazaki (2008), em Cambuí/Foles (SP). Em estudo realizado por Hanazaki et al. (2013) com comunidades caiçaras da região de Paraty identificou-se que a pesca é uma atividade de subsistência praticada por 70% das famílias em conjunto com outras atividades associadas com o turismo, agricultura e comércio. Para 16% (57) das famílias ela foi declarada como sendo a principal atividade de subsistência.

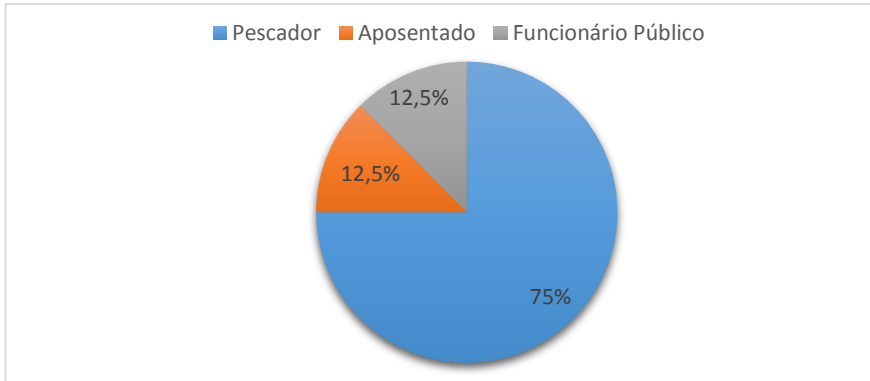
Na comunidade da Praia Grande, a pesca já não é mais a principal atividade de subsistência, mas ainda há uma parcela de pescadores (40,9%) dependentes exclusivamente dela para sobreviver, na Barra Grande (RJ) a pesca também ocupa um papel menos importante que outras atividades como a agricultura, comércio, turismo ou construção.

---

<sup>34</sup> Atividade de pesca que emprega predominantemente o trabalho manual autônomo na captura, recolha, transformação, distribuição e comercialização de recursos pesqueiros marinhos ou de águas continentais, praticado geralmente por indivíduos, grupos familiares ou organizações comunitárias, em comunidades costeiras e ribeirinhas. Utilizam embarcações com pouca autonomia e com artes e técnicas de pesca com baixa modernização, cujas dimensões variam de acordo com a definição da legislação nacional. Ela representa o principal meio de subsistência de comunidades ribeirinhas e costeiras, incluindo mulheres e povos tradicionais e contribui significativamente para a segurança alimentar e renda familiar (PARLATINO, 2017).

Desta forma, neste local a produção de peixe foi baixa, com pequenos excedentes (HANAZAKI et al., 2013).

FIGURA 14 - OCUPAÇÃO DOS HOMENS COM MAIS DE 18 ANOS.  
BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

O papel de destaque da pesca em Barbados está relacionado com o fato de que além do pescado ser utilizado para o consumo direto, ele também é comercializado, o que possibilita a geração de renda para que as famílias tenham acesso a itens que não são produzidos localmente. Esta realidade frequentemente é criticada pelos moradores mais idosos. Eles relatam que antes da criação do PARNA a agricultura era a principal atividade desenvolvida em Barbados, e que parte significativa dos produtos cultivados e pescados eram consumidos pela própria família.

Atualmente, a realidade é bem diferente; a pesca substituiu a agricultura, e se tornou a principal atividade de subsistência desenvolvida no local. Desta forma, os produtos que antes eram obtidos a partir do cultivo, agora são adquiridos externamente, e as famílias passaram a depender dos recursos monetários, gerados a partir desta atividade. Isso significa que, em termos gerais, a pesca é responsável por prover quase a totalidade da dieta e de outras utilidades dos caiçaras de Barbados. O relato de uma moradora reflete bem esta realidade:

“ Hoje tudo tem que se tirar do mar, se você quer uma geladeira, se tira do mar, uma roupa, se tira do mar, o alimento, se tira do mar, é tudo do mar” (Anabel, 41 anos).

Estas transformações também refletiram na forma de se pescar e no que se pesca. Alguns peixes que não são consumidos pelos moradores de Barbados, são muito valorizados para a comercialização (o linguado e baiacu, por exemplo), o que torna estes cobiçados para a pescaria. Assim, é possível dizer que a escolha das espécies a serem pescadas passa agora – quase sempre - pela lógica de mercado, mas há alguns tipos de espécies que são pescadas por questões que vão além das econômicas, como é o caso da tainha. Em estudo realizado nas comunidades de Pedrinhas e São Paulo Bagre, também se observou que os pescadores destes locais intensificam a captura de determinadas espécies, conforme os seus propósitos e retorno financeiro (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003).

Esta situação ilustra a ‘mercantilização’ dos sistemas alimentares (LEITE, 2007), o que resulta em implicações negativas para estas populações. A partir deste exemplo também é possível observar como os moradores de Barbados vêm se adaptando às mudanças a eles impostas, o que mais uma vez mostra a capacidade de resiliência desta população.

A maior parte dos pescadores de Barbados repassam o que pescam para um atravessador que reside na comunidade, e que também é o dono de um pequeno mercado local, a “venda”. Existem casos isolados que este repasse é feito para indivíduos de comunidades vizinhas, que pagam um pouco melhor, não existindo um compromisso formal entre as partes. Em ambos os casos o pagamento é realizado em espécie ou na forma de mercadorias disponíveis na “venda”. Normalmente, os atravessadores comercializam o pescado em Paranaguá. Há relatos de que os preços praticados na comunidade são significativamente menores do que o valor pago pelo consumidor final.

Outra forma de comercialização é a venda de camarão vivo, que serve como isca para a pesca esportiva praticada por turistas provenientes, principalmente, de São Paulo e Curitiba. Neste caso o pescador consegue vender diretamente ao comprador final, o que lhe proporciona uma maior lucratividade. A venda de outros produtos para turistas também ocorre, mas não é frequente. Esporadicamente, o dono do restaurante da comunidade compra o pescado dos locais para servir aos turistas.

Alguns pescadores relatam que o fato deles não terem a possibilidade de manter um refrigerador em funcionamento constantemente impossibilita o armazenamento do produto para ser comercializado posteriormente em outros locais, onde o retorno financeiro seria melhor. Desta forma, é possível dizer que a disponibilização da energia elétrica para a comunidade poderá fornecer subsídio para que os pescadores aumentem a sua renda.

Os pontos de pesca utilizados pelos moradores de Barbados estão localizados perto da comunidade, no “mar de dentro”<sup>35</sup>. Este perfil também foi observado em estudo realizado em comunidades da costa Sudeste do Brasil (BEGOSSI; HANAZAKI; PERONI, 2000).

Em Barbados, as brincadeiras com barcos de madeira e feitos de papel são frequentes entre os meninos, eles expressam muita vontade de seguir a profissão dos pais. Os quais demonstram-se orgulhosos ao ver a evolução dos filhos na realização das atividades de pesca. Eles relatam que é importante ensina-los desde cedo por este motivo é comum observar situações em que as crianças (especialmente do sexo masculino) estão, junto de seus pais, realizando estas atividades. Os pescadores mais experientes dizem que aprenderam a pescar com aproximadamente 10 anos e acreditam que esta é uma boa idade para ensinar os seus filhos, levando-os para o mar, e ensinando-os a virar o motor, conduzir a embarcação, armar a rede, entre diversas outras atividades. As meninas também aprendem as atividades voltadas para a pesca, e auxiliam seus pais nas atividades do mar. Porém, a participação delas na pesca é muito menor comparada a dos meninos.

Uma situação bem diferente foi encontrada em pesquisa desenvolvida na comunidade da Praia Grande e Ilha do Araújo. Quando os pescadores destes locais foram interrogados sobre o futuro de seus filhos, eles relatavam que não queriam que estes seguissem a sua profissão. Normalmente, justificavam esta resposta dizendo que a pesca está em decadência, devido a diminuição da disponibilidade de pescados, além desta atividade ser muito pesada, e que estudar ou trabalhar com o turismo poderia proporcionar melhores condições de vida para os filhos (TRIMBLE; JOHNSON, 2013). O mesmo perfil foi observado em uma comunidade de pescadores do Uruguai (Piriaopolis) (TRIMBLE; JOHNSON, 2013).

Durante a realização do trabalho de campo, foi possível observar que quase todos os homens alocam grande parte do seu tempo para executar tarefas relacionadas com a pesca. Quando eles não estão diretamente em contato com o mar pescando, estão arrumando, pintando e lavando as embarcações; arrumando ou entalhando redes e tarrafas;

---

<sup>35</sup> Essa divisão acontece pela presença da desembocadura que divide o mar em dois espaços: o *mar de fora*, que seria o alto mar definido a partir da desembocadura; e o *mar de dentro*, também chamado de *rio*, com seu limite definido até a desembocadura

fazendo gaiolas para a pesca de baiacu e siri; preparando os “lacinhos”<sup>36</sup>, que serão utilizados na temporada do caranguejo; observando a presença de turistas que possam estar interessados na compra de isca viva para a pesca esportiva; retirando ostras e mariscos do mangue e das pedras; conversando com outros homens sobre estas atividades, etc. Resumindo, são diversas as atividades executadas por eles, que estão direta ou indiretamente relacionadas à pesca, fazendo com que a vida da comunidade gire em torno desta prática.

Das 13 mulheres entrevistadas com idade superior a 20 anos, seis relataram ter carteira profissional de pesca, uma refere ser pescadora - mas ainda não tem a carteira - quatro são aposentadas e duas têm a carteira desativada por serem funcionárias pública.

A maior parte destas mulheres participam ativamente das atividades de pesca, e ajudam seus esposos, tanto no mar como na terra. O trabalho de limpar o peixe, fazer e entalhar redes, arrumar redes, fazer “lacinhos”, desmariscar ostras, descascar camarão, entre outros, são funções principalmente femininas. Em Barbados, durante todo o ano as mulheres também costumam sair em duplas ou grupos para retirar ostras no mangue e na pedra - a escolha do melhor lugar dependente das condições do mar e do tempo, alguns indivíduos relatam que a execução desta atividade na pedra é mais fácil - e referem gostar muito desta atividade, sendo este considerado um momento de lazer. Vale destacar que os homens também desempenham esta função. A única atividade que apenas uma mulher da comunidade realiza é “virar o motor”<sup>37</sup> da embarcação, as demais relatam que quando não é possível se locomover com a canoa a remo elas dependem dos homens para conduzir a embarcação. Na Barra da Arapira (PR) as mulheres apresentaram a mesma limitação (RAINHO, 2015).

Mesmo que as mulheres de Barbados se dediquem às atividades de pesca, a principal função feminina são os afazeres domésticos. Esta característica pode ser percebida a partir do relato de uma moradora:

“ É, então, quando você estava aqui daquela outra vez eu ia todo dia ajudar o Pedro na pesca, porque a Carla que cuidava da casa, fazia a comida e tudo, mas agora que ela tá na Barra eu não posso mais sair... Ih, mas eu gosto mesmo de pescar, se eu pudesse eu ia todo dia...” (Sônia, 36 anos).

---

<sup>36</sup> Armadilha feita com fio de nylon para ser colocada na toca do caranguejo.

<sup>37</sup> “virar o motor” significa ligar o motor do barco.

Em outras comunidades caiçaras localizadas em Paraty e no Paraná, o trabalho doméstico também é a principal atividade realizada pelas mulheres e as atividades relacionadas com a pesca estão em decadência. Na comunidade da Praia Grande (RJ), a limpeza dos pescados é relatada como uma das únicas atividades pesqueiras desenvolvida por elas (LOPES; FRANCISCO; BEGOSSI, 2009; TRIMBLE; JOHNSON, 2013; RAINHO, 2015).

De acordo com Rainho (2015), diferente do que é observado em comunidades urbanas, na comunidade da Barra da Ararapira o trabalho doméstico é valorizado, porque nesta comunidade a concepção de trabalho foge da lógica produtivista, a qual mede os valores a partir do trabalho assalariado. Esta valorização do trabalho realizado pelas mulheres também foi observada em Barbados.

FIGURA 15 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES VOLTADAS PARA A PESCA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

Os pescadores de Barbados pagam mensalmente uma taxa de R\$ 15,00 para a Colônia de Pescadores (Associação municipal de pescadores), e referem que esta contribuição é relevante por possibilitar o pagamento Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e o recebimento do seguro defeso. Em estudo realizado na Praia Grande



(RJ), o pagamento da Colônia ocorre basicamente pelos mesmos motivos (NORA et al., 2017). De acordo com Nora et al. (2017), os pescadores poderiam ser estimulados a pagar a colônia por outros motivos, mas as razões que os levam a fazer isto mostram a baixa confiança desta categoria nos órgãos governamentais que regulamentam a pesca, a autora ainda descreve que essa fragilidade da relação e a falta de diálogo resultam na baixa participação ou em uma participação indireta nos processos e nas tomadas de decisão, caracterizada por níveis hierárquicos.

#### **4.2.2 Sazonalidade de “ganho” e de espécies**

Os moradores de Barbados normalmente classificam o ano em duas épocas distintas de acordo com o acesso a recursos monetários: a “época de ganho” ou “época do tempo quente”, que correspondente aos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, abril e maio - quando a captura do caranguejo, seguida pela pesca do camarão e de peixes nobres, como o linguado, estão em alta. E a época de “ganho ruim” ou “época do tempo frio”, que abrange os meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro, momento em que o volume de pesca é significativamente menor quando se compara com os meses de “tempo quente”. Os meses de maio e novembro são vistos como meses de transição, os relatos são de que neste período “as coisas começam a piorar, ou começam a melhorar”.

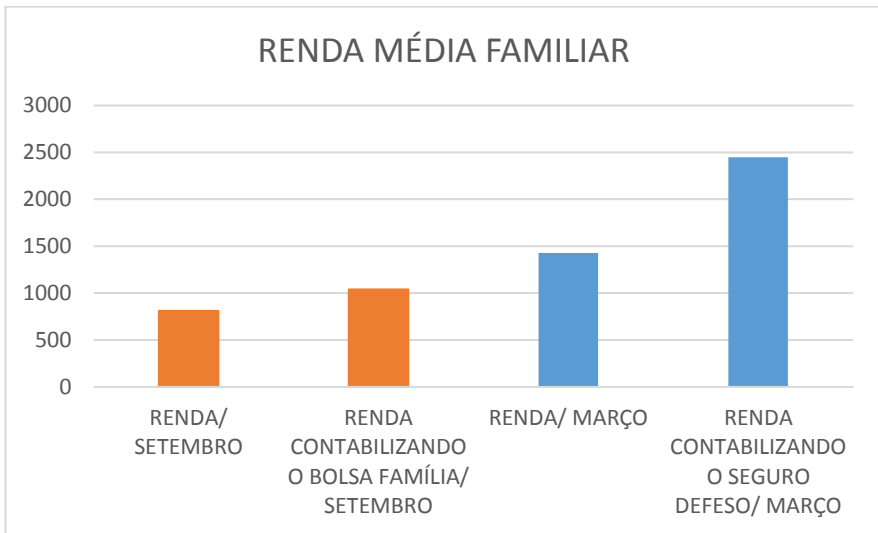
A quantidade de peixe capturado varia de acordo com a época do ano, os moradores do local relacionam as características da natureza com as condições de pesca. Durante o trabalho de campo, foi possível observar o insucesso de diversas viagens para a realização desta atividade, nas quais não se pegava nada de peixe. Nos meses de frio, esta característica foi mais marcante. Desta forma, os moradores não têm uma renda fixa e nem acesso garantido a este recurso que ainda é fonte de alimento. Na comunidade de Ponta do Almada (SP), durante os meses mais frios a quantidade de peixe capturada também foi menor do que nos outros meses. As autoras deste estudo também atribuem esta decadência com as condições ambientais (vento e frio) que afetam a pesca durante o inverno (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000).

Em relação ao retorno financeiro, o caranguejo foi citado como sendo a espécie preferida para a pesca, pois é a que possibilita os maiores lucros. Esta atividade é liberada apenas por dois meses e meio (do dia 01 de dezembro até 15 de março). E, é referida como sendo um trabalho “pesado”, porque além do esforço físico inerente a sua captura, os pescadores são submetidos ao calor intenso, sol forte, e grande quantidade

de “imundices”<sup>38</sup> na área de mangue, característica comum a esta época do ano. O camarão parece ocupar a segunda posição em relação à relevância econômica. A pesca desta espécie é liberada no dia 01 de fevereiro por dois meses, e durante a segunda etapa do trabalho de campo foi o pescado mais capturado.

Com base nos dados coletados sobre o perfil socioeconômico, a renda familiar média mensal, durante o mês de setembro “época de ganho ruim”, foi de R\$ 810,71, sem contabilizar o bolsa família, os ganhos provenientes da pesca foram de aproximadamente 400 reais, já nos meses de “ganho” este valor subiu para R\$ 1426,72, sendo que o lucro proveniente da pesca foi em média 800 reais, o que significa que nesta época do ano as condições econômicas das famílias da comunidade são melhores (figura 16).

FIGURA 16 - RENDA MÉDIA FAMILIAR. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

Esta sazonalidade de ganho também foi observada em um estudo realizado na comunidade caiçara da praia do Perequê (SP), onde, segundo

<sup>38</sup> Imundices é a forma que a população do local se refere aos mosquitos, butucas e pernilongos.

os autores, foi difícil estimar o salário mensal dos pescadores do local em decorrência da ampla variabilidade de ganhos (LOPES; FRANCISCO; BEGOSSI, 2009).

Considerando a alta dependência que as populações caiçaras apresentam da pesca como fonte de proteína, a queda da produtividade pesqueira durante os meses de “tempo frio” pode gerar um custo biológico a esta população, em decorrência do déficit de consumo alimentar, calórico-proteico, que pode ocorrer nesta época do ano (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; HANAZAKI; BEGOSSI, 2003). Porém, para afirmar que os caiçaras de Barbados são afetados neste sentido seria necessário realizar uma coleta de dados que contemplasse todas as épocas do ano, o que não foi possível realizar nesta pesquisa.

Desta forma, é possível dizer que atualmente – como reflexo das proibições do PARNA - a população de Barbados depende do acesso a recursos monetários para a aquisição de alimentos nos mercados da região. Este acesso está associado com a disponibilidade dos recursos naturais (pesca), que variam conforme as condições ambientais, diminuindo durante os meses de “tempo frio”, o que reflete na diminuição da geração de renda e coloca esta população em uma situação de vulnerabilidade. Diante deste contexto, observa-se a necessidade de ações que possam diminuir os impactos causados pela diminuição do pescado neste período do ano. Neste sentido, os moradores de Barbados apontam que a liberação para a retomada da construção do cerco fixo (ver item 2.2.2.1) pode auxiliar na geração de renda e no acesso a alimentos durante a época de “ganho ruim”. Eles fazem essa afirmação baseados nas experiências vivenciadas quando esta técnica era permitida.

Os moradores da comunidade reconhecem que os meses de tempo quente são melhores para a geração de renda, mas eles frequentemente relatam preferência pelo “tempo frio” porque não tem “imundice”, trovoadas, a temperatura é amena, os dias parecem se estender mais, etc.

Além da sazonalidade relacionada com questões financeiras, também existe a sazonalidade das espécies pescadas. Cada época do ano é marcada pela maior disponibilidade de determinados tipos de peixes. Com base em relatos de alguns moradores de Barbados, na tabela 1, estão descritas as espécies mais encontradas na baía, em cada mês do ano



TABELA 1 - DISPONIBILIDADE DE ESPÉCIES DE PESCADOS DE ACORDO COM A ÉPOCA DO ANO. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.

Nome	Nome científico	Nome	Nome científico	Nome	Nome científico	Nome	Nome científico
JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL	
Parati Pema	<i>Mugil gaimardianus</i> (Desmarest)	Sardinha	<i>Harengula chupeola</i> (Cuvier)	Caranguejo	<i>Ucides cordatus</i> (Linnaeus)	Tainha	<i>Mugil platanus</i> (Günther)
Robalo	<i>Centropomus paralellus</i> (Poey)	Caranguejo	<i>Ucides cordatus</i> (Linnaeus)	Pescada	<i>Cynoscion</i> spp.	Parati guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>
Camarão Ferro	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> (Heller)	Parati guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>	Enchova	<i>Pomatomus saltatrix</i> (Linnaeus)		
Camarão Branco	<i>Penaeus schimitti</i> (Burkenroad)	Raia	Não identificado	Parati guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>		
Caranguejo	<i>Ucides cordatus</i> (Linnaeus)	Pescada	<i>Cynoscion</i> spp.				
Parati guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>	Robalo	<i>Centropomus paralellus</i> (Poey)				
-		Calafate	<i>Cynoscion jamaicensis</i>				

<b>Nome</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Nome</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Nome</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Nome</b>	<b>Nome científico</b>
			<i>(Vaillant &amp; Bocourt)</i>				
-		Garoupa	<i>Epinephelus marginatus</i> (Lowe)				
-		Badejo	<i>Mycteroperca bonaci</i> (Poey)				
-		Cação	<i>Rhizoprionodon lalandei</i> , <i>dente</i> <i>outras espécies</i>				
-							
	<b><u>MAIO</u></b>		<b><u>JUNHO</u></b>		<b><u>JULHO</u></b>		<b><u>AGOSTO</u></b>
Tainha	<i>Mugil platanus</i> (Günther)	Tainha	<i>Mugil platanus</i> (Günther)	Tainha	<i>Mugil platanus</i> (Günther)	Ostra	<i>Crassostrea brasiliana</i> (Lamarck)
Parati-guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>	Parati-guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>	Parati-guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>	Camarão-ferro	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> (Heller)
						Parati-guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>

Nome	Nome científico	Nome	Nome científico	Nome	Nome científico	Nome	Nome científico
<b><u>SETEMBRO</u></b>		<b><u>OUTUBRO</u></b>		<b><u>NOVEMBRO</u></b>		<b><u>DEZEMBRO</u></b>	
Ostra	<i>Crassostrea brasiliiana</i> (Lamarck);; <i>Crassostrea</i> sp.	Bagre guri	<i>Cathorops spixii</i> (Agassiz)	Bagre	<i>Cathorops spixii</i> (Agassiz)	Caranguejo	<i>Ucides cordatus</i> (Linnaeus)
Camarão Ferro	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> (Heller)	Parati guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>	Parati guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>	Camarão branco	<i>Penaeus schimitti</i> (Burkenroald)
Parati guaçu	<i>Mugil curema Valenciennes</i>	Caratinga	<i>Diapterus rhombeus</i> (Cuvier)	Caratinga	<i>Diapterus rhombeus</i> (Cuvier)	Pescada	<i>Cynoscion</i> spp.
Baiacu	<i>Lagocephalus laevigatus</i> (Linnaeus)	Salteira	<i>Oligoplites</i> sp.	Salteira	<i>Oligoplites</i> sp.	Calafate	<i>Cynoscion jamaicensis</i> (Vaillant & Bocourt)
		Paru	<i>Chaetodipterus faber</i> (Broussonet)	Paru	<i>Chaetodipterus faber</i> (Broussonet)	Garoupa	<i>Epinephelus marginatus</i> (Lowe)
		Baiacu	<i>Lagocephalus laevigatus</i> (Linnaeus)	Baiacu	<i>Lagocephalus laevigatus</i> (Linnaeus)	Salteira	<i>Oligoplites</i> sp.

<b>Nome</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Nome</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Nome</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Nome</b>	<b>Nome científico</b>
						Parati guaçu	<i>Mugil curema Valencienn es</i>

\*Como não foi realizada a coleta dos pescados as identificações das espécies são prováveis.

FONTE: O autor (2017).



Em Barbados, o peixe mais pescado e consumido durante todo o ano foi a parati (*Mugil curema*). De acordo com os moradores do local, esta espécie nunca acaba e pode ser capturada no “tempo frio” e no “tempo quente”, porém há períodos em que o peixe está mais gordo, o que é melhor para o consumo. A tainha é muito apreciada durante o inverno, os relatos indicam que, quando disponível, ela é o peixe mais pescado. O baiacu também merece destaque, sendo pescado durante todo o ano, mas somente com finalidade comercial, já que esta espécie é vista como um tabu por grande parte da população de Barbados. Conforme descrito acima, no verão os pescadores se voltam mais para a captura do caranguejo e posteriormente para a pesca do camarão, já que são estas espécies que proporcionam os melhores retornos financeiros. Além destes pescados, outras espécies também são capturadas de acordo com a sua disponibilidade.

As restrições ambientais relacionadas com a pesca são fatores que limitam o acesso a algumas espécies em determinadas épocas do ano. Em comunidades caiçaras de São Paulo, observou-se que a proibição do uso de redes perto da praia restringiu a captura de alguns peixes (MACCORD; BEGOSSI, 2006). Neste quesito, a proibição da construção do cerco fixo em Barbados, é considerada como mais impactante para os pescadores locais e será descrita com detalhes no próximo item.

A chegada de algumas espécies gera expectativa nos moradores da comunidade, entre elas se destaca a tainha. Durante o mês de abril, na segunda etapa de trabalho de campo, foi possível escutar comentários sobre a “1º monção da tainha”, que ia ocorrer no dia 03 de maio. A população de Barbados parece relacionar a chegada desta espécie com o início do “tempo frio”, e, por sua vez, todos os significados que este tempo carrega. Quando questionados sobre o retorno financeiro da tainha, eles respondem que se capturava bastante tainha com a armação do cerco fixo, o que possibilitava um melhor retorno financeiro, mas com a proibição os lucros reduziram. Porém, mesmo diante deste contexto, a pesca da tainha segue sendo aguardada, demonstrando que a importância deste peixe vai além das questões econômicas.

Os caiçaras de Barbados também parecem conhecer muito sobre o ciclo de reprodução e os hábitos das espécies de peixes citadas na tabela 1, e também de outros animais marinhos e silvestres disponíveis na região. De forma geral, tomando como base os diálogos vivenciados durante o trabalho de campo, foi possível perceber que a população desta comunidade se preocupa com a manutenção destes animais, ao reconhecer que dependem destes para viver, e que não respeitar o seu ciclo pode resultar no esgotamento do recurso.

#### 4.2.2.1 Cerco fixo

O cerco fixo é uma armadilha de pesca praticada por pescadores do litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Os moradores de Barbados contam que esta armadilha foi ensinada a um morador da comunidade do Rio Real, localizada na região de Guaraqueçaba, e que atualmente mora na Bertioiga (comunidade localizada na frente de Barbados), por um viajante catarino que estava voltando de São Paulo, onde aprendeu esta técnica de pesca. A maioria dos cerqueiros de Cananéia (SP) relatam que esta armadilha foi ensinada por um português chamado Ranulfo Paiva que morava no Brasil, e montou um cerco na região, na primeira metade do século XX (OLIVEIRA, 2007).

Este tipo de prática foi proibida em Barbados e em outras comunidades da região pela gestão do Parque. De acordo com relatos dos moradores de Barbados o principal motivo desta interdição está relacionado com a retirada da taquara necessária para a construção do cerco. Na Bahia foi observada uma situação semelhante, os órgãos ambientais também proibiram os moradores locais de construir jangadas devido ao uso do pau da jangada (*Apeiba tibournou*) (BEGOSSI, 2006).

De acordo com relatos, esta proibição afetou de forma significativa a vida dos moradores do local, em especial durante os meses em que a pesca é menos produtiva na “época de tempo frio”, pois a captura de peixes - como a tainha (*Mugil platanus* Günther) - era significativamente maior quando se utilizava o cerco. Além das questões econômicas, a construção do cerco também envolve um amplo corpo de conhecimentos que estão ameaçados diante das proibições (OLIVEIRA, 2007), aspectos de organização social, pois os locais para sua construção eram definidos de acordo com o tempo em que a família residia na comunidade, os que estavam em Barbados por mais tempo se apropriavam dos melhores locais; e emocionais, diante dos significados associados à realização desta técnica. Além da perda de um amplo corpo de conhecimentos que está relacionado com a construção desta armadilha

Atualmente o MOPEAR vem se articulando para retomar o direito de os pescadores artesanais realizar esta prática. Existe um acordo de pesca que foi elaborado pelos membros do movimento, no qual são estabelecidos critérios que as comunidades devem respeitar em relação ao tempo que o cerco vai permanecer na água - que não deve ultrapassar 3 meses -, a época para a retirada da taquara do mato - que pode ter início no mês de abril - do número de pescadores que deveram dividir um mesmo cerco; entre outros. De acordo com o presidente da associação de moradores tudo indica que o acordo será aprovado. Estudo realizado em

Cananéia indica que os pescadores deste local também estão adaptando o conhecimento tradicional/local em relação ao cerco fixo, o que, em partes, é resultado das restrições de uso impostas pela legislação ambiental (OLIVEIRA, 2007).

A maioria dos pescadores de Barbados são favoráveis à retomada desta técnica. Ao falar do cerco eles mostram-se saudosos - lembram que “no tempo de primeiro” quando o cerco podia ser construído a pescaria era farta e que se passava menos dificuldade durante os meses de “ganho ruim”-, e ao mesmo tempo esperançosos diante da possibilidade de poder retomar a técnica.

#### **4.2.3 A pesca além do que se pode ver**

A pesca também é praticada por aqueles que não dependem dela para sobreviver. Os quatro homens da comunidade de Barbados que não consideram esta sua principal atividade econômica, relatam que a realizam de forma complementar, para gerar renda, obter itens para o consumo alimentar e também como uma forma de viver, pois esta atividade sempre esteve presente - em maior ou menor intensidade - em seus cotidianos e refletem um modo de vida.

Um senhor da comunidade que tem 86 anos relata que não pode ficar sem pescar. Todos os dias – salvo exceções - ele acorda cedo, organiza os petrechos de pesca e embarca na canoa a remo para realizar esta atividade. Outro homem já aposentado, de 75 anos, cuida atentamente das canoas e observa o movimento da maré ao longo de todo o dia.

Na segunda etapa do trabalho de campo, durante a época da pesca do camarão, diversas vezes foi possível observar homens e mulheres arrumando os estragos nas redes. Ao serem questionados sobre quem lhes ensinou tal atividade, os relatos foram diversos e trouxeram consigo lembranças associadas a momentos e pessoas, algumas das quais já morreram.

Desta forma é possível supor que além da incontestável importância da pesca como fonte de renda e de alimentos, ela também envolve aspectos emocionais, memórias e significados. De acordo com Murrieta (2001: 115)

a fauna nativa e as atividades humanas voltadas para ela incorporam múltiplos planos de significado e prática, em que memória, emoção e

subsistência mesclam-se numa única lógica de ação.

Estes significados também são refletidos nos relatos destas pessoas, ilustrando diversos sentimentos e lembranças, como quando os antigos falam do “tempo de primeiro”, quando o cerco fixo, tinha um local específico para ser construído, o que gerava “fronteiras territoriais” sutilmente estabelecidas entre comunidades e famílias (MURRIETA, 2001); nos momentos em que se indica o indivíduo que captura mais peixes, ou o que pesca mais camarão, e associa-se a isto a experiência que este apresenta e todo o conhecimento obtido ao longo da vida, motivado não somente pelo acesso ao recurso, mas também pelo prestígio de ser considerado um pescador habilidoso na comunidade (MURRIETA, 2001); dos relatos sobre os sítios de pescaria, que além de serem lembrados pela fartura de peixes também guardam histórias particulares. Para Murrieta (2001) estes locais parecem compor um detalhado mapa que condensa funções utilitárias, bem como referências emocionais relacionadas ao passado da família e da comunidade, e eventos sociais. Segundo pesquisadores do Instituto Brasília, a canoa caiçara também apresenta significados que vão além do transporte, pois ela carrega uma história (sentimental, aventureira, anedótica, etc.), que representa os costumes e as tradições caiçaras (PROJETO: com quantas memórias se faz uma canoa?, 2017). Diversas vezes foi possível escutar relatos dos moradores da comunidade que convergem com esta afirmação.

Sob este ponto de vista, a pesca ganha sentidos que vão muito além das questões econômicas e dissolve-se numa rede de significados, hábitos e práticas mais tênues, conectados a um jeito local de fazer e como fazer as coisas do mundo (MURRIETA, 2001). Para Murrieta (2001:15):

a contextualização da prática evoca memórias de experiências e eventos sociais onde importantes informações ecológicas sobre a paisagem, tecnologia e comportamento animal são codificados. Segundo, o mesmo tipo de experiência servirá como elemento central na criação de novos significados ou na ratificação de antigos, seja na maneira de ver o outro social humano ou o outro social natureza (animal).

FIGURA 17 - OBSERVAÇÃO DA MARÉ. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

#### 4.2.4 Tipos de embarcações

Na comunidade de Barbados foram identificados quatro tipos de embarcação, a canoa (a remo e motor), o bote, a bateira e a voadeira. Apenas um barco tem estrutura para a pesca no “mar de fora”, mas o proprietário não mora no local e a embarcação está inutilizável. A maior parte das embarcações são feitas de fibra de vidro, o que é resultado das proibições impostas pelo PARNA, que proíbem o extrativismo madeireiro.

Das 25 embarcações pertencentes às 14 famílias entrevistadas, 68% eram de fibra, 28% de madeira e 4% mista. Algumas famílias são proprietárias de mais de uma embarcação. Com exceção de uma voadeira que foi adquirida em Itajaí, todos os barcos foram construídos em comunidades vizinhas ou em Barbados, por moradores do próprio local.

A princípio, a mudança da canoa de madeira para fibra gerou muito impacto, principalmente econômico - aos moradores do local, pois a canoa de fibra tem um custo mais elevado do que a de madeira. Porém,

atualmente, a população refere preferir as embarcações de fibra. A preferência por este material está relacionada com a sua maior facilidade de manutenção e durabilidade. São frequentes os relatos de que a madeira é corroída por um molusco denominado busano (*Teredo* sp.), e por este motivo deve ser pintada com uma tinta tóxica, o que gera gasto de tempo - para a manutenção - e dinheiro - com a compra do produto.

Mesmo diante destes benefícios cabe aqui ressaltar o grande impacto cultural que esta proibição causou, pois, a construção da canoa de madeira envolve conhecimentos específicos que estão sendo perdidos, sendo este um dano inestimável. Alguns moradores do local, todos com mais de 30 anos, relatam saber fazer canoas de madeira. Na comunidade da Colônia, foi possível identificar um jovem de 21 anos que sabe construir este tipo de embarcação. Em trabalho realizado na Barra da Ararapira (PR), comunidade que também se insere nos limites do Parque, a pesquisadora observou que, como em Barbados, alguns moradores da comunidade ainda mantêm estes conhecimentos (RAINHO, 2015). Desta forma, é possível dizer que este saber ainda está presente entre os caiçaras do litoral do Paraná, porém se não forem desenvolvidas ações que, em vez de punir incentivem esta prática, e enquanto a proibição da retirada da madeira para a construção da canoa for mantida pelos órgãos ambientais, estes conhecimentos estão fadados ao desaparecimento.

Rainho (2015) ainda aponta para o fato de que além da questão cultural a produção local das canoas com a madeira da floresta, resultaria na diminuição da dependência do mercado e da cidade.

FIGURA 18 - CANOA A REMO DE FIBRA (EM CONTRUÇÃO) E DE MADEIRA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

#### 4.2.5 Redução dos recursos pesqueiros

A sobrecarga da pesca não é uma preocupação recente e vêm sendo discutida a nível mundial por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), todos os pontos de pescaria da África Ocidental estão sobreexplorados (FAO, 2006), o Parlamento Latino Americano também aponta para a crescente sobre-exploração de recursos pesqueiros e a necessidade de marcos legislativos que garantam a sua sustentabilidade (PARLATINO, 2017).

A diminuição dos estoques pesqueiros e o aumento das capturas geram impactos negativos (aumento dos níveis de desnutrição e diminuição da segurança alimentar) nas populações costeiras. Mesmo diante desta situação, os estudos apontam que há um aumento da quantidade de pessoas em diversas regiões do mundo que passam a depender da pesca como principal meio de subsistência (BELHABIB; SUMAILA; PAULY, 2015; PARLATINO, 2017).

Esta situação também é preocupante quando pensamos a nível nacional, considerando que a pesca desempenha um papel central na economia, segurança alimentar e nos modos de vida de várias populações (BEGOSSI, 2006; LOPES, FRANCISCO; BEGOSSI, 2009; TRIMBLE; JOHNSON, 2013; NORA et al., 2017).

A diminuição na quantidade de pescado é frequentemente comentada entre os moradores de Barbados. Durante a segunda etapa da coleta de dados, eles se mostravam surpresos diante da grande quantidade de camarão disponível no ano de 2017, o que não acontecia há muito tempo. Outras comunidades caiçaras do Rio de Janeiro também percebem o declínio de importantes espécies-alvo, o que, para Nora et al. (2017), expõe a vulnerabilidade do sistema ecológico e, conseqüentemente, do sistema social dependente desses recursos.

Para os moradores mais idosos de Barbados, foi a transição da agricultura para a atividade pesqueira que levou à diminuição da disponibilidade de peixes. Em estudo realizado nas comunidades de Icapara, Pedrinhas e São Paulo Bagre (SP) no ano de 1998, 95% dos pescadores também relacionaram a diminuição da disponibilidade do pescado com o aumento do número de pescadores. Este aumento foi ocasionado pelo fechamento do Valo grande<sup>39</sup> na década de 1970, o que intensificou as enchentes na várzea do Ribeira e fez com que muitos

---

<sup>39</sup> O Valo Grande é um canal artificial construído em 1848 com o objetivo de encurtar caminho ligando o Rio Ribeira de Iguape ao Mar de Dentro.

agricultores que viviam no interior do município de Iguape migrassem para o litoral e começassem a trabalhar com a pesca (HANAZAKI, 2001).

São várias as espécies que os pescadores de Barbados indicam estar diminuindo, como por exemplo o camarão, a tainha, a saltera, o caranguejo, etc. Alguns pescadores relacionam esta diminuição de peixes com a pesca comercial realizada por grandes barcos, o que acaba por impactar negativamente na pesca artesanal, e também a falta de consciência de alguns pescadores de outras comunidades do município, que praticam a pesca predatória.

Estes pescadores veem nos acordos de pesca, elaborados com a participação ativa deles, uma forma de mitigar o impacto deste tipo de ação. Na Praia Grande (RJ), a maioria dos pescadores mostraram-se dispostos a pescar menos para conservar as espécies. Os moradores desta comunidade também acham que deveriam ser compensados por pescar por este tipo de atitude (NORA et al., 2017).

#### **4.2.6 As leis que restringem a pesca**

Devido ao fato de Barbados estar dentro do PARNA, existem diversas proibições que limitam a realização da atividade da pesca neste local. Algumas comunidades caiçaras de Paraty sofrem proibições semelhantes por estas também se inserirem dentro de uma Unidade de Proteção Integral, que foi criada em 1990 (efetivamente implementada em 2008), a Estação Ecológica de Tamoios (NORA et al., 2017). O relato de um morador da comunidade de Barbados demonstra este cenário.

“ Antigamente não tinha nada disso, antigamente todo mundo pescava, você fazia o que você queria. Tinha rede que matava o camarão, naquela rede do camarão vinha peixinho miudinho, o pescador pegava jogava, só que tinha em abundância né, não era miséria não, era fartura mesmo que tinha, e todo mundo pescava tranquilo. Hoje em dia não, começou proibição, proibição, dai prendem e levam ‘esse tipo de rede você não pode, esse outro tipo de rede você não vai poder’ e foram evoluindo as proibição” (Lucas, 60 anos).



Os pescadores de Barbados relatam que tinham muito medo das punições dos órgãos ambientais. A fala de uma moradora da comunidade ilustra bem esta situação:

“O pescador ficava que não sabia se entrava na canoa ou se ficava no porto, com um pé lá e outro cá, de medo que tinha de sai pra pesca e ser preso” (Julia, 63 anos).

Atualmente este sentimento parece estar se dissipando, como resultado do apoio dado pelo MOPEAR e da compreensão que alguns têm sobre a convenção 169 da OIT. Uma situação frequentemente descrita pelos moradores de Barbados, é referente a última tentativa de apreensão de rede na comunidade, quando todos, homens e mulheres, se reuniram na beira do “porto” e contestaram os seus direitos. Nesta situação, o presidente da associação relata que foi até o barco da polícia e perguntou se eles tinham conhecimento da lei dos povos e comunidades tradicionais (OIT 169), eles responderam que não, mas que eles conheciam bem a lei das UC e que deveriam levar a rede, então o presidente seguiu argumentando com eles dentro do mar e a população na terra, até que as autoridades decidiram ir embora. Desde então, este tipo de abordagem diminuiu significativamente na comunidade.

Mesmo que em menor intensidade, o medo ainda é perceptível entre algumas pessoas. Durante a segunda etapa do trabalho de campo, foi possível observar a polícia da Força Verde abordando um pescador, na ocasião eles fizeram vários questionamentos e foram embora, mas no final do dia chegaram relatos sobre as redes apreendidas por eles em outras comunidades.

Diversos estudos realizados com caiçaras apontam a falta de oportunidade que esta população tem de participar na tomada de decisões do gerenciamento das áreas em que habitam. Os pescadores destes locais têm se posicionado contrários aos órgãos ambientais e reivindicam seu direito de participação (TRIMBLE; JOHNSON, 2013; LOPES; FRANCISCO; BEGOSSI, 2009; NORA et al., 2017). Pescadores da Ilha do Araújo e Praia Grande (RJ) ressaltam o fato deles deterem o conhecimento da prática que é tão importante quanto a teoria dos órgãos ambientais. A fala de um pescador da Praia Grande ilustra este contexto: "Muitas coisas que eles não entendem, se eles consultassem o pescador, eles entenderiam o que eles não sabem" (TRIMBLE; JOHNSON, 2013).

Segundo Lopes, Francisco e Begossi (2009) a incapacidade dos órgãos ambientais de adotar alternativas que protegem as pescarias e, conseqüentemente, os pescadores, podem resultar não apenas na sobrecarga deste sistema, mas também no colapso destas comunidades. Pois, estas dependem significativamente da pesca para adquirir alimentos e ter acesso a renda monetária, além do fato desta atividade refletir um modo de vida (PARLATINO, 2017).

Estudos recentes têm apontado que a realização de medidas de comanejo pesqueiro, a partir de pagamentos por serviços ambientais (PSA) e pela efetivação de acordos de pesca (AP) (NORA et al., 2017), seriam uma forma de conciliar a conservação da biodiversidade com a manutenção da pesca artesanal. Com base em alguns relatos dos moradores de Barbados, como pode ser observado no seguimento do texto, foi possível constatar que eles consideram importante o retorno financeiro pelos serviços ambientais.

“ E vamo supor se for proibido a tainha, nesse período ele tem que pagar, por exemplo proibiu hoje amanhã o salário tem que ta na mão do pescador pra ele não ir pescar...” (Arnaldo, 29 anos).

Diante desta discussão, vale aqui destacar a Lei Modelo de Pesca Artesanal ou de Pequena Escala, aprovada em junho de 2017 pelo Parlamento Latino-Americano (PARLATINO, 2017), criada com o intuito de estabelecer um marco jurídico de referência para que os países possam adotar, fortalecer e complementar suas políticas e legislações nacionais vinculadas a esse setor. Considerando que, além de ser uma atividade produtiva, a pesca é um modo de vida que contribui com a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável com igualdade social, respeitando a diversidade cultural.

#### 4.3 CAÇA

A lei n° 9605, permite a caça de animais silvestres para saciar a fome do caçador e de sua família, em circunstâncias de necessidade. O que também é garantido pelo artigo n° 23 da OIT 169, conforme descrito abaixo:

Atividades artesanais, indústrias rurais e comunitárias e atividades tradicionais e de subsistência dos povos interessados, como a caça, a pesca, a caça com armadilhas e o extrativismo, deverão ser reconhecidas como fatores importantes para a manutenção de sua cultura e para a sua autossuficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos e sempre que possível, os governos tomarão as medidas necessárias para garantir que essas atividades sejam incentivadas e fortalecidas.

Contudo, a legislação das Unidades de Conservação de Proteção Integral não permite a realização desta atividade nestes espaços, mesmo quando habitados por PCT, sendo esta a situação da comunidade de Barbados, que se insere dentro dos limites do PARNA.

Mesmo diante das proibições, esta atividade segue fazendo parte da vida desta população. Os moradores do local apresentam receio ao falar desta prática com autores externos, o que pode ser atribuído ao medo que têm de sofrer as punições que a realização da caça pode causar. Na comunidade da Barra da Ararapira (PR), os homens também continuam a entrar na mata para caçar, mas com uma frequência muito menor do que era antigamente (RAINHO, 2015). Para Alves et al. (2009), mesmo diante da ilegalidade, a persistência das atividades de caça no Brasil, estão estreitamente associada à questões culturais e com o fato de que em algumas regiões estes animais podem ser uma importante fonte de proteína para famílias de baixa renda.

Em Barbados, frequentemente as pessoas relatam que antigamente se caçava em uma proporção muito maior do que atualmente. Este perfil também foi observado em Icapara, Pedrinhas e São Paulo Bagre (SP) - onde a realização da atividade da caça é menos intensa do que no passado e a utilização deste recurso como fonte alimentar é bastante esporádico – e em comunidades localizadas na região de Cananéia – nas quais antigamente os habitantes caçavam ao menos uma vez na semana. Os autores destacam que a diminuição da intensidade dessa atividade é, em partes, resultado das proibições associadas a legislação ambiental (MENDOÇA, 2000; HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009).

Da mesma forma que acontece com a agricultura e com a pesca, os mais velhos expressam saudade da fartura de caça que se tinha no

“tempo de primeiro” e de como o acesso a esta fonte alimentar faz falta. Ao recordar de como era a caça antigamente uma senhora disse:

“... a gente não precisava pegar o nosso dinheirinho e ir na venda comprar aquela carne com veneno, porque nós tinha bastante da carne com vitamina” (Julia, 63 anos).

Além da redução da realização desta atividade, a população também destaca a diminuição da quantidade de animais de caça, que para eles é reflexo da falta de alimentos, gerada pela diminuição da disponibilidade de roças. Os relatos de alguns moradores da comunidade ilustram este contexto:

“Júlio (19 anos) já não é muito chegado, já não foi acostumado com a caça né. Agora a gente come porque a gente criou-se com isso, ele já não é muito acostumado porque já não fomo disso, de tá no mato, na lavoura, porque é de lá da lavoura que dá né, por causo da roça, a paca o cateto a paca venham come o que tem na roça e era por onde se matava, agora não, não tem mais! Depois que parou a roça, a lavoura, foi que a caça se afugentou. Pois, menina de Deus pois aqui de dia, de dia, antigamente você olhava vinha passando tatu pelo terreiro, veado no terreiro, a paca era criada que nem coisa de galinha, agora não, agora já não tem mais!” (Julia, 63 anos).

Outro comentário frequente é: “...as crianças se verem um veado nem sabem o que é, porque até essa idade nunca viram.” Os caiçaras da Barra da Arapirã também relacionam o declínio da caça com as restrições do PARNA, e destacam a redução de animais que são símbolo do PARNA.

Já não existe mais capelas com 60 macacos. O bugio em tarde quentes escutávamos o berrar, agora já não se ouve mais. O mico-leão está desaparecendo. Será que depois de tudo isso tem algum ambientalista que quer desapropriar as ilhas habitadas há centenas de anos, plantando a mandioca, a batata, a cana, o milho e arroz, que são comida dos animais e dos pássaros? Depois que foi

decretado parque nacional a Ilha do Superagui, que o povo parou de plantar os animais sumiram. (Muniz, s/d, manuscrito nativo apud RAINHO, 2015: 78).

Além de ser uma fonte de alimento, a captura da caça também reflete significados sociais e emocionais, como pode ser observado nos relatos descritos abaixo:

“Tão bom quando o padrinho morava lá no real né, não faltava gente. Todo dia tava indo gente lá na casa de madrinha, fazia cada assado de caça lá no fogão de madrinha, no fogo, meu Senhor tão bom que era!” (Anabel, 41 anos).

“Você sabe que o caçador mesmo ele quase não come mesmo, o cara que caça ele quase não come, eu dou quase tudo a carne da caça, agora se o outro matar daí já fica bom de ele comer! Tem vez que eu faço, mas eu nem experimento, mas eu gosto” (José, 64 anos).

As espécies de caça já capturadas e conhecidas pelos moradores de Barbados, que foram relatadas durante entrevistas informais, estão descritas no quadro 6. Entre estas, as mais lembradas foram: a paca (*Agouti paca* (Linnaeus)), o sabiá (*Turdus* sp.), o macuco (*Tinamus Solitarius* Vieillot), o tatu (*Dasyopus Novemcinctus* (Linnaeus)), o tamanduá (*Tamanduá tetractyla* (Linnaeus)) e o cateto (*Tayassu tajacu* (Linnaeus)). Em comunidades caiçara de São Paulo, as principais espécies utilizadas foram: *Didelphis* spp., *Dasyprocta azarae*, *Dasyopus novemcinctus* e pequenos pássaros (várias espécies de Turdídeos) (HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009).

QUADRO 6 - ANIMAIS DE CAÇA CITADOS NAS ENTREVISTAS ABERTAS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.

PÁSSAROS	
Nome	Nome científico
Macuco	<i>Tinamus Solitarius</i> (Vieillot)
Sábia	<i>Turdus</i> sp.
Uru	<i>Odontophorus</i> sp.

<b>RÉPTEIS</b>	
<b>Nome</b>	<b>Nome científico</b>
Lagarto	<i>Tupinambis sp.</i>
<b>MAMÍFEROS</b>	
<b>Nome</b>	<b>Nome científico</b>
Bugio	<i>Alouatta Fusca</i> (Saint-Hilaire)
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i> (Linnaeus)
Cutia	<i>Dasyprocta azara</i> (Lichtenstein)
Guaixica	<i>Didelphis aurita</i> (Wied-Neuwied)
Lontra	<i>Lutra longicaudis</i> (Olfers)
Macaco prego	<i>Cebus apela</i> (Hill)
Mangueiro	<i>Cerdocyon thous</i> (Linnaeus)
Cachorro do mato	<i>Procyon cancrivorus</i> (Cuvier)
Onça “gato do mato”	<i>Leopardus sp.</i>
Paca	<i>Agouti paca</i> (Linnaeus)
Porco do mato	<i>Tayassu tajacu</i> (Linnaeus)
Quati	<i>Nasua nasua</i> (Linnaeus)
Raposa	<i>Didelphis sp.</i>
Tamanduá	<i>Tamanduá tetradactyla</i> (Linnaeus)
Tateto/ cateto	<i>Tayassu tajacu</i> (Linnaeus)
Tatu	<i>Dasytus Novemcinctus</i> (Linnaeus)
Veado	<i>Mazama sp.</i>

\*Os moradores referem porco do mato e “cateto” como sendo animais diferentes.

\*\*Como não foi realizada a coleta dos animais as identificações das espécies são prováveis.

FONTE: O autor (2017).

O animal caçado normalmente é utilizado como alimento e esporadicamente serve para a elaboração de remédios – o que segundo os moradores do local era frequente no passado. A carne de caça é muito apreciada pela população de Barbados, em especial a carne da Paca, que foi citada várias vezes como a caça preferida para o consumo. Em trabalho realizado por Hanazaki, Alves e Begossi (2009), nas comunidades de Icapara, São Paulo Bagre e Pedrinhas, estes também foram os dois principais usos da fauna terrestre.

Begossi, Hanazaki e Tamashiro (2002) descrevem que a importância de animais locais na dieta de populações rurais, como a população caiçara da floresta atlântica e os cablocos da Amazônia, tem sido salientada em muitos estudos. Porém Hanazaki, Alves e Begossi

(2009) destacam que poucas pesquisas foram desenvolvidas para documentar o conhecimento dos caiçaras sobre a fauna, normalmente os estudos se voltam para a conexão desta população com o ambiente terrestre, no que tange os recursos vegetais, mas raramente consideram os recursos animais.

De acordo com Hanazaki, Alves e Begossi (2009), a dependência dos recursos da fauna terrestre é maior por indígenas amazônicos do que pelos caiçaras, estes últimos não mostram uma dependência constante desses recursos. No entanto, a caça ocasional de animais nativos segue representando uma fonte complementar de proteína.

Em Barbados, a comercialização da caça não parece ser uma prática comum. Este perfil também foi identificado entre comunidades caiçaras do litoral de São Paulo. Estes resultados mostram que a fauna terrestre é utilizada pela população de forma esporádica e não para a exploração comercial (HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009).

Baseado nos relatos dos moradores da comunidade estudada, é possível dizer que a caça é uma atividade predominantemente masculina, da mesma forma que foi identificado em Icapara, Pedrinhas e São Paulo Bagre (SP) (HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009). Na comunidade, são poucos os relatos de mulheres que tenham participado desta prática. A função da mulher consiste em realizar a limpeza e preparação da carne de caça para o consumo e o preparo de remédios.

Ao se observar as brincadeiras realizadas pelos meninos da comunidade, pode-se dizer que o interesse pela caça se inicia na infância. Frequentemente, era possível identificar armadilhas para a captura de passarinhos nos “terreiros” e a construção de arcos e estilingues com a mesma finalidade. Mas, somente com aproximadamente treze anos, é que eles começam a acompanhar os pais e familiares em atividades realizadas no mato, e aprendem a caçar.

Os homens normalmente se reúnem em duplas ou em grupos para caçar, os mais jovens, de forma geral, parecem ser os mais interessados nesta prática, o que difere da Barra da Ararapira (SP), onde os moradores mais velhos e os antigos caçadores eram os que mais gostam de se aventurar na mata (RAINHO, 2015). Para caçar, são utilizadas espingardas, estilingues e arcos. O calibre da espingarda varia de acordo com o tipo de caça. Os moradores do local também referem a realização de uma técnica denominada de “cevar” a caça, isto significa ofertar alimento para atrair o animal. No primeiro dia, é colocado um item alimentar em um local pré-determinado para o animal consumi-lo, no segundo dia, o alimento é disponibilizado no mesmo lugar com o intuito

de atraí-lo novamente, e neste momento o caçador estará escondido encima de um tripé e preparado para capturá-lo. Os cachorros também são muito utilizados para a realização desta atividade, que frequentemente é desempenhada no morro de Barbados. Há relatos de que existem regiões, relativamente próximas à comunidade, em que a quantidade de animais de caça é maior, mas as viagens para estes locais, com esta finalidade, são raras.

Em estudo realizado em comunidades caiçaras de São Paulo (Icapara, Pedrinhas e São Paulo Bagre), foi observada a caça ocasional de pequenos mamíferos utilizando-se uma armadilha artesanal chamada "mundéu" (HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009). Há relatos de que este tipo de armadilha também era utilizada entre os caiçaras de Barbados, mas atualmente esta técnica está em desuso.

A atividade da caça é desenvolvida principalmente entre os meses de abril e julho, os moradores do local relatam que após este período grande parte dos animais estão se reproduzindo e com cria, período que a realização desta prática é contraindicada. Esta tendência também foi observada entre os caiçaras da comunidade de Icapara, Pedrinhas e São Paulo Bragre - estes tem o hábito de desmontar o "mundéu" no final do mês de junho - (HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009) em áreas próximas a Ilha do Cardoso (MENDONÇA, 2000), na região da Juréia (SANCHES, 2001) e na Barra do Ararapira/PR (RAINHO, 2015). Isto demonstra que estas populações não conhecem apenas o nome das espécies, mas também compreendem seu ciclo reprodutivo, hábitos alimentares, etc.

A caça do Sabiá (*Turdus* sp.) é marcante durante os meses de inverno. Este animal é utilizado principalmente para a alimentação, e, de uma forma geral, é muito apreciado pelos moradores de Barbados, este perfil também foi observado em estudo realizado em comunidades caiçaras do litoral de SP (HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009). Normalmente, os animais caçados são compartilhados entre as famílias, que de alguma forma contribuíram para a captura ou limpeza deste. Quando alguém pega uma caça é um acontecimento de destaque na comunidade, e todos ficam sabendo.

Os caiçaras têm sido considerados agentes que colocam em risco a conservação da fauna, mas de acordo com Hanazaki, Alves e Begossi (2009) esta população pode contribuir de forma eficaz para a conservação dos recursos naturais, uma vez que dependem desses recursos para sobreviver. A fala de um morador da comunidade demonstra a preocupação destes com a preservação destas espécies e a profundidade de seus conhecimentos:



“ nesse tempo ai eu não entendia, ainda que a natureza escondia, depois foi que eu entendi, depois pelos tempo eu fui entender, e descobri que a natureza esconde as coisas, e você pode analisar, se ela não escondesse... hoje eu entendo, se a natureza não escondesse eu saia aqui agora e vinha com uma paca e falava você nunca comeu então vai comer agora, eu saia ali né, e tem, agora tem, mas entre para ver se acha, não acha, não é para tudo que aparece é para alguém que aparece, você veja eu tava conversando com um cara um dia e o cara começou a me explicar essa parte ai, sobre caçada e sobre preservação, e dai ele passou, passou a me explicar essa parte ai, e eu disse tá certo!” (José, 64 anos).

#### 4.4 COLETA

A coleta é uma atividade praticada de forma moderada pelos moradores de Barbados. As plantas mais citadas neste quesito foram o cará (*Dioscorea alata* L.) e o coco da palmeira Indaiá (*Attalea dúbia* (Mart.)). Outras plantas coletadas são as palmeiras jussara (*Euterpe edulis* Mart.), da qual se retira o palmito, e os cipós utilizados para a elaboração de cestos e com finalidade medicinal.

O cará normalmente é consumido no inverno, para a sua retirada as mulheres se reúnem em grupos e adentram o mato com enxadas e pás, ao identifica-lo elas o retiram e depois plantam a coroa novamente, o que garante que este alimento estará disponível no próximo ano. Em trabalho realizado por Coelho (2014), ela também observou a realização desta atividade frequentemente entre as mulheres da comunidade.

Da mesma forma que o cará, o Indaiá é retirado nos meses de inverno, este fruto seco é utilizado na produção do biju e muito apreciado para consumo *in natura* pelos moradores do local, é possível observar o quanto o indaiá é apreciado a partir da fala de uma moradora: “ Mas, pra comer um biju gostoso mesmo, pra ficar bom ele, você tem que fazer com aquele coquinho que você viu mesmo, com o indaiá, com o coco não fica tão bom” (Carla, 49 anos).

As palmeiras são retiradas durante todo o ano e delas é consumido o palmito, mas durante o trabalho de campo foi possível observar a retirada desta palmeira apenas duas vezes.

Na comunidade caiçara do Saco do Mamangá (RJ) há relatos da coleta de plantas ornamentais destinadas a comercialização (GARROTE, 2004), este tipo de prática não foi observado na comunidade de Barbados.

Conforme descrito acima, a coleta destas plantas normalmente é uma função feminina, a fala de uma mulher da comunidade explica de que forma elas realizam esta atividade:

“Nós levava um cachorro, levava cada um, um facão e nós subia esse morro, esse morro que tem aqui, nós mesmo mulher subia aqui, descia por lá, lenhava e vinha por cá” (Anabel, 41 anos).

Em algumas situações, os homens também participam desta atividade, ou a realizam de forma secundária quando entram na floresta para desenvolver outras funções. A coleta de lenha é normalmente é realizada pelo casal.

Além da coleta das plantas, a coleta do mel é realizada por uma unidade familiar da comunidade, maiores detalhes sobre esta atividade serão descritos no próximo item.

#### 4.4.1 APICULTURA

A apicultura é a principal atividade de subsistência desenvolvida por uma família da comunidade. Ela mantém diversas caixas com abelhas africanas (*Apis mellifera* (Linnaeus)) e ataiá (*Tetragonisca angustula* (Latreille)), também conhecida como abelha sem ferrão, na floresta.

A retirada do mel produzido é realizada durante safra, que acontece principalmente no mês de dezembro. O mel normalmente é comercializado nas comunidades da região a R\$ 25,00 por Quilo. O mel da abelha jataí apresenta um valor mais elevado, sendo vendido a R\$13,00 o frasco com 100ml.

O mel é muito apreciado entre os moradores do local, sendo utilizado na alimentação e principalmente para fins terapêuticos. Não foi possível encontrar outras publicações que descrevessem sobre a apicultura entre a população caiçara, o que limitou a discussão deste item.

FIGURA 19 - UNIDADE DOMICILIAR QUE VENDE MEL E A CAIXA DE ABELHA. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

#### 4.5 CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Na comunidade de Barbados, as famílias têm o hábito de criar galinhas, este tipo de prática também foi observada em São Paulo Bagre e Icapara (SP) e em comunidades caiçara da região de Paraty (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; HANAZAKI et al., 2013). Nas comunidades de Paraty observou-se que 27 % dos domicílios criavam galinha. Esta atividade pareceu ser mais importante em comunidades isoladas da região como Ponta Negra (47%) e praia do sono (40%) (HANAZAKI et al, 2013). Em Barbados normalmente estes animais eram criados para se obter o ovo, e esporadicamente para se consumir a carne.

Os moradores de Barbados relatam que frequentemente as galinhas são atacadas por outros animais. Durante as duas etapas de trabalho de campo, foi possível presenciar este tipo de situação. No mês de abril de 2017, quase todas as galinhas que existiam na comunidade haviam sido mortas pelos mangueiros/ cachorro do mato, o que resultou na perda de aproximadamente cinquenta galinhas.

Quando isto ocorre as pessoas expressam tristeza, porque além da perda financeira eles apresentam uma relação sentimental com o animal, expressões do tipo “peninha da galinha, tava sofrendo tanto...” são comuns.

## 4.6 TURISMO

Estudos realizados com comunidades caiçaras de São Paulo e Rio de Janeiro indicam um crescimento das atividades relacionadas com o turismo e uma diminuição da pesca nestes locais (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; BEGOSSI, 2006; TRIMBLE; JOHNSON, 2013; GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

Para algumas comunidades, o turismo já se tornou a principal atividade econômica, outras estão em transição e alternam as atividades relacionadas com a pesca e com as voltadas ao turismo, e ainda existem aquelas cuja as atividades de turismo são pouco frequentes, nestes casos, a pesca segue sendo a principal atividade de subsistência (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996; HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; BEGOSSI, 2006; MACCORD; BEGOSSI, 2006; HANAZAKI; MIRANDA, 2008; TRIMBLE; JOHNSON, 2013; NORA et al., 2017) .

A comunidade de Barbados se enquadra na última categoria, neste local as atividades voltadas para o turismo estão em segundo plano para a maioria dos moradores da comunidade. Este perfil também foi identificado entre os moradores de São Paulo Bagre (SP) (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003) .

Barbados apresenta pouca estrutura física para a recepção de turistas, no ano de 2016, durante a primeira etapa do trabalho de campo, a comunidade contava apenas com um restaurante – que recebia clientes agendados previamente - e uma pousada. A dona da pousada relatou que durante aquele ano, 2016, ela recebeu hóspedes poucas vezes. Isso demonstra que Barbados é uma comunidade pouco visitada. De acordo com os moradores, a localização (difícil acesso), falta de luz e de divulgação do local são características que justificam este fato.

Algumas famílias deste local têm a esperança de que esta realidade possa mudar com a instalação da luz elétrica. Os locais acreditam que essa conquista proporcionaria melhores condições para atender o turista, o que geraria uma nova fonte de renda para a população. Durante o trabalho de campo, várias pessoas expressaram a vontade de abrir estabelecimentos (pousadas e restaurantes) para trabalhar com este público. Alguns trabalhos demonstram que a realização de atividades voltadas para o turismo pode aumentar a renda (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; RAINHO, 2015), porém, em estudo realizado na Praia Grande (RJ), não houve diferença significativa entre as rendas médias mensais daqueles que se dedicavam integralmente para a pesca e dos que realizam outras atividades, o que, conforme a autora, sugere que a diversificação

de atividades não resulta em incremento significativo na economia mensal (NORA et al., 2017).

Mesmo que grande parte dos moradores de Barbados mostre interesse pela realização de atividades voltadas ao turismo, eles também reconhecem os impactos negativos associados ao crescimento desta atividade, como a criminalidade, entrada de drogas, o desrespeito aos seus modos de vida, entre outros. O que gera dúvidas sobre até que ponto a intensificação do turismo trará benefícios. Este tipo de preocupação também foi observada entre os moradores da comunidade da Barra da Ararapira (PR) – que relataram ter medo das “coisas ruins” que a cidade pode trazer – e da Praia Grande (RJ) (TRIMBLE; JOHNSON, 2013; RAINHO, 2015).

Atualmente, o principal lugar de parada dos turistas na região é a Ilha do Superagui, onde estão concentradas várias pousadas, campings e restaurantes. Trabalhos realizados com caiçaras de São Paulo demonstram que o turismo trouxe benefícios econômicos à população e é o que têm motivado as pessoas a mudarem as suas atividades de subsistência, mesmo que algumas relatem preferência pela pesca (LOPES; FRANCISCO; BEGOSSI, 2009; TRIMBLE; JOHNSON, 2013). Nestes locais as atividades relacionadas com o turismo incluem: limpeza e aluguel de casas para turistas, passeios turísticos, viagens guiadas de pesca esportiva, venda de artesanatos, venda de isca viva, trabalhos em bares, restaurantes e pousadas, limpeza de peixes, etc. (BEGOSSI, 2006; TRIMBLE; JOHNSON, 2013). De acordo com Hanazaki, Leitão-Filho e Begossi (1996), na comunidade caiçara de Ponta do Almada (SP) o aluguel de casas para temporada se tornou uma importante fonte de renda para os moradores da comunidade. Os autores associam o aumento das atividades turísticas com a implantação do Parque Estadual da Serra do Mar, em cujo limite se encontra esta comunidade (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996). Existem diferentes tipos de atividades ligadas ao turismo praticadas em Barbados, elas foram divididas em quatro categorias para melhor compreensão: visitas de turistas nas férias e feriados; turismo de base comunitária; turismo para pesca esportiva; casas de turistas, e serão brevemente descritas nas próximas sessões.

Durante o trabalho de campo, o tipo de turismo mais observado foi o voltado para pesca esportiva. Este tipo atividade atrai principalmente moradores de São Paulo e Curitiba para a região. Porém, como acontece nas outras categorias, a participação dos moradores de Barbados é restrita. Normalmente, os pescadores do local ganham apenas com a comercialização do camarão vivo, utilizado como isca para a pesca. Em

estudo realizado na comunidade de São Paulo Bagre (SP), a venda de isca viva também foi a principal atividade relacionada com turistas, praticada pelos moradores da comunidade (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003). Existem poucas oportunidades em que os pescadores de Barbados são contratados para acompanhar os turistas na pesca esportiva, indicando os melhores locais para a realização desta atividade. Nora et al. (2017), destaca que o desenvolvimento desordenado desta categoria de turismo poderia levar a conflitos, como a disputa por pontos de pesca.

As visitas de turistas nas férias e feriados ocorrem de forma pontual a partir de barcos que vêm de Superagui e param em Barbados apenas por algumas horas, período que os turistas realizam refeições no restaurante e caminham pela trilha. Neste tipo de atividade, o contato dos turistas com a população local é restrito, e a geração de renda a partir desta atividade é direcionada apenas para o dono do restaurante e para a pessoa de quem o pescado –utilizado na preparação da comida - foi comprado. Se os turistas fossem hospedados em Barbados as possibilidades de ganho seriam expandidas para mais famílias.

Outro tipo de turismo que já foi praticado na ilha em maior escala (DUARTE, 2013), mas que atualmente acontece esporadicamente é o turismo de base comunitária. De acordo com relatos dos moradores da comunidade, antes eram realizados projetos desenvolvidos por estudantes que apoiavam e forneciam subsídio para a realização desta prática. Porém esta forma de organização gerou desconfiança em alguns moradores de Barbados. Surgiu um receio de que autores externos estivessem ganhando com este tipo de prática, sem dar o devido retorno para os moradores do local. Diante desta situação, a associação de moradores proibiu este tipo de atividade que está suspensa até hoje. Apenas uma família segue recebendo turistas esporadicamente. Os resultados de um estudo realizado na comunidade da Barra do Superagui apontam que a forma de turismo que melhor se adequa a este local é o solidário, sustentável e de base comunitária, e que os pescadores estão se esforçando para desenvolver atividades voltadas para o turismo e direcionar os filhos para a realização desta atividade. Este tipo de turismo também é descrito em comunidades caiçaras do litoral de São Paulo e Rio de Janeiro (CAMPOLIM; PARADA; YAMAOKA, 2008; MONTEIO, 2015; MENDONÇA et al., 2017).

Ao falar desta categoria de turismo é necessário citar a “viagem de canoa”. Ela vem acontecendo há mais de 15 anos, e é organizada por Renato Caiçara, um morador da ilha das peças. Nesta situação, um grupo de pessoas percorre diversas comunidades levando doações e realizando ações comunitárias. Esta viagem é lembrada com muito carinho pelos

moradores de Barbados e de outras comunidades. Eles relatam que as doações trazidas chegam na época certa e ajudam de forma significativa. Segundo Nora et al. (2017:450) essa forma de turismo:

faz com que a atividade turística ganhe uma dimensão que vai além das práticas de passeios de barco (característica do turismo convencional em comunidades costeiras) e possibilite a conservação de modos de vida e da biodiversidade, maximizando-se as formas de uso de um ambiente naturalmente diverso, como o existente na região.

Em relação a casa de turista, existe apenas uma na comunidade. De acordo com a legislação ambiental, as propriedades particulares não poderiam existir dentro das UC. Apenas uma família que reside na comunidade é beneficiada financeiramente com a presença deste tipo de turista, sendo responsável por cuidar da casa e prestar serviços de limpeza. De acordo com relatos do presidente da associação de moradores, os donos desta residência também contribuem monetariamente a associação dos moradores.

#### 4.7 OUTRAS FONTES DE RENDA: FUNCIONALISMO PÚBLICO, BENEFÍCIOS SOCIAIS E APOSENTADORIA

Além das formas de obtenção de recursos monetários, citadas anteriormente, existem outras três fontes de renda das quais parte da população de Barbados se beneficia, sendo estas: trabalho remunerado (que se restringe ao funcionalismo público), aposentadoria e benefícios do governo. Cada uma destas categorias será descrita no texto que segue.

##### 4.7.1 Cargos públicos

Na comunidade de Barbados, durante as entrevistas realizadas nas UD na primeira etapa da coleta de dados identificou-se que quatro pessoas exerciam funções em cargos públicos. Os cargos ocupados eram: professora, jardineiro, agente de saúde e condutor de lancha escolar. A função de professora e agente de saúde eram realizadas por mulheres, já os homens ocupavam a posição de jardineiro e condutor de lancha. Na segunda etapa da coleta de dados, o número de funcionários públicos caiu para três, devido ao vencimento dos contratos do Processo Seletivo

Simplificado (PSS)<sup>40</sup>, que tinha duração de 1 ano, e não foram renovados em decorrência da situação política do município. De acordo com relatos dos moradores de Barbados, em decorrência de irregularidades, o prefeito eleito não pode assumir o cargo e a prefeitura ficou sob a administração do vereador que logrou o maior número de votos na última eleição.

Os cargos no funcionalismo público são muito cobiçados entre os moradores da comunidade, eles associam a ocupação destas funções com melhores condições econômicas, mas são poucos os moradores que conseguem ocupá-los, o grau de escolaridade é o principal limitante.

Entre os moradores de Pereirinha e Itacuruçá (SP), 50% dos indivíduos que tinham vínculo empregatício eram funcionários do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, onde trabalhavam como monitores e vigias (MIRANDA; HANAZAKI, 2008). Em Barbados não foram identificados moradores que prestassem serviços ao PARNA.

Além de exercer os cargos públicos, algumas destas pessoas seguem realizando atividades voltadas à pesca, agricultura, caça e coleta, de forma secundária, o que contribui para a subsistência das famílias.

#### **4.7.2 Aposentadorias**

Nove moradores da comunidade recebem aposentadorias. Todos conseguiram este benefício como lavradores ou pescadores. A maioria dos aposentados relataram ganhar um salário mínimo, e é comum que parte desta renda já esteja comprometida com empréstimos.

Os aposentados – assim como os funcionários públicos- são bem vistos pelos moradores da comunidade, eles relatam que o aposentado recebe uma renda mensal fixa, o que não acontece com os pescadores, que normalmente passam meses ganhando menos do que um salário mínimo.

Todos os aposentados da comunidade seguem realizando atividades na lavoura, pesca ou trabalhos artesanais em diferente intensidade, de acordo com as condições físicas de cada um e motivados por diversos motivos (aumentar a renda, aquisição de alimentos, apego emocional às atividades, entre outros.) Até o mais idoso, com 86 anos, frequentemente utiliza a tarrafa para a captura de peixe. Uma senhora de 64 anos relatou trabalhar na terra desde pequena, e que exercer esta função

---

<sup>40</sup> O PSS é um processo seletivo simplificado, realizado pela Secretaria de Estado da Educação para a contratação temporária de professores, pedagogos, intérprete de libras, auxiliares de serviços gerais e técnicos administrativos.



proporciona a ela felicidade e bem estar, ela afirma que “ precisa plantar para viver”.

#### **4.7.3 Programas Sociais**

O Programa Bolsa Família é o principal benefício que os moradores de Barbados recebem do Estado Brasileiro, sete famílias da comunidade têm acesso a este auxílio. O valor recebido varia de acordo com o número de membros da família. Esta é uma fonte de renda auxiliar que contribui de forma significativa, principalmente durante os meses de “ganho ruim”, quando o retorno monetário com a comercialização do pescado é baixo.

Outra forma de contribuição do Estado era o Projeto Estrelas do Mar. Este estava em funcionamento durante a primeira etapa do trabalho de campo, e tinha o objetivo de manter a limpeza e manutenção da orla e das trilhas da comunidade, a partir do trabalho das mulheres da comunidade. Estas ganhavam uma cesta básica e um kit de higiene ao mês como pagamento.

Mas, em decorrência de irregularidades, tanto no processo licitatório como na destinação das cestas ao programa (Ministério Público do Paraná cancelou a licitação de aquisição de cestas básicas em Guaraqueçaba, 2016) e também como resultado dos problemas políticos vivenciados pelo município, este projeto está suspenso desde do mês de dezembro. Durante a segunda etapa de coleta de dados, no mês de abril de 2017, foram frequentes os relatos de que nos meses “ de ganho” o impacto da retirada deste auxílio não afeta tanto quanto durante os meses de “ganho ruim”.

O Seguro Defeso é outro benefício do qual todos os pescadores e pescadoras da comunidade têm direito. Ele consiste no pagamento, por parte do governo, de dois salários mínimos como uma gratificação pelo período que os pescadores são proibidos de capturar o camarão no “mar de dentro”. Alguns pescadores da comunidade também se beneficiam com o seguro defeso para a pesca de camarão no “mar de fora”. Nos meses em que o pescador recebe o seguro defeso, o Bolsa família não é disponibilizado para as famílias.

Da mesma forma que em Barbados, estudo realizado na Índia demonstrou que os programas do governo contribuem significativamente para a oferta de alimentos às famílias de baixa renda. Uma pesquisa realizada neste país aponta o Sistema de Distribuição Pública (PDS) como sendo o instrumento mais importante para enfrentar o desafio da segurança alimentar (KUMAR; AYYAPPAN, 2014). Já Silva et al. (2017), reconhece a relevância da distribuição de verba dos programas

sociais para algumas famílias, mas aponta que este tipo de auxílio (como o Bolsa Família) influencia o poder de compra de produtos industrializados destes, o que é apontado pelos autores como sendo um aspecto negativo deste tipo de assistência.

#### 4.8 CONCLUSÕES

Com base nos resultados deste capítulo é possível perceber a dimensão do impacto da criação do PARNA na vida dos moradores de Barbados. As proibições relacionadas a este tipo de UC impediram esta população de seguir realizando atividades voltadas para agricultura, caça, coleta e, em partes, pesca, o que além de privar o acesso aos alimentos – o que teve um custo biológico e econômico - também refletiu em impactos culturais, nas relações sociais, emocionais (memórias), etc. deste grupo. Ou seja, inviabilizou a continuidade da reprodução de um modo de vida específico, que se relaciona e é dependente (diretamente) dos recursos naturais para ser mantido. Desta forma, os caiçaras de Barbados foram expostos a uma situação de franca vulnerabilidade.

Diante deste contexto, eles tiveram que se reinventar e se voltaram para o mar. A pesca, que até então era praticada de forma secundária, passou a ser a principal atividade de subsistência desta população. Isso demonstra a capacidade de resiliência dos caiçaras, que foram se adaptando, e, na medida do possível, resistindo pela manutenção dos seus modos de vida, ao manter práticas tradicionais (cultivo de roças, caça, produção da farinha de mandioca), mesmo que “ilegalmente”<sup>41</sup>, e conhecimentos, que foram expandidos para o mar.

Atualmente, esta população reivindica o direito a participação ativa na tomada de decisões e a liberação - por parte dos órgãos ambientais – para a realização de suas práticas tradicionais (reconhecidas legalmente). Práticas estas que além de fornecer alimento e gerar renda, também envolvem uma vasta dimensão de significados. De acordo com Nakamura e Hanazaki (2016) um acordo formal entre os gerenciadores das UC e as famílias que habitam estas áreas e dependem dos recursos

---

<sup>41</sup> Estas práticas são consideradas ilegais sob o ponto de vista da legislação ambiental, porém outros instrumentos legais (Constituição Federal, Convenção da OIT 169, Decreto 6.040 e Ley Modelo de Pesca Artesanal o en Pequeña Escala del Parlamento Latinoamericano) reconhecem a legitimidade destas e incentivam a sua continuidade.

naturais para sobreviver pode garantir a continuidade dessas atividades dentro da lei. Algumas pesquisas desenvolvidas em áreas marinhas protegidas na Austrália e no Mediterrâneo mostraram que a participação do pescador local nas decisões de gerenciamento destas áreas trouxeram benefícios para a conservação (Weigel et al., 2014).

Por fim, os resultados deste estudo apontam para o amplo corpo de conhecimentos (terra e mar) detidos por esta população, que são fundamentados no empirismo, e que poderiam ser associados ao conhecimento científico dos órgãos ambientais, na tomada de decisões. Tal fato possibilitaria que o gerenciamento da UC, elaboração de acordos, leis, entre outros, fossem mais robustos e contemplassem a conservação do ambiente e também de modos de vida, considerando que ambos apresentam uma riqueza inestimável.



## 5 PRÁTICAS ALIMENTARES

Desde a década de 1930, vêm sendo realizadas pesquisas na área da antropologia que abordam o papel dos hábitos alimentares nos sistemas sociais e biológicos humanos. Alguns estudiosos como Lévi-Strauss, Mary Douglas e Marvin Harris, desenvolveram trabalhos nesta área e trouxeram importantes temáticas para nosso conhecimento sobre os hábitos e usos da alimentação (MURRIETA, 1998).

Para Murrieta (1998; 2001), as práticas cotidianas de escolha e utilização de alimentos são formadas por uma série de princípios ordenadores influenciados por várias dimensões, que vão além da econômica e biológica, tangenciando também questões sociais, culturais e emocionais. Estes hábitos podem ainda estar profundamente ligados aos padrões de subsistência tradicionais (MURRIETA, 1998). Entre os caiçaras, tais padrões de subsistência vêm sendo alterados ao longo das últimas décadas, como reflexo das transformações a que esta população está sendo submetida, o que resultou em mudanças nas formas de aquisição de alimentos e nos hábitos alimentares (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000, HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; HANAZAKI; MACCORD; BEGOSSI, 2006; ALVES; BEGOSSI, 2009, HANAZAKI et al., 2013). A criação do PARNA e as restrições associadas a ele parecem ter sido o principal causador destas transformações na comunidade de Barbados. Situação semelhante a esta foi observada na praia do Puruba (SP), onde as leis ambientais e restrições impostas pelo Parque Estadual forçaram os caiçaras deste local a desenvolver novos hábitos ou encontrar substitutos para os antigos (MACCORD; BEGOSSI, 2006).

Segundo Nakamura e Hanazaki (2016):

as mudanças nos meios de subsistência, incluindo restrições legais devido a estratégias de conservação da biodiversidade, podem afetar o acesso aos alimentos, o que modifica os padrões alimentares e, por vezes, contribui para a insegurança alimentar.

Diante deste contexto, o objetivo deste capítulo será trazer uma descrição das práticas alimentares dos caiçaras de Barbados, considerando as transformações que impactaram nos seus padrões alimentares – relacionados com questões biológicas, culturais, econômicas, emocionais e sociais – e que afetaram a representação social

desta população. Murrieta (1998), assinala a importância destes estudos entre populações camponesas e argumenta que este tipo de análise possibilita a compreensão das relações entre populações humanas e os recursos ambientais.

## 5.1 ALIMENTAÇÃO NA ROTINA CAIÇARA

O comer constitui um importante marcador temporal para os moradores da comunidade de Barbados, sendo geralmente realizadas quatro refeições ao dia. O café da manhã normalmente é realizado entre às 07:00 e 08:30, o almoço (servido entre 11:30 e 12:30), e o lanche da tarde (das 15:00 até às 16:30) são momentos de descanso e descontração, e fornecem energia para que seja dada continuidade à rotina de trabalho, o jantar é servido entre às 19:00 e 21:00. Para os pescadores, em decorrência das condições de pesca há dias em que estes saem para o mar no período noturno, de madrugada, ou permanecem por horas fora de casa, alterando desta forma o horário das refeições.

Durante o trabalho de campo, de uma forma geral, não foram observadas flutuações do horário das refeições nos dias de final de semana. As diferenças são mais evidentes em relação às épocas do ano. Nos meses de “tempo frio” havia uma tendência de o café da manhã ser realizado mais tarde (08:30 e 09:00) e o jantar mais cedo (18:30 e 19:30). Este padrão é diferente do que foi observado nos meses de “tempo quente”, principalmente durante o horário de verão, quando o café da manhã era consumido mais cedo (07:00 e 08:00) e o jantar entre 20:30 e 21:00.

De acordo com Begossi (2006), a dieta da população caiçara é baseada em peixe, arroz, feijão, farinha de mandioca e, sempre que possível, macarrão. Este perfil também foi observado entre os moradores de Barbados, porém é possível identificar uma diferença em relação a frequência com que estes itens são consumidos. O arroz e a “mistura” ou “salgado” - nome atribuído a fonte de proteína animal da dieta, normalmente representado pelo peixe – estiveram presentes nas refeições do almoço e jantar praticamente todos os dias. A farinha de mandioca<sup>42</sup>, o feijão e o suco em pó também compõem a dieta frequentemente. O consumo de saladas, vegetais e macarrão foram citados, mas com uma menor constância.

---

<sup>42</sup> A farinha de mandioca normalmente é utilizada para o preparo do pirão, que é a mistura da farinha com água fria ou caldo quente. O pirão de água fria é denominado pelos moradores de Barbados como pirão de jacu.

Para o café da manhã e da tarde, normalmente se consome café preto, ou com leite, acompanhado pela mistura<sup>43</sup>, composta por pão, bolos e bolinhos fritos, como: “mata fome”, bolinho de trigo, bolinho de cará, bolinho de banana, bolinho de chuva, rosquinha de trigo e torta de banana. A farinha de mandioca, a farinha de milho, a banana frita, a polenta com ovo, preparações utilizando-se o camarão e ostra, também foram alimentos citados como opções de mistura para estas refeições. Durante as observações realizadas em campo, foi possível observar que as crianças, adolescentes e até os adultos, consumiam doces, salgadinhos e frutas (quando estão disponíveis nos quintais), frequentemente, no intervalo das refeições.

FIGURA 20 - “MISTURAS” PARA O CAFÉ. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2016, 2017).

Os relatos em relação às modificações da dieta que ocorreram como reflexo das proibições impostas pelo PARNÁ são constantes, principalmente relacionados com a proibição das roças. Antigamente, parte significativa das refeições eram compostas por produtos cultivados em Barbados, espaço que passou a ser ocupado pelos industrializados. As refeições do almoço e do café da tarde normalmente eram realizadas no rancho, construído perto das roças, o que já não acontece mais.

Qualitativamente as refeições não apresentaram muitas variações

<sup>43</sup> É a palavra que os moradores da comunidade utilizam para se referir ao alimento que será o acompanhamento do café ou também se relaciona com a fonte de proteína animal da dieta no almoço e jantar.

entre os dias da semana e dias de final de semana. As principais variações foram observadas nas diferentes épocas do ano, o que é reflexo da variação de disponibilidade dos recursos naturais. Mais detalhes sobre estas diferenças serão descritas no capítulo 4.

O consumo de bebidas alcóolicas não é uma prática comum entre os moradores da comunidade, este fato pode estar associado com as proibições impostas pelas igrejas evangélicas. O consumo de álcool parece ser um tabu entre as mulheres, há relatos de que este tipo de bebida não foi feito para o sexo feminino, e que é “uma grande vergonha” ter mulheres que bebem na família.

Para cozinhar, normalmente é utilizado o fogão a gás, disponível em todas as residências. O fogão a lenha também é utilizado para esta finalidade, principalmente para defumar e assar alimentos - como peixes e ostras - e, para aquecer a água utilizada para o banho em dias nublados, quando com a placa solar não é possível realizar esta função. Normalmente, este tipo de fogão é construído em um cômodo fora da casa, que recebe o nome de “casa de fogo”; neste espaço, as famílias costumam se reunir, principalmente em dias frios para se aquecer e “proseiam” durante horas contando os “causos” do dia a dia. O modo preferido para o preparo de carnes e peixes é a fritura, principalmente dos pescados com escama. O cozido ocupa a segunda posição, e é mais utilizado no preparo dos peixes sem escama - como por exemplo o bagre (*Cathorops spixii* (Agassiz) -, seguido pelo assado. As comunidades de Icapara (SP), Pedrinhas (SP) e São Paulo Bagre (SP), apresentam este mesmo perfil (HANAZAKI; BEGOSSI, 2006).

Após o preparo os alimentos normalmente são consumidos em até 24 horas, em decorrência da falta de energia elétrica, que impossibilita o uso de geladeiras/freezers para a estocagem destes itens. Algumas famílias da comunidade utilizam o gerador para ligar estes eletrodomésticos, outras mantêm caixas de isopor com gelo para estocar os pescados e as carnes, mas ambas as práticas são realizadas por poucos, pois manter o gerador ligado e adquirir gelo têm um custo monetário.

O preparo das refeições normalmente é uma função feminina; esporadicamente o homem realiza esta atividade, com exceção de um morador que vive sozinho e é o responsável pela realização das tarefas domésticas. Ao retornar do mar os homens entregam o pescado para as mulheres limparem. O preparo das carnes de caça também é função feminina. A maior parte das mulheres de Barbados têm o hábito de servir a comida ao marido, filhos (no caso das meninas, apenas quando crianças) e genros, sendo estes os primeiros a receber os alimentos, mas esta não é uma regra. Algumas mulheres têm este costume e relataram ser um



gesto de cuidado e carinho, e que se sentem bem ao servi-los. Na ausência da dona da casa, é a filha mais velha que assume esta função. Em Barbados, as meninas aprendem desde cedo as atividades domésticas, auxiliando as mães no preparo das refeições, lavagem da louça e roupa, limpeza das residências e do terreiro, sendo educadas para serem donas de casa.

Determinadas receitas merecem destaque pela frequência que são elaboradas, como o peixe seco com banana (preparação típica do local), os bolinhos de trigo, polenta com ostra, a torta de banana, o “mata fome” (bolo de fubá denominado localmente desta forma) e o bagre cozido. Outras receitas também foram citadas como sendo típicas, porém são preparadas esporadicamente, como o camarão no chuchu, camarão no mamão verde, a fubeca (bolinho frito preparado com fubá e água gelada), bolinho de cará, etc.

De forma geral, as mulheres de Barbados gostam de cozinhar e expressam muita vontade de aprender receitas diferentes. A título de exemplo, é possível relatar o grande interesse destas por um curso de bolos, com duração de um dia, que seria ofertado na comunidade do Sebuí (ver mapa no capítulo 1). A fala de uma jovem ilustra esta situação:

“ Ah, eu quero ir no curso, lá a gente vai pra aprende a faze um monte de coisa boa pra comer, e daí guarda o conhecimento, já na festa não se aprende nada. Festa têm todo ano, já conheço a cara de todo mundo que vai tá lá, o curso não, é uma oportunidade única” (Camila, 14 anos).

Além da vontade de preparar os bolos em casa, uma das adolescentes cogitou a hipótese de comercializar estes produtos. O curso foi realizado por uma professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR), apoiada pelo MOPEAR. Mesmo diante do grande interesse por fazer o curso, apenas três adolescentes lograram participar, devido à dificuldade de deslocamento. Ao retornar para casa as participantes foram muito questionadas pelas mulheres que permaneceram na comunidade.

O espaço doméstico é o local privilegiado para a realização das refeições. Normalmente, os membros da família se reúnem ao redor da mesa da cozinha para comerem juntos. Há ocasiões em que estes se dividem entre a mesa e o sofá - para assistir televisão - o que é mais comum no período da noite. Além de dividir o alimento, este é um momento que as famílias também compartilham histórias, neste sentido é

possível dizer que a refeição assume um caráter de ‘socialização intradomiciliar’ (LEITE, 2017).

O consumo de alimentos fora da residência não parece ser uma prática comum entre os moradores de Barbados. Ela foi observada apenas em algumas ocasiões: quando as crianças se alimentavam na escola; durante pescarias longas (ocasião em que muitos pescadores levavam alimentos); em Guaraqueçaba, quando os moradores da comunidade viajam para este local e adquiriam alimentos em restaurantes e lanchonetes; em festividades como casamento e aniversários.

Os moradores do local têm o hábito de realizar visitas frequentes, especialmente quanto existe uma relação de parentesco próxima. Durante estas visitas não é comum a oferta de alimentos, em alguns domicílios observou-se somente a oferta de café. Este tipo de convite é mais direcionado para visitantes que vêm de outras comunidades. A partilha de refeições entre as famílias ocorre em datas festivas, ou em determinadas casas onde os filhos residem perto dos pais.

## 5.2 A ARTICULAÇÃO DA COMUNIDADE COM OS MERCADOS DA REGIÃO

De acordo com relatos dos moradores de Barbados, desde a proibição do cultivo de roças, a relação destes com os mercados regionais têm se intensificado. No “tempo de primeiro” a produção local proveniente da agricultura, da caça e da pesca eram suficientes para suprir as necessidades alimentares das famílias. Apenas alguns itens, como por exemplo o sal, eram adquiridos em estabelecimentos comerciais.

Atualmente, este cenário é bem diferente, os moradores da comunidade relatam serem dependentes dos mercados de Guaraqueçaba, Paranaguá e das “vendas” disponíveis na comunidade e em comunidades vizinhas, para a aquisição de alimentos. Esta transição é descrita por Peltó e Peltó (1983) como “*Delocalization of food*” ou deslocalização do sistema alimentar e será abordada com detalhes no capítulo 4.

Entre os estabelecimentos citados acima, os comércios de Guaraqueçaba merecem destaque. Das 14 famílias entrevistadas, 13 relataram ser este o principal local para a aquisição de alimentos. A única família que referiu realizar compras alimentícias frequentemente em Paranaguá foi a qual tem como membro o proprietário da principal venda de Barbados, que também é o atravessador de pescados. Este realiza viagens semanais para Paranaguá, com o intuito de repassar os produtos da pesca e comprar mercadorias para o estabelecimento, já que na cidade há um amplo leque de opções de comércios.

As demais famílias entrevistadas realizam pelo menos uma viagem ao mês para Guaraqueçaba com o intuito de fazer o “rancho”, que é uma compra grande de alimentos. Normalmente, o dia desta compra coincide com algum pagamento, como a aposentadoria, ou o Bolsa Família. Perfil semelhante a este foi identificado entre os ribeirinhos que vivem no Amazonas (SILVA et al., 2017). Quando um morador da comunidade marca viagem para Guaraqueçaba é comum receber encomendas de produtos alimentícios como pães e carne de frango, de seus vizinhos e parentes.

O principal mercado de Guaraqueçaba permite que o pagamento da compra seja efetuado em até 30 dias, normalmente esta data coincide com a realização de uma nova compra, e é esta a forma de pagamento preferida pelos moradores da comunidade. Além desta opção, também é possível realizar o pagamento com cartões de crédito e vales.

Mesmo que na compra mensal seja adquirida uma quantidade significativa de alimentos, que serão utilizados ao longo de um mês, a falta de geladeira/freezers não permite a compra de produtos que dependem de refrigeração. Desta forma, a aquisição de itens na “venda” da comunidade é frequente, principalmente de ovos, embutidos, pães, sucos, doces, biscoitos salgados de milho e trigo e extrato de tomate. Estes locais vendem acreditado e à vista.

Durante a realização da primeira etapa do trabalho de campo, existiam duas vendas na comunidade e uma terceira estava em processo de construção. Dos comércios em funcionamento, um deles continha diversos produtos alimentícios, sendo este o principal e mais procurado, já o outro comercializava apenas doce, refrigerante e bebida alcoólica. Em ambas as vendas, os preços praticados eram superiores aos encontrados nos mercados de Paranaguá e Guaraqueçaba. Além das queixas referentes aos preços dos produtos, os moradores de Barbados também reclamavam da frequente falta de mercadorias, em especial de pães e “salgados”<sup>44</sup>. Um exemplo deste tipo de comentário está descrito abaixo.

“Aqui é difícil, às vezes tem o que comprar e não tem o dinheiro, daí quando a gente tem o dinheiro vai na venda e não tem o que compra...” (Luísa, 18 anos).

---

<sup>44</sup> Forma que os moradores de Barbados se referem aos embutidos, carnes e ovos.

Os moradores mais antigos relatam que sempre existiram vendas na comunidade, e que além da venda também se praticava a troca. Os produtos produzidos localmente (mandioca, feijão, arroz, peixe, etc.) eram trocados por mercadorias que não estavam disponíveis no local (sal, querosene, bebida alcoólica, etc.). Uma senhora lembra que este tipo de prática também era realizada por índios que residiam em aldeias perto da comunidade, estes traziam seus produtos da agricultura e trocavam por peixes e bens de consumo. Desta forma, as viagens para Guaraqueçaba, com finalidade de aquisição de alimentos, eram esporádicas. O que também era reflexo da grande dificuldade para se chegar neste local, já que o único meio de transporte era a canoa a remo.

Além das “vendas”, esporadicamente surgem vendedores ambulantes na comunidade, o mais citado foi um barco que comercializava frutas e verduras, mas que há algum tempo não aparece. Em comunidades ribeirinhas que vivem nas margens do Rio Solimões, este tipo de comercialização é comum, nestes locais os barcos que vendem mercadorias são chamados de “regatão” (SILVA et al., 2017). Em Barbados, também foram apontados vendedores de comunidades vizinhas que comercializavam sorvetes e geladinhos<sup>45</sup> na época de verão e lanches durante as festas e torneios da comunidade. Mas, é mais comum vendedores de bens de consumo, como roupas, perfumes, sapatos etc. Durante a segunda etapa do trabalho de campo, uma moradora da comunidade estava vendendo pastel e torta salgada, cada pastel custava R\$ 3,00 e o pedaço da torta R\$ 5,00.

Alguns estudos apontam os impactos negativos da deslocalização de alimentos (HANAZAKI, 2001; LEITE, 2006), pois a partir do momento que a principal fonte alimentar desta população passa a ser o mercado, e conseqüentemente se tem a dependência de recursos monetários para a aquisição de alimentos, estes ficam em uma situação de vulnerabilidade. Mesmo diante da dependência que a população de Barbados desenvolveu em relação aos estabelecimentos comerciais para ter acesso aos alimentos, eles reconhecem que a vida na cidade intensificaria este vínculo, a fala de um morador da comunidade ilustra esta situação:

“ Aqui só passa fome quem é vagabundo, se não quer saber do trabalho, de coloca a mão na terra. Memo na farta de um dinheirinho pra compra na

---

<sup>45</sup> Geladina, geladinho, sacolé, gelinho, dindim, chope ou chup-chup é uma espécie de picolé artesanal preparado dentro de pequenos sacos plásticos.

venda, você sobe esse morro ai e pega uma banana pra cume, um cará, planta uma rocinha, ou sai pesca na canoa e pega um peixinho, pode passa vontade de cume alguma coisa, mas fome, fome memo só nesse jeito que eu te falei pra passa! Agora na cidade não tem como, ixi eu tenho camarada que mudo daqui pro Valadares e passa dificuldade memo, lá se num tem o dinheiro num come, passa fome memo, por isso que eu digo, ih a gente mora num lugar que é bom demais, Mas, Deus o livre ter que sai daqui!” (Lucas, 60 anos).

### 5.3 “DOAR”, UM DENOMINADOR COMUM ENTRE OS MORADORES DE BARBADOS

Estudo realizado com comunidades rurais no Brasil indicam que mesmo que as práticas alimentares dos moradores da região rural tenham sofrido modificações, em decorrência da modernização da agricultura e da incorporação de produtos industrializados - elas ainda guardam especificidades locais que estão associadas com diversas expressões de sociabilidade, como por exemplo a circulação de alimentos e a realização de festas comunitárias, que, impregnadas por simbolismos, atualizam um modo de vida e têm garantido segurança alimentar (MENASCHE et al., 2008). Tais afirmativas podem ser consideradas como verdadeiras para a população de Barbados. Neste local a doação de mantimentos entre os familiares e vizinhos é uma característica marcante. Quase todas as casas entrevistadas (93%) relataram ter o hábito de dar alimentos para familiares e vizinhos e também receber destes.

A doação normalmente é de: peixes, pão, mata fome, feijão, farinha de mandioca, mudas de plantas, frutas – em especial a banana -, bolinhos, cará, batata doce, entre outros alimentos. Durante a realização do trabalho de campo, foi possível observar que o peixe é o alimento mais doado entre os locais. Nas comunidades de São Paulo Bagre (SP) e Pedrinhas (SP), a doação e troca de peixes entre parentes e vizinhos também é uma prática comum. Em Pedrinhas, 43% do peixe consumido pela população foi adquirido desta forma (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003). Nas comunidades caiçaras da Praia do Sono, Trindade, Barra Grande e Tarituba, localizadas no Rio de Janeiro, igualmente foi identificado que grande parte do pescado capturado era consumido ou dividido com parentes e vizinhos. Os resultados apontam que nestes locais três quartos do que era pescado era compartilhado com familiares e mais de dois terços com vizinhos e amigos (HANAZAKI et al, 2013).

O trabalho, o esforço e o saber-fazer, de quem plantou, colheu ou preparou a comida, é especialmente uma dádiva que se manifesta entre as famílias e também no âmbito da comunidade quando os alimentos são doados (MENACHE; MARQUES; ZANETTI, 2008). Desta forma, este ato transcende o valor em si. Para Menasche, Marques e Zanetti (2008: 155).

a obrigação de dar é que garante a honra e o prestígio; a obrigação de receber mantém e reproduz a hierarquia, já que a aceitação de uma dádiva cria comprometimento; a obrigação de retribuir garante a permanência do vínculo, o pertencimento: aí se reiteram os laços, constitui-se a aliança.

Além das doações que ocorrem entre os residentes de Barbados, estes frequentemente recebem doações externas, tanto de amigos e parentes que residem em outras comunidades e trazem alimentos para compartilhar durante as refeições, como de atores externos, que em datas específicas (Natal, dia das crianças, viagem de canoa, Páscoa, etc.), doam alimentos e outros itens às famílias da comunidade (COELHO, 2014).

Outra situação observada entre os moradores do local é o empréstimo de alimentos. Esta é uma prática muito comum; na falta de alimento em uma casa, algum membro desta família recorre ao vizinho para consegui-lo de forma rápida, evitando o deslocamento até a venda e também o pagamento de valores superiores ao praticado nos mercados de Guaraqueçaba. Além da doação de alimentos, conforme descrito no capítulo 2, a troca de plantas (ornamentais, frutíferas, medicinais, hortaliças, etc.) também é frequentemente praticada entre as mulheres da comunidade.

A doação de alimentos também foi uma característica marcante para outros grupos caiçaras. Cerca da metade das famílias que residem em comunidades da região de Paraty "às vezes" ou "muitas vezes" relataram doar ou receber alimentos de parentes e vizinhos. Estes resultados indicam a importância das redes de compartilhamento, sendo este um ponto chave para a segurança alimentar das famílias deste local (HANAZAKI et al., 2013). Este mesmo perfil foi identificado em Ponta Negra (RJ) e na Ilha do Araújo (RJ) (GIRALDI; HANAZAKI, 2014). Além de favorecer a SAN, a doação de variedades de mandioca entre agricultores da região de Imituba (SC) e Paraty (RJ), contribuiu para a conservação da agrobiodiversidade (CAVECHIA et al., 2014).

Tomando como base estes dados, é possível dizer que o hábito de doar dos moradores de Barbados, aumenta sua segurança alimentar e também contribui com a conservação da agrobiodiversidade. Esta atitude ainda parece refletir nas relações sociais existentes entre as pessoas deste local, caracterizando assim um modo de vida específico.

#### 5.4 O VALOR ATRIBUÍDO AOS ALIMENTOS

Em Barbados foi possível observar um conjunto de classificações que categorizam os alimentos, e que são transmitidas de geração a geração. Ao mesmo tempo, há um permanente diálogo entre conceitos nativos e aqueles externos à comunidade, como informações biomédicas. Expressões como a descrita abaixo ilustram esta situação.

“ A vitamina do peixe dura quatro hora, quatro hora, já é dito, isso daí já é falado pelo médico né. A caça você, meio dia você sentava para comer, e comia só de noite” (Julia, 63 anos).

A categorização dos alimentos é realizada por todas as faixas etárias, desde crianças até idosos. E os motivos pelos quais os alimentos são classificados envolvem várias perspectivas, de caráter social, ambiental, cultural, biológico, entre outros. Os mais idosos normalmente justificam o motivo pelo qual categorizam determinado alimento positiva ou negativamente. Na maioria das vezes esta justificativa está relacionada com a diferença entre os alimentos que eram consumidos “no tempo de primeiro”, “naturais”, “sem veneno”, e que eram retirados da terra e do mar e iam diretamente para a mesa do consumidor, os quais são considerados bons para a saúde. E, os alimentos que atualmente são adquiridos na “venda”, “de pacotinho”, “cheios de veneno”, “igual isopor”, ou seja, os industrializados, que geralmente são classificados como nocivos à saúde. A associação entre doença e alimentação é frequentemente realizada entre os moradores de Barbados e este tipo de assunto permeia várias discussões. Algumas narrativas dos moradores demonstram este tipo de categorização:

“... agora não, agora é só essa coisarada aí de mistura de tempero que tá vindo aí que tá matando o povo” (Júlia, 63 anos).

“ A carne da caça é muito melhor, porque ela é criada só com erva do mata, só com fruta do mato, num tem veneno” (José, 64 anos).

“ Olhe, é que de primeiro as coisas era mais natural né, tudo tinha com fartura, agora agente mais depende de comer as coisa da venda, umas coisarada cheia de veneno, o pão que mais parece uma espuma. De primeiro não, de primeiro a gente comia o peixe fresco, assim trazido do mar já feito, comia mais já salgado em cima do fogo só com um pouquinho de fumaça, às vezes bem seco, bem enxuto pra cozinhar com banana pra comer. E caça né, porque quando o IBAMA não coisa, tinha muita caça, a gente comia seco, comia fresco. Tinha tudo em fartura, comia tudo natural as coisa já da roça! ” (Maria, 66 anos).

Este tipo de reflexão por parte das pessoas mais velhas pode explicar o perfil alimentar diferenciado desta parcela da população, quando comparado com os mais jovens. Normalmente, os alimentos provenientes dos recursos naturais compõem com mais frequência a dieta do primeiro grupo, enquanto que o segundo, de forma geral, aprecia e valoriza os alimentos industrializados como doces, refrigerantes, sucos artificiais, salgadinhos, embutidos, etc. Os resultados de um estudo realizado com comunidades nativas do Alasca, também identificaram que os jovens (14-19 anos) consumiam mais alimentos provenientes do mercado do que os idosos (BERSAMIN et al., 2006).

No entanto, vale aqui ressaltar, que mesmo diante da preferência que os jovens demonstram pelos industrializados, eles não deixaram de consumir os alimentos vindos da terra (cará, mandioca, batata-doce, banana) e do mar (peixe, ostra, camarão), e além de consumi-los também fazem comentários de valorização em relação a estes alimentos. Neste sentido, o peixe merece destaque, ele é muito apreciado por todas as faixas etárias, mais detalhes sobre esta preferência serão descritos no próximo item.

#### **5.4.1 Peixes: preferências e tabus**

Alguns estudos tem mostrado as preferências, evitações e tabus alimentares que são expressos pelas populações caiçaras relacionados ao consumo de proteína animal, em especial referentes aos peixes



(HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; HANAZAKI; BEGOSSI, 2006; MACCORD; BEGOSSI, 2006). Estas classificações são realizadas a partir de vários fatores, apresentando explicações culturais, ambientais, biológicas, sociais, econômicas e simbólicas, que se inter-relacionam entre si, podendo ser manipulados consciente ou inconscientemente (MURRIETA, 1998; HANAZAKI; BEGOSSI, 2006).

De uma forma geral, o peixe é muito valorizado entre os moradores de Barbados, por todas as faixas etárias. Comentários de que este alimento é rico em vitaminas, e que a sua qualidade é superior à da carne de gado, frango e embutidos são frequentes. Poucas pessoas da comunidade relataram preferir a carne bovina ao peixe, os que apresentaram este tipo de opinião foram algumas crianças e jovens. Na comunidade da Praia do Puruba, também se observou uma ligeira preferência ao peixe à carne de boi (MACCORD; BEGOSSI, 2006), e nas comunidades de Pedrinhas (SP), Icapara (SP) e São Paulo Bagre (SP), o peixe foi mais consumido do que a carne bovina (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003).

Mesmo diante do grande valor que os moradores do local atribuem ao peixe, este alimento normalmente não é incluído nas refeições servidas em datas comemorativas, como em casamentos e aniversários. Nestas ocasiões é a carne bovina que se destaca. Alguns moradores de Barbados justificam este fato ao dizer que o peixe é consumido diariamente, o que faz dele um alimento comum para ser servido em datas especiais. Outro fator que pode justificar este perfil é o valor social atribuído aos alimentos. Além dos peixes, outros frutos do mar também são classificados como uma importante fonte alimentar e apresentam um valor social, como é o caso do caranguejo, camarão e as ostras<sup>46</sup>, que em alguns momentos foram indicadas como sendo “comidas de turista”, esta expressão por si só já denota o valor atribuído a estes alimentos. Para Murrieta (1998), este é um aspecto importante nos processos de escolha de alimentos, pois da mesma forma que os objetos, os alimentos estão embebidos de significado social (MESSER, 1984).

Porém, este tipo de valorização não pode ser considerada uma regra. De acordo com MacCord e Begossi (2006), uma melhor situação econômica, o que encorajaria a população da praia do Puruba a consumir

---

<sup>46</sup> A ostra pode ser retirada da pedra ou do mangue. De acordo com os moradores de Barbados elas apresentam características diferentes, mas não há um consenso sobre qual das duas é melhor.

mais carne de gado no período recente, não teve este efeito. Os caiçaras deste local continuaram apresentando uma ligeira preferência ao peixe, o que demonstra que a predileção por este alimento vai além de questões econômicas.

De forma geral, os moradores da comunidade referem preferir peixes de água salgada em comparação com as espécies de água doce. A cabeça foi relatada como sendo a parte mais valorizada do peixe, um senhor da comunidade disse: “*é na cabeça que tá o melhor do peixe, que tem mais vitamina*”. As ovas, quando presentes, também são muito valorizadas, tanto para o consumo como para a comercialização, especialmente as ovas da tainha (*Mugil platanus*). Além da cabeça e das ovas, o fígado, o estômago e o intestino do Parati (*Mugil curema*) e da Tainha (*Mugil platanus*) são partes muito apreciadas.

Os estudos disponíveis sobre preferência alimentar entre os caiçaras apontam um padrão de preferência por peixes com escamas e a evitação ou proibição de peixes sem escamas, por considerarem que estas espécies são carregadas ou reimosas. Na comunidade de Barbados, a maioria dos peixes citados como preferidos seguem esta categorização, sendo estes: a tainha (*Mugil platanus*), o parati (*Mugil curema*), a pescadinha branca (*Cynoscion spp.*) e a salteira (*Oligoplites sp.*). Na Ponta do Almada, a tainha (*Mugil platanus*) também foi apontada como o peixe preferido (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996). Porém, o bagre (*Cathorops spixii* (Agassiz) que é um peixe sem escamas, foi citado como preferido por alguns moradores de Barbados, o que não condiz com esta categorização.

Este perfil também foi observado entre os caiçaras da comunidade de São Paulo Bagre (SP), onde grande parte da população relatou a predileção por esta espécie. Para os autores do estudo, a preferência pelo Bagre (*Cathorops spixii* (Agassiz) nestas comunidades pode estar associada com fatores como a abundância do recurso e o contexto social de sua produção. O linguado é um peixe muito valorizado para a venda em Barbados, porém os moradores do local não atribuem o mesmo valor para o consumo, eles referem a preferência por outras espécies de carne mais escura, o que segundo relatos, confere mais sabor ao peixe.

O parati (*Mugil curema*) além de ser um dos peixes preferidos, também ocupa a posição do mais consumido, o que se estende a outras comunidades caiçaras (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; HANAZAKI; BEGOSSI; 2006). De acordo com os moradores de Barbados, esta espécie é frequentemente consumida em decorrência da sua constância durante o ano e disponibilidade, os relatos são de que este é um peixe nunca acaba.

Diferente da tainha (*Mugil platanus*), que também é muito apreciada, mas está disponível principalmente durante os meses de inverno, podendo ser capturada em outras épocas do ano, mas em uma quantidade significativamente menor. A maior frequência de consumo de determinadas espécies pode estar relacionada à sua disponibilidade ambiental (BEGOSSE, 1992).

Para Hanazaki e Begossi (2006), além da valorização e do consumo do Parati Guaçu (*Mugil curema Valenciennes*) estar relacionado com a sua sazonalidade, ele também representa uma importância simbólica associada com a pesca comunitária durante o inverno (entre maio e junho) em comunidades caiçaras da costa sudeste brasileira. Este tipo de pesca também já foi muito praticada entre os moradores de Barbados, e era realizada para a captura da tainha (*Mugil platanus*), utilizando-se o cerco fixo (proibido pelo PARNA). Segundo Murrieta (1998), este tipo de situação demonstra que as proibições e preferências alimentares carregam um profundo apelo emocional conectado a um momento de vida, a uma mudança ambiental esperada, a quebra de rotina alimentar, ou ainda, às resoluções de conflitos e outras questões da micropolítica do cotidiano. Diante deste contexto, Murrieta (1998) aponta para a necessidade de:

... incluir em nossas investigações e tentativas de intervenção uma maior preocupação com as representações e emocionalidade das atividades econômicas locais. A excessiva ênfase econômica e ambiental dos estudos e práticas de intervenção desenvolvidas parece que tem levado à uma sistemática negligência de outras esferas de motivação social.

Hanazaki e Begossi (2006) destacam a diferença existente entre o Parati Guaçu (*Mugil curema Valenciennes*), que é consumido frequentemente sem restrições, e o Parati Pema (*Mugil gaimardianus Desmarest*), considerado um tabu em algumas comunidades caiçaras. Em Barbados, foi possível observar que os moradores do local também diferenciam estas espécies em relação a disponibilidade e aspectos físicos, porém, não foi possível observar relatos que indiquem a proibição ou evitação do consumo do Parati Pema.

Além das espécies mais apreciadas também existem as preparações preferidas, conforme descrito no item anterior, de forma

geral, a fritura ocupa esta posição, porém, vale aqui ressaltar o quanto o peixe seco cozido é apreciado pela população local.

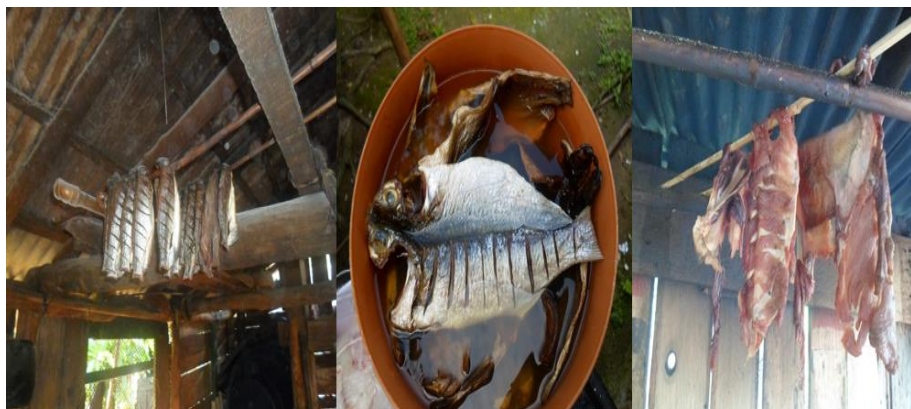
Quando os moradores de Barbados são questionados sobre qual é o alimento tradicional da região, eles não hesitam em apontar o peixe seco com banana. Com base nos relatos e observações, é possível dizer que este alimento parece ser apreciado por todos os moradores do local. Eles relatam que além de suas características sensoriais, este tipo de preparação também possibilita a conservação do pescado. O peixe seco é preparado a partir da limpeza do peixe, uma característica importante nesta etapa é fazer os “lanhos”, ou seja, os cortes transversais na carne para que o sal penetre bem, e adicionar uma quantidade significativa deste composto. Após este procedimento, os peixes são arrumados nos “fumeiros”<sup>47</sup> e postos em cima do fogo, para que a fumaça penetre na carne. O peixe estará pronto após um dia de defumação, mas isso não é uma regra, durante o campo foi possível observar situações que o peixe permaneceu vários dias sob o fogo. Antes de consumidos, eles são deixados de molho na água, e então normalmente é preparado um caldo com o peixe seco, banana e muito tempero. Depois de pronto, é adicionada farinha de mandioca para o consumo.

Além do peixe, a caça e outros tipos de carne também são preparados desta maneira. Há relatos de que mesmo sendo um prato tradicional da região, os restaurantes de Superagui não têm o hábito de servi-lo para turistas.

---

<sup>47</sup> São as varas de taquara utilizadas como base para dispor o peixe acima do fogão.

FIGURA 21 - TÉCNICA UTILIZADA PARA SECAR O PEIXE E A CAÇA.  
BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

No que se refere as espécies proibidas ou evitadas durante o trabalho de campo (em entrevistas informais), algumas delas foram indicadas e estão descritas no quadro 7. Na literatura, há diferentes explicações para este tipo de classificação. Existem registros da década de 1960 que descrevem a relação dos tabus com aspectos religiosos associados a ideia de pureza (DOUGLAS, 1966). Este tipo de perspectiva foi observada entre os religiosos da Igreja Adventista do Sétimo Dia, na comunidade caiçara de Icapara (HANAZAKI; BEGOSSI, 2006). Para Davis (1989 apud HANAZAKI; BEGOSSI, 2006), as proibições são reflexo da toxicidade do baiacu (Tetraodontidae), que levou à evitação de todos os peixes sem escamas. Begossi (1992) ainda levanta a hipótese de outra explicação ética para as proibições relacionada com a posição dos peixes na cadeia alimentar. De acordo com esta autora, peixes carnívoros e piscívoros podem ser evitados, como o bonito, espada, sororoca e cação. O consumo de peixes agressivos (como a arraia e cação), em algumas ocasiões, também é desconsiderado. O bagre (*Cathorops spixii* (Agassiz)), que apresenta hábito detritivo ou carnívoro, sendo propenso à acumulação de toxinas também não é indicado para consumo em diversas regiões do país.

QUADRO 7 - PEIXES EVITADOS E PROIBIDOS. BARBADOS, PARANÁ,  
BRASIL.

Nome popular	Nomenclatura científica
Baiacu	<i>Lagocephalus laevigatus</i> (Linnaeus)
Raia	Não identificado
Cação	<i>Carcharhinus</i> spp.; <i>Sphyrna</i> spp.
Moréia	Não identificado
Peixe sapo	Não identificado

\*Como não foi realizada a coleta dos pescados as identificações das espécies são prováveis.

FONTE: O autor (2017).

Em Barbados, quando questionados, os moradores também justificaram o motivo da proibição destas espécies de diversas formas. Eles relatam, por exemplo, que o baiacu (*Lagocephalus laevigatus* (Linnaeus)) tem veneno, a moreia (*Pecari tajacu*) se assemelha a uma cobra, o que gera um certo repúdio, o peixe sapo (Não identificado) é muito feio, existindo peixes mais bonitos para serem consumidos, a raia (Não identificado), e o cação (*Rhizoprionodon lalandei*) por serem peixes de couro e com a carne forte.

Nesta categoria, o baiacu (*Lagocephalus laevigatus* (Linnaeus)) merece destaque. Em Barbados, foi o peixe mais citado como evitado ou proibido, o que está associado à presença de uma toxina na cabeça desta espécie. Mais de um morador relatou o caso de uma família na qual todos os membros foram hospitalizados após o consumo desta espécie. Após este ocorrido este peixe se tornou um tabu para a maioria dos moradores de Barbados. O relato de uma moradora ilustra esta situação:

“Ah o baiacu esse aí não como, nunca comi, ah não como. Uma família daqui pra cima, pro lado do rio dos pato pra lá, eu sei que envenenaram-se foi parar no hospital Ah não como, tendo tanto peixe bom pra comer vai comer baiacu!” (Júlia, 63 anos).

O Baiacu também foi considerado tóxico e proibido para o consumo na Ilha de Búzios (SP) (BEGOSSI, 1992). Na região de Guaraqueçaba (PR), esta proibição não é uma regra, em algumas comunidades da região de Guaraqueçaba esta espécie é considerada similar a carne do peito de frango e muito apreciada para o consumo. Em Barbados, mesmo que este peixe não seja utilizado pelos moradores como

alimento, ele é cobiçado para a geração de renda, já que ele apresenta um bom valor de comercialização.

#### **5.4.2 Valorização de outros alimentos**

Além dos peixes, outros alimentos também são valorizados entre os moradores de Barbados, destes, dois merecem destaque: a farinha de mandioca - com a qual se produz o biju - e a carne de caça, pois além de serem apreciados para o consumo e apresentarem relevância nutricional, eles também refletem aspectos simbólicos.

A farinha de mandioca, em especial a que é produzida na comunidade com a mandioca cultivada nas roças locais, é muito apreciada por grande parte da população. Este alimento normalmente é utilizado para o preparo do pirão, que pode ser feito com caldo de peixe ou com água fria (“pirão de jacu”). Alguns moradores mais idosos relatam que o arroz não tem a mesma “sustância” que esta preparação, e que a combinação perfeita é a do peixe com o pirão, sendo esta uma fonte inestimável de energia, o que reflete em mais força e vigor para o trabalho. Mesmo diante deste tipo de afirmação, o arroz vem sendo mais consumido do que a farinha de mandioca pelos moradores da comunidade, ou em conjunto com este alimento. Seguindo este mesmo raciocínio há relatos de que o biju é melhor do que o pão, porém o seu consumo foi raramente observado durante o trabalho de campo.

Tomando como base alguns comentários dos moradores de Barbados, é possível associar a diminuição do consumo da farinha de mandioca e do biju com o alto custo para sua aquisição, já que a produção deste alimento é dependente da mandioca que era cultivada nas roças atualmente proibidas. No passado, a produção da farinha era significativamente maior, o que favorecia seu consumo.

Além do valor atribuído à farinha no que tange os aspectos nutricionais, também há uma valorização deste alimento em termos sociais, emocionais e culturais. Tanto a fabricação da farinha (descrita com detalhes no capítulo 2) como a produção do biju (do qual foram relatados cinco tipos diferentes de preparação, cada qual com características próprias), envolvem um amplo corpo de conhecimentos e sentimentos que expressam um modo de vida específicos, o qual foi desconsiderado pelos órgãos ambientais no momento da criação do PARNA. Entre o grupo indígena dos *Napo Runa*, os quais habitam a região amazônica do Equador, identificou-se que o consumo e a circulação da cerveja feita com a mandioca e da carne apresentam valores

que não se restringem ao consumo ou ao trabalho associado a eles, mas também a noções culturais de desejo e cosmologia (UZENDOSKI, 2004).

A carne de caça também merece destaque quando se fala em valorização dos alimentos. Os comentários feitos pelos moradores de Barbados demonstram que eles apreciam muito este alimento. A caça é considerada por eles como uma carne forte, cheia de vitamina e natural, o que faz com que a sua qualidade seja superior às carnes adquiridas nos mercados. Da mesma forma que a farinha de mandioca, além dos aspectos nutricionais, a aquisição e consumo deste alimento também se relaciona com outras dimensões e apresenta significados sociais, como por exemplo, quando alguém consegue capturar um animal, momento em que a notícia se espalha por toda a comunidade e traz prestígio ao caçador; a caça é dividida entre as pessoas que participaram da sua captura e preparo; ou o consumo de um animal de caça transforma uma refeição comum em um evento.

### 5.5 A ALIMENTAÇÃO EM FASES ESPECÍFICAS DA VIDA

Além do peixe, outros alimentos (caça, embutidos, industrializados, etc.) são classificados como tabu entre os moradores de Barbados, especialmente durante fases específicas da vida, quando se objetiva equilibrar o corpo e o espírito. Estes alimentos são descritos na literatura sob o nome de reimosos (SMITH, 1976; MURRIETA, 1998). A reima é um sistema classificatório de restrições e proibições alimentares aplicados a pessoas em estados físicos e sociais de liminaridade (MAUÉS; MOTTA-MAUÉS, 1978).

Normalmente, a reima é caracterizada por opções binárias entre alimentos reimosos e não reimosos, porém em estudo realizado em Itapuá, Pará (PA), os autores encontraram um sistema de classificação complexo, no qual os alimentos podem ser considerados reimosos, não reimosos e potencialmente reimosos (MAUÉS; MOTTA-MAUÉS, 1978). Esta categorização também não é homogênea e pode variar de acordo com gênero, idade, estado liminar e experiência pessoal (MURRIETA, 1998). Segundo Murrieta (1998):

um alimento não é reimoso apenas em função das suas características (textura e sabor), mas também no que se refere à natureza do comportamento e contexto específico do animal que foi a fonte do alimento consumido. Por exemplo, a pescada branca é considerada um peixe reimoso, pois ela se



alimenta do camarão, que é um animal reimoso. Assim, as "qualidades" da reima são repassadas para o primeiro através da ingestão do segundo.

Outro tipo de categorização dos alimentos é em “quentes” (SMITH, 1976) e “frios”, classificados de acordo com a sua “qualidade”, independentemente da condição térmica. Este tipo de classificação apresenta diferenças entre as regiões do Brasil, um mesmo alimento pode ser considerado “quente” numa região e “frio” em outra (WOORTMANN, 2008). Na comunidade do estudo em questão, o “arroz” é considerado como um alimento quente e passível de consumo, já o biju é classificado como “frio” sendo contraindicado em fases específicas como durante o período de dieta.

Em Barbados, foi possível observar este tipo de classificação nos momentos de liminaridade, que são estados de representação ritual e simbólica de transição ou passagem (MURRIETA, 1998). Neste local, as principais situações consideradas como momentos de liminaridade foram: enfermidades, pós-parto e o desmame da criança, as quais serão descritas nos próximos itens. Vale aqui ressaltar que os termos tabu, reimoso e/ou reima, não são utilizados por esta população.

De acordo com os relatos de moradores mais idosos e de meia idade que vivem em Barbados, no passado estas restrições eram respeitadas e seguidas corretamente. Atualmente, isto não acontece da mesma forma, o que, para estes, reflete nas condições de saúde da população. Mesmo diante desta queixa, durante a permanência em campo, foi possível observar que estes ensinamentos, em maior ou menor intensidade, ainda fazem parte da rotina dos moradores de Barbados.

### **5.5.1 Alimentação e enfermidade**

Alguns moradores de Barbados relatam que ao estar enfermo o indivíduo deve permanecer em “dieta”, período que o doente necessita se privar da realização de algumas atividades e do consumo de determinados alimentos, para a recuperação da saúde. Este tipo de pensamento pode ser observado no relato de um morador da comunidade, a qual disse: “O que cura o doente é a dieta, se não tiver dieta não sara!” (Júlia, 63 anos).

Os alimentos frequentemente relatados como proibidos durante este período, por apresentar muita “fortidão” podendo ser prejudicial a recuperação do doente foram: a ostra (da pedra), o caranguejo, alguns tipos de caça (paca, cateto, tatu, etc.), carne de porco, embutidos, alguns tipos de peixes - principalmente as espécies descritas como “de couro”

(cação, baiacu, raia) e comida requentada. De acordo com Smith (1976) grande parte dos tabus alimentares identificados em comunidades da Amazônia estão associados com a carne de caça. No caso de situações em que é necessário a cicatrização, o camarão também é proibido, a explicação de uma moradora do local para a proibição deste alimento será descrita abaixo:

“Ele é venenoso, então pra negócio de corte de fíridura de coisa, aí não pode, porque ele cutuca, por causa que ele pula pra trás né” (Júlia, 63 anos).

O alimento mais indicado para a recuperação da saúde foi o peixe (tainha (*Mugil platanus*), parati guaçu (*Mugil curema* Valenciennes), pescadinha (*Cynoscion spp.*), entre outros), junto com o pirão da farinha de mandioca. Uma senhora do local relata que isto já é até “dito” pelo médico. Na comunidade da Ponta do Almada, a tainha (*Mugil platanus*) foi o peixe mais citado como “manso” ou permitido nos casos de doença. Em algumas comunidades caiçara do litoral de SP, os peixes mais recomendados para serem consumidos durante a dieta são os planctônicos, os que se alimentam de pequenos invertebrados ou os detritívoros (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996).

Durante situações de enfermidade foi comum observar a doação de peixe ao doente, este tipo de ocasião foi vivenciada diversas vezes pela pesquisadora, já que a senhora do domicílio onde ficou hospedada adoeceu durante o trabalho de campo, e nesta ocasião recebeu diversas vezes peixes (inclusive o bagre, o que mostra que ele é uma exceção à regra da proibição dos peixes de couro), vegetais e frutas das visitas.

Para o tratamento das enfermidades, o consumo de chás elaborados com recursos naturais locais, que incluem plantas e animais, também foi uma prática comum entre os moradores da comunidade. As mulheres mais idosas são as principais detentoras destes conhecimentos. Há vários relatos de pessoas que se curaram de enfermidades utilizando a medicina natural local, indicada por uma senhora que ainda reside na comunidade. A utilização deste tipo de medicina é menos frequente, mas ainda está presente entre os caiçaras de Barbados.

De acordo com relatos desta senhora, existem doenças que o remédio do médico não cura e têm doenças que ele nem sabe o que é. Entre elas está o sangue ruim, tratado com o chá da folha da laranjeira e um pouco de sal, e a “ruindade” da “mãe do corpo”, que acomete apenas as mulheres. As senhoras de Barbados dizem que a “mãe do corpo” acompanha a mulher desde do nascimento, e que ela pode adoecer,

quando isto acontece a mulher sente um desconforto no lado esquerdo do abdômen (local onde a mãe do corpo se aloja), entre outros sintomas. Nesse caso, também é necessário “dieta” e o tratamento com a medicina natural.

### 5.5.2 Alimentação durante a gestação, amamentação e no período da “dieta”

As restrições alimentares durante o período da gestação não são muito relatadas entre as mulheres da comunidade. Para elas, neste período o principal é a gestante se alimentar bem, e consumir alimentos que dão força e são ricos em vitaminas, como o peixe com pirão. As restrições estão mais presentes no pós-parto durante a “dieta”, que dura 45 dias.

Há relatos de que é neste momento que a mulher está debilitada e deve se privar do consumo de alguns alimentos considerados de risco para sua saúde. Uma moradora da comunidade relatou que esses cuidados são necessários porque após o parto “a mulher por dentro fica em aberto, ela fica oco por dentro né” (Eloir, 72 anos).

Os alimentos que devem ser evitados neste período são: a ostra (da pedra) (*Crassostrea* sp.), carne das caças que apresentam muita “fortidão” como a paca (*Agouti paca* (Linnaeus)), o cateto (*Tayassu tajacu* (Linnaeus)), etc. -, carne de porco, embutidos, industrializados (refrigerantes, temperos, salgadinhos, etc.), alguns tipos de peixes - principalmente as espécies com couro - comida requentada e alimentos classificados como “frios”. O relato de uma moradora ilustra esta situação:

“ Tem caça que ela é brava é como o cateto, a paca, que mulher de resguardo assim de família num come, porque ela é muito forte né. O peixe também né, conforme o peixe né porque a raia, o cação mulher de dieta não come, o arare, que é um bagre daquele preto também não come, betara também. A ostra que tira do mague assim pode comer, camarão pode! ” (Júlia, 63 anos).

“ ... pode comer só comida boa né, o feijão feito da hora, o arroz, carne, frango, a linguiça não é bom, isso não dá!” (Júlia, 63 anos).

Nas comunidades de São Paulo Bagre, Icapara e Pedrinhas, localizadas em SP, foram observadas restrições semelhantes as citadas acima entre as mulheres grávidas (HANAZAKI; BEGOSSI, 2006).

As mulheres de Barbados ainda relatam que existe uma regra para saber o que pode ou não consumir no período do “resguardo”. Esta regra é a seguinte: todos os alimentos que não forem consumidos nos oito primeiros dias após o início da dieta também estão proibidos até completar 45 dias.

Há relatos de que se a mulher negligenciar esta regra e consumir alimentos não permitidos ela desenvolve problemas de saúde, os quais só serão curados quando ela ter outra gestação, ou se conseguir identificar o alimento que lhe causou dano e ingerir o chá de suas cinzas. O relato de uma senhora da comunidade facilita a compreensão de como este chá deve ser preparado:

“ Se viu que foi aquela comida, foi a carne que fez mal por exemplo, então tem que pegar, cortar em nove pedacinho assim, ai põe numa vasilinha torra na quentura assim bem torradinha, vira aquele tabaco, dai põe numa visilinha ali, esquentam com um pouco de água, mexe e mexe e toma. Sem fazer o remédio da comida se não tomar não sara” (Júlia, 63 anos).

Durante a primeira etapa do trabalho de campo, uma moradora da comunidade estava no período de “dieta” e referiu estar seguindo todas as orientações de restrição ensinadas pela avó, a qual atuou como parteira da comunidade durante anos. Na segunda etapa do campo, a mesma mulher relatou que o desmame da filha estava se aproximando, e que ela iria seguir novamente tais ensinamentos.

Em trabalho realizado na Barra da Ararapira (PR), existem relatos de que a mulher grávida embarcada ou menstruada, se passar por cima de redes, pode atrair o azar (RAINHO, 2015) Este tipo de comentário foi observado entre os moradores de Barbados. Porém, neste local, eles relatam que a mulher grávida ou menstruada não pode plantar ou colher plantas, para evitar que a espécie não cresça ou morra.

Durante o período em que a mulher está amamentando, os mesmos alimentos citados acima devem ser evitados, eles relacionam o consumo dos alimentos proibidos com o desenvolvimento de cólica no bebê.

### 5.5.3 Recaída do “desmamo”

O desmame normalmente acontece entre um ano e meio e dois anos de idade, situação em que a mãe “tira a criança do peito”. Neste momento, a criança deixa de consumir o leite materno. Este período é considerado muito importante para algumas mulheres da comunidade, pois o não cumprimento das regras e restrições podem resultar na morte da criança, fato que já foi vivenciado por uma moradora do local. A sua fala ilustra esta situação:

“ O caranguejo a mulher de resguardo não come, nem pra criança que desmama também não pode comer, porque é muito forte demais, o caranguejo mata mesmo! O meu filho que é morto foi por derradeiro dia de resguardo, ele nem comeu ele só chupou o osso do caranguejo, daí alvoroçou o verme e já...” (Júlia, 63 anos).

A regra para o desmame consiste em ofertar o máximo de alimentos possível para a criança até o oitavo dia após o início do desmame, considerando que alguns itens são proibidos, como por exemplo: os peixes de couro (cação, bagre, raia), a carne de caça (paca, tatu, tamanduá, cateto), o caranguejo (*Ucides cordatus* (Linnaeus)), carne de porco, os embutidos e comida requentada. Até quarenta e cinco dias após o início do desmame, a criança só poderá consumir o que lhe foi ofertado nos primeiros oito dias. O relato de uma senhora de Barbados demonstra de qual forma isto deve acontecer:

Se desmama hoje, daqui conta de hoje a oito dia, daí tem que dar tudo que tiver pra criança comer, porque se não come depois quando aparece já não pode comer, a não ser que depois já passe o desmamo. Porque fica com recaída né, fica com recaída, daí dá disenteria né, vômito, empaturração, mas até a mãe também, daí fica com enxaqueca pro resto da vida, nunca sara (Eloir, 72 anos).

Conforme descrito no relato, o não cumprimento desta regra pode levar à recaída do desmame e, em situações mais críticas, a morte da criança. As mulheres da comunidade relatam que todos estes cuidados são tomados com o intuito de “não alvoroçar o verme”, que pode causar danos irreparáveis à saúde da criança.

Para o tratamento da recaída de desmame, segue-se a mesma conduta da recaída da dieta, fazendo-se o chá do alimento que causou o mal. Já no caso dos vermes, o indicado é ofertar para a criança um chá de hortelã com açúcar ou um chá da semente do mamão seco com açúcar. De acordo com relatos de mulheres da comunidade o chá da semente do mamão para tal finalidade é o único que pode ser ofertado em qualquer fase da lua, já os outros vermífugos, incluindo os alopáticos, não podem ser oferecidos na lua crescente, porque senão o verme pode subir e matar a criança.

## 5.6 ALIMENTAÇÃO NAS FESTIVIDADES

Na comunidade de Barbados, as festividades normalmente estão associadas com a oferta de alimentos. Abaixo serão descritos os principais eventos observados e relatados durante o trabalho de campo e a sua relação com a alimentação.

Os aniversários são frequentemente comemorados pelos moradores de Barbados. Aconteceram três comemorações durante o trabalho de campo. Em alguns casos, é feito um bolo para ser compartilhado entre os familiares mais próximos, em outras situações são realizadas comemorações maiores, nas quais toda a comunidade é convidada para compartilhar e membros de outras comunidades também participam, a festa normalmente é realizada na casa do aniversariante. Os alimentos ofertados neste tipo de evento são bolos, pastéis, carne bovina, refrigerante, maionese, arroz, macarrão, saladas e refrigerante.

As festas de casamento são mais comuns entre os evangélicos do que entre os católicos. Normalmente, os evangélicos casam, por este ser um pré-requisito para o batismo; já os católicos se “amaziam”<sup>48</sup>. Considerando o fato da igreja evangélica estar conquistando cada vez mais fiéis nestes locais, os casamentos têm ocorrido com uma certa frequência entre os moradores das ilhas. Estas festas são organizadas pelos noivos e seus familiares, acontecem na casa de uma das famílias e contam com a ajuda financeira dos membros da igreja para serem preparadas.

De acordo com relatos dos moradores da comunidade, a alimentação nos casamentos é sempre muito farta, as comidas são servidas no sistema de *buffet* e existem pessoas que ficam responsáveis por servir os convidados. Os alimentos comumente ofertados são: arroz,

---

<sup>48</sup> Palavra que os moradores da comunidade utilizam para se referir aos casais que moram juntos, mas que não são casados perante a lei.

maionese, salada, farofa, linguiça, carne bovina, refrigerante, bolo e refrigerante.

Os velórios costumam ser realizados em casa. Nesta ocasião, são oferecidos alimentos para os presentes. Normalmente há a oferta de café, pão, margarina, suco, bolacha e mortadela. Para quem permanece durante a noite também é servido o jantar.

Há relatos de que, em Barbados, os moradores também têm o hábito de se reunir em outras datas comemorativas no decorrer do ano. São elas: o Natal, dia das crianças, dia das mães e dia dos pais. Nestas ocasiões, cada morador da comunidade ajuda com a doação de alimentos, preparo de um prato ou com dinheiro. A festa é organizada de forma comunitária, todos ajudam nos afazeres. Os alimentos disponíveis nestas comemorações normalmente são a carne de gado, linguiça, arroz, maionese, salada, bolo, salgadinhos e refrigerante. Neste tipo de evento, os homens ficam responsáveis por assar a carne, enquanto as mulheres preparam os demais alimentos, organizam as mesas e limpam o local.

Na comunidade, também ocorre a festa anual em comemoração à Nossa Senhora Aparecida, padroeira de Barbados. Esta festa é realizada no dia 08 de dezembro, ou no final de semana mais próximo a esta data. Normalmente, as comemorações duram três dias. Neste evento há a comercialização de comidas. No segundo e no terceiro dia é ofertado o almoço, além desta refeição também são vendidos lanches, refrigerante, etc. Os moradores de Barbados relatam que a maior parte dos vendedores que comercializam alimentos durante a festa vêm de outras comunidades. Este tipo de festividade é frequente entre as comunidades da região de Guaraqueçaba. Os moradores do local relatam que cada mês a festa acontece em uma comunidade diferente. De acordo com Coelho (2014), este tipo de evento é muito importante para a socialização dos moradores das ilhas. São principalmente nessas ocasiões que famílias inteiras transitam juntas entre as vilas.

Entre os evangélicos da Congregação Cristã do Brasil, o dia do batismo é um dia de festa. Os batismos vêm sendo realizados com frequência nas comunidades onde a igreja está construída. Estes eventos contam com a participação de fiéis de diversas comunidades, municípios e até de outros estados. Nesta ocasião, é servido um grande almoço para os participantes. Os alimentos ofertados para o preparo das refeições são doados pelos membros da igreja de outros lugares e a preparação é realizada pelas mulheres na cozinha disponível neste local.

Nas comunidades onde ainda não existe construção física das igrejas evangélicas, como no caso de Barbados, são solicitados cultos que ocorrem na residência dos fiéis. Nesta ocasião, também há a oferta do café

da tarde para todos os participantes, e em alguns casos do almoço, os anfitriões são os responsáveis pela organização e preparo das refeições. Normalmente, alguns participantes trazem alimentos para contribuir com a refeição. Em Barbados, este tipo de encontro foi observado entre os religiosos da Congregação Cristão do Brasil e da Igreja Batista.

## 5.7 O QUE O PARQUE TIROU: UMA DISCUSSÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS

As comparações entre o “tempo de primeiro”, no que se refere à vida de antigamente - especificamente antes da criação e expansão do PARNA- e os dias de hoje, são frequentes entre os moradores de Barbados. Este discurso tangencia questões de disponibilidade de alimentos.

Todas as opiniões sobre este assunto são convergentes e referem que no “tempo de primeiro” se tinha muita fartura de alimentos. A principal fonte eram as roças, local onde se cultivavam diversas espécies alimentares, principalmente a mandioca (com a qual se fabricava a farinha e o biju), a batata doce, o feijão, o arroz, o café e a cana de açúcar. Os alimentos produzidos nas roças eram suficientes para sustentar toda uma família, e algumas vezes geravam excedentes que eram trocados por outros produtos ou comercializados, resultando em recursos monetários.

A pesca também era (e ainda é) uma fonte importante, principalmente para a aquisição de alimentos fonte de proteína, há relatos de que a quantidade de peixes era muito maior quando comparada com atualmente, e que a utilização de técnicas como a construção do cerco fixo garantia o acesso a uma grande quantidade de pescado, que também eram utilizados para a subsistência das famílias, trocados e/ou vendidos.

Os relatos apontam que nesta época a quantidade de caça também era muito maior, o que refletia positivamente no seu consumo. Nos dias de hoje tanto em decorrência das proibições, como diante da maior dificuldade para se ter acesso aos animais, o consumo de caça é significativamente menor. Os moradores do local associam a proibição da plantação de roças com a diminuição da ocorrência dos animais silvestres, pois eles se alimentavam das plantas cultivadas nestes locais

Atualmente, há uma luta por parte dos moradores de Barbados e de outras comunidades que também se inserem dentro dos limites do parque e dependem dos recursos naturais para sobreviver, para que a realização das práticas citadas acima como a plantação de roças, construção do cerco fixo, diminuição das restrições para a pesca artesanal e permissão para a caça sejam retomadas, sem que haja repressão por



parte dos órgãos ambientais. De acordo com a OIT 169, com o decreto 6040 e a própria Constituição Federal, a realização destas atividades como meio para garantir a subsistência dos povos e comunidades tradicionais e acima disto, objetivando garantir a continuidade da realização de práticas culturais, devem ser incentivadas. Para se atingir tal objetivo, é possível apontar a recategorização do Parque para uma Reserva extrativista, alterando a sua atual condição de UC de proteção integral, como uma medida possível.

## 5.8 CONCLUSÕES

Os resultados descritos no decorrer deste capítulo apontam que as mudanças a que os caiçaras de Barbados estão sendo submetidos – principalmente após a criação do PARNA – refletiram em alterações nas suas práticas alimentares, tanto em termos qualitativos como quantitativos.

No entanto, mais do que indicar os impactos, estes dados demonstram a capacidade de adaptação desta população. Pois estes conseguiram manter um jeito de viver, de “fazer as coisas”, e uma ampla variedade de conhecimentos, que apresentam características únicas do jeito caiçara de ser. Alguns autores ainda apontam para o fato destes conhecimentos carregarem consigo elementos que podem auxiliar na conservação das regiões ocupadas por estas sociedades (BEGOSSI, 1992; JONES; ANDRIAMAROVOLOLONA; HOCKLEY, 2008).



## 6 CONSUMO ALIMENTAR

Os inquéritos alimentares são frequentemente utilizados para avaliar o estado nutricional e as condições de saúde de indivíduos e populações (FISBERG et al., 2005). Porém, muito além de fornecer um diagnóstico nutricional, o estudo do consumo alimentar pode fornecer informações sobre determinantes mais amplos das condições de alimentação e nutrição de um grupo, permeando questões sociais, culturais, econômicas, ambientais entre outras (LEITE, 2007).

Diante deste contexto, o objetivo deste capítulo será descrever os padrões de consumo alimentar dos caiçaras de Barbados para além das questões biológicas, mesmo que em algum momento esta dimensão permeie a discussão. Estas análises serão utilizadas como um fio condutor que se liga a outras dimensões (sociais, econômicas, culturais, etc.) e é ligado a elas; da mesma forma que as mudanças impactam nas condições de alimentação e nutrição e refletem em outros seguimentos, o contrário acontece.

Conforme descrito por Leite (2007): *“A dimensão alimentar se mostra privilegiada para o entendimento das mudanças ambientais, sociais e econômicas por que vêm passando as sociedades indígenas no Brasil”*. Tal afirmação pode ser estendida às populações caiçaras, considerando que estes também são minorias étnicas, utilizam recursos naturais para ter acesso a alimentos e renda, e ocupam uma posição subordinada perante grupos “urbanizados”.

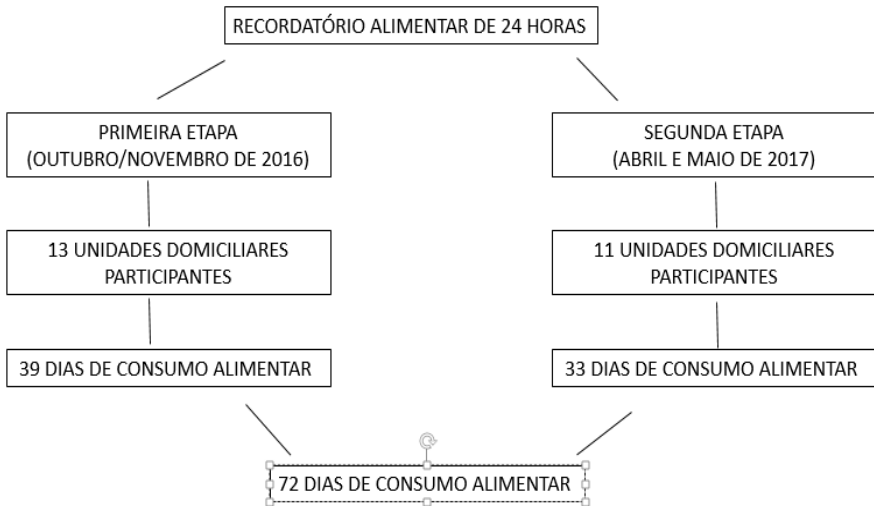
Este capítulo será dividido em quatro itens principais e em seus respectivos subitens. O primeiro vai abordar os aspectos gerais da dieta deste grupo; no segundo será feita uma descrição da diversidade dos itens alimentares consumidos, considerando as possíveis variações existentes entre as unidades domésticas (UD), dias de semana e de final de semana, e, na medida do possível, entre as épocas do ano; seguido pelo item: Nutrição Caiçara, elaborado com o intuito de descrever o perfil da dieta dos moradores de Barbados, e a contribuição de cada fonte para a oferta de alimentos em termos de energia (expressa em quilocalorias - Kcal) e proteína; e por último será abordado o tema da deslocalização do sistema alimentar caiçara, o qual considera os impactos das mudanças sobre os perfis de consumo e suas implicações.

### 6.1 ASPECTOS GERAIS

No total foram coletadas informações de 72 dias de consumo alimentar (39 durante a primeira etapa e 33 na segunda). Durante a

primeira etapa da coleta de dados os inquéritos alimentares foram aplicados em treze (39 indivíduos) dos dezesseis domicílios da comunidade, duas UD não aceitaram participar da pesquisa, e uma delas participou apenas do primeiro dia de coleta de dados, o que foi considerado como desistência. Na coleta do mês de abril/maio de 2017, das treze famílias entrevistadas anteriormente, uma não estava mais residindo em Barbados – haviam mudado para a comunidade da Bertioiga – e na outra não foi possível agendar a entrevista, em decorrência da falta de disponibilidade de tempo dos moradores, pois além da realização de suas atividades corriqueiras eles também estavam trabalhando na reforma da casa, o que inviabilizou a coleta. Desta forma, durante a segunda etapa do campo foram coletados dados de consumo alimentar de 11 famílias (33 participantes).

FIGURA 22: FLUXOGRAMA DAS DUAS ETAPAS DA COLETA DOS DADOS DE CONSUMO ALIMENTAR.



FONTE: O autor (2017).

Os registros dos recordatórios alimentares indicam que o arroz e a “mistura” - representada na maioria das vezes pelo pescado – apresentam um elevado grau de importância para os residentes de

Barbados. A farinha de mandioca e o feijão também foram frequentemente relatados. Com base nestes resultados é possível supor que estes alimentos representam a dieta habitual da população local. Esta dieta se assemelha, em partes, com a alimentação caiçara do passado, que era composta por farinha de mandioca e peixe (MOURÃO, 1971; BEGOSSI; RICHERSON, 1993; HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996). No entanto, o consumo do arroz na dieta vem aumentando de forma intensa. Atualmente o seu consumo foi 23% e 31%, para cada etapa da coleta de dados, sendo superior ao consumo da farinha de mandioca.

Estudos realizados em comunidades caiçaras de São Paulo demonstram que as refeições diárias destas populações eram basicamente compostas pelo arroz, o feijão, a “mistura” e frequentemente massas (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; BEGOSSI, 2006).

No café da manhã e no café da tarde o consumo de pão, bolos e bolinhos acompanhados por café (com/ sem leite) é comum. O óleo de soja, sal, açúcar, café e o suco em pó também foram repetidamente referidos nos recordatórios; já o consumo de frutas e vegetais, são menos frequentes e apresentam um papel completamente secundário na dieta local. Estudo realizado na década de 1970 já apontava para o baixo consumo de vegetais entre os caiçaras (MOURÃO, 1971). Este perfil também foi identificado em populações ribeirinhas amazônicas (MURRIETA, 1998).

A partir dos dados coletados com a aplicação do recordatório alimentar de 24 horas foi possível observar que os moradores de Barbados seguem uma rotina no que tange ao número e horário das refeições diariamente. Todas as casas apresentaram o hábito de realizar o café da manhã, almoço, café da tarde e jantar, este perfil também foi encontrado em estudo desenvolvido na Ponta do Almada, SP (HANAZAKI, 2001). Em algumas casas foi possível observar o consumo de alimentos no intervalo destas refeições, mas esta não é uma prática comum a todos os domicílios. As variações de itens consumidos entre as famílias, dias de semana e de final de semana e época do ano, serão descritas com detalhes no próximo item.

## 6.2 DIVERSIDADE DE ITENS DA DIETA

As variações sazonais que refletem na disponibilidade de recursos podem ocasionar mudanças qualitativas e quantitativas na dieta. De acordo Hanazaki, Leitão-Filho e Begossi (1996) as flutuações

ambientais afetam mais as comunidades de praia - que dependem da pesca para viver - do que comunidades urbanizadas - que realizam outras atividades de subsistência.

Neste sentido, com base nos dados coletados com a aplicação dos inquéritos alimentares, foi possível identificar que em Barbados a ingestão de frutas é maior durante os meses de “tempo quente”. E tomando como referência os relatos dos moradores da comunidade foi possível perceber que as raízes e tubérculos são mais consumidos nos meses de inverno, período que não foi contemplado na coleta dos dados de consumo alimentar. Na comunidade caiçara da Ponta Negra (RJ) e Araújo (RJ) foi observado o mesmo padrão de consumo (GIRALDI; HANAZAKI, 2014). No local do estudo em questão também foi perceptível a variação qualitativa das espécies de pescado nas diferentes épocas do ano, o que será descrito com mais detalhes no decorrer deste item. Estudo realizado com populações ribeirinhas também se identificou o uso de uma relativa diversidade de espécies, que tem seu consumo influenciado por importantes fatores ambientais (sazonalidade das chuvas e nível das enchentes) e simbólicos (tabus alimentares) (MURRIETA, 1998).

Quando se faz uma análise ampla, contemplando todos os grupos de alimentos citados do RA 24h, e se avalia quantitativamente o número de itens consumidos, não é possível observar diferenças expressivas entre as duas épocas do ano, o que caracteriza um perfil de compras em média estável.

Nos meses de outubro/novembro correspondentes a época de “ganho ruim” foi relatado o consumo de 109 itens, 28 itens a mais do que identificado na segunda etapa de coleta de dados, quando foram registrados 81 itens alimentares. Estes itens estão descritos com detalhes na tabela 2.

**TABELA 2 - ITENS ALIMENTARES CONSUMIDOS PELAS UNIDADES DOMÉSTICAS EM CADA ETAPA DA COLETA DE DADOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.**

<b>PRIMEIRA ETAPA</b>			
Abacate	Caratinga	Linguiça	Pirulito
Abóbora	Carne de boi	Maçã	Refrigerante
Achocolatado	Cebola	Macarrão	Repolho
Açúcar	Cebolinha	Macarrão instantâneo	Requeijão

---

**PRIMEIRA ETAPA**

Alface	Cenoura	Maionese	Risoles de carne
Alfavaca	Cereal de milho	Maionese caseira	Sal
Alho	Chá mate	Mamão	Salema
Amendoim doce	Chiclete	Manga	Salgadinho de trigo
Amendoim salgado	Chuchu	Manteiga	Salsicha
Arroz	Cominho	Margarina	Salsicho
Bagre	Corvina	Massa pronta para bolo	Salsinha
Bala de Goma	Couve	Milho verde	Suco de garrafinha
Banana	Doce de abóbora	Mortadela	Suco de pacote
Batata	Doce de amendoim	Óleo de milho	Tainha
Batata doce	Doce de leite	Ostra	Tempero pronto
Bebida láctea	Empanado de frango	Ovo	Tomate
Bolacha água e sal	Extrato de tomate	Pão de casa	Toucinho
Bolacha de maisena	Farinha de mandioca	Pão de queijo	Vinagre
Bolinho da graxa	Farinha de milho	Pão francês	Wafer
Bolinho de trigo	Farinha de trigo	Parati	
Bolo de aniversário	Farofa pronta	Paru	
Bolo de chocolate	Feijão	Pastel de carne	
Bolo de Fubá	Fermento biológico	Pastel de palmito	
Café	Frango	Pé de moça	
Caldo de cana	Fubá	Pescadinha	
Caldo de carne	Laranja	Pimenta	

---

**PRIMEIRA ETAPA**

Camarão	Leite	Pimenta do reino
	Leite	
Canela	condensado	Pimentão
Canela	Leite em pó	Pipoca
		Salgadinho de
Cará	Limão	milho

---

**SEGUNDA ETAPA**


---

Abacate	Canela	Fubá	Parati
			Pastel de
Abóbora	Carne de boi	Laranja	palmito
Abobrinha	Cebola	Leite	Pepino
Achocolatado	Cebolinha	Leite em pó	Pêra
Açúcar	Cereal matinal	Limão	Pescadinha
Alface	Cereal matinal	Linguiça	Pimenta
Alfavaca	Chocolate	Maçã	Pimentão
Alho	Chuchu	Macarrão	Pipoca
		Macarrão	
Arroz	Coentro	instantâneo	Refrigerante
Bala de goma	Colorau	Maionese	Repolho
Banana	Cominho	Mamão	Sal
			Salgadinho de
Batata	Coxinha	Maracujá	trigo
Bolacha água e sal	Doce de leite	Margarina	Salsicha
Bolacha de maisena	Extrato de tomate	Mortadela	Salsichão
Bolinho da graxa	Farinha de mandioca	Óleo de soja	Salsinha
Bolinho de trigo	Farinha de trigo	Ostra	Suco
Bolo de aniversário	Farofa pronta	Ovo	Tainha
			Tempero
Cachaça	Feijão	Panetone	pronto
	Fermento		
Café	biológico	Pão de casa	Tomate



Camarão	Frango	Pão francês	Torta de Banana Wafer
---------	--------	-------------	-----------------------------

---

FONTE: O autor (2017)

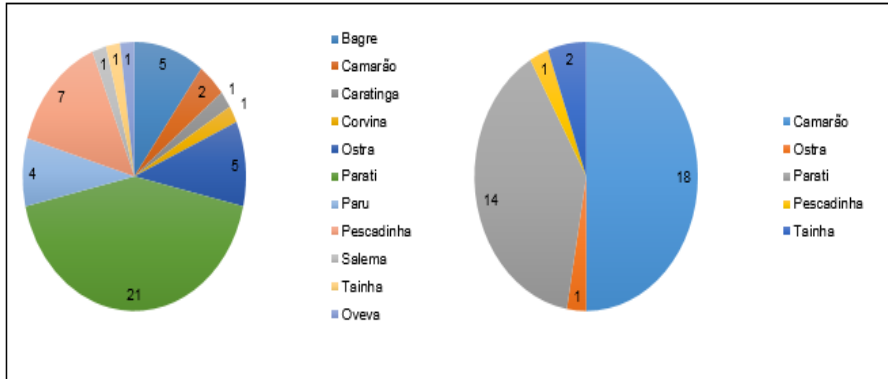
A Teoria do Forrageio Ótimo (TFO) (MACARTHUR; PIANKA, 1966), pode ser aplicada nesta situação. Um dos preceitos desta teoria é de que quanto maior a disponibilidade de recursos, mais restritiva se torna a dieta em relação ao número de espécies consumidas. Considerando que a renda é uma forma de se medir a disponibilidade de recursos, é possível dizer que – segundo esta teoria - quanto mais elevada a renda maior a especificidade da dieta (BEGOSSI; RICHERSON, 1993). No caso do estudo em questão a quantidade de itens alimentares consumidos foi 26% menor durante os meses que se obtiveram melhores rendas.

Na comunidade da Ponta do Almada (SP) (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000) e na comunidade de Tapera (SC) perfil semelhante a este foi identificado (NAKAMURA; HANAZAKI, 2016). O mesmo não aconteceu nas comunidades de Ponta Negra (RJ) e Araújo (RJ), onde mesmo com a variação da renda no decorrer do ano não se observou diferença significativa na dieta entre o inverno e verão (GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

Para a comunidade de Pedrinhas (SP) e São Paulo Bagre (SP) parece ter ocorrido o inverso do descrito na Teoria do Forrageio Ótimo, pois em Pedrinhas tanto a renda média como a diversidade de itens da dieta foi superior à São Paulo Bagre (HANAZAKI, 2001). Situação semelhante foi identificada na comunidade do Bonete (SP), onde observou-se que quanto maior a renda da família, maior a quantidade de itens consumidos na dieta (SILVA, 2006). Para Ruel (2003) a diversidade de itens alimentares pode tornar a dieta mais palatável, na medida em que oferece maior variedade de sabores.

Quando se considera a variação do consumo de pescados na comunidade de Barbados, a aplicação desta teoria se torna mais robusta. Na primeira fase da coleta de consumo alimentar foram citadas onze espécies, já na segunda etapa foram registradas cinco, conforme pode ser observado na figura 23. De acordo com Nakamura e Hanazaki (2016) uma forte interação com o ambiente local leva a uma maior riqueza de recursos locais consumidos e a uma maior amplitude da dimensão alimentar de nicho ecológico para esses itens.

FIGURA 23 - VARIEDADE DE PESCADOS DA DIETA DURANTE A PRIMEIRA E SEGUNDA ETAPA DE COLETA DE DADOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

De acordo com TFO, uma grande diversidade de espécies preferidas disponíveis pode levar a alta especialização dos itens consumidos e resultar em nichos mais estreitos (BEGOSSI; RICHERSON, 1993). Tal afirmação pode justificar a diferença da variedade de espécies de peixes observada em Barbados. Durante a segunda etapa de coleta dos dados os relatos eram de que naquele ano a pesca do camarão estava sendo muito produtiva, o que pode ter refletido no alto consumo deste pescado, e na diminuição do consumo de outras espécies.

Em estudo realizado na Ponta do Almada, SP (HANAZAKI; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1996), também se observou um alto índice de diversidade dos itens alimentares, no que se refere às fontes de proteína animal no período do inverno. Para os autores este resultado pode ser reflexo da amostragem pontual nesta época do ano, quando a produtividade com a pesca é bastante incerta. Este perfil difere do que foi encontrado em comunidades caiçaras de Búzios, as quais apresentaram nichos mais estreitos durante os meses de inverno (BEGOSSI; RICHERSON, 1993). Nas comunidades de Pedrinhas e São Paulo Bagre (SP) não foram observadas variações sazonais expressivas quanto ao consumo de pescado, ou a substituição desta por outras fontes de origem animal (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003). Na praia do Bonete também não foi identificada correlação significativa entre a disponibilidade de

recursos e variação do consumo de itens de origem animal na dieta (SILVA, 2006).

Os resultados da pesquisa realizada na comunidade do Bonete (SP), ainda indicaram que quanto maior o número de pescadores, maior a diversidade de itens de proteína animal da dieta (SILVA, 2006). Esta correlação é inversa ao esperado pelo modelo da TFO. Na comunidade da Ponta do Almada (SP) a amplitude de nicho de proteína animal consumida foi maior para famílias de pescadores em tempo integral (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000).

No que tange a variação do consumo entre os domicílios foram observadas pequenas discrepâncias. Na continuação do texto serão descritas duas diferenças identificadas pontualmente em determinadas UD e que pareceram ser mais relevantes.

A primeira é referente a alta ingestão de hortaliças e legumes e baixo consumo de pescados para um grupo de domicílios específico, que apresenta grau de parentesco próximo (pais e filhos), sendo estas as UD 06, 09, 11. O fato de uma destas UD ser proprietária da “venda” possibilita que estes mantenham alguns alimentos refrigerados e realizem compras semanais em Paranaguá, o que pode justificar parte das diferenças identificadas nestas UD. O uso de refrigeradores é um fator considerado na escolha dos componentes alimentares e pode interferir na variedade da dieta familiar (GARROTE, 2004). Para Hanazaki e Begossi (2000) a estocagem de peixes reduz as incertezas quanto à disponibilidade de alimentos e deve resultar na contração da amplitude de nicho de proteína animal (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000).

Quanto à variedade de espécies de pescado consumidas, a UD 13 merece destaque. Esta foi a família que apresentou o consumo mais diversificado de espécies, tal perfil pode ser atribuído ao fato de que existem pessoas nesta UD que se dedicam integralmente à pesca e utilizaram diferentes tamanhos de malhas de rede para pescar, o que possibilita o acesso a uma gama maior de tipos de pescados. A parte das diferenças descritas acima, de forma geral, as unidades domésticas apresentaram padrões alimentares semelhantes.

Em relação à variação da dieta entre dias de semana e de final de semana não foi possível observar alterações expressivas. O arroz, peixe, farinha de mandioca e feijão frequentemente estavam presentes no cardápio, do almoço e jantar diariamente, salvo exceções como em datas comemorativas (ver capítulo 3). Da mesma forma, o café com pão, ou com o bolinho de trigo foram repetidamente relatados nas refeições do café da manhã e da tarde.

Em uma análise amplificada é possível dizer que as transformações a que os caiçaras de Barbados vem sendo submetidos alteraram a amplitude de nicho da sua dieta, pois a redução da realização de atividades voltadas para a agricultura, caça, coleta e pesca pode ter refletido na contração de nicho dos alimentos consumidos. Este tipo de situação também foi observada na comunidade caiçaras da Ponta do Almada (SP), onde o aumento do turismo reduziu as atividades de pesca, aumentou a renda e contraiu a amplitude do nicho de proteína animal (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000).

### 6.3 NUTRIÇÃO CAIÇARA

O consumo alimentar registrado a partir da aplicação do RA 24h, indica que os alimentos consumidos pelas famílias deste local são provenientes dos recursos locais e dos comércios. Alguns fatores como: as escolhas alimentares, renda familiar e época do ano interferiram no grau de contribuição de cada fonte para a aquisição de alimentos. Porém, a restrição à utilização dos recursos naturais locais imposta pelo PARNA fez dos mercados a principal delas.

Os resultados deste estudo indicam que até a criação do parque, no ano de 1989, era a agricultura que ocupava esta posição, seguida pela pesca. Os relatos dos moradores da comunidade indicam que esta mudança resultou na diminuição de sua autonomia, ao torná-los dependentes do mercado regional e conseqüentemente de renda monetária para a aquisição dos alimentos, os deixando em uma situação de vulnerabilidade.

Durante a primeira etapa de trabalho de campo – realizada nos meses de “ganho ruim” - foi possível vivenciar este tipo de circunstância. Neste período, moradores da comunidade da Barra do Superagui organizaram um bingo beneficente objetivando arrecadar dinheiro para ajudar algumas famílias – as quais estavam passando por dificuldades financeiras - na compra de alimentos. Os relatos de que durante esta época tem pescadores não conseguem lucrar dez reais na semana com a comercialização do pescado, são frequentes. Neste período as doações e os auxílios disponibilizados pelo Governo exercem uma função muito importante.

Na continuação do texto será realizada uma descrição de cada fonte alimentar e de sua contribuição na oferta de alimentos.

### 6.3.1 Recursos locais

Alguns recursos naturais encontrados na terra e no mar do território de Barbados, e em locais próximos, são utilizados como alimento por esta população. Estes alimentos são adquiridos a partir da pesca, da agricultura, da criação de animais, caça e coleta. Mesmo que a principal fonte de aquisição de alimentos tenha sido o mercado, os recursos locais seguem contribuindo significativamente para a alimentação desta população, e corresponderam a 17% e 10% da oferta calórica e 44 e 33% da oferta de proteínas (estes dados correspondem a primeira e segunda etapa de coleta de dados respectivamente) sendo que na última categoria a pesca merece destaque.

#### 6.3.1.1 Pesca

Conforme dados da FAO, a pesca e a aquicultura sustentáveis desempenham um papel crucial na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e nos meios de subsistência de milhões de pessoas em todo o mundo (ONUBR, 2017), inclusive na comunidade de Barbados. Neste local a pesca contribuiu com 13% e 8% (em cada etapa) das quilocalorias consumidas pelos moradores da comunidade. A contribuição relativamente baixa desta fonte em relação a oferta de energia é redimensionada quando se considera a oferta de proteína, principalmente de alto valor biológico. Neste quesito os pescados merecem destaque, pois ofereceram aproximadamente 66% e 54% da proteína de origem animal consumida pelas famílias de Barbados, seguida pela carne bovina e carne de frango.

Desta forma, o peixe representa a principal fonte de proteína de origem animal (proteína de alto valor biológico) para os moradores de Barbados. Esta situação pode ser resultado do fácil acesso ao pescado, do fato de não ser necessário a disponibilização de recursos financeiros para a sua aquisição, da preferência por este alimento referida pela população local, de seu significado simbólico, entre outros.

A relevância do consumo de pescado também foi observada nas comunidades de Ponta do Almada (SP), Praia do Puruba (SP) e Ilha de Búzios (SP) onde o consumo de pescado como fonte animal foi de 44%, 52% e 68% concomitantemente (BEGOSSI; RICHERSON, 1993; BEGOSSI, 1995; HANAZAKI; BEGOSSI, 2000). Em Pedrinhas e São Paulo Bagre (SP) o peixe também ocupa uma posição de destaque, e esteve presente em 32% das principais refeições, fato igualmente observado na Ponta do Almada, e em outras comunidades caiçaras de

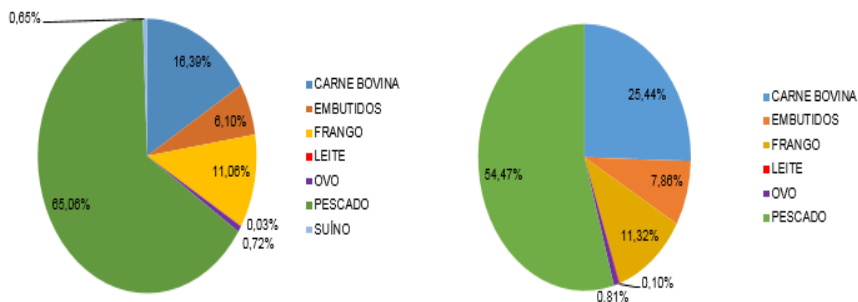
São Paulo - onde os recursos marinhos corresponderam de 40 a 70% dos itens encontrados nas refeições - e em comunidades ribeirinhas (MURRIETA, 1998; HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; BEGOSSI, 2006).

Em estudo realizado com comunidades caiçara da região de Paraty identificou-se que no geral, cerca de 97% das famílias que pescam relataram consumir o que pescam (HANAZAKI et al., 2013). Segundo Hanazaki et al. (2013) a pesca apresenta papel chave para a segurança alimentar das comunidades caiçaras desta região. Os resultados de um estudo realizado na comunidade de Tapera (SC) também demonstraram que a pesca é uma atividade importante para garantir a segurança alimentar das famílias desta região (NAKAMURA; HANAZAKI, 2016).

A importância do pescado para a alimentação se estende a nível mundial, dados da FAO apontam que os recursos provenientes da pesca e a da aquicultura representam a principal fonte de proteínas para 17% da população mundial, e para quase um quarto no caso dos países de baixa renda e com déficit de alimentos (ONUBR, 2017). Estudo realizado na África Ocidental, que contemplou a análise de 22 países, estimou que 6,7 milhões de pessoas destes locais dependiam diretamente das atividades de pesca para se alimentar ou como meio de subsistência (BELHABIB; SUMAILA; PAULY, 2015).

Há pesquisas que apontam uma tendência em direção a uma diminuição da ingestão do pescado e um aumento do consumo de outras fontes de proteína animal, como os embutidos e o frango, entre os caiçaras e ribeirinhos amazônicos (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; SILVA et al., 2017). Porém, em Barbados este tipo de comentário foi mais frequente quando era indicada a diminuição do consumo da carne de caça, neste local o pescado segue ocupando, de forma significativa, a posição de principal fonte proteica da dieta. De acordo com Hanazaki e Begossi (2000) a localização da comunidade pode interferir na sua dependência em relação ao pescado como fonte de proteína animal, porque quanto mais difícil o acesso a itens comprados (mercados) maior o consumo dos alimentos disponíveis no ambiente. Na comunidade do estudo a falta de energia elétrica é outro fator que limita o consumo de outras fontes de proteína devido à dificuldade para estocar estes alimentos.

FIGURA 24 - CONTRIBUIÇÃO DA PESCA PARA A OFERTA DE PROTEÍNA ANIMAL NAS DUAS ETAPAS DE COLETA DE DADOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.

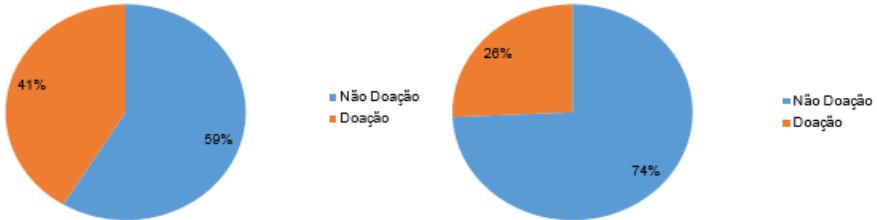


FONTE: O autor (2017).

Todo o pescado consumido pelos moradores de Barbados foi obtido localmente. Houve apenas um caso em que foi necessário uma UD dispor de recurso monetário para adquirir o pescado de outra UD da própria comunidade. Em comunidades caiçaras de São Paulo (São Paulo Bagre e Pedrinhas) também foi possível observar que a pesca artesanal norteia o consumo de pescado (HANAZAKI, 2001).

Em Barbados a doação deste alimento, entre parentes e vizinhos, foi comum como é possível observar na figura 25. Conforme descrito no capítulo 3, a doação de alimentos é uma característica marcante entre os moradores desta comunidade. Em estudo realizado em São Paulo Bagre e Pedrinhas (SP) (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003) a doação do pescado entre as famílias da comunidade também apresentou uma importância relevante para o acesso a este alimento.

FIGURA 25 - PERCENTUAL DE REFEIÇÕES EM QUE O PESCADO FOI PROVENIENTE DE DOAÇÃO NAS DUAS ETAPAS DA COLETA DE DADOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.



FONTE: O autor (2017).

Desta forma é possível observar a importância do pescado tanto para a população do estudo em questão como para os caiçaras de outras localidades, e de como as restrições relacionadas à pesca podem impactar no acesso deste recurso. Estes resultados ainda apontam para a relevância da discussão entre esta população e os órgãos ambientais, referente ao estabelecimento de acordos de pesca.

### 6.3.1.2 Agricultura

Apenas 3% e 2% da energia consumida pela população de Barbados foi proveniente da agricultura. De acordo com os relatos dos moradores locais a baixa contribuição desta fonte para a alimentação é, em grande parte, resultado das proibições impostas pelo PARNA. Estes referem que antes da criação do parque a agricultura exercia um papel central na oferta de alimentos. Neste período eram poucos os produtos adquiridos nos mercados. Os moradores mais antigos lembram da alta produtividade agrícola e dizem que: "... podia faltar combustível, roupa, sapato, entre outras coisas, mas que se tinha fartura de comida de boa qualidade". Situação semelhante foi identificada na comunidade caiçara da Ponta do Almada (SP) (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000).

Os relatos indicam que a farinha de mandioca produzida na agricultura local era o alimento mais consumido no passado. Desta forma, é possível deduzir que ela correspondia a principal fonte de energia e carboidrato para os moradores de Barbados. Nesta época o arroz também era cultivado e consumido, mas de forma secundária. Atualmente a



farinha de mandioca segue fazendo parte da dieta desta população, mas em menor frequência e cedeu seu lugar ao arroz. Mesmo que em menores quantidades a farinha de mandioca segue ocupando a ocupou o 5º lugar em grau de importância da oferta de energia e ofertou 5,75% e 4,74% do total da energia consumida, em cada etapa da coleta de dados respectivamente. Apenas uma pequena parcela foi proveniente da produção local (18, 32% na primeira etapa e 4,98% na segunda). Das 78 e 66 refeições (almoço e jantar) analisadas, o seu consumo foi citado em 48 refeições da primeira e 28 da segunda etapa. Durante a coleta de dados foi possível identificar que apenas uma família retomou recentemente o cultivo de arroz, em pequenas quantidades.

Com base nos dados coletados é possível dizer que esta troca foi resultado principalmente da impossibilidade de se seguir com a produção de farinha utilizando-se a mandioca cultivada localmente. Segundo Hanazaki e Begossi (2003) a perda da tradição agrícola reflete na diminuição do consumo dos alimentos provenientes da roça. Como a aquisição da mandioca se tornou dependente da disponibilidade de recursos monetários, e o arroz é mais acessível financeiramente, este cereal foi substituindo a farinha de mandioca.

Os mais jovens preferem este cereal à farinha de mandioca, característica que não se estende aos idosos, que seguem com predileção pela farinha. O relato de uma moradora ilustra este perfil.

“...ah, a farinha de mandioca é muito melhor que o arroz, ela é bem mais forte tem mais vitamina, se você come ela com o peixe, ixi menina é a melhor comida que existe, ela é forte, tem sustância, mas nem sempre dá pra ter ela em casa, um pacotinho dela tá saindo dez reais em Guaraqueçaba, daí com o que a gente ganha como que a gente vai poder comer a farinha todo dia? Não dá né!” (Linda, 60 anos).

Com base neste relato é possível observar que a farinha de mandioca é adquirida principalmente nos mercados, mas ao analisar os recordatórios também foi identificado o consumo da farinha produzida localmente. Este fato só está sendo possível por dois motivos: primeiro devido à resistência de algumas famílias, que mesmo com as proibições mantiveram pequenos plantios de mandioca; e segundo pela retomada do cultivo de roças que teve início no ano de 2015, momento em que respaldados pela Constituição Federal de 1988, pela Convenção 169 da

OIT e pelo decreto 6040 de 2007, os moradores de Barbados retomaram suas atividades de cultivo (ver detalhes no capítulo 2). Uma moradora do local relatou:

“... com medo do ICMBio todo mundo foi parando aos pouquinhos de plantar, no final só eu continuei, eu plantava pra ter mandioca, pra fazer um pouco de farinha e biju, mas dai o Márcio falou que dava muito trabalho e que os nossos filhos não queriam saber de ajudar. Então eu parei de plantar, um pouquinho antes do pessoal voltar a plantar, mas eu quero ver se volto a fazer roça de mandioca, vixe, ter uma rocinha ajuda muito a gente aqui do sítio...”  
(Anabel, 41 anos).

Na comunidade caiçara de Pedrinhas (SP), nenhuma família consumiu farinha produzida localmente, diferente do que foi encontrado na comunidade de São Paulo Bagre (SP) onde 41% da farinha de mandioca consumida era local (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003). Estas informações demonstram a relevância da produção deste alimento para algumas comunidades caiçaras, sendo este um dos motivos que estimula a população na luta pela retomada pelo direito de plantar.

Nos recordatórios foi possível observar que além da mandioca outros itens cultivados nas roças – batata doce, etc. – foram consumidos pelos locais de Barbados. Diversos estudos têm apontado a importância destes alimentos como fonte calórica (ROSSATO; LEITÃO-FILHO; BEGOSSI, 1999; HANAZAKI et al., 2000; 2007; MIRANDA; HANAZAKI, 2008; PERONI; BEGOSSI; HANAZAKI, 2008; GIRALDI; HANAZAKI, 2014). As raízes e tubérculos ainda apresentam a vantagem de serem estocados no solo por um longo intervalo de tempo, possibilitando seu consumo em situações de dificuldades econômicas (GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

As frutas, hortaliças e temperos, cultivados nos “terreiros” também foram citados nos recordatórios. Mesmo que em pequenas quantidades, estes itens representam são uma importante fonte de alimentos. Eles complementam a alimentação, ao aumentar a variedade e a qualidade nutricional da dieta. Contribuindo para o aumento da SAN desta população (GARROTE, 2004; GIRALDI; HANAZAKI, 2014). Em estudo realizado no Saco do Mamanguá (RJ) se observou que os recursos locais ainda contribuem com 39,7% dos itens alimentares, sendo que 13,7% são provenientes dos quintais, os quais fornecem principalmente frutas, e em menor quantidade verduras, plantas medicinais e

condimentares (GARROTE, 2004). Segundo Garrote (2004), o desuso dos quintais por motivos socioeconômicos e culturais faz com que as famílias percam uma de suas mais importantes estratégias de sobrevivência.

Abaixo está disponível uma tabela (TABELA 3) onde estão listados todos os alimentos provenientes da agricultura que foram relatados nos dois inquéritos alimentar. É importante destacar que frequentemente os entrevistados esqueciam de citar o consumo das frutas provenientes dos quintais, o que pode ter subestimado a quantidade de alimentos provenientes desta fonte. Este perfil também foi observado em estudo realizado em uma comunidade caiçara do Rio de Janeiro (GARROTE, 2004).

TABELA 3 - ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA RELATADOS NOS INQUÉRITOS ALIMENTARES DAS DUAS ETAPAS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.

ETAPA 1		ETAPA2	
Alimento	Frequência	Alimento	Frequência
Banana	17	Limão	14
Cebolinha	9	Maracujá	11
Alface	8	Alfavaca	5
Alfavaca	6	Banana	3
Pimentão	3	Laranja	3
Cará	2	Cebolinha	1
Pimenta	2	Chuchu	1
Salsinha	2	Coentro	1
Batata doce	1	Mamão	1
Caldo de cana	1	Pimenta	1
Chuchu	1	Pimentão	1
Couve	1	-	-
Limão	1	-	-
Mamão	1	-	-

FONTE: O autor (2017).

Vale aqui destacar que além de contribuir com a nutrição das famílias de Barbados, o consumo dos alimentos provenientes da agricultura representa a resistência e a luta dos moradores da comunidade perante às restrições que foram impostas pelo parque. O retorno do cultivo de roças maiores é recente, desta forma existe a possibilidade de que o consumo dos alimentos provenientes da agricultura aumente gradativamente nos próximos anos.

### 6.3.1.3 Caça

No passado a carne de caça era considerada uma importante fonte alimentar para os caiçaras. Estudo realizado com esta população em São Paulo na década de 70 identificou a carne de caça em 8,5% das refeições (MOURÃO, 1971). Uma realidade bem diferente foi observada em Barbados entre os anos de 2016 e 2017. Nos dois inquéritos alimentares realizados na comunidade não houve relatos do consumo de alimentos provenientes da caça, mesmo que os moradores do local atribuam um valor considerável a esta fonte proteica. A proibição da atividade da caça pela legislação da UC parece ter sido o principal motivo da redução desta atividade. Os moradores de Barbados relatam que a realização desta atividade era mais frequente “no tempo de primeiro”, e que atualmente é realizada de forma esporádica por alguns homens da comunidade.

Em trabalho realizado com populações caiçaras do litoral de São Paulo, entre os anos de 1998 e 2000, nas comunidades de Icapara, Pedrinhas e São Paulo Bagre, os pesquisadores também observaram que o uso da fauna terrestre nativa como recurso alimentar vem se tornando esporádico, e parece ser menos intenso do que no passado. Mesmo que a dependência deste recurso não seja constante entre os caiçaras, os autores destacam que os animais da fauna não deixaram de ser uma fonte complementar de proteína animal para esta população (HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009), tal afirmação pode ser estendida aos caiçaras de Barbados, especialmente durante os meses de “ganho ruim”.

Diferente do que foi observado entre a população caiçara, na África Central e na Bacia Amazônica a carne de animais de caça segue sendo muitas vezes a principal fonte de proteína animal disponível para comunidades que habitam áreas florestais remotas e, desempenhando um papel relevante na dieta destas populações, principalmente nos locais em que a pecuária não é uma opção viável e a pesca não é acessível (NASI; TABER; VAN VLIET, 2011). Entre os ribeirinhos amazônicos e a atividade da caça é mais frequente do que entre os caiçaras. Em estudo realizado por Isaac (2015) a carne de caça foi a segunda principal fonte

de proteína para populações ribeirinhas de 11 comunidades do Amazonas. Sarti et al. (2015) também identificaram um alto consumo de carne de caça em comunidades ribeirinhas localizadas nas fronteiras entre o Brasil, Colômbia e Peru. Os resultados desta pesquisa demonstraram que 14.3% das unidades domésticas destas regiões consumiam carne de caça e que esta fonte alimentar representou aproximadamente 32% da ingestão de calorias, 72% do consumo de proteínas e 77% do consumo de ferro destas populações.

Outro fator que pode justificar o não aparecimento desta fonte alimentar nos inquéritos realizados em Barbados, é que o período da coleta de dados não corresponde a época do ano destinada a realização desta atividade. Já que durante os meses de reprodução dos animais, os locais relatam não praticarem a caça. Este perfil também foi identificado em estudo desenvolvido na comunidade caiçara de Pedrinhas e São Paulo Bagre (HANAZAKI; ALVES; BEGOSSI, 2009).

A diminuição desta atividade e conseqüentemente do consumo da carne de caça pode refletir nas condições de saúde e nutrição desta população, pois, a carne de caça contém proteína de alto valor biológico, e poderia ser consumida durante os meses em que a disponibilidade do peixe está reduzida. Suprindo, desta forma, a oferta de proteína de alto valor biológico e outros micronutrientes desta população, sem que estes necessitem dispor de recursos monetários, que nem sempre estão disponíveis durante os “meses de tempo frio”. Estudo realizado com populações amazônicas indica que o consumo de peixe e / ou carne de caça parece estar intimamente ligado à disponibilidade e / ou ao preço dos substitutos (NASI; TABER; VAN VLIET, 2011). Os itens alimentares obtidos através destas fontes (caça e pesca) desempenham um papel fundamental para a diversificação e o enriquecimento das dietas das populações ribeirinhas da Amazônia (SARTI et al., 2015). A ausência destes alimentos, geradas como resultado das políticas de proteção ambiental, pode impactar negativamente a saúde de grupos humanos, principalmente das famílias mais pobres cujas escolhas são limitadas pelo poder de compra.

De acordo com Nasi, Taber e Van Vliet (2011) a proteína da fauna da floresta é crucial para a segurança alimentar de comunidades rurais em todo o trópico. Conseqüentemente, a caça sustentável representa uma necessidade (NASI; TABER; VAN VLIET, 2011). Segundo Sarti et al. (2015) as famílias de comunidades ribeirinhas que não consumiam carne de caça apresentavam maior risco de desenvolver anemia a curto prazo e outras doenças a longo prazo. Atualmente na falta do peixe como fonte de proteína o alimento mais consumido pelos

moradores de Barbados são os embutidos, que em termos nutricionais apresentam altas quantidades de sódio, nitrito e nitratos.

Além das questões econômicas e nutricionais, a diminuição do consumo da carne de caça também reflete na dimensão cultural, pois as técnicas utilizadas para a captura dos animais e o consumo da carne de caça envolve todo um conjunto de significados e práticas tradicionais, que vêm sendo perdidos nas últimas décadas; este tipo de consideração está descrita com mais detalhes no capítulo 2.

#### 6.3.1.4 Coleta

Não foram identificados alimentos provenientes da coleta nos recordatórios alimentares aplicados em Barbados. Durante o trabalho de campo, também foram poucas as situações em que se observou o consumo destes alimentos. Da mesma forma que em Barbados, na comunidade da Praia Grande (SC), localizada dentro do Parque Estadual Acaraí, o uso de alimentos coletados é baixo, o único alimento proveniente desta fonte identificado nos inquéritos alimentares foi o limão (NAKAMURA, 2013).

O reduzido consumo de alimentos provenientes da coleta em Barbados pode, parcialmente, ser atribuído as questões sazonais. Conforme identificado por Coelho (2014), a coleta do cará é uma atividade frequentemente realizada pelas mulheres da comunidade de Barbados, mas apenas no período do inverno. A coleta do indaiá também acontece nesta época do ano, quando este coco é utilizado para a produção do biju. Além das questões sazonais, a implantação do PARNA também parece ter afetado esta prática. Há relatos de que antigamente a retirada de palmito para o consumo e de indaiá para a produção do biju era significativamente maior.

#### 6.3.1.5 Criação de animais

Em Barbados foi observado um baixo consumo de alimentos provenientes de animais criados na comunidade. Apenas 0,1% da proteína animal consumida foi adquirida a partir desta fonte. Este percentual restringiu-se ao consumo de ovos que foi doado por uma UD que não participou do estudo.

Conforme descrito no capítulo 2 a criação de aves não é uma prática comum entre os moradores de Barbados, eles relatam ter problemas frequentes referentes ao ataque de animais. Mas, mesmo diante desta dificuldade muitos relatam ter a pretensão de iniciar ou retomar esta

atividade. O investimento para a aquisição da galinha e do galo é de aproximadamente R\$ 25,00/cada, considerado um valor elevado pelos locais, mas que vale a pena quando se considera a economia resultante da compra de ovos.

O consumo da carne do frango caipira não foi relatado durante o trabalho de campo, diferente do que foi observado em comunidades de São Paulo. Entre os caiçaras de São Paulo Bagre (SP) e Pedrinhas (SP), além do ovo, a carne da galinha também foi identificada nas refeições (HANAZAKI, 2001). Segundo Hanazaki (2001) a criação de aves fornece um recurso constante (ovos) e na ausência de fonte de proteína animal um recurso esporádico (carne de frango).

### **6.3.2 Aquisição comercial**

Durante as entrevistas foram citados sete mercados localizados em diferentes locais (Barbados, Bertioga, Superagui, Almeida, Guaraqueçaba, Paranaguá e Curitiba). O mais citado foi o de Guaraqueçaba, seguido pela “venda” da comunidade e pelo mercado de Paranaguá. Os alimentos provenientes de Curitiba foram doados por atores externos.

Os mercados foram a principal fonte de energia (expressa em kcal) ofertando 83% e 90% das Kcal consumidas, na primeira e segunda etapa da coleta de dados e 56% e 67% da proteína (considerando animal e vegetal) consumida pelos moradores de Barbados em cada uma das etapas. Com base nos registros foi possível observar que o arroz foi a principal fonte calórica para a dieta), contribuindo com 12,21% e 13,86, em cada etapa da coleta de dados, e esteve presente em 66 e 52 do total de 78 e 66 refeições (almoço e jantar), respectivamente.

Nas comunidades de São Paulo Bagre e Pedrinhas (SP) a maioria dos alimentos consumidos também foram adquiridos nos mercados de cidades vizinhas. Nestes locais 78% (São Paulo Bagre) e 72% (Pedrinhas) do arroz e feijão foram provenientes desta fonte (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003). Os resultados de um estudo realizado com comunidades caiçaras da região de Paraty, (RJ também demonstraram a alta dependência desta população em relação aos comércios, de acordo com os autores deste estudo a compra de itens alimentares é muito importante para garantir a segurança alimentar desta população. Tal afirmativa pode ser considerada como verdadeira para a comunidade de Barbados, já que diante das restrições de acesso aos recursos naturais esta população passou a depender dos mercados. Porém, vale aqui ressaltar

que a falta de recurso monetário pode ser um limitante para se ter acesso aos alimentos.

Na comunidade do estudo em questão, além do arroz, os principais itens comprados foram o feijão, açúcar, café, o óleo de soja, pão francês, café, sal, farinha de mandioca, farinha de trigo, o suco e o macarrão. Com exceção do sal, óleo de soja, e macarrão os demais alimentos eram produzidos nas roças ou substituídos por itens semelhantes (pão francês por pão caseiro) antes da implantação do parque, o que proporcionava uma maior sustentabilidade a este grupo. Atualmente, com exceção da farinha de mandioca – que também é produzida localmente - a aquisição dos demais alimentos são totalmente dependentes de recursos monetários.

Os alimentos que são fonte de proteína animal mais obtidos foram os embutidos, seguidos pelo frango, ovo, carne vermelha e carne suína. A disponibilidade de recursos financeiros, a dificuldade de armazenamento ocasionada pela falta de luz e também a preferência - de grande parte da população - pelo pescado, foram apontados pelos moradores como motivos que restringiram o consumo destes alimentos.

QUADRO 8: PRINCIPAIS ALIMENTOS ADQUIRIDOS PELAS UNIDADES DOMÉSTICAS NOS COMÉRCIOS. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.

Arroz
Óleo
Sal
Açúcar
Feijão
Café
Farinha de mandioca
Suco em pó
Macarrão
Farinha de trigo
Pão Francês
Extrato de tomate
<b>Fonte proteica</b>
Carne de Frango
Ovo
Carne bovina
Carne suína

FONTE: O autor (2017)



Em termos nutricionais, o aumento da aquisição de itens alimentares industrializados de baixo custo, são considerados nocivos à saúde, predispondo os indivíduos ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. Visto que, estes alimentos normalmente são pobres em micronutrientes e fibras e ricos em carboidratos, sódio e gorduras. Este tipo de mudança vem atingindo todo o mundo nas últimas décadas, e no caso da comunidade de Barbados, mais intensamente após a criação do Parque.

Além das questões nutricionais o aumento do consumo de alimentos industrializados também resulta em impactos econômicos, sociais e culturais.

#### 6.4 DESLOCALIZAÇÃO DO SISTEMA ALIMENTAR E TRANSIÇÃO ALIMENTAR

Conforme descrito no item anterior, grande parte dos alimentos consumidos na comunidade de Barbados são provenientes dos mercados. A limitação de acesso ao uso de recursos naturais imposta a população deste local contribuiu significativamente com este progresso de dependência dos produtos comercializados. Situação semelhante foi observada em outras comunidades tradicionais do Brasil (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; MACCORD; BEGOSSI, 2006; MURRIETA ET AL., 1999; SILVA; BEGOSSI, 2009; NAKAMURA; HANAZAKI, 2016). Estas limitações também resultaram no abandono gradual de atividades tradicionais de subsistência que levaram a uma diminuição da auto-suficiência alimentar desta população. Outras populações caiçaras e de ribeirinhas também vêm sendo impactadas desta forma (MacCord; Begossi, 2006; Murrieta et al., 1999).

Este fato caracteriza um fenômeno que vem ocorrendo em todo o mundo denominado de *delocalization of food systems*, que em tradução livre significa deslocalização dos sistemas alimentares. Tomando como referência Pelto e Vargas (1992) é possível dizer que este fenômeno é caracterizado pelo aumento da dependência de itens alimentares que não são produzidos localmente. Neste processo, uma variedade de alimentos, métodos de produção, e padrões de consumo se disseminaram por todo o mundo, em uma rede cada vez maior e mais intensa de interdependência socioeconômica e política. Ou seja, vem ocorrendo uma crescente circulação de elementos relacionados à produção e ao consumo de alimentos, entre diferentes grupos humanos (PELTO; PELTO, 1983).

A deslocalização dos sistemas alimentares se relaciona com outro fenômeno denominado como transição alimentar, que vêm ocorrendo a

nível mundial. Esta transição é caracterizada pelo crescimento do consumo de alimentos industrializados e conseqüentemente na diminuição da ingestão de alimentos *in natura* (TRAEBERT et al., 2004). No Brasil, este aumento teve início na década de 1980 nas áreas metropolitanas, e na década de 2000 este fato foi evidenciado em todas as regiões e classes sociais do país (MARTINS et al., 2009). Existem estudos que demonstram que esta mudança já alcançou até as pequenas vilas rurais - onde vivem entre 80 e 250 pessoas, em localidades que são praticamente desconhecidas e acessíveis apenas por barcos (NARDOTO et al., 2011).

A dieta de pequenas comunidades ribeirinhas às margens do rio Solimões, que historicamente foi baseada em peixes locais e na farinha de mandioca, ultimamente está sendo trocada por uma alimentação típica de centros urbanos, composta por frango congelado, bolachas e refrigerantes. Os resultados deste estudo foram obtidos a partir da avaliação de amostras de unha, das quais foram retiradas informações isotópicas<sup>49</sup> que evidenciaram claramente o aumento do consumo de alimentos industrializados. Segundo Martinelli, estas populações: “... estão saindo de uma dieta que produziam localmente a maior parte de seus víveres e entrando em outra em que há predomínio da comida industrializada comprada fora de casa” (HELTON, 2016).

O mesmo grupo de pesquisa desenvolveu estudos sobre a composição isotópica das unhas de moradores de comunidades caiçaras, sertanejas e da região urbana de Mossoró e identificaram perfis semelhantes entre estas populações. Isto significa que mesmo diante das diferenças regionais os padrões alimentares destes grupos foram semelhantes.

Em Barbados também foi possível observar o alto consumo de alimentos industrializados provenientes dos mercados. Na primeira etapa da coleta de dados 89% do carboidrato consumido pelas UD foi proveniente do mercado, e na segunda etapa foi de 66%. A maior parte

---

<sup>49</sup> Este teste identifica se a dieta é composta por plantas do tipo fotossintético C3, como o arroz e o feijão, ou por alimentos originados de plantas C4, como o milho e a soja, presentes na ração de diversos animais, além da cana-de-açúcar.

do carboidrato consumido pelos moradores da comunidade foram comprados em estabelecimentos comerciais.

Esta tendência não se estendeu ao consumo de proteína de alto valor biológico, neste quesito o pescado representou a principal fonte, o que diverge do resultado de outros estudos realizados com comunidades ribeirinhas (NARDOTO et al., 2011) e caçaras (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000, 2003; MACCORD; BEGOSSI, 2006).

Na comunidade caçara de Ponta do Almada outras fontes de proteína provenientes principalmente do mercado - como a carne de gado e o frango - representaram 59% dos alimentos de origem animal consumidos nas refeições. Em comunidades caçaras localizadas perto de Ubatuba observou-se que os pescadores utilizam parte do dinheiro originário da pesca para a compra de frango congelado. Em Pedrinhas (SP) o peixe é consumido em 28% e 27% das refeições respectivamente, o que corresponde a uma frequência ligeiramente superior às aves (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003). Além da diminuição do consumo de pescados MacCord e Begossi (2006) apontam a diminuição do número de espécies de peixe consumidas.

Estes dados apontam uma tendência quase que generalizada (em diferentes regiões do Brasil) para a substituição do peixe por outras fontes de proteína animal em diversos contextos, mesmo entre pescadores - os quais têm fácil acesso aos pescados e não necessitam de renda monetária para a aquisição deste alimento. Contudo, uma pesquisa realizada em regiões rurais demonstrou que os moradores destes locais ainda mantêm um forte vínculo com os alimentos produzidos regionalmente (HELTON, 2016). Esta afirmativa pode, em partes, justificar os resultados encontrados em Barbados. Neste local a impossibilidade do armazenamento de outras fontes de proteína, como o frango e a carne de gado - devido à falta de energia elétrica e o alto custo destes alimentos nas vendas da comunidade - também podem explicar esta diferença.

De forma geral, o frango parece ser o principal substituto do peixe. De acordo com Nardoto et al. (2011), o custo mais acessível desta carne faz com que ela seja consumida mais do que a carne bovina, que segue sendo cara para ser incluída na refeição padrão de populações com recursos financeiros limitados, como os ribeirinhos.

A ocorrência destes fenômenos parece ser resultado de diversos fatores, como o abandono das atividades de subsistência (pesca e a agricultura de pequena escala) (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000), o aumento das atividades voltadas ao turismo (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; MACCORD; BEGOSSI, 2006);

a urbanização (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; MACCORD; BEGOSSI, 2006; NARDOTO et al., 2011), os programas de distribuição de alimentos e auxílios do governo (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; NARDOTO et al., 2011; SILVA et al., 2017), a diminuição do preço de algumas fontes de proteína animal (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003), o acesso à energia elétrica e diesel utilizado para abastecer barcos que possibilitam a locomoção até os centros urbanos (NARDOTO et al., 2011), a globalização (SILVA et al., 2016), a melhora das condições econômicas (MACCORD; BEGOSSI, 2006; NARDOTO et al., 2011), as restrições ao uso dos recursos naturais impostas pelas Unidades de Conservação (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; MACCORD; BEGOSSI, 2006; SILVA et al., 2017), a alteração dos habitats estuarinos e de mangue e à pesca comercial na costa por pescadores externos (MACCORD; BEGOSSI, 2006).

Na comunidade de Barbados todos estes pontos parecem ter - em algum nível - contribuído para a geração de mudanças na aquisição e no consumo de alimentos. Mas, as restrições à realização de atividades tradicionais impostas pelo PARNA são percebidas pelos moradores do local como sendo o estopim destas transformações. Os relatos são de que as proibições referentes à realização de roça, fez com que esta população passasse a depender intensamente dos mercados para ter acesso aos alimentos, os quais até então vinham da produção local. O estabelecimento desta nova relação resultou na necessidade do aumento dos ganhos monetários das famílias que residiam neste local, o qual foi suprido, principalmente, com a comercialização do pescado.

Diante deste contexto, a pesca que até então era destinada apenas ao consumo das famílias, passou a ser a principal atividade econômica desenvolvida pelos moradores de Barbados. Por um lado, esta alteração resultou no aumento do acesso a recursos monetários - possibilitando a compra de itens alimentares nos mercados - mas por outro, parece ter impactado negativamente na disponibilidade de peixe, inviabilizado o cultivo de uma ampla variedade de alimentos, modificando os padrões de alocação de tempo deste grupo, entre outros.

Em Barbados seis das treze UD que participaram da coleta de dados de consumo alimentar relataram ter outra fonte de renda - três funcionários públicos e três aposentados -, mesmo assim todas elas têm membros na família que seguem praticando a atividade pesqueira. A dependência direta e indireta desta atividade para se ter acesso aos alimentos pode expor os caiçaras de Barbados à uma situação de vulnerabilidade em determinados períodos. Os ganhos com a pesca apresentam flutuações ao longo do ano e, desta forma, grande parte das

famílias de Barbados não contam com uma renda fixa. Nestes momentos os auxílios disponibilizados pelo governo exercem um papel importante.

De acordo com Peltó e Peltó (1992) estas mudanças também podem apresentar efeitos, positivos e negativos, sobre as condições de vida e de saúde/nutrição das populações. No entanto, de forma geral, os estudos realizados com minorias étnicas associam estas mudanças com impactos negativos, o que também foi observado na comunidade de Barbados (GUGELMIN, 2001; HANAZAKI; BEGOSSI 2003; MACCORD; BEGOSSI, 2006; LEITE, 2007; SILVA et al., 2017).

Em termos nutricionais, a dieta dos moradores de Barbados, que era basicamente formada por alimentos *in natura* ou minimamente processados, passou a ser composta por alimentos processados e ultraprocessados. O arroz branco, açúcar e bebidas à base de açúcares foram frequentemente relatadas nos RA 24h. Além da alta carga de carboidratos simples, estes alimentos também perdem parte significativa de seu conteúdo vitamínico-mineral durante o processamento.

Alguns estudos desenvolvidos com populações caiçaras e ribeirinhas também apontam para o aumento do consumo de outras fontes proteicas em substituição do pescado, como: as carnes de frango, embutidos e carne de gado (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; HANAZAKI; BEGOSSI, 2003; BEGOSSI, 2006; MACCORD; BEGOSSI, 2006; NARDOTO et al., 2011; SILVA et al., 2017). Segundo MacCord e Begossi (2006), o aumento do consumo de carne vermelha entre os moradores da Praia do Puruba apresenta benefícios questionáveis. Os autores descrevem que são adicionados muitos antibióticos e hormônios nestes alimentos, o que pode comprometer a qualidade da dieta local, além de torná-la mais cara (MACCORD; BEGOSSI, 2006).

Pesquisas realizadas no Brasil, e em outros países do mundo indicam a inferioridade da qualidade nutricional associada ao aumento do consumo dos alimentos ultraprocessados e processados quando comparados com os alimentos *in natura* e minimamente processados (SILVA; BEGOSSI, 2009; MARTINS et al. 2009; MOURABAC et al. 2013). Com base nestes dados é possível dizer que o aumento do consumo deste tipo de alimento observado entre a população de Barbados resultou em um impacto consideravelmente negativo na qualidade da alimentação desta população

As pesquisas também apontam para a relação existente entre o consumo dos alimentos ultraprocessados e o desenvolvimento de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (NARDOTO et al., 2011; MOUBARAC et al. 2013). Os resultados de uma pesquisa

realizada no Alasca apontam que existe uma associação positiva entre o consumo de alimentos tradicionais e melhores condições de saúde, e que, desta forma, o aumento da dependência dos alimentos provenientes do mercado podem afetar as condições de saúde das futuras gerações (BERSAMIN et al., 2006). Entre comunidades aborígenes o aumento do consumo dos alimentos industrializados também tem impactado negativamente este grupo (BRIMBLECOMBE et al., 2013).

Além dos impactos sobre as condições de saúde, o gradual abandono das atividades tradicionais de subsistência também podem resultar na falta de auto-suficiência (HANAZAKI; BEGOSSI, 2003). Conforme descrito por Hanazaki (2001):

“ Mesmo que a redução na auto-suficiência esteja relacionada a uma maior renda per capita, esta transição não se traduz necessariamente numa melhora na qualidade nutricional das famílias locais. Vale lembrar que o abandono de atividades locais historicamente relacionada a esta auto suficiência, como a agricultura e a pesca, ou o seu novo direcionamento em função de atividades ligadas ao turismo, está associada ao enfraquecimento de instituições locais relacionadas a todo um conjunto de conhecimentos sobre o ambiente”.

Nas comunidades de São Paulo Bagre e Pedrinhas (SP) a deslocalização alimentar resultou na redução da autossuficiência desta população para a produção de alimentos. Outro estudo realizado em uma comunidade caiçara de Paraty (RJ) também identificou que as transformações afetaram de forma negativa a SAN da população local (GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

Além dos impactos citados acima, estas transformações também refletem em consequências sociais (MACCORD; BEGOSSI, 2006; SILVA et al., 2017), em perdas culturais diante do desuso de técnicas tradicionais que são substituídas pelas prateleiras dos mercados (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000; SILVA et al., 2016); em perda da identidade alimentar pelas comunidades tradicionais (NARDOTO et al., 2011); e também pode impactar na conservação ambiental (NARDOTO et al., 2011).

## 6.5 UMA DISCUSSÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS CAIÇARAS DE BARBADOS

As restrições e pressões associadas com o estabelecimento de UC podem reduzir o acesso das populações que habitam estas áreas aos recursos naturais que são uma importante fonte de alimento e renda e, portanto, podem contribuir para a insegurança alimentar (HANAZAKI et al., 2013; NAKAMURA; HANAZAKI, 2016). Esta situação foi observada na comunidade caiçara de Barbados. Este fato demonstra que as intervenções políticas que apenas abordam a proteção da biodiversidade sem a devida consideração das necessidades sociais e econômicas das pessoas que habitam estas áreas podem ter resultados limitados (SUNDERLAND, 2011) e expor estas populações a uma situação de franca vulnerabilidade.

Alguns estudos apontam que a implementação de políticas restritivas sobre o acesso aos recursos da biodiversidade e a falta do cooperativismo entre órgãos ambientais e populações tradicionais pode, em última instância, levar estas populações a buscar alternativas para garantir seus meios de subsistência e sua segurança alimentar, aumentando desta forma a pressão sobre os ambientes que cercam as áreas protegidas criadas (NEEF et al., 2003; NAKAMURA; HANAZAKI, 2016).

Os dados apresentados no decorrer deste capítulo indicam que os caiçaras de Barbados estão expostos a uma situação de Insegurança Alimentar e Nutricional. Conforme descrito na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (BRASIL, 2006):

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos **ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente**, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base **práticas alimentares promotoras da saúde** que **respeitem a diversidade cultural** e que sejam ambiental, **cultural**, econômica e socialmente **sustentáveis**.

(Art. 3º) A segurança alimentar e nutricional abrange: (Art. 4º)

I – **ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar**, do processamento, da industrialização, da

comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição de renda;

II – conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, **incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;**

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que **respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;**

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, **respeitando-se as múltiplas características culturais do País.** (Grifo do autor).

Tomando como base o que é preconizado pela LOSAN (BRASIL, 2006), e analisando os resultados expostos ao longo desta pesquisa é possível dizer que o DHAA e a Soberania Alimentar (dois princípios básicos da SAN) dos caiçaras de Barbados estão sendo gravemente negligenciados, em vários aspectos, pelo poder público.

A restrição e proibição da realização de atividades tradicionais de subsistência (caça, pesca, agricultura e coleta) apresentou um impacto inestimável no que tange o acesso aos alimentos pela população do estudo - tanto quantitativamente como qualitativamente.

No que se refere às questões quantitativas da dieta, foi possível observar que o acesso aos alimentos não é regular e permanente ao longo de todo o ano. Durante os meses de “ganho ruim”, a geração de renda e o acesso a recursos alimentares é limitado, o que aumenta expressivamente o risco de insegurança alimentar desta população. Pois, os retornos provenientes da pesca (principal atividade de subsistência) nesta época do ano são baixos. Conforme já descrito ao longo deste trabalho, existem



semanas em que os pais de família passam dias sem ter acesso a recurso monetário.

Neste sentido é possível ressaltar a relevância dos alimentos que eram provenientes do cultivo da agricultura, caça e coleta, atividades que foram inviabilizadas pelos órgãos ambientais e que, segundo a legislação - deveriam ser incentivadas pelo Estado com o objeto de aumentar a possibilidade de acesso aos alimentos a estas populações. Os relatos dos moradores de Barbados apontam que antes da criação do PNS as roças cultivadas localmente também proporcionavam uma “grande fartura” de alimentos, o que aumentava a segurança alimentar desta população.

A restrição de alguns tipos de técnicas de pesca como o cerco fixo, também afetam significativamente este grupo, impossibilitando o acesso a uma importante fonte de recursos (alimentar e monetário). Há outras proibições além a do cerco, conforme descrito no capítulo 2.

Isso demonstra que as transformações geradas pelo PARNA contribuíram com a diminuição da autonomia desta população, ao torná-la dependente do mercado regional e consequentemente de renda monetária para a aquisição dos alimentos.

Para Giraldi e Hanazaki (2014) a associação de atividades que possibilitam o acesso a alimentos com as que geram renda é uma estratégia que pode aumentar a segurança alimentar das populações. Comunidades especialistas parecem estar mais propensos à insegurança alimentar (HANAZAKI et al., 2013).

Estudo realizado em uma comunidade rural de Gana também demonstrou que a diversificação de atividades contribuiu para a segurança alimentar local (HESSELBERG; YARO, 2006). O mesmo perfil foi observado em estudo realizado com comunidades caiçaras do município de Parati (HANAZAKI et al., 2013; GIRALDI; HANAZAKI, 2014).

Desta forma, é possível deduzir que as proibições em relação ao acesso a recursos naturais (na terra e no mar) - impostas pela legislação ambiental - restringem a possibilidade da diversificação das atividades para os moradores de Barbados. Segundo Hanazaki et al. (2013) na medida em que várias atividades de subsistência praticadas pela população caiçara estão sob pressão de diversas maneiras, a perda de diversidade de meios de vida se traduzirá em perda de resiliência, deixando certos grupos vulneráveis e expostos à uma situação de insegurança alimentar, como vêm ocorrendo na comunidade de Barbados (HANAZAKI et al., 2013). Segundo Nakamura e Hanazaki (2016) a vulnerabilidade alimentar está relacionada à renda familiar.

Em relação às características qualitativas da dieta desta população, a implementação do PARNA também resultou em impactos negativos ao distanciar a população deste local do DHAA. Antes das proibições a maior parte dos alimentos consumidos pelos moradores de Barbados eram cultivados localmente. Na comunidade também se fazia o processamento de alguns alimentos (arroz, mandioca, café, açúcar, etc.) utilizando-se técnicas tradicionais. Segundo relatos dos moradores mais antigos da comunidade, é possível deduzir que o consumo de alimentos industrializados era praticamente inexistente. Atualmente - conforme descrito no decorrer deste capítulo - a situação é bem diferente e as proibições da UC estão diretamente relacionadas com estas mudanças. Os resultados do estudo indicam que parte significativa da alimentação das UD da comunidade são provenientes dos comércios e correspondem a alimentos com alto teor de açúcares, gorduras e sódio, pobres em fibras e minerais. O consumo deste tipo de alimento está diretamente relacionado com o desenvolvimento de DCNT.

A baixa qualidade nutricional dos alimentos também foi identificada na alimentação escolar ofertada na escola de ensino fundamental da comunidade, que é de responsabilidade do governo municipal. O que indica, mais uma vez, a dureza do poder público, ainda que em diferentes esferas, para com esta população.

Na tabela 4 estão listados os alimentos ofertados na escola ao longo de quatro semanas:

TABELA 4 - ALIMENTOS OFERTADOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DA COMUNIDADE. BARBADOS, PARANÁ, BRASIL.

<b>Data</b>	<b>Dia</b>	<b>Dia da Semana</b>	<b>Alimento</b>
10/10/2016	1	Segunda-feira	Bolo salgado de carne moída com chá mate
11/10/2016	2	Terça-feira	Bolacha de água e sal com margarina e achocolatado
12/10/2016	3	Quarta-feira	NÃO HOUVE AULA*
13/10/2016	4	Quinta-feira	Sopa de carne com macarrão **
14/10/2016	5	Sexta-feira	Bolacha doce Bolacha de água e sal com
17/10/2016	6	Segunda-feira	achocolatado
18/10/2016	7	Terça-feira	Canjica

---

19/10/2016	8	Quarta-feira	Macarrão com feijão
20/10/2016	9	Quinta-feira	Bolo de chocolate com chá mate
21/10/2016	10	Sexta-feira	NÃO HOUE AULA***
24/10/2016	11	Segunda-feira	Bolacha doce com chá mate Sopa de legumes com carne * com pipoca doce
25/10/2016	12	Terça-feira	pipoca doce
26/10/2016	13	Quarta-feira	Bolacha doce
27/10/2016	14	Quinta-feira	Arroz com salsicha
28/10/2016	15	Sexta-feira	Torta de salsicha com suco
31/10/2016	16	Segunda-feira	Mingau de aveia
01/11/2016	17	Terça-feira	Polenta com salsicha
02/11/2016	18	Quarta-feira	NÃO HOUE AULA*
03/11/2016	19	Quinta-feira	NÃO HOUE AULA*
04/11/2016	20	Sexta-feira	NÃO HOUE AULA*

---

\* Não houve aula em decorrência do feriado

\* \*Sopa industrializada

\*\*\* Não houve aula em decorrência da ausência de funcionário

FONTE: O autor (2017)

Ao analisar a tabela 4 é possível observar que a alimentação escolar ofertada na escola da comunidade não preconiza o que é estabelecido pela Lei nº 11.947/2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conforme disposto no artigo 2º:

São diretrizes da alimentação escolar: I - o emprego da alimentação **saudável e adequada**, compreendendo o uso de **alimentos variados**, seguros, que **respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis**, [...];

V - o **apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos**; (Grifo do autor).

A maior parte dos alimentos registrados ao longo de 15 dias foram industrializados; a principal fonte de proteína animal foi proveniente dos embutidos; não foram ofertadas frutas ou verduras; não há alimentos provenientes da produção local, sendo que dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deveriam ser adquiridos desta fonte.

Em entrevistas informais, quando os pais dos alunos foram questionados sobre o que eles achavam da alimentação escolar, a grande maioria referiu insatisfação. As queixas mais frequentes estiveram relacionadas com a falta de frutas e verduras; a oferta frequente de alimentos “doces” (bolachas, achocolatado, etc.), e a constante indisponibilidade de carne.

A falta de energia elétrica também pode ser apontada como um limitante no que se refere o acesso a uma alimentação adequada dos moradores desta comunidade. Pois, a indisponibilidade deste recurso inviabiliza o armazenamento dos alimentos em condições sanitárias adequadas, além de impossibilitar o estoque do pescado para que este seja comercializado posteriormente em condições que proporcionariam melhores retornos financeiros aos pescadores deste local.

Além das questões quali-quantitativas da dieta, também vale aqui destacar que as características culturais desta população não são consideradas no que se refere às questões alimentares, pelo contrário, em vez da realização de ações que as incentivem e valorizem, são tomadas medidas que inviabilizam a sua reprodução.

É importante aqui destacar que, em uma perspectiva mais ampla, as especificidades culturais da alimentação dos caiçaras de Barbados são negativamente afetadas tanto no âmbito do PNAE – quando desconsideradas -, quanto no das políticas ambientais, que através de diversas medidas, acabam por inviabilizar a sua reprodução. Os resultados de estudos de caso realizados com populações indígenas da Ásia apontam para os benefícios do consumo de alimentos tradicionais e destacam a importância destas populações aumentarem o consumo destes alimentos (MCCUNE; KUHNLEIN et al., 2011).

Diante destes resultados é possível observar o quanto a população caiçara de Barbados está sendo marginalizada e privada de direitos básicos. O estado não está cumprindo a sua obrigatoriedade de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada para a população de Barbados. Pois as dimensões que fundamentam este direito estão sendo negligenciadas:

Ao instituir o PNS em áreas ocupadas historicamente pelos caiçaras, o estado adotou medidas que resultaram na privação deste grupo prover sua própria alimentação, desta forma ele não cumpriu sua **obrigação de respeitar**.

Quando o estado não atuou para impedir que os gerenciadores das UC e outras entidades interferissem na realização ou atuassem no sentido da violação do Direito Humano à Alimentação Adequada dos moradores das comunidades que se inserem dentro dos limites do PARNA ele não cumpriu a sua **obrigação de proteger**.

No momento em que o estado restringiu o acesso dos caiçaras de Barbados ao seu território, inviabilizando a continuidade da realização de atividades de subsistência (como o cultivo de roças) e práticas tradicionais. Privando o acesso desta população aos recursos e meios e a sua utilização por elas, enfraquecendo assim meios sustentáveis de produção, o que resultou na privação de direitos básicos como a aquisição de alimentos ele não cumpriu a sua **Obrigação de promover**

Ao inviabilizar a produção de alimentos que estão intimamente relacionados com a cultura da população caiçara, como por exemplo a farinha de mandioca, o estado está falhando com a sua **obrigação de prover** alimentos em conformidade com as especificidades de cada grupo, população ou comunidade.

Em resumo, o estado não está cumprindo com suas obrigações para a garantia do direito humano a uma alimentação de forma soberana e autônoma. Diante desta situação de violação de direitos é necessário que o governo atue na reparação destes erros. Uma medida possível neste sentido, no que se refere a comunidade de Barbados e as demais comunidades que se inserem dentro dos limites do PNS seria a recategorização do PARNA para RESEX.

## 6.6 CONCLUSÕES

Todos estes aspectos demonstram a magnitude das mudanças ocorridas no sistema alimentar dos caiçaras de Barbados nas última décadas, geradas, principalmente pela criação e expansão do PARNA. Estas mudanças parecem ter impactado negativamente nas condições de saúde e nutrição deste grupo. Ao limitar o acesso a alimentos provenientes dos recursos naturais houve alterações qualitativas e quantitativas da dieta, o que os colocou em uma situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta população se tornou dependente dos mercados, o que resultou no aumento significativo do consumo de alimentos industrializados - com baixa qualidade nutricional - os quais estão

associados ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), e uma diminuição da ingestão de alimentos *in natura*.

Além dos danos biológicos, estas transformações também afetaram outras dimensões (econômica, ambientais, sociais e culturais), ao inviabilizar a continuidade de práticas tradicionais e limitar a possibilidade do desenvolvimento de atividades de subsistência (agricultura, caça, coleta). Tal fato refletiu na diminuição da autossuficiência deste grupo, tornando-os altamente dependentes de recursos monetários e dos mercados para sobreviver.

Este cenário nos demonstra que o Estado Brasileiro vem violando um direito básico do ser humano que é o Direito Humano a Alimentação Adequado (DHAA) em várias dimensões. Após a criação do PARNA os caiçaras de Barbados foram privados do acesso a uma alimentação quantitativamente e qualitativamente adequada para satisfazer suas necessidades alimentares e nutricionais, não considerando as especificidades culturais relacionadas com a alimentação inerentes a este grupo.

Mesmo diante das restrições, as atividades de subsistência e os recursos naturais seguem apresentando uma importância considerável para a nutrição dos caiçaras deste local. Neste quesito o pescado merece destaque, pois ele representou a principal fonte de proteína de alto valor biológico (origem animal) da dieta dos moradores de Barbados. O que indica que restrições direcionadas ao acesso dos pescados podem comprometer significativamente a saúde e a nutrição desta população.

Com base nestes resultados, e nas discussões já abordadas nos capítulos anteriores, é possível observar o quanto as restrições associadas ao PARNA, refletiram e seguem refletindo nos modos de vida dos caiçaras. E mais uma vez apontam para a necessidade da realização de ações que possam diminuir e – em algum nível – reverter esta situação. Neste sentido, sugere-se que as práticas agrícolas (roça, quintais, hortas) e as atividades de caça e coleta, em vez de serem proibidas sejam incentivadas, e que acordos de pesca entre a população e os órgãos ambientais sejam considerados. Estas medidas possibilitariam o fornecimento de alimentos de qualidade, em maiores quantidades, o que aumentaria a autossuficiência e a SAN dos caiçaras de Barbados. Esta atuação também possibilitaria a retomada de práticas que se associam a um amplo corpo de conhecimentos específicos deste grupo.

Considerando ainda os problemas já causados pelas transformações - por exemplo o possível aumento da prevalência de doenças crônicas - também se aponta a necessidade da realização de estudos que possam identificar as condições socioeconômicas, de saúde e

nutrição desta população, a fim de identificar a relevância da implementação de medidas nestas áreas.





## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação do sistema alimentar dos caiçaras de Barbados demonstra de forma inequívoca a riqueza e singularidade de um modo de vida específico que vem sendo impactado por transformações resultantes – principalmente - de ações governamentais. O que reflete a dureza das relações do Estado com este grupo, quando este negligencia o acesso a direitos humanos básicos de saúde, alimentação, educação, acesso à energia elétrica, saneamento básico, território etc. E prioriza a conservação da biodiversidade, desconsiderando que esta população é parte indissociável do ambiente (BARRETO-FILHO, 2006).

Entre os moradores de Barbados a criação do Parque Nacional do Superagui (PARNA), é apontada como sendo a principal causa das mudanças. As proibições associadas a este tipo de UC restringiram o acesso dos caiçaras aos recursos naturais dos quais esta população dependeu historicamente para sobreviver, o que inviabilizou - diretamente e indiretamente - a continuidade da realização de práticas tradicionais que envolvem um amplo, sofisticado e inestimável corpo de conhecimentos que vêm sendo transmitidos de geração a geração.

Conforme descrito ao longo deste trabalho, a descontinuidade destas práticas resultou e segue refletindo em impactos nas dimensões biológicas, econômicas, sociais, emocionais, culturais, a esta população, o que os expõe a uma situação de franca vulnerabilidade.

No que tange as questões nutricionais é possível destacar a severidade com que o DHAA e a Soberania alimentar são violados pelo poder público. Os resultados demonstram que esta população está exposta a uma situação de insegurança alimentar, ao ser privada do acesso constante a alimentos em quantidades adequadas, de qualidade e que respeitem seus aspectos culturais. O que expõe esta população aos riscos e prejuízos inerentes a este tipo de privação, como: o desenvolvimento de DCNT, a perda de “saberes tradicionais”, etc.

Além dos aspectos nutricionais estas restrições também resultaram na deslocalização do sistema alimentar - o que intensificou a dependência dos caiçaras em relação aos mercados e consequentemente de renda monetária; na mercantilização da pesca; em modificações nos padrões de alocação de tempo; entre outras, ou seja desestruturou todo um sistema, gerando impactos inestimáveis sob os modos de vida desta população.

Este cenário reflete a urgência de que as leis que reconhecem e protegem o direito deste povo, como a Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); o Decreto 6040 que instituiu a Política

Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e a própria Constituição Federal, sejam cumpridas. E acima disto, que estas legislações embasem a efetivação de ações por parte do Governo, considerando a sua obrigatoriedade em garantir o acesso dos caiçaras de Barbados a direitos básicos.

Neste sentido, com base nos resultados deste estudo, nos relatos dos moradores da comunidade de Barbados, nos objetivos preconizados pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MOPEAR), e no resultado de trabalhos realizados anteriormente com populações caiçaras e pescadores artesanais em outras regiões do Brasil e do mundo, é possível sugerir a realização de algumas ações que podem ser desenvolvidas para mitigar os impactos sob esta sociedade tão marginalizada. As quais serão descritas abaixo.

1. Recategorização da UC de Parque Nacional para Reserva Extrativista (RESEX).

Considerando que a transição de uma categoria para outra possibilitará, não somente a conservação do ambiente, mas também dos meios de vida e a cultura dos caiçaras desta região. Esta recategorização pode proporcionar a retomada dos direitos desta população, diminuindo o impacto das transformações sobre seus modos de vida, e, em segunda instância, de suas condições de saúde.

A recategorização de UC em áreas ocupadas por populações caiçaras já foi sugerida em outros estudos (BEGOSSI, 1998; ROSSATO; LEITÃO FILHO; BEGOSSI, 1999). E efetivada na região da Juréia onde, conforme descrito no Estudo Técnico para a Recategorização de Unidades de Conservação e criação do mosaico de UCs Juréia-Itatins ([s.d.]: 5)

o estabelecimento de duas reservas de desenvolvimento sustentável RDS reparou um erro histórico, posto que as comunidades caiçaras que habitam a área da Estação Ecológica desde antes de sua criação possuem forte vínculo com o território e uma cultura indissociável do ambiente .

Este tipo de ação possibilitaria a retomada da realização de roças. O que pode contribuir com a SAN, ao considerar que a uma maior disponibilidade de alimentos provenientes dos recursos locais, pode favorecer a sua disponibilidade permanente e também resultaria na diminuição da necessidade de renda monetária para seu acesso. Tal fato

aumentaria a sustentabilidade das famílias, além de ofertar alimentos com uma qualidade nutricional superior aos industrializados.

2. Direito à consulta e participação ativa dos caiçaras na tomada de decisões:

O direito à consulta é garantida pelo artigo 6º no parágrafo 1º da convenção nº 169 da OIT, no qual está descrito que os governos deverão:

consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

E pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, nos parágrafos 2º e 3º do artigo 22:

“§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.”

“§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2o, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.”

Desta forma, é um dever do Estado proporcionar a participação efetiva dos caiçaras de Barbados no conselho consultivo do PNS, ou deliberativo (caso o PNS seja recategorizado para RESEX) para a elaboração do plano de manejo e na tomada de decisões no gerenciamento das áreas ocupadas e utilizadas por esta população.

Vale aqui destacar que a participação ativa deste grupo pode proporcionar a elaboração de medidas mais efetivas, considerando que neste sentido vai haver a interação dos conhecimentos empíricos dos caiçaras com os conhecimentos científicos dos gerenciadores das UCs.

Segundo Sanches (2016:9): a troca de informações e de experiências entre a diversidade de agentes sociais são condições mínimas e necessárias para um diálogo conciliador;

Os resultados de um estudo realizado com três países da Ásia: Nepal, Tailândia e China, demonstram que a proteção da vida selvagem só terá sucesso quando a gestão dos parques envolver os povos indígenas e abordar as questões de subsistência destas populações, ou seja, quando o planejamento do parque for participativo e onde as reformas políticas e socioeconômicas estiverem em andamento (NEPAL, 2002).

### 3. Acordos de pesca

Neste contexto, outra ação sugerida é o estabelecimento de acordos de pesca entre a população local e Instituições Ambientais, que sejam baseados na *Ley Modelo de Pesca Artesanal o en Pequeña Escala del Parlamento Latinoamericano* - a qual considera os direito dos pescadores artesanais e o acesso aos recursos pesqueiros, em particular para os povos e comunidades tradicionais e mulheres, objetivando garantir a sustentabilidade e segurança social destes grupos - (PARLATINO, 2017). O que possibilitaria reunir os pontos fortes dos dois lados e obter contribuições relevantes para a elaboração de acordos robustos (NORA et al., 2017).

Segundo dados da FAO (ONUBR, 2017), a pesca e a aquicultura sustentáveis desempenham um papel crucial na segurança alimentar e nutricional e nos meios de subsistência de milhões de pessoas. Neste sentido este tipo de medida pode trazer inúmeros benefícios para esta população;

### 4 – Aquisição de alimentos de produtores locais

Compra de alimentos produzidos localmente (como o pescado) para a alimentação escolar, o que possibilitaria ofertar uma alimentação de qualidade para as crianças do local e também ampliaria a possibilidade de acesso a recursos monetários dos pescadores da comunidade;

A alimentação escolar vem se transformando em um importante mecanismo de escoamento da produção da agricultura familiar (SOARES et al., 2013). Segundo Sores et al. (2013) para esta ação é muito importante a articulação entre os agentes locais, sendo que estes apresentam um papel fundamental no planejamento e execução dos programas, especialmente diante da atuação limitada da gestão pública municipal e do controle social. Porém, também se faz necessário a atuação dos conselhos como o CONSEA, conselho de alimentação escolar, conselho de saúde, entre outros.

##### 5- Desenvolvimento de novos estudos

A realização de mais estudos que possam avaliar as condições de saúde e nutrição desta população, a fim de identificar a magnitude do impacto das transformações sob este grupo, subsidiando e possibilitando a adequação de Políticas Públicas direcionadas aos caiçaras.

## 7.1 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Ainda que uma descrição mais detalhada das condições de saúde e educação não fizessem parte dos objetivos deste trabalho, em algum momento ela permeou a discussão. Na classificação geral do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Paraná, dos 399 municípios que compõem o estado, Guaraqueçaba ocupou a 396<sup>o</sup> posição, com um IDH de 0.587 (Atlas do desenvolvimento humano, [S.D.]). Este resultado sinaliza as péssimas condições de saúde e educação desta população e a omissão do Estado, e aponta para a necessidade da realização de pesquisas que efetivamente contribuam para a mudança neste panorama.

Mesmo que os resultados desta pesquisa possam ser em alguma medida estendidos a outras comunidades da região, a realização de mais estudos sobre o tema, de modo a possibilitar análises comparativas, poderão contribuir com a geração de informações sobre os impactos das transformações nos modos de vida destas comunidades.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.
- ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. A. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. Annablume, 2006.
- ADAMS, C; MURRIETA, R. S. S.; SANCHES, R. A. Agricultura e Alimentação em Populações Ribeirinhas das Várzeas do Amazonas: Novas Perspectivas. **Ambiente & Sociedade**, v.3, n. 1, 2005.
- ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. A.; SOUZA, R. M.; GUSSO, D. **Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil**. Pescadores da Vila de Superagui. Guaraqueçaba, Paraná. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA edições, 2010.
- ALVES, R. R. N.; MENDONÇA, L. E. T.; CONFESSOR, M. V. A.; VIEIRA, W. L. S.; LOPEZ, L. C. S. Hunting strategies used in the semi-arid region of northeastern Brazil. **J Ethnobiology and Ethnomedicine** 2009, **5**:1-12.
- ARAUJO, L. G. **Enobotânica caiçara: Diversidade e conhecimento de recursos vegetais no litoral Paulista**. Dissertação (Instituto de biologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.
- BAIRD, T. D.; LESLIE, P. W. Conservation as disturbance: Upheaval and livelihood diversification near Tarangire National Park, northern Tanzania. **Global Environmental Change**, v. 23, n. 5, p. 1131-1141, 2013.
- BALÉE, W. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, 2008.
- BARRETO FILHO, H.T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, p. 109-143, 2006.

BAZZO, J. **Mato que vira mar, mar que vira mato: O território em movimento na vila de pescadores da Barra da Arapira (Ilha do Superagui, Guaraqueçaba, Paraná)**. 292f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BEGOSSI, A. Caiçaras, Caboclos and Natural Resources: Rules and Scale Patterns. **Ambiente & Sociedade** - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

BEGOSSI, A. Food taboos at Búzios Island (Brazil): Their significance and relation to folk medicine. **J Ethnobiol.** 12: 117- 139, 1992.

BEGOSSI, A. O cerco flutuante e os caiçaras do litoral norte de São Paulo, com ênfase à pesca de Trindade, RJ. **Interciencia**, v. 36, n. 11, p. 803-807, 2011.

BEGOSSI, A. Small-scale fisheries in Latin America: management models and challenges. **MAST**, v. 9, n. 2, p. 7-31, 2010.

BEGOSSI, A. The application of ecological theory to human behavior: niche, diversity and optimal foraging. **Human Ecology: Progress through Integrative Perspectives. Society for Human Ecology. East Lansing, IL**, p. 153-161, 1995.

BEGOSSI, A. The ethnoecology of Caiçara metapopulations (Atlantic Forest, Brazil): ecological concepts and questions. **Journal of ethnobiology and ethnomedicine**, v. 2, n. 1, p. 40, 2006.

BEGOSSI, A.; FIGUEIREDO, J. L. Ethnoichthyology of southern coastal fishermen: cases from Búzios Island and Sepetiba bay (Brazil). **Bulletin of Marine Science**, 56 (2), p. 710-717, 1995.

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; PERONI, N. Knowledge and use of biodiversity in Brazilian hot spots. **Environment, development and sustainability**, v. 2, n. 3-4, p. 177-193, 2000.

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; TAMASHIRO, J.Y. Medicinal plants in the Atlantic Forest (Brazil): knowledge, use, and conservation. **Human ecology**, v. 30, n. 3, p. 281-299, 2002.



- BEGOSSI, A.; LEITÃO-FILHO, H. F.; RICHERSON, P. J. Plant uses in a Brazilian coastal fishing community (Búzios Island). **Journal of Ethnobiology**, v. 13, n. 2, p. 233-256, 1993.
- BEGOSSI, A.; LEME, A.; SEIXAS, C. S.; CASTRO, F.; PEZZUTI, J.; HANAZAKI, N.; PERONI, N.; SILVANO, R. A. M. **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo, Hucitec. 2004.
- BEGOSSI, A.; RICHERSON, P. J. Biodiversity, family income and ecological niche: a study on the consumption of animal foods on Búzios Island (Brazil). **Ecology of Food and Nutrition**, v. 30, n. 1, p. 51-61, 1993.
- BEGOSSI, A.; SALIVONCHYK, S. V.; SILVANO, R.A.M. A segurança alimentar de comunidades pesqueiras do Sudeste do Brasil: dimensões complementares e um exemplo com o robalo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.21, n.1, p.404-416, 2014.
- BELHABIB, D.; SUMAILA, U. R.; PAULY, D.. Feeding the poor: contribution of West African fisheries to employment and food security. **Ocean & Coastal Management**, v. 111, p. 72-81, 2015.
- BERSAMIN, A.; LUICK, B.; LARDON, C.; WOLSKO, C.; BOYER, B. B.; STERN, J. S.; ZIDENBERG-CHERR, S. Some consequences of the delocalization of the food system in rural Alaska Native communities: the CANHR Study. **The FASEB Journal**, v. 20, n. 4, p. A552-A553, 2006.
- BORSATTO, R. S.; OTTMANN, M. M. A.; DA FONTE, N. N.; JÚNIOR, H. A. C.; ALANO, E. D. R. C.; CAVALLET, V. J. Problemas agrários do litoral paranaense: abordagem histórica. **Scientia agraria**, v. 8, n. 4, p. 421-430, 2007.
- BOUTIN, L. **Superagui**. Biblioteca Pública do Paraná. 19??.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível. em: . Acesso em: 14 de maio de 2017.

BRASIL. Decreto 91.888. **Declara como Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE as Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho, localizadas no Estado do Paraná e dá outras providências.** Brasília 05 de novembro de 1985.

BRASIL. Decreto 97.688. **Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências.** Brasília 25 de abril de 1989.

BRASIL. Decreto nº 90.883. **Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências.** Brasília 31 de janeiro de 1985.

BRASIL. Decreto nº 1.228. **Cria a Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaraqueçaba, localizada no município de Guaraqueçaba, com o objetivo de assegurar a proteção de área representativa da floresta atlântica.** Paraná 27 de março de 1992.

BRASIL. Decreto nº 87.222, de 31 de maio de 1982. **Cria as Estações Ecológicas do Seridó, Serra das Araras, Guaraqueçaba, Caracará e dá outras providências.** Brasília, 31/05/1982.

BRASIL. Lei 11.428. **Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.** 22 de dezembro de 2006.

BRASIL. Lei 11.516. **Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes;** altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 28/08/2007.

BRASIL. Lei 6.938. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Brasília 31 de agosto de 1981.

BRASIL. Lei 9.985. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Brasília 18/06/2000.

BRASIL. Lei Federal nº 9.513. **Amplia os limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989.** Brasília, 20/11/1997.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Brasília, 15 de setembro de 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica;** altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 16 de junho de 2009.

BRASIL. **Mapa da área de aplicação da lei 11.428 de 2006.**  
Disponível em: mapa da área de aplicação da lei 11.428 de 2006.  
Acesso dia 19 de agosto de 2016.

BRASIL. Presidência da República. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Brasília. 2007.

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.** Brasília, 1998.

BRASIL. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. **Aprova as Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** Brasília, DF, 1996.

BRIMBLECOMBE, J. K. et al. Characteristics of the community-level diet of Aboriginal people in remote northern Australia. **Medical Journal of Australia**, v. 198, n. 7, p. 380-384, 2013.

CAMARGO, A. **Da terra ao mar: turismo de base comunitária no espaço vivido de Superagüi-Guaraqueçaba, Paraná**. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CAMPOLIM, M. B.; PARADA, I. L. S.; YAMAOKA, J. G. Gestão participativa da visitação pública na comunidade do Marujá-Parque Estadual da Ilha do Carodoso. **IF Sér Reg, São Paulo**, v. 33, p. 39-49, 2008.

CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2005.

CAVECHIA, L.A.; CANTOR, M.; BEGOSSI, A.; PERONI, N. Resource-use patterns in swidden farming communities: implications for the resilience of cassava diversity. **Human ecology**, v. 42, n. 4, p. 605-616, 2014.

CLIFFORD, J. **Sobre a autoridade etnográfica**. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 17-99, 1998.

COELHO, K. D. S. **Entre Ilhas e Comunidades: Articulações Políticas e Conflitos Socioambientais no Parque Nacional do Superagui**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2014.

CONSEA a. **Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar**. Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2014.

Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014-1/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>.

Acesso: 03/07/2017.

CONSEA b. **TEKOHA: Direitos dos Povos Guarani e Kaiowá**: Visita do CONSEA ao Mato Grosso do Sul. Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2017. Disponível em:

file:///C:/Users/Jhuly/Downloads/Tekoha\_Relat%C3%B3rio%20CONSEA\_Guarani%20e%20Kaiow%C3%A1\_2017.pdf. Acesso: 05 de julho de 2017.

CONSEA c. **Segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar.** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acao-informacao/institucional/conceitos> Acesso: 06/09/2017.

CONSEA d. **Direito Humano à Alimentação Adequada.** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acao-informacao/institucional/conceitos/direito-humano-a-alimentacao-adequada>. Acesso: 06/09/2017.

CONSEA e. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2017. <http://www4.planalto.gov.br/consea/acao-informacao/institucional/conceitos/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso: 06/09/2017.

CUNHA, L. H. O. **Ordens e desordens socioambientais saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

DEAN, W. **A ferro e fogo - A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 484 p, 1996.

DENARDIN, V. F. LAUTERT, L. F.; RIBAS, C. P.; ZANETTI, R. Farinha de Mandioca no Litoral Paranaense: um Produto com Potencial Agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2420-2424, 2009.

DIEGUES, A. C. **A mudança como modelo cultural:** o caso da cultura caiçara e a urbanização. Em Diegues AC (Org.) Enciclopédia Caiçara. Vol. I. O Olhar do Pesquisador. Hucitec, pp. 21-48. São Paulo, Brasil, 2004.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2001.

DIEGUES, A.C **Ilhas e Mares, simbolismo e imaginário**. Hucitec/Nupaub, SP, 1998.

DIEGUES, A.C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: ed. Ática, 1983.

DIEGUES, A.C. **Pescadores, sitiantes e trabalhadores do mar**. 314 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

DOMINGUES, Z. H. **História da cobertura florestal de Guaraqueçaba, PR: estudo de caso da bacia do rio Taçaçaba**. 2004. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

DUARTE, L. **Argonautas do Superagui: identidade, território e conflito em um parque nacional brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Centro de Ciências Humanas e Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DUARTE, T. **A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)**. e- Working Paper. Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, 2009.

DUFOUR, D. L.; TEUFEL, N. I. **Minimum data sets for the description of diet and measurement of food intake and nutritional status**. In: MORAN, E. F. (Ed.) *Comparative Analysis Toward Common Standards for Data Collection and Reporting*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

EDUCAÇÃO do campo. [S.I.], [S.D.]. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/graduacao/educacao-do-campo/>. Acesso: 11 de junho de 2017.

ESTADES, N. P. o Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 8, p. 25-41, jul/dez. 2003.

FAO. **Contribution of Fisheries to National Economies in West and Central Africa** - Policies to Increase the Wealth Generated by Small-scale Fisheries, New Directions in Fisheries e a Series of Policy Briefs on Development Issues. FAO, Rome, 2006.

FEILER, C. **Projeto barco sorriso**. [s.d.]. Disponível em: <http://nossacausa.com/projeto-barco-sorriso/>. Acesso: 11 de junho de 2017.

FISBERG, R.M.; SLATER, B.; MARCHIONI, D. M.L.; MARTINI, L. A. **Inquéritos Alimentares: Métodos e bases científicos**. Editora Manole. São Paulo, 2005.

FOALE, S.; COHEN, P.; JANUCHOWSKI-HARTLEY, S.; WENGER, A.; MACINTYRE, M. Tenure and taboos: origins and implications for fisheries in the Pacific. **Fish and Fisheries**, v. 12, n. 4, p. 357-369, 2011.

FRANÇA, A. **A Ilha de São Sebastião**. Estudo de Geografia Humana, São Paulo, FFCL - USP, Boletim 178, Geografia, n. 10, 1954.

FRANCO, G. Tabela de composição química dos alimentos. In: **Tabela de composição química dos alimentos**. Atheneu, 2005.

GARROTE, V. **Os Quintais Caiçaras, suas Características Sócio-ambientais e Perspectivas para a Comunidade do Saco do Mamangá, Paraty-RJ**. Dissertação (Recursos Florestais com opção em Conservação de Ecossistemas Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, São Paulo, 2004.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIRALDI, M. **Recursos alimentares vegetais em duas comunidades caiçaras no sudeste do Brasil: discutindo modos de vida e segurança alimentar**. Dissertação (Mestrado em botânica). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

GIRALDI, M.; HANAZAKI, N. Use of Cultivated and Harvested Edible Plants by Caiçaras-What Can Ethnobotany Add to Food Security Discussions?. **Human Ecology Review**, v. 20, n. 2, p. 51-73, 2014.

GOENFLO, L. J.; ROMAINE, S.; MITTERMEIER, R. A.; WALKER-PAINEMILLA, K. Co-occurrence of linguistic and biological diversity in biodiversity hotspots and high biodiversity wilderness areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 109, n. 21, p. 8032-8037, 2012.

GUGELMIN, S. A. **Nutrição e alocação de tempo dos Xavantes de Pimentel Barbosa, Mato Grosso: um estudo em ecologia humana e mudanças**. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública, 1995.

GUGELMIN, S. A.; SANTOS, R. V. Ecologia humana e antropometria nutricional de adultos Xavante, Mato Grosso, Brasil Human ecology and nutritional anthropology of adult Xavante Indians in Mato Grosso, Brazil. **Cad. Saúde Pública**, v. 17, n. 2, p. 313-322, 2001.

HANAZAKI, N. **Ecologia de Caiçaras: Uso de Recursos e Dieta**. Tese (Doutorado em ecologia). Universidade Estadual de Campinas, 2001.

HANAZAKI, N.; ALVES, R.R. N.; BEGOSSI, A. Hunting and use of terrestrial fauna used by Caiçaras from the Atlantic Forest coast (Brazil). **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 5, n. 1, p. 1-8, 2009.

HANAZAKI, N.; BEGOSSI, A. Catfish and Mullet: The Food Preferences and Taboos of "Caiçaras"; Southern Atlantic Forest Coast, Brazil. **Interciencia**, v. 31, n. 2, p. 123-129, 2006.

HANAZAKI, N.; BEGOSSI, A. Does fish still matter? Changes in the diet of two Brazilian fishing communities. **Ecology of Food and Nutrition**, v. 42, n. 4-5, p. 279-301, 2003.

HANAZAKI, N.; BEGOSSI, A. Fishing and niche dimension for food consumption of caiçaras from Ponta do Almada (Brazil). **Human Ecology Review**, v. 7, n. 2, p. 52-62, 2000.

HANAZAKI, N.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S.; PERONI, N. Livelihood diversity, food security and resilience among the Caiçara of Coastal Brazil. **Human Ecology**, v. 41, n. 1, p. 153-164, 2013.



HANAZAKI, N.; LEITÃO-FILHO, H. F.; BEGOSSI, A. Uso de Recursos na Mata Atlântica: O Caso da Ponta do Almada (Ubatuba, Brasil). **Interciência**, 21(6): 268-276, 1996.

HANAZAKI, N.; TAMASHIRO, J. Y.; LEITÃO-FILHO, H. F.; BEGOSSI, A. Diversity of plant uses in two Caiçara communities from the Atlantic Forest coast, Brazil. **Biodiversity and Conservation**, v. 9, n. 5, p. 597-615, 2000.

HANAZAKI, N.; CASTRO, F. D.; OLIVEIRA, V. G.; PERONI, N. Between the sea and the land: the livelihood of estuarine people in southeastern Brazil. **Ambiente & sociedade**, v. 10, n. 1, p. 121-136, 2007.

HELTON, A. Dieta da população brasileira está cada vez mais padronizada. **Agência FAPES (on line)**, 2016. Disponível em [http://agencia.fapesp.br/dieta\\_da\\_populacao\\_brasileira\\_esta\\_cada\\_vez\\_mais\\_padronizada/23715/](http://agencia.fapesp.br/dieta_da_populacao_brasileira_esta_cada_vez_mais_padronizada/23715/). Acesso, 01 de junho de 2017.

HESELBERG, J.; YARO, J. A.; An assessment of the extent and causes of food insecurity in northern Ghana using a livelihood vulnerability framework. **GeoJournal**, v. 67, n. 1, p. 41-55, 2006.

IBGE. **Informações Estatísticas. Paraná. Guaraqueçaba**. Instituto Brasileiro de Geografia, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410950> Acesso em: 10/nov. 2015.

IBGE. **População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena – Brasil 1991/2010**. Instituto Brasileiro de Geografia Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html> Acesso em: 23/dez. 2015.

IBGE. **Tabela de composição de alimentos**. Instituto Brasileiro de Geografia, 5ª edição. Rio de Janeiro, 1999.

IPARDES. **Zoneamento da área de Guaraqueçaba**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 2001.

ISAAC, V. J.; ALMEIDA, M. C.; GIARRIZZO, T.; DEUS, C. P.; VALE, R.; KLEIN, G.; BEGOSSI, A. Food consumption as an indicator

of the conservation of natural resources in riverine communities of the Brazilian Amazon. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 87, n. 4, p. 2229-2242, 2015.

KASSEBOEHMER, A. L. **Restrições e impactos da legislação ambiental aplicada no município de Guaraqueçaba–Paraná**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2007.

KUMAR, A.; AYYAPPAN, S. Food security and public distribution system in India. **Agricultural Research**, v. 3, n. 3, p. 271-277, 2014.

LEITE M.S. **Transformação e persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

LOPES, P. F. M.; BEGOSSI, A. Temporal changes in caíçara artisanal fishing and alternatives for management: a case study on the southeastern Brazilian coast. *Biota Neotrop.* vol. 8, no. 2, Abr./Jun. 2008.

LOPES, P. F.; FRANCISCO, A. S.; BEGOSSI, A. Pesquerías artesanales comerciales en la costa sur del estado de sao paulo, brasil: Estructura ecológica, social y económica. **Interciencia**, v. 34, n. 8, p. 536-542, 2009.

LOUZADA, M. L. D. C.; MARTINS, A. P. B.; CANELLA, D. S.; ARALDI, L. G., LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; ... ; MONTEIRO, C. A. Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. **Revista de saude publica**, v. 49, p. 00-00, 2015.

MACARTHUR, R. H.; PIANKA, E. R. On optimal use of a patchy environment. **American Naturalist**, 100: 603 – 609, 1996.

MACCORD, P.; BEGOSSI, A. Dietary changes over time in a caíçara community from the Brazilian Atlantic Forest. **Ecology and Society**, v. 11, n. 2, 2006.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCILIO, M. L. **Caçara: terra e população**. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo, Edições Paulinas/CEDHAL, 1986.

MARTINS, A. P. B.; LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; MOUBARAC, J. C.; MONTEIRO, C. A. Increased contribution of ultra-processed food products in the Brazilian diet (1987-2009). **Revista de saúde pública**, v. 47, n. 4, p. 656-665, 2013.

MARTINS, P. **Um divertimento trabalhado: Prestígios e rivalidades no Fazer Fandango da Ilha dos Valadares**. 123f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

MATTSSON, E.; OSTWALD, M.; NISSANKA, S. P. What is good about Sri Lankan homegardens with regards to food security? A synthesis of the current scientific knowledge of a multifunctional land-use system. **Agroforestry Systems**, p. 1-16, 2017.

MAUÉS, R. H.; MOTTA-MAUÉS, M. A. O modelo da “reima”: representações alimentares em uma comunidade amazônica. **Anuário Antropológico**, v. 77, p. 120-147, 1978.

MCCUNE, L. M.; KUHNLEIN, H. V. Assessments of indigenous peoples' traditional food and nutrition systems. **Ethnobiology**. John Wiley & Sons, Inc, New Jersey, USA, p. 249-266, 2011.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 145-158, 2008.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, 21(Suplemento):145-158, 2008.

MENDONÇA, A. L. F. **A Ilha do Cardoso: o Parque Estadual e os moradores**. In *MSc Dissertation* Universidade de São Paulo, Piracicaba; 2000.

MENDONÇA, T.C. M.; SANTOS, R. D. O.; LOPES, P. C. B.; REIS ANDRADE, S.;

MORAES, A. P. V. Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caixaras, quilombolas e indígenas. **Capa**, v. 10, n. 2, 2017.

MESSER, E. Anthropological perspectives on diet. **Annual review of anthropology**, v. 13, n. 1, p. 205-249, 1984.

MIRANDA, T. L.; HANAZAKI, N.; GOVONE, J. S.; ALVES, D. M. M. Existe utilização efetiva dos recursos vegetais conhecidos em comunidades caixaras da Ilha do Cardoso, estado de São Paulo, Brasil?. **Rodriguésia-Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro**, v. 62, n. 1, 2011.

MIRANDA, T. M.; HANAZAKI, N. Knowledge and use of coastal sand-dune plant resources by communities from Cardoso (São Paulo) and Santa Catarina (Santa Catarina) islands, Brazil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 22, n. 1, p. 203-215, 2008.

MONTEIRO, T. L. Ação política e afirmação territorial: turismo de base comunitária entre os caixaras de São Gonçalo, Paraty, Rio de Janeiro. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 7, 2015.

MOREL, A. P. S.; OLIVEIRA JUNIOR, G. A.; ANTONIALI, F.; FREITAS, R. C.; MACEDO, S. B. Novos Debates Interdisciplinares: Antropologia da Alimentação e o Comportamento do Consumidor. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, vol. 5 n° 1, P 178-197, 2016.

MOUBARAC J-C.; MARTINS A. P.; CLARO R. M.; LEVY R. B.; CANNON G.; MONTEIRO C.A. Consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health. Evidence from Canada. **Public Health Nutr.** 2013;16(12):2240-8. DOI:10.1017/S1368980012005009

MOURÃO, F. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Nupaub/Cec, 1971.  
MPPR Ministério Público do Paraná. **Ministério Público do Paraná cancela licitação de aquisição de cestas básicas em Guaraqueçaba, 2016**. Disponível em: <http://www.jornaldosbairroslitoral.com.br/mppr->

cancela-licitacao-de-aquisicao-de-cestas-basicas-em-guaraquecaba.  
Acesso dia 28/05/2017.

MPPR. **Cartografia Social retrata a realidade de Superagui, 2010.**  
Ministério Público do Paraná. Disponível em:  
<http://www.direito.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=65>.  
Acesso: 11/06/2017.

MUNIZ, J. C. Vila de Arapira-desenvolvimento e abandono: um estudo a partir da memória oral de ex-moradores. Paranaguá. 82 f. **Monografia apresentada ao curso de licenciatura em História, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, 2008.**

MURRIETA, R. S. A mística do Pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo Amazonas. **Horizontes antropológicos**, v. 7, n. 16, p. 113-130, 2001.

MURRIETA, R. S. S. O. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Rev. Antropol.** vol.44 no.2 São Paulo, 2001

MURRIETA, R. S. S., “O Dilema do Papa-Chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará”. **Revista de Antropologia.** 41(1): 97 - 150, 1998.

MURRIETA, R. S. S.; DUFOUR, D. L.; SIQUEIRA, A. D. Food consumption and subsistence in three Caboclo populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil. **Human Ecology**, 27: 455-475, 1999.

MUSSOLINI, G. *Ensaios de antropologia indígena e caiçara.* Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.

NAKAMURA, E. M. **A dimensão alimentar do nicho ecológico de populações humanas no entorno de unidade de conservação de proteção integral:** o contexto do Parque Estadual Acaraí, SC. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2013.

NAKAMURA, E. M.; HANAZAKI, N. Protected Area Establishment and Its Implications for Local Food Security. **Human Ecology Review**, v. 22, n. 1, p. 1-22 2016.

NARDOTO, G. B. et al. Frozen chicken for wild fish: nutritional transition in the Brazilian Amazon region determined by carbon and nitrogen stable isotope ratios in fingernails. **American Journal of human biology**, v. 23, n. 5, p. 642-650, 2011.

NASI, R.; TABER, A.; VAN VLIET, N. Empty forests, empty stomachs? Bushmeat and livelihoods in the Congo and Amazon Basins. **International Forestry Review**, v. 13, n. 3, p. 355-368, 2011.

NEEF, A.; ONCHAN, T.; SCHWARZMEIER, R. Access to natural resources in mainland Southeast Asia and implications for sustaining rural livelihoods--The case of Thailand. **Quarterly Journal of International Agriculture**, v. 42, n. 3, p. 329-350, 2003.

NEPAL, S. K. Involving indigenous peoples in protected area management: Comparative perspectives from Nepal, Thailand, and China. **Environmental Management**, 30, 748-763, 2002.

NIVALDO, P.; SODERO, M. P.; AKIHIKO, A. Diversidade inter-e intra-específica e uso de análise multivariada para morfologia da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz): um estudo de caso. **Scientia agricola**, 1999.

NORA, F. P. M; NORA, V. F.; CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BEGOSSI, A. Pescadores da Praia Grande, Paraty, RJ: aspectos da resiliência em seu sistema socioecológico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 439-457, 2017.

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Organização Internacional do Trabalho - Brasília: OIT, 2011.

OLIVEIRA, F. C. **Etnobotânica da exploração de espécies vegetais para confecção do cerco-fixo na região do Parque Estadual Ilha do Cardoso, SP**. Dissertação (Mestrado de Biologia Vegetal). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Organização das Nações Unidas (ONUBR). **América Latina e Caribe adotam primeira lei modelo de pesca artesanal do mundo**. ONU 23/07/2017 Disponível em : <https://nacoesunidas.org/america-latina-e-caribe-adotam-primeira-lei-modelo-de-pesca-artesanal-mundo/>. Acesso, 26/06/2017.

PARLATINO. **Ley Modelo de Pesca Artesanal o en Pequeña Escala del Parlamento Latinoamericano**. Parlamento Latino Americano. Proyecto borrador, 2017. Disponível em: [http://www.parlatino.org/pdf/leyes\\_marcos/leyes/ley-modelo-pesca-artesanal.pdf](http://www.parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-modelo-pesca-artesanal.pdf). Acesso, 25 de junho de 2017.

PEDROSO JÚNIOR, N. N. **Etnoecologia e conservação em áreas naturais protegidas**: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagui. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais). Departamento de Ecologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 1995.

PELTO, G. H.; GOODMAN, A. H.; DUFOUR, D. L. The Biocultural Perspective in **Nutritional Anthropology**, 1981.

PELTO, G. H.; PELTO, P. J. Diet and delocalization: Dietary changes since 1750. **The Journal of interdisciplinary history**, v. 14, n. 2, p. 507-528, 1983.

PELTO, G. H.; VARGAS, L. A. Introduction: Dietary change and nutrition. **Ecology of Food and Nutrition** 27: 159-161, 1992.

PELTO, G.H.; PELTO, P.J.; MESSER, E. **Research Methods in Nutritional Anthropology**. The United Nations University, 1989.

PEREIRA DA SILVA et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cad. Saúde Pública**, v.33, n:4, p. 1-14, 2017.

PERONI, N. Ecologia e genética da mandioca na agricultura itinerante do litoral sul paulista: uma análise espacial e temporal. 2004.

PERONI, N.; BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N. Artisanal fishers' ethnobotany: from plant diversity use to agrobiodiversity management. **Environment, development and sustainability**, v. 10, n. 5, p. 623-637, 2008.

PERONI, N.; HANAZAKI, N. Current and lost diversity of cultivated varieties, especially cassava, under swidden cultivation systems in the Brazilian Atlantic Forest. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 92, n. 2, p. 171-183, 2002.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; DE SOUZA, M. C.; MILENA, K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006.

PINHEIRO, A. B. V.; LACERDA, E. M. D. A.; BENZECRY, E. H.; GOMES, M. C. D. S.; COSTA, V. M. D. **Tabela para avaliação de consumo alimentar em medidas caseiras**. Atheneu, 2008.

PINTO, L. P.; BEDÊ, L. C.; FONSECA, M. T.; LAMAS, I. R.; MESQUITA, C. A. B.; PAGLIA, A. P.; PINHEIRO, T. C.; SÁ, M. B. Mata Atlântica In: SCARANO, F.R.; SANTOS, I.L.; MARTINS, A.C.I.; SILVA, J.M.C.; GUIMARÃES, A.L.; MITTERMEIER, R.A. **Biomás brasileiros: retratos de um país plural**. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2012.

RAINHO, A. P. **A gente Vive no Mar: Saberes Oceanográficos na Comunidade Tradicional Barra da Ararapira**. Dissertação (Antropologia Social) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil** Companhia das Letras, 2º edição – São Paulo, 1995.

ROCHA, E. **Nomes, rezas e anzóis: tradição e herança caiçara**. 101f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.



ROSSATO, S. C.; DE LEITÃO-FILHO, H. F.; BEGOSSI, A.  
Ethnobotany of caiçaras of the Atlantic Forest coast (Brazil). **Economic botany**, v. 53, n. 4, p. 387-395, 1999.

ROTHEN, L. **A vida na Barra. Etnografia de uma comunidade de pescadores do litoral norte Paraná**. 129f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

RUEL, M. T. Operationalizing Dietary Diversity: A Review of Measurement Issues and Research Priorities. **Journal of Nutrition**, 113, 2003.

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geografia Nacional**. Typ. da Casa Eclética R. 15 de Novembro, São Paulo, 1991.

SANCHES, R. A. **Caiçaras e a estação ecológica de Jureia-Itatins: litoral sul de São Paulo**. Annablume, 2004.

SANCHES, R. A. **Caiçaras Communities of the southeastern coast of São Paulo State (Brasil): traditional activities and the conservation policy for the Atlantic Rain Forest**. *Human Ecology Review*, 8(2):52-64, 2001.

SARTI, Flavia M.; ADAMS, C.; MORSELLO, C.; VAN VLIET, N.; SCHOR, T.;

YAGÜE, B.; CRUZ, D. Beyond protein intake: bushmeat as source of micronutrients in the Amazon. **Ecology and Society**, v. 20, n. 4, 2015.

SCHERER, E. **Michaud, O Pintor de Superagui**. Imprensa Oficial. Curitiba, 1988.

SCHIOCCHET, L. **O que o homem proíbe na terra, Deus traz pelo mar: Conhecimento, conflito e mito na Vila da Barra do Superagui**. 184f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SILVA, B. M. **Consumo alimentar na comunidade caiçara da Praia do Bonete, Ihabela, São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade Estadual de São Paulo (UNICAMP), São Paulo, 2006.

SILVA, R. J.; GARAVELLO, M. E. D. P. E.; NARDOTO, G. B.; MAZZI, E. A.; MARTINELLI, L. A. Factors influencing the food transition in riverine communities in the Brazilian Amazon. **Environment, Development and Sustainability**, v. 19, n. 3, p. 1087-1102, 2017.

SILVA, T. E. M. **Os pequenos pescadores, trabalhadores para o capital**. In: Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 3, 1989, São Paulo. Coletânea de Trabalhos Apresentados. PCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN, p. 37-48, São Paulo, 1989.

SMITH, NIGEL J.H. Man, Fishes, and the Amazon. Columbia University Press, New York, 1981.

SMITH, NIGEL J.H. Utilization of game along Brazil's transamazon highway. **Acta Amazonica** 6:455-466, 1976.

SOARES, P.; MARTINELLI, S. S.; MELGAREJO, L.; CAVALLI, S. B. Fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 20, n. 1, p. 41-51, 2013.

SOUZA, R. M., et al. **Identidade Coletiva e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil**. UEA edições, Manaus, 2014.

SPVS. **Atlas Ambiental da APA de Guaraquecaba**. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Curitiba, 2000.

SUNDERLAND, T. C. H. Food security: why is biodiversity important? **International Forestry Review**, v. 13, n. 3, p. 265-274, 2011.

TACO. Tabela brasileira de composição de alimentos. In: **Tabela brasileira de composição de alimentos**. NEPA-UNICAMP, 2004.

TRAEBERT, J.; MOREIRA, E. A. M.; BOSCO, L. B.; ALMEIDA, I. C. S. Transição alimentar: problema comum à obesidade e à cárie dentária. **Revista de Nutrição**, v. 17, n.2, p. 247 – 253, 2004.

TRIMBLE, M.; JOHNSON, D. Artisanal fishing as an undesirable way of life? The implications for governance of fishers' wellbeing aspirations

in coastal Uruguay and southeastern Brazil. **Marine Policy**, v. 37, p. 37-44, 2013.

Unidades de Conservação do Brasil. **Reserva extrativista**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/uso-sustent%C3%A1vel/reserva-extrativista>. Acesso 04 de julho de 2017.

USP. **Tabela Brasileira de Composição Brasileira**. Universidade de São Paulo Disponível em <http://www.intranet.fcf.usp.br/tabela/>. Acesso: 11 de junho de 2016.

UZENDOSKI, M. A. Manioc beer and meat: value, reproduction and cosmic substance among the Napo Runa of the Ecuadorian Amazon. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 10, n. 4, p. 883-902, 2004.

VIVEKANANDA, Guadalupe. **Parque Nacional do Superagüi: a presença humana e os objetivos de conservação**. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná, 2001.

VON BEHR, M. **Guarakessaba, Paraná, Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

WOORTMANN, K. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 19, n. 1, 2008.

ZANONI, M.; FERREIRA, A. D.; MIGUEL, L. D. A.; FLORIANI, D.; CANALI, N.; RAYNAUT, C. 2000 - Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 2, 2000.

## APÊNDICE 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### **Modos de Vida, Sistemas Alimentares e Mudanças: Os Caiçaras de Barbados, Paraná, Brasil**

Prezado participante, você está sendo convidado a participar da pesquisa “**Modos de Vida, Sistemas Alimentares e Mudanças: Os Caiçaras de Barbados, Paraná, Brasil**”, a qual será desenvolvida por Jhulielli da Rocha, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do professor Dr. Maurício Soares Leite.

O objetivo deste estudo é descrever e compreender como vivem, trabalham e têm acesso aos alimentos os moradores da comunidade de Barbados. É o que chamamos de sistema alimentar da comunidade de Barbados, ou seja, tudo que envolve a alimentação da comunidade, desde o acesso aos alimentos, seja pela produção, pela compra ou por outras formas, até o seu uso e consumo.

A pesquisa acontecerá com a permanência da pesquisadora na comunidade para observar as atividades do dia-a-dia relacionadas à alimentação dos moradores, e através de conversas com os moradores sobre estas atividades e sobre a sua alimentação. Nenhuma espécie animal ou vegetal será retirada do local pela pesquisadora.

Esse estudo é importante para que possamos aprender sobre a sua vida e sobre a sua alimentação. A participação na pesquisa não trará riscos para sua vida e sua saúde, e, além disso, será evitado qualquer desconforto ou constrangimento dos entrevistados.

A sua participação na pesquisa é voluntária, você pode decidir em participar ou não da mesma. A qualquer momento pode desistir de participar do estudo sem qualquer prejuízo. Você não terá nenhuma despesa para participar e também não receberá pagamento para participar dela. Se por um acaso a pesquisa gerar custos, você receberá uma indenização financeira que deverá ser calculada de acordo com os gastos reais do participante.

Suas informações são confidenciais, sendo garantida a privacidade, ou seja, seu nome não será divulgado em trabalhos ou

relatórios. O objetivo da pesquisa é científico e em nenhum momento terá uso comercial.

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados em artigos científicos, dissertação e nota para a imprensa. Além disso, os dados serão discutidos com a comunidade em linguagem acessível.

Antes da realização da pesquisa ela passa por um Comitê de Ética, onde são analisados os aspectos éticos das pesquisas. Essa pesquisa foi aprovada pelo sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (parecer n° 1.692.221). Você pode entrar em contato com esse Comitê de Ética a qualquer momento.

Endereço: Rua Desembargador Vitor Lima n° 222, Trindade, Florianópolis, SC

Prédio da Reitoria II, 4° andar, sala 401.

Telefone: (48) 37216094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 10h às 12h e das 16h às 18h.

Esse Termo será redigido em duas vias, sendo uma para o participante (no caso o Sr. ou Sra.) e outra para o pesquisador (Jhulielli da Rocha).

Caso tenha qualquer dúvida em relação à pesquisa você pode entrar em contato com os pesquisadores Jhulielli da Rocha ou Maurício Soares Leite pelos telefones (48) 98585155 (TIM) ou (41) 92487223 (VIVO) (48) 96359435 (TIM), pelo e-mail [jhuliellirocha@hotmail.com](mailto:jhuliellirocha@hotmail.com) ou com o Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina, neste endereço: Departamento de Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário, Trindade. CEP 88040-900. Florianópolis, SC.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e conhecer meus direitos de:

- receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;

- retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
- não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
- procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Eu

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_,

declaro estar ciente do exposto e desejar participar da pesquisa “ Modos de vida, Sistemas Alimentares e Mudanças: Os caiçaras de Barbados, Paraná, Brasil”.

Guaraqueçaba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Eu, Jhulielli da Rocha, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto, para o participante da pesquisa.

Guaraqueçaba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
 Jhulielli da Rocha



Número de embarcações e o material da embarcação?

Nome da pessoa que fez a embarcação e o local?

Plantas utilizadas para a alimentação cultivadas no quintal?

Plantas utilizadas para a alimentação cultivadas na roça?

Plantas utilizadas para a alimentação cultivadas na horta?

OBSERVAÇÕES:

---

---

